

33

— n. 2 maio/ago. 2016

rebeep

Revista Brasileira de
Estudos de População

Uma publicação da
Associação Brasileira de Estudos Populacionais

abep

Revista Brasileira de Estudos de População

Editora

Suzana Cavenaghi (Ence/IBGE, Brasil)

Coeditor

Ricardo Ventura Santos (Fiocruz, RJ, Brasil)

Comitê Editorial

Alisson Barbieri (Cedeplar/UFMG, Brasil); Carl Schmetmann (Florida State University, Estados Unidos); Douglas Sathler (UFVJM, Brasil); Elisabete Dória Bilac (Nepo/Unicamp, Brasil); Jair Lício Ferreira Santos (USP, Brasil); Jorge Rodriguez (Cepal, Chile); Lara Andrade (UFRN, Brasil); Marcela Cerrutti (Cenep, Argentina); Massimo Livi Bacci (Università di Firenze, Itália); Paulo de Martino Jannuzzi (Ence/IBGE); Ricardo Ventura (Fiocruz, Brasil); Simone Wajnman (Cedeplar/UFMG, Brasil); Sérgio Odilon Nadalin (UFPR, Brasil); Suzana Cavenaghi (Ence/IBGE, Brasil).

Consultores

Ana Hermeto Oliveira (UFMG, MG, Brasil), Antonio Tadeu de Oliveira (IBGE, RJ, Brasil), Adriana de Miranda-Ribeiro (Cedeplar, UFMG, MG, Brasil), Alex Manetta (Universidad Autónoma del Estado de Hidalgo, Pachuca de Soto, México), André Golgher (UFMG, MG, Brasil), André Junqueira Caetano (PUC-Minas, MG, Brasil), André Simões (IBGE, RJ, Brasil), Angelita Alves de Carvalho (Ence/IBGE, RJ, Brasil), Bárbara Roberto Estanislau (UFRJ, RJ, Brasil), Bernardo Lanza Queiroz (Cedeplar, UFMG, MG, Brasil), Bruno Sebastian Ribotta (Universidad de Córdoba, Argentina), Carlos Coimbra Jr. (Fiocruz, ENSP, RJ, Brasil), Ana Carolina Bertho (Ence/IBGE, RJ, Brasil), Cesar Marques da Silva (Ence/IBGE, RJ, Brasil), Cristiane Silva Corrêa (UFRN, RN, Brasil), Eduardo Marandola (Unicamp, SP, Brasil), Elisabete Dória Bilac (Unicamp, SP, Brasil), Elzira Lucia de Oliveira (UFF, Goytacazes, RJ, Brasil), Fabio Giusti Britto (Ence/IBGE, RJ, Brasil), Flavio Henrique Miranda de Araujo Freire (UFRN, RN, Brasil), Hugo Fernando Longhi (Universidad Nacional de Tucumán, Argentina), Jair Lício Ferreira Santos (USP, SP, Brasil), Jeronimo Oliveira Muniz (UFMG, MG, Brasil), Jorge Rodriguez-Vignoli (Celade/Cepal, Chile), José Marcos P. da Cunha (Unicamp, SP, Brasil), Juliana Riani Ruas (Fundação João Pinheiro, MG, Brasil), Kenya Noronha (UFMG, MG, Brasil), Laetícia Rodrigues de Souza (Unicamp, SP, Brasil), Leonardo Athias (IBGE, RJ, Brasil), Leonardo Freire de Mello (UFABC, SP, Brasil), Maira Covre-Sussai (UERJ, RJ, Brasil), Maria do Rosário Carvalho (UFBA, BA, Brasil), Maria Luiza Toledo (Ence/IBGE, RJ, Brasil), Máximo Livi-Bacci (Universidad de Firenze, Itália), Morvan Moreira (Fundação Joaquim Nabuco e UFPE, PE, Brasil), Nilza Martins

(IBGE, RJ, Brasil), Paula Miranda-Ribeiro (Cedeplar, UFMG, MG, Brasil), Raquel Rangel de Meireles Guimarães (UFPR, PR, Brasil), Ricardo Alexandrino Garcia (UFMG, MG, Brasil), Ricardo Antunes Dantas de Oliveira (Fiocruz, RJ, Brasil), Ricardo Ojima (UFRN, RN, Brasil), Ricardo S. Dagnino (Unicamp, SP, Brasil), Ricardo Verдум (UFSC, SC, Brasil), Samira El Saifi (Unicamp, SP, Brasil), Sofia Mendonça (Unifesp, SP, Brasil).

Assistente editorial

Ana Paula Pyló

Preparação de originais e revisão de português

Vania Regina Fontanesi

Projeto gráfico, capa e diagramação

Traço Publicações e Design:

Fabiana Grassano e Flávia Fábio

Tiragem

300 exemplares

Indexadores

Scopus-Elsevier, SciELO, Lilacs, Latindex, Docpal-Celade, IBICT, Docpop-Seade

Apoio

Fundação Carlos Chagas

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq

Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes

Correspondência e pedidos de assinatura

Suzana Cavenaghi (editora)

Revista Brasileira de Estudos de População

Rua André Cavalcanti, 106, sala 502

Bairro de Fátima - Rio de Janeiro - RJ - 20231-050

Fone: (55-21) 2142.4691 ou 4689

e-mail: rebep@rebep.org.br

e-mail: secretaria@rebep.org.br

site: www.rebep.org.br

Diretoria da Abep (2015-2016)

Presidente: Cássio Maldonado Turra

Vice-presidente: Jair Lício Ferreira Santos

Secretária geral: Ana Sílvia Volpi Scott

Tesoureiro: Ana Carolina Soares Bertho

Suplente: Wilson Fusco



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE ESTUDOS POPULACIONAIS



Fundação Carlos Chagas



Conselho Nacional de Desenvolvimento
Científico e Tecnológico



CAPE S

Revista Brasileira de Estudos de População / Associação Brasileira de Estudos Populacionais. – v. 33, n. 2, (2016) – Rio de Janeiro: Rebep, 2016.

Quadrimestral

Resumos em português, inglês e espanhol

A coleção iniciou-se com o v.1, n.1, 1984.

ISSN 0102-3098

1.Demografia. 2.Estudos de População. I.Associação Brasileira de Estudos Populacionais.

A **Revista Brasileira de Estudos de População** (Rebep) é o único periódico de âmbito nacional voltado exclusivamente para assuntos populacionais. Seu objetivo precípuo, desde sua criação, é estimular e difundir a produção brasileira no campo da demografia e população e desenvolvimento sustentável e garantir o diálogo entre este campo e as áreas afins.

A **Revista Brasileira de Estudos de População** é uma publicação quadrimestral da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (Abep) e está aberta a colaboradores, reservando-se ao direito de publicar ou não o material espontaneamente enviado. A revista é distribuída gratuitamente aos associados da Abep. Poderá também ser adquirida mediante assinatura anual ou compra de exemplar avulso.

Esta revista foi impressa com miolo em papel Offset 75g/m² e capa em papel Supremo 240g/m² para a Associação Brasileira de Estudos Populacionais, em dezembro de 2016.

Propriedade intelectual: Todo o conteúdo do periódico, exceto onde está identificado, está licenciado sob uma Licença Creative Commons do tipo atribuição CC-BY.

Revista Brasileira de Estudos de População

vol. 33, n. 2, maio/ago. 2016

Nota da Editora

- Dados e mais dados para “não deixar ninguém para trás”
Suzana Cavenaghi 223

Prólogo

- Dossiê “Demografia dos povos indígenas no Brasil: abordagens socioantropológicas”
Ricardo Ventura Santos 231

Artigos

- Estrutura social e desigualdade de renda: uma comparação entre os municípios metropolitanos e os não metropolitanos do Brasil entre 2000 e 2010
Marcelo Gomes Ribeiro 237

- À espera da seca que vem: capacidade adaptativa em comunidades rurais do semiárido
Ansu Mancal, Patrícia Verônica Pinheiro Sales Lima, Ahmad Saeed Khan e Maria Irlles de Oliveira Mayorga 257

- Evidências da relação entre a frequência no ensino infantil e o desempenho dos alunos do ensino fundamental público no Brasil
Walcir Soares da Silva Junior e Flávio de Oliveira Gonçalves 283

Dossiê “Demografia dos povos indígenas no Brasil: abordagens socioantropológicas”

- Dinâmica demográfica da população indígena em áreas urbanas: o caso da cidade de Altamira, Pará
Alessandra Traldi Simoni e Ricardo de Sampaio Dagnino 303

- Os indígenas Xavante no Censo Demográfico de 2010
Luciene Guimarães de Souza, Sílvia Angela Gugelmin, Barbara Coelho Barbosa da Cunha e Marina Atanaka 327

- Demografia e antropologia em contraponto: os Enawene-Nawe e suas derivas matrimoniais
Marcio Silva 349

- Nupcialidade indígena: possibilidades e limitações de análise utilizando os dados do Censo Demográfico de 2010
Luciene Aparecida Ferreira de Barros Longo, Luciane Ouriques Ferreira e Marta Maria do Amaral Azevedo 375

- Tendências da fecundidade dos povos indígenas nos Censos Demográficos brasileiros de 1991 a 2010
Laura L. Rodríguez Wong 399

Notas de Pesquisa

- Avanços na captação de dados sobre a população indígena no Censo Demográfico 2010
Nilza de Oliveira Martins Pereira 423

Pontos de Vista

Censos nacionais e perspectivas políticas para as línguas brasileiras Rosângela Morello	431
Demografia dos povos indígenas: os Censos Demográficos como ponto de vista Marden Barbosa de Campos e Bárbara Roberto Estanislau	441

Resenhas

The Xavante in perspective: anthropology and history in the study of indigenous populations <i>Antropologia e história Xavante em perspectiva</i> por COIMBRA JR., C. E. A. e WELCH, J. R. (Org.) Rosanna Dent	451
La construcción de poblaciones utilizando los censos de población en Latinoamérica <i>National colors: racial classification and the state in Latin America</i> por LOVEMAN, M. Santiago J. Molina	457

Nota da Editora

Dados e mais dados para “não deixar ninguém para trás”

Nos últimos anos ocorreram muitos eventos relacionados com a revisão e avaliação do último ciclo de implantação das conferências sociais e ambientais da Organização das Nações Unidas. A revisão dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), sem dúvida, foi de amplo interesse para governos, organizações e sociedade civil, pois envolve temas de várias agendas (População e Desenvolvimento, Status da Mulher, Meio Ambiente e Desenvolvimento, Direitos Humanos, entre outros), ainda que de forma mais ou menos abrangente em cada assunto. Na avaliação dos resultados dos ODMs verificou-se que o acompanhamento planejado e o monitoramento dos indicadores mostraram-se como partes cruciais do processo, inclusive propondo avanços nos procedimentos seguidos. Diante dessa constatação, nas discussões sobre os novos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), a definição dos indicadores para o monitoramento dos objetivos, bem como os dados necessários para sua estimação, tem se tornado o centro das atenções.

A discussão tomou tamanho vulto que, paralelamente ao enorme trabalho de definição dos indicadores, o secretário geral das Nações Unidas instituiu um grupo consultivo de peritos independentes, denominado Grupo da Revolução de Dados (*Data Revolution Group*), com o objetivo de recomendar as ações necessárias para a produção de dados para o monitoramento do desenvolvimento sustentável. As discussões sobre a produção de dados melhores e mais adequados, para o seguimento dos objetivos e metas acordados, foram além deste grupo e todos têm chamado a atenção para a necessidade de melhorar a qualidade dos censos, das pesquisas amostrais e dos registros administrativos, principalmente de eventos vitais, inclusive utilizando dados produzidos pelas novas tecnologias digitais (*Big Data*) – estes últimos, aliás, têm saltado aos olhos de alguns menos avisados, como a solução “fácil” para o futuro das estatísticas públicas e oficiais. A discussão tem sido tão ampla que o primeiro Fórum Mundial de Dados está sendo organizado para ocorrer em 2017.

Além de executar as ações propostas na agenda dos ODS e ter que produzir todos os dados para monitorar as metas, os países, seguindo a liderança das Nações Unidas, assumiram o compromisso de “não deixar ninguém para trás” (*leaving no one behind*) na busca do desenvolvimento sustentável. Isso significa que todos os segmentos populacionais,

sujeitos de direito, devem ter seus problemas identificados, endereçados e, possivelmente, resolvidos ou pelo menos mitigados até 2030. Nesse sentido, uma das metas definidas é a de que os indicadores devem ter recortes por diversos segmentos populacionais, muito além daqueles acordados para os ODMs (idade e sexo). Assim, até 2030, os indicadores propostos deverão incluir, além dos recortes de sexo e idade, localização geográfica, raça/etnia e deficiências, entre outros relevantes para os contextos nacionais. Esse assunto envolve tantos problemas metodológicos que um grupo especial, somente para discutir a desagregação dos dados, foi instituído mesmo antes de o acordo sobre os indicadores ter sido alcançado pelos países, que ainda discutem quais dados e metodologias devem utilizar para mais de 40% dos indicadores propostos até o momento.

Parte do grande desafio está vinculada à necessidade de seguimento em curtos períodos de tempo e ao tamanho dos levantamentos (pesquisas amostrais) que permitam desagregações para pequenos grupos populacionais, ainda com tantos recortes sugeridos. Assim, os censos que ocorrem com longos intervalos de tempo ou pesquisas domiciliares, com abrangência nacional, realizadas com pequenas amostras, na forma como são produzidas, não constituem a solução para o monitoramento dos ODS. Por outro lado, os registros administrativos, que seriam a resolução mais adequada, nem sempre fornecem os dados adequados e, na maioria das vezes, têm cobertura diferencial e com muito sub-registro nos países em desenvolvimento. Nesse cenário, não é de se estranhar que o uso de *Big Data* tem tomado um alarmante destaque como a grande solução.

Entretanto, “não deixar ninguém para trás” não será tarefa fácil, como pode ser atestado pelo desafio colocado no Dossiê desta edição. Parte central da proposta foi analisar os dados do Censo Demográfico brasileiro para conhecer melhor as características das populações indígenas, que representam menos de 1% da população brasileira, com 817.963 mil pessoas autodeclaradas indígenas em 2010 e vivendo em uma vasta área no país, incluindo áreas urbanas. O outro grande desafio é que este grupo populacional, ainda que se reconheçam suas raízes históricas como indígenas brasileiros, além de ser numericamente reduzido em função dos rumos da própria história, apresenta enorme diversidade étnica.

Por esses motivos e estimulados pelas iniciativas recentes na América Latina, principalmente no âmbito do Mercosul, para dar maior visibilidade a esta população, duas grandes inovações foram implementadas no Censo Demográfico de 2010 no Brasil. A primeira refere-se à pergunta sobre raça/cor, que passou do questionário da amostra (que variou de 5% a 50% em 2010) para o do universo, permitindo contabilizar de fato, sem erros amostrais (apesar dos erros não amostrais), a população indígena que tinha saltado de 294 mil em 1991 para 734 mil em 2000. A segunda grande inovação foi introduzir no questionário a informação sobre identificação étnica e língua falada nas áreas com Terras Indígenas reconhecidas, possibilitando conhecer grande parte da diversidade existente neste grupo populacional.

Apesar do avanço na direção de buscar melhores informações para “não deixar ninguém para trás”, ainda que seja para um grupo populacional, estamos longe de conseguir

analisar adequadamente toda informação coletada sobre a população indígena brasileira, devido, por um lado, aos problemas estatísticos impostos pelos dados e, por outro, às dificuldades metodológicas e, talvez, à pouca capacitação que ainda temos para analisar os dados coletados. O lado bom desses problemas é que são passíveis de solução, mas demandam discussão, planejamento e muito esforço conjunto.

A decisão de incluir a informação sobre etnia ou pertencimento a Terras Indígenas no universo do Censo Demográfico, que tem um número restrito de perguntas, implica limitações para analisar esta informação em conjunto com toda a riqueza dos dados do questionário da amostra sobre mercado de trabalho, educação, migração, mortalidade, fecundidade, nupcialidade, entre outros. Isso ocorreu por necessidade de manter o sigilo das informações, que é um dos fundamentos essenciais que se deve garantir em coleta de dados, bem como pelos limites estatísticos, por se tratar de pequenas populações em pesquisas amostrais, que necessitariam de amostras enormes para garantir um mínimo de confiabilidade. Assim, os dados foram coletados e divulgados de maneira que, por um lado, conhecemos a diversidade étnica das populações indígenas, mas, por outro, esta diversidade não pode ser usada para analisar a grande maioria das informações do Censo. Como conhecer então a dinâmica demográfica das mais de 300 etnias identificadas no país afora? Como calcular com alguma certeza as taxas de mortalidade, fecundidade, migração e o comportamento dos arranjos domésticos dos indígenas, entre outros temas possíveis a partir dos dados censitários da amostra?

Tais perguntas são de difíceis respostas e nos trazem mais indagações. Será que a solução está em realizar um censo completo (incluindo universo e amostra) para as populações indígenas? Ou devemos coletar informações adequadas em registros administrativos, que permitam ligação de todos os dados ao longo do tempo? Ou ainda captar nos censos dados amplos e detalhar as análises a partir de pesquisas amostrais específicas? Ou devemos levantar informações a partir das tecnologias digitais que estão em uso pelos indígenas? Para todas estas perguntas podemos encontrar várias respostas porque não e porque sim. Mas, somente para dar um exemplo, se optarmos pela primeira solução e realizarmos censos demográficos indígenas, não deveríamos fazer para todos os demais grupos populacionais, como os quilombolas, para não deixar ninguém para trás? Ainda que tivéssemos todos os recursos financeiros e humanos para fazer estes censos, a população não ficaria sobrecarregada com a multiplicação de pesquisas? Com que periodicidade precisaríamos realizar estes censos para acompanhar mudanças no comportamento destas populações? Com certeza, a resposta mais correta é que nenhuma dessas possíveis soluções resolve todos os problemas e para todos os grupos populacionais. O que e como coletar os dados precisa de ampla e qualificada discussão.

Com relação aos problemas metodológicos, principalmente as técnicas e ferramentas demográficas para análise adequada dos dados coletados para pequenas populações, é necessário ampliar os horizontes, buscando indicadores mais simples, ainda que somente sejam aproximações, mas também investindo em métodos estatísticos que permitam

mensurar melhor as variabilidades impostas pelos pequenos domínios. É necessário o trabalho conjunto de especialistas da demografia e da estatística, bem como a aproximação de especialistas de outras áreas, no caso dos indígenas, principalmente entre demógrafos, antropólogos e sociólogos. No entanto, precisa ser uma aproximação em que todos “aprendam” uma linguagem comum e exerçam a interdisciplinaridade, para não se correr o risco de ter projetos e trabalhos multidisciplinares que em um mesmo artigo os autores não “falem” entre si.

Podemos perceber que todas estas inquietações, perguntas e problemas de integração estão presentes, em maior ou menor grau, nas preocupações dos autores dos textos produzidos para o Dossiê apresentado nesta edição da revista. O fato é que todos estes e muitos outros temas devem ser discutidos entre os produtores e usuários de dados e por grupos representativos da sociedade civil, que podem trazer diferentes olhares para tais questões. Toda esta discussão precisa estar inserida no Sistema Estatístico Nacional e ter ampla participação de todos os produtores e usuários das informações. Sem esse passo fundamental, será impossível avançar no diagnóstico, desenho e implementação de políticas públicas que tenham como propósito melhorar as condições de vida de todos e, ainda mais, será impossível seguir adiante sem deixar ninguém para trás como pretendido na Agenda 2030.

Segundo tempo: contribuições desta edição

Desde sua criação, em poucos momentos a *Rebep* trouxe edições em forma de dossiê ou número temático. Existem, por exemplo, uma edição de 1997 com um dossiê sobre Demografia Histórica e um número temático especial dedicado ao tema juventude. Por trabalhar com fluxo contínuo e por ser tão amplo o escopo da demografia, faz realmente sentido não planejar as edições em formato temático – seja a edição inteira ou parte dela dedicada ao tema –, em convocatórias especiais. Em 2014, no entanto, vários associados, principalmente a partir dos Grupos de Trabalho (GT), apresentaram propostas de números temáticos ou dossiês para avaliação do Comitê Editorial. Com a passagem da revista para periodicidade quadrimestral, como já relatado em momentos anteriores, foi possível avaliar as propostas e tivemos a aprovação de dois números temáticos e dois dossiês. Apesar da introdução deste formato por convocatória temática, o formato principal da *Rebep* é o recebimento por fluxo contínuo e com avaliação criteriosa por pares no sistema duplo-cego, em qualquer modalidade de recebimento, ficando o resultado final da edição sujeito à quantidade e qualidade dos trabalhos recebidos. Esta experiência ainda está em andamento e precisará ser avaliada e pensada como prática da revista, o que, por certo, acrescenta trabalho ao corpo editorial e necessita de ampla coordenação, mas traz benefícios para algumas temáticas, às vezes pouco tratadas nos artigos publicados.

Esta edição traz três artigos avaliados em fluxo contínuo e cinco textos no Dossiê intitulado “Demografia dos povos indígenas no Brasil: abordagens socioantropológicas”, que

é o resultado da chamada do número temático “Demografia, saúde e condições de vida dos povos indígenas: perspectivas contemporâneas”, realizada com a colaboração do GT de Demografia dos Povos Indígenas da Abep. Além disso, são apresentados uma nota de pesquisa, dois pontos de vista e duas resenhas, todos abordando o tema populações indígenas.

Os três primeiros artigos atestam a diversidade temática publicada na Rebec e sua vinculação direta com as políticas públicas. O texto de **Marcelo Gomes Ribeiro** busca entender onde a diminuição da desigualdade de rendimento se deu entre 2000 e 2010 no Brasil e como esta impactou a estrutura sócio-ocupacional do país. Partindo do pressuposto de que as tendências foram diferenciadas nas áreas metropolitanas e não metropolitanas, o autor mostra que a redução da desigualdade de renda ocorreu com maior ênfase para a população residente em municípios não metropolitanos e, ainda, com maior destaque para aqueles de menor porte populacional. No entanto, segundo o autor, as metrópoles ainda são os espaços de maior centralidade, onde a população apresenta a maior média de rendimentos e, com isso, sua estrutura sócio-ocupacional mais rígida não sofreu grandes alterações no período.

Também fazendo uma análise por municípios, o artigo de **Ansu Mancal** e colegas tem a preocupação com a população que reside em locais que sofrem com as grandes secas. Além da importância devido ao amplamente reconhecido problema das secas do semiárido nordestino, o artigo ganha relevância no contexto de mudanças climáticas, em que neste início de século XXI já se registraram as 15 maiores temperaturas médias anuais no mundo nos últimos dois séculos. A partir de um levantamento de dados com especialistas, realizado na região, os autores concluem que a capacidade adaptativa dessa população aos períodos de seca depende muito do capital social, que é bastante baixo na região. Assim, os autores sugerem que as ações postas em prática para viabilizar o desenvolvimento local requerem medidas educativas e de capacitação da população para que tenham efeitos positivos.

O artigo de **Walcir Soares da Silva Junior** e **Flávio de Oliveira Gonçalves** traz o tema sobre os retornos da educação infantil no aprendizado posterior dos alunos no ensino fundamental. Em um momento em que o país passa por uma discussão importante sobre a reforma da educação, a contribuição dos autores é de extrema relevância para o debate nacional. Apesar dos conhecidos problemas metodológicos em avaliações e análises de resultados (ou impactos) de ações e de políticas públicas, o uso do método estatístico de pareamento nos escores de propensão (*propensity score matching*) tem mostrado resultados importantes, ainda que devam ser analisados com todo o cuidado e cientes de suas limitações. Os autores empregam este método para investigar se os resultados dos testes de proficiência em matemática e português no ensino médio têm efeitos relacionados com a iniciação escolar anterior das crianças no período da infância (4 a 6 anos de idade), colocando ênfase no ensino público. Ainda que não sejam efeitos tão grandes, os autores mostram que ter iniciado a escola antes dos seis anos de idade, na creche ou na pré-escola, tem efeito positivo nas notas obtidas em português e matemática, em comparação com crianças que não começaram os estudos na primeira infância.

A interlocução entre a demografia e a antropologia ganhou espaço nos artigos aprovados para o Dossiê. No primeiro artigo, de autoria de **Alessandra Traldi** e **Ricardo de Sampaio Dagnino**, é analisado o tema da dinâmica dos movimentos migratórios nas populações indígenas que passaram a residir em áreas urbanas, focando o estudo no município de Altamira, no Pará. Os autores analisam as influências da construção de Belo Monte neste processo de mudança e adaptação, mostrando uma recuperação populacional das etnias Juruna, Kuruaya e Xipaya, que passavam anteriormente por momentos de diminuição populacional.

Uma análise dos Xavante, uma das maiores etnias indígenas brasileira, conhecida pelos inúmeros estudos realizados, é tema do artigo de **Luciene Guimarães de Souza** e **colegas**. Diante das dúvidas sobre a captação correta dos indígenas nos censos demográficos, utilizando os dados do universo, as autoras apresentam um exercício de comparação dos dados populacionais dessa etnia coletados no Censo Demográfico de 2010 com aqueles produzidos no sistema de saúde, concluindo que os totais populacionais parecem ter sido bem captados. Adicionalmente, as autoras traçam um breve perfil da população, possível de ser realizado com os dados do universo, incluindo localização geográfica, língua falada no domicílio, rendimento domiciliar e alfabetização.

O povo Enawene-Nawe, que apresenta uma população de 610 indivíduos que vivem em uma Terra Indígena a oeste do Estado de Mato Grosso, e sua forma de organização matrimonial são objeto de estudo de **Marcio Silva**. Em uma linguagem distinta daquela usada comumente na demografia, o autor busca um diálogo entre a demografia e a antropologia, para fazer uma análise das redes de parentesco deste povo. Em primeiro lugar mostra como a manutenção de alta fecundidade e a queda da mortalidade infantil permitiram o alto crescimento desta população, que triplicou em tamanho desde 1991, mas continua a viver em uma mesma aldeia. Fazendo uma análise antropológica dos anéis matrimoniais, para entender como as redes de parentesco são formadas, ao final o autor lança um desafio de interlocução entre o que chama de “demografia de sociedades de pequena escala e a antropologia do parentesco”, para responder ainda muitas questões em aberto sobre o povo Enawene-Nawe.

De uma perspectiva totalmente distinta da anterior e restrita às limitações dos dados censitários sobre populações indígenas, como mencionado no início deste editorial, **Luciene Longo**, **Luciane Ouriques Ferreira** e **Marta Azevedo** apresentam um exercício para uma possível comparação entre comportamentos de nupcialidade dos povos indígenas e não indígenas, com o olhar da demografia e buscando uma interlocução com a antropologia. As possibilidades de análise devem ser realizadas com cuidado, devido à inadequabilidade dos dados disponíveis, mas é importante tentar traçar o perfil da nupcialidade para toda a população de maneira comparativa, ainda que sejam povos com culturas tão diversas. As autoras mostram que a idade à união é bem menor para mulheres e homens indígenas do que para os não indígenas e que aqueles se unem muito mais entre os também declarados indígenas do que a população que se declara branca, preta ou parda. Ou seja,

os dados de nupcialidade do censo indicam que a miscigenação parece ser bem menor entre os indígenas. No entanto, o artigo é um excelente exemplo da falta que faz o dado bem coletado e divulgado de maneira adequada, podendo ser considerado uma relevante fonte de informação no momento de discussão e planejamento do Censo Demográfico de 2020, endereçando questões importantes. A primeira diz respeito ao cuidado que se deve ter com a coleta da informação sobre a localização do cônjuge ou companheiro residente no domicílio e à necessidade de inclusão da localização do pai e da mãe, para permitir o melhor entendimento sobre os variados arranjos domésticos em um mesmo domicílio ou oca. Outra questão crucial a ser discutida refere-se à disponibilização de informações mais detalhadas sobre as etnias e Terras Indígenas na amostra e, conseqüentemente, nos microdados de uso público, conservando o sigilo e cuidados estatísticos tão caros aos produtores de dados.

O último artigo sobre povos indígenas traz o tema da fecundidade. Nele, **Laura L. Rodríguez Wong**, a partir de análises já realizadas com informações dos Censos Demográficos de 1991 e 2000, inclui os dados de 2010 para avançar no entendimento da fecundidade da população que se autodeclara indígena, chamando a atenção para diferenciais urbanos e rurais. Os resultados mostram que a fecundidade das mulheres indígenas, principalmente as jovens, se encontra em patamar alto em comparação com as não indígenas, mas esta média da fecundidade da população indígena esconde o diferencial enorme entre as mulheres que moram nas áreas rural e urbana. A autora se pergunta quem seriam estas indígenas urbanas, com comportamento reprodutivo tão diferenciado, e o que faz com que elas tenham fecundidade mais próxima às não indígenas. A autora também faz um exercício de projeção do comportamento atual da fecundidade para inferir sobre a tendência futura da fecundidade indígena rural, chegando à conclusão de que esta também apresentará declínio nos próximos anos. Devido à grande diversidade da população indígena e aos diferentes comportamentos nas mais variadas etnias, é essencial que se possa ainda conhecer o comportamento reprodutivo das diversas etnias indígenas no país afora, utilizando os dados do Censo Demográfico de 2010.

A nota de pesquisa e os pontos de vista apresentados nesta edição também fornecem importantes insumos para o planejamento para o próximo censo demográfico. **Nilza de Oliveira Martins Pereira** aborda as inovações introduzidas em 2010, relatando as discussões ocorridas até que se chegasse ao modelo utilizado neste último censo. Nos dois pontos de vista os autores mostram como de fato muitas das inovações realizadas ainda precisam de avanço. **Rosângela Morello** traz o tema das línguas brasileiras e a necessidade de analisar melhor aquilo que foi coletado em 2010, vencer os desafios de melhores formas de levantamento dos dados e, ao mesmo tempo, pensar como as políticas públicas, de posse destas informações, as incorporarão em suas ações, principalmente na área de educação. **Marden Barbosa de Campos** e **Bárbara Roberto Estanislau** nos lembram do desafio que é em uma pesquisa domiciliar nacional, como no caso do censo, coletar informações com uma linguagem única, com enormes problemas cognitivos. Ainda que

isso não seja exclusividade da população indígena, nesta os problemas de entendimento da pergunta feita pelo recenseador podem comprometer os resultados, por exemplo, em questões como idade e casamentos, entre outros temas que têm conotações e sistemas distintos nas diversas etnias.

Finalmente, este número traz duas resenhas. O livro *Antropologia e história Xavante em perspectiva*, organizado por Coimbra e Welch, que reúne traduções de artigos originalmente publicados em inglês, é comentado por Rosanna Dent. A autora chama a atenção para a importância da obra, que traz os resultados das pesquisas para o idioma mais próximo ao objeto de estudo, ou seja, a própria etnia Xavante. Por último, Santiago J. Molina comenta a importante contribuição de Loveman, no livro *National colors: racial classification and the state in Latin America*, que faz uma revisão histórica e analítica sobre o percurso seguido na inclusão de informações sobre identificação racial nos censos demográficos, apontando para as dificuldades metodológicas e as questões políticas envolvidas neste assunto.

Boa leitura!

Suzana Cavenaghi
Editora *Rebep*, 2013-2016

Prólogo ao dossiê “Demografia dos povos indígenas no Brasil: abordagens socioantropológicas”

Ricardo Ventura Santos*

No início de novembro de 2016, na mesma semana quando recebi a mensagem da editoria da *Rebep* solicitando a redação desse prólogo, participava de um congresso internacional sobre saúde de populações indígenas em Melbourne, na Austrália. Acostumado a participar de eventos no Brasil sobre o tema, que em geral reúnem pequenos grupos, não foi sem surpresa que me vi em um congresso, denominado “The Lowitja Institute International Indigenous Health and Wellbeing Conference 2016” (Conferência Internacional do Instituto Lowitja sobre Saúde e Bem-Estar dos Povos Indígenas), com aproximadamente 500 pesquisadores, ativistas e profissionais de saúde de diversas partes do mundo. Parcela expressiva dos trabalhos abordava investigações e relatos de experiências na Oceania (em particular na Austrália e Nova Zelândia). Refletindo a proposta temática do evento (“Identity, knowledge and strength”, ou “Identidade, conhecimento e força”), uma questão recorrente nas sessões era a produção de dados demográficos e epidemiológicos com vistas a evidenciar e buscar reduzir, por meio de políticas públicas, iniquidades existentes entre indígenas (ou aborígenes, termo utilizado na Austrália) e não indígenas (“the gap”, ou brecha, fresta, como frequentemente referido pelos acadêmicos australianos). Inclusive, uma das apresentações teve o significativo título “The right to be counted: statistics on indigenous peoples” (“O direito de ser contado: estatísticas sobre os povos indígenas”), realizada por Kalinda Griffiths, uma aborígene especialista em demografia e epidemiologia de populações indígenas da Austrália.

Curiosa e coincidentemente, essa minha imersão nos debates sobre demografia indígena na Austrália aconteceu duas semanas depois de eu ter participado do XX Encontro Nacional de Estudos Populacionais e do VII Congresso da Associação Latino-Americana de População, ocorridos em meados de outubro em Foz do Iguaçu, Brasil. Nesses eventos, tal como na Austrália, houve intensa agenda de discussão acerca da temática dos indígenas.

* Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz e Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro-RJ, Brasil (santos@ensp.fiocruz.br).

Em Foz, o eixo geral do congresso (“Unidade e diversidade dos processos demográficos: desafios políticos para a América Latina e o Caribe em perspectiva internacional comparada”) se refletiu intensamente nas sessões sobre demografia indígena, incluindo ênfase nos debates sobre análises e interpretações de dados censitários e de outras fontes gerados nas últimas décadas, assim como reiteradas manifestações acerca da centralidade de se discutirem as perspectivas sobre a coleta de dados referentes a indígenas no Censo de 2020. Um aspecto que não poderia deixar de mencionar é que em Foz, localizada na tríplice fronteira Argentina–Paraguai–Brasil, onde a presença (assim como a marginalização) dos povos indígenas é tão evidente, os eventos da Abep e Alap contaram com diversas apresentações de estudantes e pesquisadores indígenas.

Ao me referir a esses eventos na Austrália e no Brasil, não o faço para tão somente enfatizar que ocorreram quase simultaneamente, mas, sobretudo, para sinalizar como, em dois extremos do globo, com um oceano (Pacífico) no meio e 12 horas de diferença de fuso horário, conjuntos muito similares de questões foram abordados. Para minorias étnico-raciais indígenas, marcadamente marginalizadas nos mais variados contextos nacionais, é visível a existência de uma tendência em escala internacional no sentido de lhes dar maior visibilidade por meio da produção de estatísticas. Como enfatizado por Anderson et al. (2016), em recente estudo publicado na influente revista *Lancet*, no que é possivelmente a mais ampla investigação comparativa já realizada sobre saúde de povos indígenas em escala internacional, inclusive incluindo um componente sobre o Brasil, estima-se que a população indígena no mundo seja próxima de 300 milhões de pessoas. Em escala local/regional, os indígenas podem apresentar volumes e proporções reduzidos, mas globalmente constituem um conjunto populacional expressivo.

Muitos são os fatores e contextos sociopolíticos que têm estimulado os debates sobre a produção de dados demográficos acerca dos povos indígenas, seja no Brasil, na América do Sul ou no plano global. No caso de agências multilaterais, como a Organização das Nações Unidas, há o “Fórum Permanente para as Populações Indígenas”, que aproximadamente uma década atrás, em 2007, divulgou a *Declaração sobre os direitos dos povos indígenas* (UN, 2008). Nesse documento, a produção de dados demográficos e em saúde voltados para concepção, implementação e monitoramento de políticas públicas é também indicada como de central importância. No mais recente *State of the world’s indigenous peoples (Situação dos povos indígenas no mundo)*, a relevância da temática é colocada de forma explícita: “because indigenous peoples are essentially invisible in the data collection of many international agencies and in most national censuses, the disparities in their health situation as compared to other groups continue to be obscured. The lack of data means ongoing shortcomings in plans, programmes and policies that seek to improve global health” (UN, 2009, p. 165-166). Desse modo, esforços no sentido de reverter a “preocupante invisibilidade demográfica e epidemiológica” (COIMBRA; SANTOS, 2000, p. 125) dos povos indígenas fazem parte dos debates no plano de agendas internacionais voltadas para a redução das iniquidades de recorte étnico-racial.

Nesse cenário, o que temos experimentado no Brasil e na América Latina em décadas recentes, no tocante à produção de informações demográficas sobre os povos indígenas, em larga medida reflete cenários sociopolíticos em operação em escala global. Claro, no âmbito local/regional, as dinâmicas adquirem tonalidades próprias, como é o caso das categorias implementadas nos censos nacionais e em outras fontes de informação sobre os povos indígenas. De uma maneira ou de outra, felizmente, a preocupação com a temática indígena vem experimentando marcante expansão nas rodadas recentes dos censos demográficos realizados na América Latina (CELADE, 2014; LOVEMAN, 2014).

É com tal pano de fundo que devem ser lidos os trabalhos desse dossiê. Em sua maioria, as contribuições derivam de reflexões produzidas nos últimos anos por participantes do Grupo de Trabalho (GT) de Demografia dos Povos Indígenas, da Abep. Ao longo de sua trajetória, esse GT, que foi criado em 2002, tem sido uma importante instância catalizadora de discussões sobre os mais diversos aspectos relacionados à demografia indígena no Brasil. Além de uma ativa agenda de eventos, incluindo mesas e sessões nos encontros nacionais da Abep realizados a cada dois anos, assim como envolvimento em discussões promovidas pelo IBGE a respeito da captação de dados sobre “indígenas” nos censos demográficos, os participantes do GT têm ativamente produzido e participado de publicações as mais diversas (ANDERSON et al., 2016; CARDOSO et al., 2012; DEL POPOLO et al., 2011; IBGE, 2005; PAGLIARO et al., 2005; WONG; SÁNCHEZ, 2014, entre outras). Na própria *Rebep*, em 2009, foi publicado um significativo conjunto de trabalhos sobre a temática indígena (volume 26, número 1).

Dentre os eventos mais recentes capitaneados pelo GT de Demografia dos Povos Indígenas, podem ser mencionados: o seminário “Os Indígenas no Censo Demográfico de 2010”, realizado no Museu do Índio, no Rio de Janeiro, em 2013; o “VIII Seminário de Demografia dos Povos Indígenas: Saúde, Território e Ambiente”, que ocorreu no Centro de Inteligência Corporativa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no Rio de Janeiro, em 2015; e a “Oficina de Análise e Redação de Artigos sobre o Tema da Demografia Indígena”, que aconteceu em Cuiabá, em novembro de 2015. Foram nesses vários eventos, apoiados por financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) para o projeto “Demografia Antropológica e Saúde de Indígenas a partir do Censo Demográfico de 2010” (projeto n. E-26/102.352/2013), que diversos trabalhos aqui publicados foram inicialmente apresentados e debatidos.

Os artigos, notas de pesquisa, pontos de vistas e resenhas veiculados nesse dossiê atestam a vitalidade do campo de estudos sobre demografia dos povos indígenas no Brasil. Incluindo desde análises demográficas alimentadas por informações derivadas de contextos etnográficos específicos até investigações baseadas em dados produzidos pelos censos nacionais, as reflexões contribuem no sentido de expandir e aprimorar nosso entendimento sobre as complexas interfaces históricas e sociopolíticas presentes no campo da demografia dos povos indígenas. Nesse amplo espectro, vale chamar atenção para duas dimensões que, de forma particularmente proeminente, emergem em diversas contribuições, ao mesmo

tempo quando questões demográficas mais “clássicas” se fazem presentes. A primeira delas é a ênfase em estabelecer interfaces entre análises que interliguem conhecimentos locais/regionais sobre dinâmicas populacionais com aquelas evidenciadas pelos dados censitários. A segunda vincula-se às reflexões sobre categorias como línguas indígenas e pertencimento a etnias específicas, temas introduzidos no Censo de 2010.

Como membro do corpo editorial da *Rebep* envolvido na organização desse dossiê, manifesto meus agradecimentos aos colegas que submeteram trabalhos, assim como a atenção dispensada pela editoria da revista. Mais que tudo, espero que as reflexões aqui sistematizadas contribuam para ampliar a visibilidade dos povos indígenas nas estatísticas oficiais, potencialmente informando políticas públicas socioculturalmente mais sensíveis, ao mesmo tempo quando acopladas a um reconhecimento da centralidade da diversidade sociodemográfica indígena no Brasil.

Referências

ANDERSON, I. et al. Indigenous and tribal peoples' health (The Lancet-Lowitja Institute Global Collaboration): a population study. *Lancet*, v. 388, n. 10040, p. 131-157, 2016.

CARDOSO, A. M.; SANTOS, R. V.; COIMBRA JR., C. E. A.; GARNELO, L.; CHAVES, M. B. G. Políticas públicas de saúde para os povos indígenas. In: GIOVANELLA, L.; ESCOREL, S.; LOBATO, L. V. C.; NORONHA, J. C.; CARVALHO, A. I. (Org.). *Políticas e sistemas de saúde no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2012. p. 911-932.

CELADE – Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía. **Los pueblos indígenas en América Latina: avances en el último decenio y retos pendientes para la garantía de sus derechos**. Santiago: Celade, 2014.

COIMBRA JR., C. E. A.; SANTOS, R. V. Saúde, minorias e desigualdade: algumas teias de inter-relações, com ênfase nos povos indígenas no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 5, n. 1, p. 125-132, 2000.

DEL POPOLO, F.; CUNHA, E. M. G. P.; RIBOTTA, B.; AZEVEDO, M. (Coord.). **Pueblos indígenas y afrodescendientes en América Latina: dinámicas poblacionales diversas y desafíos comunes**. Rio de Janeiro: Alap, 2011 (Serie Investigaciones, n. 12).

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Tendências demográficas: uma análise dos indígenas com base nos resultados da amostra dos Censos Demográficos 1991 e 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

LOVEMAN, M. **National colors: racial classification and the State in Latin America**. New York: Oxford University Press, 2014.

PAGLIARO, H.; AZEVEDO, M.; SANTOS, R. V. (Org.). **Demografia dos povos indígenas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz e Abep, 2005.

UN – United Nations. **United Nations Declaration of the Rights of Indigenous Peoples**. New York: UN, 2008.

_____. **State of the World's Indigenous Peoples**. New York: UN, 2009.

WONG, L. L. R.; SÁNCHEZ, J.A. (Org.). **La población afro descendiente y indígena en América Latina: puntos de reflexión para el debate sobre Cairo+20**. Belo Horizonte: Alap, 2014 (Serie e-Investigaciones, n. 4).

Sobre o autor

Ricardo Ventura Santos é coordenador-adjunto do Grupo de Trabalho Demografia dos Povos Indígenas, da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (Abep), pesquisador titular da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e professor titular do Departamento de Antropologia do Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq, nível 1A.

Endereço para correspondência

Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz
Rua Leopoldo Bulhões, 1480, sala 617
21042-210 – Rio de Janeiro-RJ, Brasil

Estrutura social e desigualdade de renda: uma comparação entre os municípios metropolitanos e os não metropolitanos do Brasil entre 2000 e 2010*

Marcelo Gomes Ribeiro**

Este trabalho pretende analisar as mudanças na estrutura social e das desigualdades de renda nas principais metrópoles brasileiras em comparação com os espaços não metropolitanos, de modo a refletir sobre a importância das metrópoles no contexto de alterações econômicas e sociais ocorridas na última década. No debate público e acadêmico, porém, o foco da análise tem recaído principalmente na redução das desigualdades de renda a partir da análise de estratos de renda. Nesse sentido, procuramos responder à seguinte questão: se a redução das desigualdades de renda, verificada na análise entre os estratos de renda, também está sendo observada entre os estratos sociais considerados a partir de uma estratificação sócio-ocupacional, como se deu essa relação entre os espaços metropolitanos e os não metropolitanos? Para tanto, foram utilizados dados dos Censos Demográficos do IBGE de 2000 e 2010, com o fim de comparar a estrutura de distribuição de renda entre os municípios brasileiros segundo seu porte populacional, considerando aqueles inseridos em espaços metropolitanos e não metropolitanos, e as desigualdades de renda entre os estratos sociais para os diferentes contextos espaciais por meio da razão da média da renda entre esses estratos. Constatou-se que, apesar de as metrópoles brasileiras continuarem mantendo sua centralidade referente à dinâmica do mercado de trabalho, pois apresentam médias de rendimento total de seus residentes e de rendimento do trabalho principal superiores àquelas encontradas para os espaços não metropolitanos, as maiores reduções das desigualdades de renda ocorreram nestes últimos, em especial nos menores municípios segundo seu porte populacional.

Palavras-chave: Desigualdades de renda. Estrutura social. Espaços metropolitanos. Espaços não metropolitanos.

* O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil. Agradeço também as contribuições dos pareceristas anônimos da Rebec, bem como do seu Comitê Editorial.

** Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Ippur/UFRJ), Rio de Janeiro-RJ, Brasil (marceloribeiro@ippur.ufrj.br).

Introdução

O Brasil passou por mudanças econômicas e sociais importantes entre 2000 e 2010, com recuperação do crescimento econômico a partir de meados dessa década, sustentado, sobretudo, pelo mercado interno, redução do desemprego e aumento do emprego formal. Ao mesmo tempo, ocorreram redução das desigualdades de renda pessoal, aumento real do salário mínimo, ampliação da política de transferência de renda e elevação do crédito ao consumidor. A redução das desigualdades de renda entre os indivíduos levou à caracterização, para alguns, do surgimento de uma nova classe média – também chamada de classe C (NERI, 2008, 2010); para outros, significou apenas o aumento da classe de trabalhadores na base da pirâmide social (POCHMANN, 2012), também chamados de *batalhadores* (SOUZA, 2010). Esse debate em torno das desigualdades de renda, de modo geral, sugere que houve na última década mobilidade social ascendente, o que tornou menos desiguais as diferenças entre os indivíduos (NERI, 2010; POCHMANN, 2012). Porém, a caracterização da mobilidade social é feita pelo aumento de composição populacional nos estratos intermediários de renda, em detrimento da redução dos estratos mais baixos da estratificação de renda. É a partir daí que se passa, por exemplo, a dizer que houve o surgimento de uma nova classe média ou de ampliação da base da pirâmide social.

Mas para afirmar que houve mobilidade social é necessária a análise da correlação entre duas distribuições de desigualdades, sejam de renda, sejam de outras dimensões sociais, em dois períodos no tempo. Isso pode ser feito em termos tanto de carreira pessoal quanto geracionais. Desse modo, é possível saber se os indivíduos melhoraram suas condições ao longo de sua vida (mobilidade intrageracional), ou se melhoraram suas condições em relação às condições de seus pais (mobilidade intergeracional) (SCALON, 1999; PASTORE; VALLE SILVA, 2000). Tanto num caso como no outro são necessárias informações sobre origem e destino sociais dos indivíduos, observados por suas ocupações. Porém, não há pesquisas longitudinais ou de painel, para a última década no Brasil, que possibilitem tal avaliação. De qualquer modo, mesmo que não seja possível realizar uma análise mais precisa sobre mobilidade social, se ocorreram mudanças nas condições econômicas e sociais do país, é preciso saber se essas mudanças provocaram algum impacto na estrutura social brasileira, quando se analisa essa estrutura social a partir não apenas de uma estratificação de renda – como vários estudos tendem a fazer –, mas também de uma estratificação sócio-ocupacional.

Porém, ao se considerar uma estratificação sócio-ocupacional como *proxy* da estrutura social, é necessário reconhecer a diferença do mercado de trabalho entre os espaços metropolitanos e os não metropolitanos do país. Isso porque os primeiros tendem a concentrar ocupações tipicamente urbanas e, no caso brasileiro, foi onde se concentraram historicamente as atividades industriais. Além das diferenças do mercado de trabalho, a importância de se analisar as metrópoles brasileiras advém do fato de elas se destacarem na contemporaneidade por serem lócus da questão social do país (RIBEIRO, 2010), onde

se encontra parte importante da população e, paradoxalmente, da riqueza produzida, a despeito do debate sobre as mudanças que vêm deslocando a preponderância econômica desses territórios, e que estariam culminando num processo de desconcentração econômica (DINIZ; DINIZ, 2007).

Essas reflexões, em que se contrapõem os espaços metropolitanos e os não metropolitanos na análise da estrutura social, contribuirão para compreender o lugar ocupado pelas metrópoles brasileiras nesse contexto de mudanças econômicas e sociais. Nesse sentido, se a redução das desigualdades de renda, que tem ocorrido na análise feita entre os estratos de renda, está também sendo observada entre os estratos sociais considerados a partir de uma estratificação sócio-ocupacional, como se deu essa relação entre os espaços metropolitanos e os não metropolitanos?

Este trabalho tem, portanto, a pretensão de analisar as mudanças na estrutura social e das desigualdades de renda das principais metrópoles brasileiras em comparação com os espaços não metropolitanos, entre 2000 e 2010, tendo em vista as mudanças econômicas e sociais ocorridas nesta década, de modo a refletir sobre a importância das metrópoles no contexto de mudanças econômicas e sociais verificadas no país. As desigualdades de renda serão analisadas por meio da razão da média de renda entre as categorias que compõem a estrutura social.

A seguir, apresenta-se o esquema de estratificação social utilizado na análise deste trabalho, considerado uma *proxy* da estrutura social. Posteriormente, são analisadas as diferenças da estrutura social entre os espaços metropolitanos e os não metropolitanos do país, de acordo com o porte populacional dos municípios brasileiros. Já a discussão sobre as desigualdades de renda observadas é feita em duas perspectivas: análise das desigualdades entre os municípios brasileiros segundo seu porte populacional; e análise das desigualdades de renda na estrutura social entre os municípios segundo o seu porte populacional. Por fim, são tecidas as considerações finais.

Estrutura social

Considerar um esquema de estratificação sócio-ocupacional uma *proxy* da estrutura social tem, por um lado, o caráter de dar prosseguimento à tradição sociológica nas suas mais diversas abordagens – marxista, weberiana ou funcionalista –, em que sempre se procurou dar centralidade à ocupação (trabalho) como elemento estruturador das relações sociais, apesar de apresentarem interpretações diferentes dessas estruturas e das relações sociais que se constituem em torno delas (STAVENHAGEN, 1977; WEBER, 1977; DAVIS; MOORE, 1977). Por outro lado, a ocupação possibilita informar sobre a posição dos indivíduos na estrutura social e, a partir daí, interpretar seu estilo de vida, preferências, gostos, escolhas e tomadas de posição. Ou seja, a posição social compreendida a partir da ocupação serve como elemento estruturador do *habitus* dos indivíduos, suas disposições incorporadas (BOURDIEU, 2008).

Ao considerar esses pressupostos teóricos supracitados, a estrutura social, no presente trabalho, é compreendida pelo esquema de estratificação sócio-ocupacional elaborado pelo Observatório das Metrópoles,¹ que foi construído com o objetivo de analisar o padrão de organização social das metrópoles brasileiras, as desigualdades de bem-estar urbano, as desigualdades de oportunidades, as formas de sociabilidade, entre outros aspectos que se manifestam territorialmente (RIBEIRO; LAGO, 1994; RIBEIRO; RIBEIRO; 2013a, 2013b). Esse esquema de estratificação, já utilizado em vários estudos a partir de dados dos Censos Demográficos (1980, 1991, 2000 e 2010), possibilita compreender a posição social dos indivíduos de acordo com a posição que eles ocupam na estrutura social.

A estrutura social é considerada a partir do conceito de espaço social de Bourdieu (2008), que pode ser compreendido em três dimensões: volume do capital (capital econômico, capital cultural, capital social, etc.); estrutura do capital (distribuição dos diferentes capitais); e trajetória dos agentes ou grupos sociais. O espaço social é concebido pelas posições antagônicas referentes ao volume do capital, por um lado, e pela estrutura do capital, por outro, analisado de modo dinâmico, quando se considera a dimensão temporal. É em relação ao volume de capital que se identificam as oposições de classe e em relação à estrutura do capital que se verificam as oposições das frações de classe (ou os diversos estratos sociais). Dessas relações antagônicas e, ao mesmo tempo, hierárquicas se constrói um esquema de estratificação social compreendido como *proxy* da estrutura social (BOURDIEU, 2008).

O esquema de estratificação social do Observatório das Metrópoles foi construído por meio da categoria ocupação, respeitando os princípios das oposições capital e trabalho, posição de comando e de subordinação, trabalho não manual e manual, considerando-se trabalhos público e privado os setores de atividade econômica e tendo como filtro para algumas categorias a escolaridade e a renda. Com base nesses princípios, foram agrupadas as ocupações, de forma hierárquica, em 24 categorias sócio-ocupacionais, as quais foram organizadas em oito grandes estratos sociais, que serão os mais utilizados na análise das mudanças da estrutura social. Assim, a estrutura social se apresenta de modo hierárquico: *dirigentes* (grandes empregadores; dirigentes dos setores público e privado); *profissionais de nível superior* (profissionais autônomos; profissionais empregados; profissionais estatutários; professores de nível superior); *pequenos empregadores*; *ocupações médias* (ocupações artísticas e similares; ocupações de escritório; ocupações de supervisão; ocupações técnicas; ocupações médias da saúde e educação; ocupações de segurança pública, justiça e correios); *trabalhadores do terciário especializado* (trabalhadores do comércio; prestadores de serviços especializados); *trabalhadores do secundário* (trabalhadores da indústria moderna; trabalhadores da indústria tradicional; operários dos serviços auxiliares;

¹ O Observatório das Metrópoles é uma rede nacional de pesquisadores vinculados a diversos programas de pós-graduação existentes em todas as macrorregiões do país. Com sede da Coordenação Nacional no Ippur/UFRJ, desenvolve um programa de pesquisa comparativa entre as metrópoles brasileiras, a partir de uma metodologia comum para todos os núcleos que o integram, segundo uma estratificação social considerada *proxy* da estrutura social.

operários da construção civil); *trabalhadores do terciário não especializado* (prestadores de serviços não especializados; trabalhadores domésticos; ambulantes e biscateiros); e *trabalhadores agrícolas*.

Ocorre que a classificação das ocupações já existentes nos Censos Demográficos de 2000 e 2010 tiveram diferenças importantes, o que implicou a compatibilização das categorias sócio-ocupacionais de 2000 e 2010. Tal procedimento requereu a realização de correspondência entre as ocupações dos Censos Demográficos de 2000 e 2010, uma vez que, no primeiro, foi utilizada a CBO-Domiciliar (Classificação Brasileira de Ocupações adaptada para pesquisadas domiciliares) de 1994 e, no segundo, foi empregada a CBO-Domiciliar de 2002 (RIBEIRO; RIBEIRO, 2015). Isso foi feito, num primeiro momento, a partir dos grupos em que as ocupações estão organizadas em cada um dos Censos.² Num segundo momento, realizou-se a correspondência entre as ocupações pelo critério termo a termo entre os dois Censos. Nem todas as ocupações eram existentes nos dois Censos com a mesma nomenclatura, o que exigiu o trabalho de verificação do conteúdo de cada uma delas a partir do dicionário de ocupações. De todo modo, apesar de haver, tanto em 2000 quanto em 2010, estratificações sociais correspondentes aos critérios e princípios adotados pelo Observatório das Metrôpoles, as categorias sócio-ocupacionais não são completamente comparáveis. Isso significa que não é possível fazer análise de crescimento entre elas, mas, tão somente, análise da distribuição percentual em cada ano, o que possibilita analisar sua estrutura em cada um desses períodos.

Brasil metropolitano e não metropolitano

As primeiras regiões metropolitanas no Brasil foram criadas em 1973, pela Lei Complementar 14, que, por sua vez, obedecia à Constituição de 1967. A partir da Constituição de 1988, a responsabilidade pela criação e organização das regiões metropolitanas foi transferida do governo federal para os estados da federação. Até 31 de julho de 2012, o Brasil contava com 50 regiões metropolitanas (RM), três regiões integradas de desenvolvimento econômico (Ride) e cinco aglomerações urbanas (AU) definidas por lei federal ou estadual. Porém, nem todos os espaços institucionalizados como região metropolitana correspondem de fato à metrópole, no sentido de serem espaços que exercem capacidade de polarização territorial em termos econômico, político, social e populacional na rede urbana em que estão inseridos. Quando o IBGE realiza o Censo Demográfico, a definição de região metropolitana utilizada corresponde aos espaços que foram institucionalizados por meio de lei, conforme designação da Constituição Federal de 1988, o que variará de um Censo para outro, sendo espaços institucionalizados a partir de critérios variados.

² Houve algumas diferenças entre alguns grupos ocupacionais dos dois Censos Demográficos, mas a maior parte deles possuía correspondência.

O Observatório das Metrôpoles realizou um estudo sobre a rede urbana brasileira e identificou 15 aglomerados urbanos do país que apresentavam função metropolitana, tendo em vista sua capacidade de polarização econômica e populacional no território, em termos tanto nacionais quanto regionais (OBSERVATÓRIO, 2005). Também o IBGE (2008) divulgou o estudo denominado *Regic – Região de Influência das Cidades 2007*, em que foram identificados 12 espaços no país considerados metrôpoles: São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Manaus, Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba, Goiânia e Porto Alegre. Cada um desses espaços foi compreendido a partir das áreas de concentração populacional (ACP), definidas como manchas urbanas de ocupação contínua, tendo em vista o tamanho e a densidade populacional. Por apresentar tal característica, o espaço identificado como metrópole no estudo da Regic não corresponde, necessariamente, à região metropolitana institucional. Por exemplo, o espaço metropolitano de São Paulo, na Regic, não engloba todos os municípios que integram a Região Metropolitana de São Paulo, pois nem todos estão situados na mancha urbana contínua da metrópole paulista.

Apesar de o estudo do Observatório das Metrôpoles apresentar semelhanças com os critérios metodológicos da Regic, alguns espaços considerados metropolitanos pelo primeiro não o foram no estudo Regic devido à forte influência exercida por outros espaços metropolitanos: a influência de São Paulo em relação a Campinas; a influência do Rio de Janeiro em relação à Grande Vitória; a influência de Porto Alegre e Curitiba em relação a Florianópolis. Além disso, a análise dos aglomerados urbanos no estudo do Observatório das Metrôpoles utilizou a definição institucional de região metropolitana para sua caracterização e não a definição de manchas urbanas contínuas, como foram as ACP. Nesse estudo, portanto, além das 12 metrôpoles identificadas pela Regic, foram considerados também outros três espaços que exercem função metropolitana no país: Campinas, Florianópolis e Grande Vitória. Desse modo, a definição do Observatório das Metrôpoles é a que será utilizada neste trabalho.

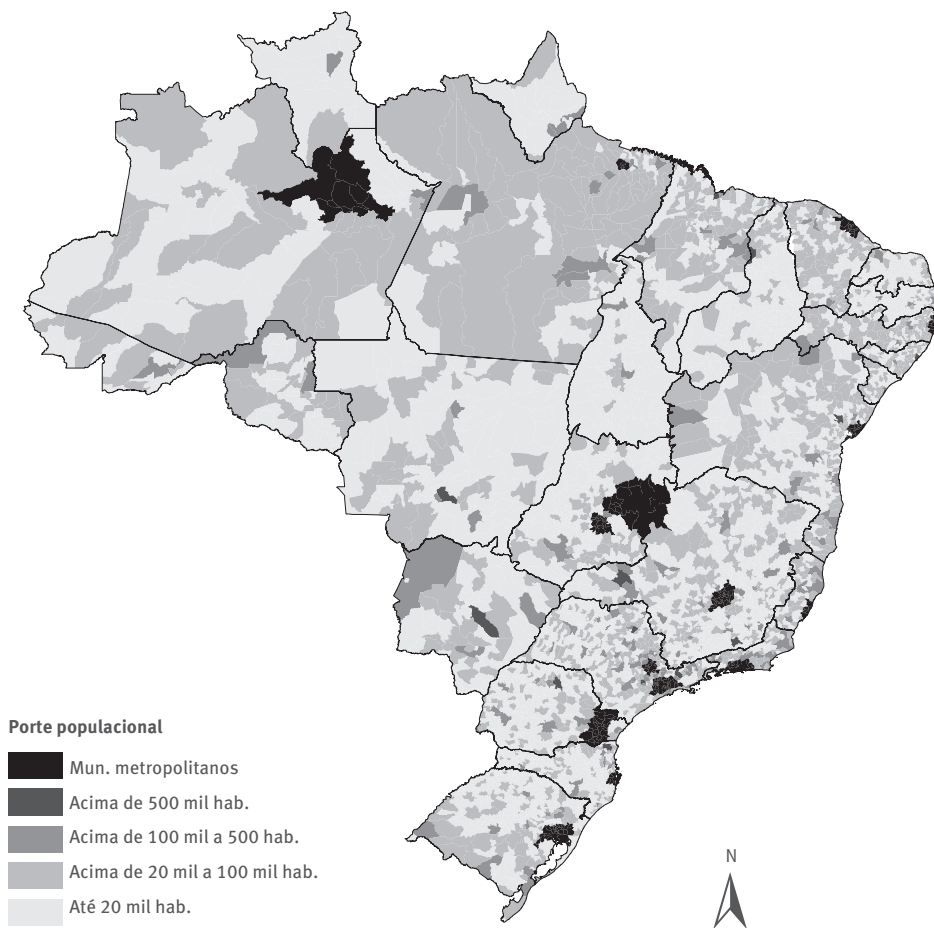
Quanto à localização regional, essas 15 metrôpoles estão assim distribuídas: duas na Região Norte (Manaus e Belém); três no Nordeste (Fortaleza, Recife e Salvador); cinco no Sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Grande Vitória e Campinas); três no Sul (Curitiba, Florianópolis e Porto Alegre); e duas no Centro-Oeste (Goiânia e Brasília³). De acordo com o estudo do Observatório das Metrôpoles (2005), São Paulo é uma metrópole global, Rio de Janeiro e Brasília são metrôpoles nacionais, por polarizar econômica, política e culturalmente todo o espaço nacional, e as demais metrôpoles são regionais.

Para realização da análise comparativa entre as metrôpoles brasileiras – espaços metropolitanos e não metropolitanos –, classificamos os espaços não metropolitanos a partir do seu porte populacional apresentado no Censo Demográfico de 2010, na medida em que esse aspecto pode ser capaz de informar diferenças estruturais significativas

³ Corresponde à Região Integrada de Desenvolvimento Econômico do Distrito Federal (Ride-DF).

entre os municípios brasileiros, sobretudo em se tratando da abrangência territorial do país e da diversidade encontrada no seu território. Os espaços não metropolitanos foram definidos como: municípios com até 20 mil habitantes; municípios com mais de 20 mil a 100 mil habitantes; municípios com mais de 100 mil a 500 mil habitantes; e municípios com mais de 500 mil habitantes, conforme observado na Figura 1.

FIGURA 1
Porte populacional dos municípios – 2010



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010.

Em 2010, os espaços metropolitanos (municípios metropolitanos) concentravam 36,7% da população brasileira. Já em relação aos não metropolitanos, observa-se que os municípios com até 20 mil habitantes detinham 16,7% da população do país, aqueles com mais de 20 mil a 100 mil habitantes possuíam 25,3%, os acima de 100 mil a 500 mil habitantes concentravam 15,7% e aqueles com mais de 500 mil habitantes apresentavam

apenas 5,6% do total da população brasileira. Esses dados demonstram o peso que as metrópoles possuem em relação à distribuição populacional do país, na medida em que concentram mais de um terço da população em apenas 15 aglomerados urbanos, o que confere importância destacada na configuração territorial brasileira.

Estrutura social no Brasil metropolitano e não metropolitano

Ao se considerar a estrutura social em 2000, são observadas diferenças significativas na sua composição quando comparadas as 15 principais metrópoles do país com os municípios não metropolitanos, como pode ser observado na Tabela 1. Uma das características marcantes da estrutura social dos municípios não metropolitanos era a forte participação de trabalhadores agrícolas, correspondendo a 26,9% dos ocupados classificados nas categorias sócio-ocupacionais. Ao mesmo tempo, verifica-se que, nos demais grupos sócio-ocupacionais, a participação dos municípios não metropolitanos era sempre menor do que a dos metropolitanos. Porém, quando se consideram os municípios não metropolitanos segundo o porte populacional, constatam-se diferenças importantes entre eles. Aqueles com população acima de 500 mil habitantes apresentavam distribuição percentual dos grupos sócio-ocupacionais semelhante à dos municípios metropolitanos. As diferenças em relação aos metropolitanos aumentam à medida que diminui o porte populacional dos municípios, pois, quanto menor o seu tamanho em termos populacionais, maior é a participação dos trabalhadores agrícolas.

Em 2010, se mantiveram as diferenças entre a estrutura social dos municípios metropolitanos e a dos não metropolitanos observadas em 2000, conforme mostram os dados da Tabela 2. Os não metropolitanos se caracterizam por registrar maior participação da categoria de trabalhadores agrícolas em comparação aos metropolitanos, ao passo que estes últimos possuem maior participação em todas as demais categorias, apresentando semelhança apenas com a categoria dos trabalhadores do secundário. Do mesmo modo que em 2000, os municípios de porte populacional acima de 500 mil habitantes possuem distribuição percentual das categorias sócio-ocupacionais semelhante à dos municípios metropolitanos. E, à medida que diminui o porte populacional dos municípios, aumenta a participação da categoria de trabalhadores agrícolas, ao mesmo tempo que fica mais elevada a diferença entre os demais grupos sócio-ocupacionais em relação aos municípios metropolitanos.

Na comparação entre a estrutura social do Brasil em 2000 e 2010, observamos duas mudanças importantes: aumento da participação do grupo sócio-ocupacional de profissionais de nível superior; e redução da participação do grupo de trabalhadores agrícolas. As alterações nos demais grupos não foram tão expressivas, demonstrando relativa rigidez da estrutura social do Brasil ao longo de uma década.

TABELA 1
Estrutura das categorias sócio-ocupacionais nos municípios metropolitanos e não metropolitanos, por tamanho populacional Brasil – 2000

Em porcentagem

Categorias sócio-ocupacionais (1)	Municípios metropolitanos	Municípios não metropolitanos (por mil hab.)					Total	Total
		Até 20 mil	De 20 mil a 100 mil	De 100 mil a 500 mil	Acima de 500 mil	Total		
Dirigentes	2,3	0,8	1,1	1,8	2,0	1,2	1,6	
Grandes empregadores	1,2	0,4	0,7	1,2	1,1	0,7	0,9	
Dirigentes do setor público	0,3	0,3	0,2	0,2	0,4	0,3	0,3	
Dirigentes do setor privado	0,8	0,0	0,1	0,4	0,5	0,2	0,4	
Profissionais de nível superior	7,3	1,9	3,0	5,7	7,6	3,6	5,0	
Profissionais autônomos de nível superior	1,7	0,4	0,7	1,4	1,5	0,8	1,2	
Profissionais empregados de nível superior	3,1	0,5	0,9	1,9	2,7	1,1	1,9	
Profissionais estatutários de nível superior	0,7	0,2	0,3	0,5	1,1	0,3	0,5	
Professores de nível superior	1,8	0,8	1,2	1,9	2,2	1,3	1,5	
Pequenos empregadores	2,1	1,5	2,0	2,5	2,2	2,0	2,0	
Pequenos empregadores	2,1	1,5	2,0	2,5	2,2	2,0	2,0	
Ocupações médias	26,9	11,1	15,3	22,9	27,0	16,5	20,4	
Ocupações artísticas e similares	1,2	0,8	0,9	1,2	1,1	0,9	1,0	
Ocupações de escritório	9,9	2,8	4,7	7,9	9,8	5,2	6,9	
Ocupações de supervisão	4,0	1,8	2,3	3,3	3,5	2,5	3,0	
Ocupações técnicas	5,8	1,2	2,4	4,8	5,4	2,8	3,9	
Ocupações médias da saúde e educação	3,9	3,8	3,9	3,8	4,7	3,9	3,9	
Ocupações de segurança pública, justiça e correios	2,1	0,7	1,1	1,9	2,5	1,3	1,6	
Trabalhadores do terciário especializado	19,2	9,9	13,9	17,9	19,4	14,0	15,9	
Trabalhadores do comércio	9,2	5,2	7,6	9,4	9,8	7,4	8,1	
Prestadores de serviços especializados	10,0	4,7	6,3	8,5	9,6	6,5	7,8	
Trabalhadores do secundário	23,0	16,6	21,6	25,2	20,4	20,9	21,7	
Trabalhadores da indústria moderna	5,5	2,3	3,8	5,6	4,3	3,8	4,4	
Trabalhadores da indústria tradicional	4,9	4,4	5,3	5,5	3,9	5,0	5,0	
Operários dos serviços auxiliares	5,4	3,7	4,9	5,8	4,7	4,8	5,0	
Operários da construção civil	7,3	6,2	7,5	8,3	7,4	7,3	7,3	
Trabalhadores do terciário não especializado	17,5	11,8	15,0	17,5	19,4	14,9	15,9	
Prestadores de serviços não especializados	5,2	3,3	3,8	4,7	5,1	4,0	4,4	
Trabalhadores domésticos	8,3	6,1	7,6	8,3	9,1	7,4	7,8	
Ambulantes e biscateiros	4,1	2,3	3,6	4,5	5,2	3,5	3,7	
Trabalhadores agrícolas	1,7	46,4	28,1	6,4	2,0	26,9	17,6	
Agricultores	1,7	46,4	28,1	6,4	2,0	26,9	17,6	
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2000.

(1) Classificação proposta pelo Observatório das Metrôpoles (2005).

TABELA 2
Estrutura das categorias sócio-ocupacionais nos municípios metropolitanos e não metropolitanos,
por tamanho populacional
Brasil – 2010

Em porcentagem

Categorias sócio-ocupacionais (1)	Municípios metropolitanos	Municípios não metropolitanos (por mil hab.)				Total	Total
		Até 20 mil	De 20 mil a 100 mil	De 100 mil a 500 mil	Acima de 500 mil		
Dirigentes	1,6	0,7	0,9	1,4	1,6	1,0	1,3
Grandes empregadores	1,0	0,3	0,6	1,0	1,1	0,7	0,8
Dirigentes do setor público	0,3	0,3	0,2	0,3	0,4	0,3	0,3
Dirigentes do setor privado	0,3	0,0	0,1	0,1	0,2	0,1	0,2
Profissionais de nível superior	11,4	4,2	5,3	8,7	11,4	6,5	8,3
Profissionais autônomos de nível superior	2,3	0,5	0,9	1,9	2,3	1,2	1,6
Profissionais empregados de nível superior	5,4	0,9	1,5	3,2	4,5	2,0	3,3
Profissionais estatutários de nível superior	0,9	0,3	0,3	0,6	1,2	0,5	0,6
Professores de nível superior	2,8	2,5	2,6	3,0	3,4	2,8	2,8
Pequenos empregadores	1,3	1,0	1,3	1,7	1,6	1,3	1,3
Pequenos empregadores	1,3	1,0	1,3	1,7	1,6	1,3	1,3
Ocupações médias	26,6	11,9	15,8	22,7	26,4	17,6	21,0
Ocupações artísticas e similares	1,3	1,0	1,2	1,3	1,3	1,2	1,2
Ocupações de escritório	10,4	3,7	5,4	8,3	9,9	6,1	7,7
Ocupações de supervisão	5,0	2,2	2,9	4,3	4,9	3,3	3,9
Ocupações técnicas	5,0	1,5	2,3	4,2	4,8	2,8	3,6
Ocupações médias da saúde e educação	3,6	3,1	3,3	3,4	3,9	3,4	3,5
Ocupações de segurança pública, justiça e correios	1,4	0,4	0,7	1,2	1,6	0,8	1,0
Trabalhadores do terciário especializado	18,8	11,1	14,9	18,4	19,2	15,2	16,6
Trabalhadores do comércio	10,4	6,3	9,1	11,1	11,1	9,1	9,6
Prestadores de serviços especializados	8,4	4,7	5,8	7,3	8,1	6,1	7,0
Trabalhadores do secundário	22,3	19,7	23,3	26,1	21,6	22,9	22,7
Trabalhadores da indústria moderna	4,7	3,4	4,4	5,3	4,4	4,4	4,5
Trabalhadores da indústria tradicional	3,8	4,2	4,6	4,8	3,4	4,4	4,2
Operários dos serviços auxiliares	6,0	4,9	5,9	6,8	5,2	5,8	5,9
Operários da construção civil	7,7	7,1	8,5	9,2	8,6	8,3	8,1
Trabalhadores do terciário não especializado	16,1	11,8	13,5	14,8	16,1	13,6	14,6
Prestadores de serviços não especializados	6,3	4,2	4,5	5,5	5,8	4,8	5,3
Trabalhadores domésticos	8,0	6,2	7,2	7,5	8,2	7,1	7,4
Ambulantes e biscateiros	1,8	1,3	1,8	1,9	2,1	1,7	1,8
Trabalhadores agrícolas	1,8	39,8	25,0	6,2	2,1	21,8	14,2
Agricultores	1,8	39,8	25,0	6,2	2,1	21,8	14,2
TOTAL	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010.

(1) Classificação proposta pelo Observatório das Metrópoles (2015).

Entre 2000 e 2010, observam-se algumas mudanças na estrutura social dos municípios não metropolitanos: aumento da participação do grupo sócio-ocupacional dos profissionais de nível superior, tendência observada em todo o país; crescimento da participação dos trabalhadores do secundário proporcionalmente maior do que o verificado para o total do país e dos trabalhadores do terciário especializados; redução da participação dos pequenos empregadores e dos trabalhadores do terciário não especializados, tendência também observada em todo o país; e diminuição da categoria de trabalhadores agrícolas.

Já para os municípios metropolitanos, praticamente não houve grandes mudanças em sua estrutura social, nesse mesmo período. A alteração mais significativa diz respeito ao crescimento da participação do grupo sócio-ocupacional de profissionais de nível superior, que, apesar de ter sido observado em todo o país, em pontos percentuais foi maior nos municípios metropolitanos. As categorias que mais colaboraram para o aumento do grupo de profissionais de nível superior foram os empregados de nível superior, professores de nível superior e autônomos de nível superior. Os demais grupos sócio-ocupacionais apresentaram mudanças modestas na participação da estrutura social ao longo da década.

Alterações estruturais não ocorrem em períodos tão curtos como o de apenas uma década. E isso não seria diferente para a estrutura social do Brasil (metropolitano e não metropolitano). Entretanto, apesar de não podermos afirmar que houve mudanças expressivas na estrutura social, é possível observar algumas tendências que podem contribuir para, no longo prazo, modificar a estrutura social desses espaços analisados.⁴ Nota-se, por um lado, que houve de modo geral aumento das categorias sócio-ocupacionais dos profissionais de nível superior, que são ocupações que requerem o atributo superior de escolaridade. Isso pode significar que ou ocorreu crescimento de ocupações com essa exigência na sociedade brasileira, ou houve mudanças nos requisitos, fazendo com que ocupações que antes poderiam ser exercidas por pessoas sem o nível superior agora passam a exigir essa escolaridade, em decorrência do aumento do nível de instrução verificado na sociedade brasileira, ou esses dois fenômenos aconteceram ao mesmo tempo.

Por outro lado, as mudanças ocorridas nos espaços não metropolitanos foram mais intensas do que as observadas nos metropolitanos, sobretudo em decorrência da redução da participação dos trabalhadores agrícolas. Confirmada essa tendência, no longo prazo os espaços não metropolitanos ficarão com estruturas sociais semelhantes aos metropolitanos. Isso pode significar que o processo de mecanização do campo ou mesmo o avanço da industrialização agrícola pode colaborar para a constituição de ocupações semelhantes entre os espaços metropolitanos e os não metropolitanos. O fato de a estrutura social dos espaços não metropolitanos apresentar tendência de

⁴ É evidente que há outras dimensões que também afetam a estrutura social, como a estrutura educacional, participação na força de trabalho e estrutura etária, por exemplo, mas, devido às limitações de espaço no presente texto, não é possível tecer considerações sobre elas.

aproximação com a estrutura social dos espaços metropolitanos pode significar que a sociedade brasileira tende a se constituir cada vez mais como uma sociedade urbana, o que não significa, entretanto, que aqueles espaços passarão a se configurar como metropolitanos propriamente dito.

De todo modo, o que verificamos é uma estrutura pouco flexível em termos de mudanças composicionais. Ao se considerarem os grupos sócio-ocupacionais de trabalhadores do terciário especializado, trabalhadores do secundário, trabalhadores do terciário não especializado e trabalhadores agrícolas como ocupações que constituem o que se pode chamar de classe popular, observa-se que, nos municípios metropolitanos, elas representavam 61,4% das categorias sócio-ocupacionais, em 2000, e 59%, em 2010. Do mesmo modo, se considerarmos os grupos de pequenos empregadores e ocupações médias como as classes intermediárias ou classes médias da estrutura social, verifica-se que elas correspondiam a 28,9%, em 2000, e a 28%, em 2010. Tais resultados demonstram a manutenção da participação tanto das classes populares quanto das classes médias. Mudanças mais sensíveis são observadas nos grupos sócio-ocupacionais de dirigentes e de profissionais de nível superior, que podem ser entendidos como classe dominante da estrutura social, os quais passaram de 9,6% para 13,1%, entre 2000 e 2010. Esse aumento deveu-se ao crescimento da participação dos profissionais de nível superior, como visto anteriormente, uma vez que houve redução para os dirigentes. Apesar dessas alterações na classe dominante, o que ocorreu ao longo da primeira década do século 20 está longe do que poderia ser chamado de mudanças da estrutura social, como sugerem as análises que mencionam o surgimento de uma nova classe média (NERI, 2008, 2010), ou mesmo ampliação da base da pirâmide social (POCHMAN, 2012). Assim, diante da relativa rigidez dessa estrutura sócio-ocupacional, como ocorreu a redução das desigualdades de renda nos espaços metropolitanos e não metropolitanos? Vejamos.

Desigualdades de renda

O Brasil apresenta diversidade muito expressiva em relação ao rendimento mensal total médio dos residentes dos municípios. Quando se considera esta variável segundo o porte populacional dos municípios, observa-se que, apesar de todos terem apresentado aumento real entre 2000 e 2010, o nível de crescimento foi diferente entre eles, como pode ser verificado na Tabela 3. Os municípios metropolitanos registram os maiores valores de rendimento médio mensal de seus residentes, tanto em 2000 quanto em 2010, mas seu crescimento nessa década foi um dos menores, correspondendo a 17,6%. Mesmo tendo havido variação diferente entre os tipos de municípios, constata-se, tanto em 2000 quanto em 2010, que existe uma relação direta entre o porte populacional e o rendimento mensal total médio dos residentes, pois, quanto maior a população, mais elevado é o nível do rendimento mensal total médio dos residentes. De todo modo, o maior crescimento do rendimento total médio mensal dos residentes nos municípios de menor porte populacio-

nal pode ser decorrente do aumento real do salário mínimo⁵ e da ampliação da política de transferência de renda ocorrida ao longo da década, tendo em vista que os municípios de menor porte populacional podem ser mais dependentes desse tipo de renda, uma vez que sua estrutura econômica pode ser menos complexa do que aquelas existentes nos municípios de maior porte populacional, principalmente nas metrópoles. A mesma relação é observada também para o rendimento do trabalho principal, pois, quanto menor o porte populacional do município, maior é seu crescimento relativo. Porém, essa situação se apresenta de forma ainda mais crítica para os contextos metropolitanos do país, tendo em vista que a média desse tipo de rendimento sofreu redução entre 2000 e 2010.⁶

TABELA 3
Médias do rendimento total dos residentes e do rendimento do trabalho principal, segundo porte populacional dos municípios
Brasil – 2000-2010

Porte populacional do município	Média do rendimento (em reais)		Variação 2000-2010 (%)	Taxa de crescimento anual (%)
	2000 (1)	2010		
Rendimento total dos residentes (2)				
Municípios metropolitanos	1.033,91	1.216,00	17,6	1,6
Municípios não metropolitanos				
Mais de 500 mil hab.	877,55	1.112,51	26,8	2,4
Mais de 100 mil a 500 mil hab.	774,53	935,03	20,7	1,9
Mais de 20 mil a 100 mil hab.	482,10	615,22	27,6	2,5
Até 20 mil hab.	380,75	516,72	35,7	3,1
Total	735,27	901,01	22,5	2,1
Rendimento do trabalho principal				
Municípios metropolitanos	1.628,79	1.592,62	-2,2	-0,2
Municípios não metropolitanos				
Mais de 500 mil hab.	1.373,22	1.435,62	4,5	0,4
Mais de 100 mil a 500 mil hab.	1.210,24	1.250,84	3,4	0,3
Mais de 20 mil a 100 mil hab.	770,10	844,53	9,7	0,9
Até 20 mil hab.	587,56	687,67	17,0	1,6
Total	1.156,34	1.206,25	4,3	0,4

Fonte: IBGE. Censos Demográficos 2000 e 2010.

(1) Corrigido pelo INPC de 31 de julho de 2010.

(2) Inclui todos rendimentos de todos os trabalhos e rendimentos de outras fontes.

Para avaliar as desigualdades de renda entre os estratos sociais para os diferentes municípios segundo seu porte populacional, foi analisada a razão do rendimento médio do trabalho principal de cada uma das categorias sócio-ocupacionais tendo como referência aquela que, no meio urbano, apresenta posição mais inferior na hierarquia social: trabalhadores do terciário não especializados. Nessa categoria, estão incluídos os prestadores de

⁵ O salário mínimo, em 2000, era de R\$ 151,00; em 2010, passou para R\$ 510,00. Ao considerar a inflação desse período, houve um aumento real de 75%.

⁶ Apesar de apresentar redução entre os anos citados, a partir dos dados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), há evidências de que o comportamento do rendimento médio era de queda até meados da década e de retomada do crescimento até os anos 2010, porém sem alcançar o patamar de 2000 (RIBEIRO, 2013).

serviços não especializados, os trabalhadores domésticos e os ambulantes e biscateiros. O cálculo da razão do rendimento médio de cada categoria sócio-ocupacional em relação aos trabalhadores do terciário não especializados permite avaliar o grau de desigualdade entre as diversas categorias, como pode ser observado na Tabela 4.

TABELA 4
Razão de renda do trabalho principal, por porte populacional dos municípios,
segundo estrutura sócio-ocupacional
Brasil – 2000-2010

Estrutura sócio-ocupacional	Municípios metropolitanos		Municípios não metropolitanos (por mil hab.)								Total	
			Mais de 500 mil hab.		Mais de 100 mil até 500 mil hab.		Mais de 20 mil até 100 mil hab.		Até 20 mil hab.			
	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010	2000	2010
Dirigentes	17,6	15,0	18,9	14,1	17,0	11,5	18,9	12,3	16,5	11,1	18,7	14,0
Profissionais de nível superior	6,6	5,8	6,7	5,8	5,9	4,8	5,6	4,5	5,0	3,8	6,7	5,5
Pequenos empregadores	8,7	6,8	9,3	6,5	8,7	5,8	9,5	6,4	10,4	6,9	9,0	6,4
Ocupações médias	2,8	2,6	2,9	2,7	2,7	2,5	2,6	2,5	2,5	2,3	2,9	2,6
Trabalhadores do terciário especializado	1,7	1,6	1,8	1,7	1,8	1,7	1,9	1,8	2,0	1,9	1,8	1,7
Trabalhadores do secundário	1,7	1,5	1,8	1,6	1,7	1,6	1,9	1,6	2,1	1,7	1,8	1,6
Trabalhadores do terciário não especializados	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0	1,0
Agricultores	0,9	0,8	1,2	1,1	1,0	0,9	0,8	0,7	1,0	0,9	0,7	0,7

Fonte: IBGE. Censos Demográficos 2000 e 2010.

Verifica-se para o total do Brasil que, em 2000, a categoria dos dirigentes ganhava, em média, 18,7 vezes mais do que os trabalhadores do terciário não especializados. Mesmo sendo a categoria com a maior média de rendimento, em 2010, houve redução dessa razão, quando os dirigentes passaram a ganhar 14 vezes mais do que os trabalhadores do terciário não especializados. Também ocorreu redução da razão do rendimento médio do trabalho principal das demais categorias sócio-ocupacionais em relação aos trabalhadores do terciário não especializados, entre 2000 e 2010: os profissionais de nível superior diminuíram sua razão em relação à categoria de referência de 6,7 para 5,5; os pequenos empregadores de 9,0 para 6,4; as ocupações médias de 2,9 para 2,6; os trabalhadores do terciário especializados de 1,8 para 1,7; e os trabalhadores do secundário de 1,8 para 1,6. Mesmo assim, a hierarquia de remuneração se manteve nesse período, com todas as categorias auferindo rendimento médio mais elevado do que aquela de referência, com exceção dos trabalhadores agrícolas que, nos dois anos, apresentaram rendimento médio em torno de 70% do auferido pelos trabalhadores do terciário não especializados.

A redução do grau de desigualdades entre as categorias sócio-ocupacionais deveu-se a dois fatores que operaram ao mesmo tempo: de um lado, houve aumento do rendimento

médio do trabalho principal para os trabalhadores do terciário não especializados, que pode ter sido decorrente do crescimento real do salário mínimo no período analisado; de outro lado, diminuiu o rendimento médio das categorias que ocupam posições mais elevadas da estrutura social – dirigentes, profissionais de nível superior e pequenos empregadores, cujas ocupações não são remuneradas tendo como referência o salário mínimo. As demais categorias (ocupações médias e trabalhadores do terciário especializado) registraram elevação da média do rendimento, mas, como proporcionalmente o aumento da média do rendimento dos trabalhadores do terciário não especializados foi maior, observou-se maior aproximação na remuneração para o conjunto das categorias, apesar de as diferenças ainda serem muito grandes entre elas.

Comportamento semelhante também pode ser observado nos municípios metropolitanos, embora a redução do grau de desigualdade tenha sido muito menor do que para o conjunto do país, principalmente na comparação das categorias de dirigentes e de pequenos empregadores. Por exemplo, em 2000, o grupo dos dirigentes ganhava, em média, 17,6 vezes mais do que os trabalhadores do terciário não especializados, passando para 15 vezes mais, em 2010. Para os pequenos empregadores, essa razão diminuiu de 8,7 para 6,8 vezes mais, entre 2000 e 2010. De modo geral, quando se consideram os municípios não metropolitanos segundo o porte populacional, observa-se que o grau de desigualdade retraiu-se principalmente entre as categorias de dirigentes e pequenos empregadores em relação aos trabalhadores do terciário não especializado. Além disso, é possível observar que o nível de redução do grau de desigualdades tendeu a ser cada vez maior quanto menor era o porte populacional. Ou dito de outra forma: quanto maior o porte populacional, maior é o nível de desigualdades de renda.

Essa constatação leva à interpretação de que, apesar da redução das desigualdades de renda observada principalmente entre as categorias de dirigentes e de pequenos empregadores, o nível (ou o ritmo) em que ela se manifesta depende do contexto espacial em que a análise está sendo realizada, pois essa redução é muito mais elevada nos municípios de menor porte populacional do que naqueles de maior porte ou mesmo nos metropolitanos, tendo em vista que os municípios de menor porte populacional são os mais impactados pelo aumento real do salário mínimo, como ocorreu na última década. Apesar disso, o rendimento mensal total médio continua sendo mais elevado nos municípios de maior porte populacional, principalmente nos metropolitanos.

O fato de o rendimento mensal total médio continuar sendo mais elevado nos municípios de maior porte populacional pode decorrer do efeito de aglomeração econômica, que tende a ser maior nos contextos metropolitanos e, por conseguinte, nos municípios mais populosos. Nos contextos em que se manifesta, o efeito aglomeração tende a apresentar maior complexidade das atividades econômicas, do mercado de trabalho e, por isso, os níveis de remuneração tendem ser mais elevados. Isso significa que as metrópoles continuam sendo lócus de concentração das oportunidades no mercado de trabalho, principalmente

para obtenção de maior nível de remuneração e, ao mesmo tempo, o lugar de maior rigidez na redução das desigualdades de renda.

A despeito do aumento da participação relativa dos profissionais de nível superior na década, como visto na seção anterior, tanto nos municípios metropolitanos quanto naqueles não metropolitanos, houve redução das desigualdades de renda quando comparados com os trabalhadores do terciário não especializados. Isso decorre tanto do decréscimo da média de rendimento dos primeiros quanto do aumento da média de rendimento dos últimos. Ou seja, apesar de haver mais pessoas exercendo atividades cujas ocupações exigem nível superior de escolaridade, a média de rendimento foi decrescente no período analisado, apontando, em linhas gerais, a dificuldade de a escolaridade transformar-se em renda, sobretudo no momento em que aquele recurso (a escolaridade) deixa de ser escasso socialmente, tendo em vista o aumento do nível de escolarização da população brasileira nos últimos anos.

As ocupações médias – trabalhadores do terciário especializados e trabalhadores do secundário –, em todos os contextos analisados, apresentaram redução das desigualdades de renda, no período, na comparação com os trabalhadores do terciário não especializados. O contrário ocorreu com os trabalhadores agrícolas que, tanto nos municípios metropolitanos como nos não metropolitanos, registraram aumento das desigualdades de renda no período analisado na comparação com a categoria de referência.

De modo geral, vimos que há uma hierarquia de renda entre os estratos sociais tanto nos municípios metropolitanos quanto nos não metropolitanos, mas o comportamento observado entre eles não se deu no mesmo nível (ou ritmo), quando comparados os resultados para 2000 e 2010, pois houve redução das desigualdades de renda, mas esta foi mais acentuada nos municípios de menor porte populacional, que são aqueles que possuem menor média de rendimento.

Considerações finais

Este trabalho objetivou analisar as mudanças na estrutura social e nas desigualdades de renda ocorridas nos espaços metropolitanos do país em comparação com os não metropolitanos. Além disso, buscou analisar a importância que o porte populacional dos municípios, tendo em vista as diferentes posições que estes ocupam na estrutura social, tem sobre as diferenças de obtenção de renda no mercado de trabalho. Para tanto, foi considerado um esquema de estratificação social como *proxy* da estrutura social, pois informa as diferentes posições sociais que os indivíduos ocupam na referida estrutura social. A utilização desse esquema decorreu da importância de se analisarem as desigualdades de renda segundo as diferentes posições sociais e não as desigualdades de renda segundo estratos de renda.

Na comparação entre 2000 e 2010, houve pequenas alterações na estrutura social brasileira, observadas também na estrutura social do conjunto das metrópoles do país e dos municípios não metropolitanos. A mudança mais significativa que ocorreu na década

nas metrópoles brasileiras foi o aumento da participação dos profissionais de nível superior. Para o conjunto dos municípios não metropolitanos, observa-se que houve redução da participação dos trabalhadores agrícolas, embora essa categoria de trabalhadores continue muito expressiva e talvez seja por isso que há diferenças de composição social na comparação entre os espaços metropolitanos e os não metropolitanos.

Na análise referente às desigualdades de renda entre as diferentes posições da estrutura social, observamos que existe relação direta entre os municípios segundo o porte populacional e o rendimento médio, ou seja, quanto maior o porte populacional, maior é o rendimento médio, o que significa que os municípios metropolitanos apresentam maior nível de rendimento médio. A nosso ver, isso deve-se ao efeito de aglomeração dos municípios maiores, que possuem maior complexidade da atividade econômica, maior diversificação do mercado de trabalho e maior concentração de empregos, o que possibilita maior nível de remuneração para os indivíduos que aí residem, como são os casos, principalmente, dos espaços metropolitanos.

Quando se considerou a estrutura social segundo o porte populacional, percebemos que, de modo geral, houve redução das desigualdades de renda, decorrente principalmente do aumento da renda média da base da estrutura social e da retração do rendimento médio de estratos situados em posições mais elevadas da estrutura social. Mas tal resultado foi menor nos municípios metropolitanos em comparação aos não metropolitanos. Ao considerarmos que os municípios de menor porte populacional são aqueles que mais sofrem o efeito da política de salário mínimo, porque seu impacto incide principalmente nas categorias que estão na base da estrutura social, podemos compreender que, numa conjuntura de aumento real do salário, o resultado contribui no sentido da redução das desigualdades, como ocorreu na década de 2000. O mesmo não se verifica com tanta intensidade nos municípios mais dinâmicos, como são aqueles de maior porte populacional, porque, apesar de também sofrerem o efeito da política de salário mínimo, tal impacto é mais ameno, devido à complexidade de sua estrutura econômica.

Consideramos, portanto, que as mudanças que ocorreram entre 2000 e 2010 não foram capazes de retirar a centralidade dos espaços metropolitanos brasileiros, tendo em vista que são áreas que se caracterizam por maior complexidade econômica, do mercado de trabalho e, por isso mesmo, por oportunidades de remunerações mais elevadas, não dependentes completamente da variação do salário mínimo. Por este motivo, as metrópoles apresentam maior rigidez na redução das desigualdades de renda.

Referências

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2008.

DAVIS, K.; MOORE, W. E. Alguns princípios de estratificação. In: VELHO, O. G.; PALMEIRA, M. G. S.; BERTELLI, A. R. (Org.). **Estrutura de classe e estratificação social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977. p. 101-116.

DINIZ, C. C.; DINIZ, B. C. A região metropolitana de São Paulo: reestruturação, reespecialização e novas funções. **EURE**, Santiago, v. 33, n. 98, p. 27-43, 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regic – Região de Influência das Cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

NERI, M. C. **A nova classe média**. Rio de Janeiro: FGV/Ibre, 2008.

_____. **A pequena grande década: crise, cenários e a nova classe média**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. **Análise das regiões metropolitanas do Brasil**. Relatório da Atividade 1: identificação dos espaços metropolitanos e construção de tipologias. Rio de Janeiro: Observatório das Metrôpoles, 2005.

PASTORE, J.; VALLE SILVA, N. do. **Mobilidade social no Brasil**. São Paulo: Macron Books, 2000.

POCHMANN, M. **Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.

RIBEIRO, L. C. de Q. Desigualdades de oportunidades e segregação residencial: a metropolização da questão social no Brasil. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 59, p. 221-233, maio/ago. 2010.

RIBEIRO, L. C. de Q.; LAGO, L. C. do. **Reestruturação nas grandes cidades brasileiras**. O modelo centro/periferia em questão. Rio de Janeiro: Ippur, 1994.

RIBEIRO L. C. de Q.; RIBEIRO M. G. **Análise social do território: fundamentos teóricos e metodológicos**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013a.

_____. (Org.). **Ibeu: Índice de Bem-Estar Urbano**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013b.

RIBEIRO, M. G. Desigualdades de renda e estrutura social no Brasil metropolitano. In: RIBEIRO, M. G.; COSTA, L. G.; RIBEIRO, L. C. Q. (Org.). **Estrutura social das metrópoles brasileiras: análise da primeira década do século XXI**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

SCALON, M. C. **Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências**. Rio de Janeiro: Revan, 1999.

SOUZA, J. **Os batalhadores brasileiros**. Nova classe média ou nova classe trabalhadora? Belo Horizonte: UFMG, 2010.

STAVENHAGEN, R. Estratificação social e estrutura de classe. In: VELHO, O. G.; PALMEIRA, M. G. S.; BERTELLI, A. R. (Org.). **Estrutura de classe e estratificação social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977. p. 117-148.

WEBER, M. Classe, status, partido. In: VELHO, O. G.; PALMEIRA, M. G. S.; BERTELLI, A. R. (Org.). **Estrutura de classe e estratificação social**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977. p. 57-76.

Sobre o autor

Marcelo Gomes Ribeiro é economista, doutor em Planejamento Urbano e Regional e mestre em Sociologia. Professor do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Ippur/UFRJ).

Endereço para correspondência

Av. Pedro Calmon, n. 550, prédio da Reitoria, 5º andar
21941-596 – Rio de Janeiro-RJ, Brasil

Abstract

Social structure and income inequality: a comparison between the Brazil's metropolitan and non-metropolitan cities from 2000 to 2010

This paper aims to analyze the changes in the social structure and income inequality of the main Brazilian metropolitan cities in comparison to non-metropolitan areas, in order to reflect on their importance in the context of economic and social changes that have taken place in the country over the last decade. Nevertheless, when it comes to public and academic debate based on the analysis of income groups, its focus has fallen mainly on the reduction of income inequalities, but not always considering social structure. In this sense, the attempt is to answer the following question: if the reduction of income inequality is observed in the analysis among income strata, is also being observed among socio-occupational stratification, and how did this take effect in the metropolitan and non-metropolitan areas? For this purpose were used data from the IBGE – 2000 and 2010 Demographic Censuses, aiming a comparison of the income distribution structure among municipalities according to their population size, but considering also those municipalities located in the metropolitan and non-metropolitan areas, as well as the income inequalities between social strata in the different spatial context by utilizing the ratio of average income among those strata. The results show that although the Brazilian metropolitan areas maintain its centrality regarding the labor market dynamics, since they present higher average of total income and labor income of its residents than the non-metropolitan areas, the biggest reductions in income inequality in the period occurred in non-metropolitan areas, especially in smaller municipalities according to their population size.

Keywords: Income Inequality. Social structure. Metropolitan areas. Non-metropolitan areas.

Resumen

La estructura social y la desigualdad de ingresos: una comparación entre los municipios metropolitanos y no metropolitanos de Brasil entre 2000 y 2010

Este artículo tiene como objetivo analizar los cambios en la estructura social y en las desigualdades de ingresos de las principales metrópolis brasileñas en comparación con las áreas no metropolitanas, para reflexionar sobre la importancia de las metrópolis en el contexto de los cambios económicos y sociales ocurridos en la última década. Sin embargo, en el debate público y académico sobre estos cambios, el foco del análisis ha recaído principalmente en la reducción de la desigualdad de ingresos a partir del análisis de los estratos de ingresos. En ese sentido, se trata de contestar la pregunta: si la reducción de la desigualdad de ingresos, percibida en el análisis de los estratos de ingresos, también se observa entre los estratos sociales considerados desde una estratificación socio-ocupacional, y como ocurrió esta relación entre las áreas metropolitanas y no metropolitanas? Para este propósito, se utilizan los datos de los censos de población de 2000 y 2010 del IBGE con el fin de comparar la estructura de distribución del ingreso entre los municipios de acuerdo con el tamaño de su población, teniendo en cuenta aquellos municipios en las áreas metropolitanas y no metropolitanas, y las desigualdades de ingresos entre los estratos sociales en los diferentes contextos espaciales utilizando la razón de los promedios de ingresos entre esos estratos. Los resultados muestran que, a pesar de que las metrópolis brasileñas sigan manteniendo su centralidad con respecto a la dinámica del

mercado de trabajo, debido a que tienen el promedio del total de ingresos y el ingreso de la ocupación principal de sus habitantes superior a los espacios que no son metropolitanos, las mayores reducciones en la desigualdad de ingresos se produjeron en áreas no metropolitanas, especialmente en los municipios más pequeños de acuerdo a su tamaño poblacional.

Palabras-clave: Desigualdad de ingresos. Estructura social. Áreas metropolitanas. Áreas no metropolitanas.

Recebido para publicação em 19/11/2015

Recomendado para publicação em 01/07/2016

Aceito para publicação em 01/08/2016

À espera da seca que vem: capacidade adaptativa em comunidades rurais do semiárido

Ansu Mancal*
Patrícia Verônica Pinheiro Sales Lima**
Ahmad Saeed Khan***
Maria Irlles de Oliveira Mayorga****

Este artigo avalia a disponibilidade de recursos necessários para criação de capacidade adaptativa em comunidades rurais do semiárido brasileiro. A pesquisa utiliza dados primários obtidos por meio de aplicação de questionários. Dada a grande extensão geográfica da região, adota-se como recorte uma amostra de comunidades rurais inseridas em áreas susceptíveis à desertificação no Estado do Ceará. A discussão é feita a partir de um sistema de indicadores definido por meio de consultas a especialistas (método Delphi) e subdividido em quatro dimensões da capacidade adaptativa: capital social, capital econômico, capital humano e capital natural, pressupondo que a capacidade adaptativa é definida pela disponibilidade de um conjunto de recursos capazes de promover o bem-estar local. A análise da distribuição dos indicadores selecionados mostra que as comunidades possuem baixos níveis de recursos necessários para adaptação, sendo que os pontos mais críticos são destacados na dimensão de capital humano. No contexto observado acredita-se que as ações governamentais que poderiam melhorar a capacidade adaptativa das comunidades rurais do semiárido em relação às secas não encontram ambiente social propício para expressarem seu potencial, sendo o maior desafio a adoção de estratégias integradas de educação e capacitação da população que atuem de forma transversal em todas as políticas voltadas para o desenvolvimento local.

Palavras-chave: Capacidade adaptativa. Vulnerabilidade climática. Políticas públicas.

* Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo (Esalq-USP), Piracicaba-SP, Brasil (mancalansu@yahoo.com.br).

** Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza-CE, Brasil (pvpslima@gmail.com).

*** Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza-CE, Brasil (saeed@ufc.br).

**** Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza-CE, Brasil (irlesmayorga@gmail.com).

Introdução

A seca é um dos mais complexos e menos compreendidos fenômenos climáticos, afetando mais pessoas que qualquer outro perigo natural. Uma boa parte do planeta vai experimentar longa e extrema situação de seca nos próximos anos. É provavelmente verdadeira a máxima de que não exista um ano sem que esteja havendo um grave problema de seca em algum lugar da terra (ROSENBERG, 1980). No atual mundo interconectado, as secas regionais podem ter impactos globais sobre a oferta de alimentos e, conseqüentemente, prejudicar a estabilidade econômica e governamental em nível mundial (STERNBERG, 2011). Assim, toda a população mundial encontra-se vulnerável ao evento.

No Brasil, a seca atua regularmente no semiárido, com impactos variantes no tempo e no espaço, em função de fatores físicos e sociais, bem como de tendências demográficas e características geográficas (MONACELLI; GALLUCCIO; ABBAFATI, 2005). As consequências das secas na região são de naturezas ambiental (perda da flora e da fauna, erosão do solo, escassez de recursos hídricos), social (desemprego, fome, processos migratórios) e econômica (queda da produção agrícola e de setores a ela relacionados). Como se trata de um perigo natural, a população pode reduzir seus impactos por meio de mitigação e preparação para enfrentá-los.

As ações governamentais para mitigação dos impactos da seca no semiárido brasileiro privilegiaram, por muitos anos, aspectos emergenciais e assistencialistas, sem um planejamento estratégico. No entanto, é incontestável a existência de um cenário de mudanças na governança da seca. Mais recentemente, a postura de combate à seca vem sendo substituída por estratégias de convivência. A população está sendo inserida, lentamente, em processos decisórios e adquirindo um papel de protagonismo, o qual é determinante para transformações efetivas, especialmente aquelas relacionadas à criação de capacidade adaptativa.

A preocupação com a criação de capacidade adaptativa em populações vulneráveis não é recente, mas ganhou maior notoriedade com os debates mundiais sobre mudanças climáticas ocorridos durante encontros internacionais, como a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio 92, Convenção Quadro sobre Mudança Climática, Convenção sobre Diversidade Biológica, Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação e tantos outros. As projeções do Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC, 2014) apontam para a intensificação das secas em escala global, tanto na intensidade quanto na frequência, e também ressaltam a necessidade de dotar a população de meios para se adaptar e conviver da melhor forma possível com a seca, dentro de suas limitações em termos de recursos disponíveis. Cenários para o Brasil identificam a região semiárida como a mais vulnerável às mudanças esperadas, especialmente suas áreas rurais, onde são previstas secas mais intensas e frequentes (MARENGO et al., 2007). Caso as previsões se concretizem, ocorrerão empobrecimento dos solos, perda de biodiversidade, redução na recarga de aquíferos, além da queda na produção das culturas

agrícolas (BARBIERI et al., 2010). Segundo Cedeplar e Fiocruz (2008), muitas áreas se tornarão inabitáveis.

Considerando-se o quadro descrito, embora não existam estudos conclusivos sobre relações entre dinâmica demográfica e mudanças climáticas (BARBIERI, 2013), é aceitável pressupor que, se a população rural não estiver dotada de recursos para se adaptar e conviver da melhor forma possível com a seca, haverá um aumento dos deslocamentos populacionais em direção às áreas urbanas, mesmo que em uma perspectiva de longo prazo, uma vez que os impactos das mudanças climáticas sobre as migrações tenderão a ser pouco pronunciados até 2020 (QUEIROZ; BARBIERI, 2009).

Estudos sobre a capacidade adaptativa da população rural do semiárido são pertinentes, considerando-se que a mesma se mostra pouco apta a enfrentar as dificuldades inerentes a cada nova seca, fato que ficou evidente no biênio 2012-2013, quando ocorreu uma das maiores secas dos últimos 30 anos (LINDOSO, 2013). Admite-se que a recorrência da seca e a certeza de que ocorrerá não têm sido suficientes para criar capacidade adaptativa, tampouco intervenções pontuais de governos ou organizações não governamentais. Tal contexto instiga uma série de questionamentos. Esse estudo centra-se em dois deles: quais os principais recursos necessários para que a população rural adquira capacidade adaptativa às secas? As comunidades rurais possuem os recursos demandados para criação de capacidade adaptativa? Os questionamentos colocados são complexos e requerem estudos empíricos para sua compreensão. Nessa perspectiva, o presente artigo tem como objetivo analisar a capacidade adaptativa de comunidades rurais do semiárido do Ceará, a partir da disponibilidade de recursos sociais, econômicos, humanos e naturais.

Segundo Nisbet (1982), comunidade é uma forma de organização na qual as relações entre os indivíduos caracterizam-se por elevado grau de intimidade, compromisso moral e comprometimento com o bem de todos. Peixoto (2006) complementa que a comunidade realiza-se em grupos pequenos e com objetivos comuns, o que favorece sentimento de solidariedade e estimula a participação nos processos decisórios. Sob essas condições, as comunidades rurais aqui referidas podem ser entendidas como pequenas “aldeias”, em uma área delimitada, povoadas principalmente por famílias de agricultores, onde as atividades são realizadas em espaços individuais e comuns, geralmente gerenciados pelos chefes de família (SABOURIN, 1999). A escolha de comunidades rurais como objeto de estudo tem a pretensão de chamar atenção para a necessidade de pensar a construção de capacidade adaptativa a partir de uma visão multidimensional e tendo como foco as condições locais

Procedimentos metodológicos

A análise da capacidade adaptativa nas comunidades rurais do semiárido foi realizada em duas fases. Inicialmente, definiu-se um conjunto de recursos necessários para se alcançar capacidade adaptativa. Em seguida, foi efetuada uma pesquisa de campo, de

modo a coletar os dados demandados para avaliação da disponibilidade de tais recursos nas comunidades rurais. A seguir, apresenta-se a descrição dessas duas fases.

Procedimento adotado na definição dos recursos necessários para capacidade adaptativa

No âmbito da definição, entende-se que capacidade adaptativa é a habilidade de um dado sistema de: modificar suas características ou comportamento de forma a lidar melhor com estresses externos previstos ou já existentes (BROOKS, 2003); formular e implementar estratégias efetivas de adaptação ou reagir a perigos em evolução de forma a reduzir os danos resultantes (BROOKS; ADGER, 2005); e ajustar-se às mudanças, tirar vantagens das oportunidades e conviver com as consequências (HARLEY et al., 2008). Dessa forma, a capacidade adaptativa de um sistema depende de suas condições sociais, econômicas, humanas e naturais (GBETIBOUO; RINGLER; HASSAN, 2010; ANTWI-AGYEI et al., 2012) e envolve, portanto, a disponibilidade de todos os tipos de recursos que podem ser mobilizados para se adaptar às mudanças (PROVIA, 2013).

Considerando-se os conceitos citados, especialmente que a capacidade adaptativa está diretamente ligada à disponibilidade de recursos e à habilidade de alocação desses em benefício comum dentro de um sistema, entendido aqui como comunidade rural, adotou-se neste estudo que a capacidade adaptativa das comunidades rurais do semiárido é a sua habilidade potencial de se reorganizar diante das variações e mudanças e situar-se na melhor condição possível dentro das limitações dos recursos disponíveis, de modo a garantir a qualidade de vida da população em períodos de seca.

A análise da capacidade adaptativa pode ser realizada de maneiras diversas, já que diferentes fatores podem determiná-la, em contextos específicos (PROVIA, 2013). Assim, tendo em vista que em uma comunidade rural existem recursos sociais, econômicos, humanos e naturais e que a soma dos diferentes recursos disponíveis ou acumulados corresponde ao capital (GROOTAERT; VAN BASTELAER, 2001), optou-se por analisar a capacidade adaptativa em quatro dimensões: capital social, capital econômico, capital humano e capital natural.

A existência de capital social em uma comunidade se traduz em capacidade adaptativa, pois proporciona condições para enfrentar mudanças. As populações dos sistemas com alto nível de confiança e extensa relação organizacional possuem maior sensibilidade em perceber as oportunidades (KWON; ARENIUS, 2010). Pessoas que se envolvem em círculos sociais e investem tempo e esforços para manter suas relações recebem mais informações relevantes provenientes de diferentes camadas da sociedade, ficando mais atentas e preparadas para se ajustarem às mudanças (BHAGAVATULA et al., 2010).

De acordo com Sterling (1982), capital econômico é constituído por recursos físicos (envolvem a capacidade produtiva das comunidades e seus meios de produção) e recursos monetários (disponibilidade de dinheiro para investimentos, por exemplo). Segundo Ungar (2011), o capital econômico favorece o potencial de recuperação após um período

de seca e reduz seus impactos, uma vez que contribui para a implementação de medidas de adaptação e sustenta o novo crescimento econômico.

O capital humano, por sua vez, permite alcançar as projeções econômicas e o bem-estar da população pobre de forma significativa (SCHULTZ, 1981). Nas comunidades rurais expostas a secas, o capital humano reduz vulnerabilidades, pois oferece conhecimento para a percepção do estresse e, em seguida, para a concepção e implementação das medidas necessárias para o seu enfrentamento (PELLING; HIGH, 2008).

O conceito de capital natural compreende o estoque do ecossistema capaz de prover bens e serviços para a humanidade e outras espécies que dele dependam (DONG et al., 2012), sendo formado por quantidades acumuladas e fluxos da natureza dos quais a humanidade retira materiais e energia (MEADOWS, 1998). A biodiversidade, a terra e a água podem ser consideradas estoques de capital natural (EHRlich; KAREIVA; DAILY, 2012). A falta desses elementos implica ausência de bem-estar (COSTANZA et al., 1997) e redução dos meios para obtenção de capacidade adaptativa.

Com base nessa associação entre capitais e capacidade adaptativa, buscou-se definir um conjunto de recursos, tangíveis e intangíveis, necessários para a existência de capacidade adaptativa em comunidades rurais expostas às secas. Inicialmente foram pré-selecionados 64 recursos, os quais foram avaliados quanto à sua relevância por meio do método Delphi, que consiste em uma técnica de interação estruturada, em que especialistas são solicitados a atribuir um valor numérico (nota) a variáveis previamente selecionadas, conforme sua relevância dentro de um dado contexto.¹

Não existe um número específico de especialistas a serem consultados na metodologia Delphi, podendo situar-se entre 20 e 40 estudiosos (NATHENS et al., 2003) ou variar de 18 a 20 (GOLUCHOWICZ; BLIND, 2011; MANIZADE; MASON, 2011). Na presente pesquisa foram contatados 147 especialistas, do Brasil e de outros países, cujo critério para a seleção foi a experiência sobre capacidade adaptativa, demonstrada por meio da linha de pesquisa informada em seus currículos e da produção bibliográfica sobre o tema. Considerando-se que os recursos pré-selecionados foram organizados em capital econômico, capital humano, capital natural e capital social, buscou-se abranger especialistas nessas quatro dimensões.

O contato com os especialistas ocorreu por *e-mail*, sendo assegurado a estes o anonimato. Cada especialista recebeu um formulário, com o conjunto de 64 recursos propostos na sua respectiva dimensão, e foi orientado a atribuir uma nota de 0 a 4 a cada recurso, segundo sua importância como componente da capacidade adaptativa, sendo 0 = sem importância, 1 = pouco importante, 2 = importante, 3 = muito importante e 4 = extremamente importante.

Após a primeira consulta, ou simplesmente “rodada”, todos os formulários respondidos foram avaliados e, por meio de um procedimento estatístico (no caso, a definição da nota modal), obteve-se a nota ou peso para cada um dos recursos, em sua respectiva dimensão.

¹Mais detalhes sobre o método encontram-se em Rand Corporation (2014), Palter, Macrae e Grantcharov (2011) e Goluchowicz e Blind (2011).

Em uma segunda etapa, os resultados da primeira rodada foram reportados ao painel dos especialistas, para que examinassem as notas modais definidas e se posicionassem de modo a concordar ou propor novo valor. Esse processo ocorreu durante cinco meses, no primeiro semestre de 2014, e foram necessárias quatro rodadas até obter um consenso entre os especialistas (convergência de notas) quanto aos recursos relevantes na avaliação da capacidade adaptativa em comunidades rurais expostas à seca.

O método Delphi agrega as vantagens de envolver um grande número de estudiosos de diversas áreas geograficamente distintas a custos relativamente baixos, garantir a prevalência das opiniões conjuntas, reduzindo o viés ideológico, além de permitir que os estudiosos envolvidos na ponderação das variáveis conheçam a opinião uns dos outros, podendo modificar ou redefinir suas avaliações baseados na reação sobre o ponto de vista do grupo (FINK et al., 1984; GOLUCHOWICZ; BLIND, 2011; PALTER; MACRAE; GRANTCHAROV, 2011; FREWER et al., 2011; MANIZADE; MASON, 2011). No entanto, há grande dificuldade de coordenar grandes grupos e obter resposta dos participantes por várias rodadas (FINK et al., 1984). Essa dificuldade foi sentida durante a pesquisa, de modo que, do total de 147 especialistas, apenas 26 permaneceram durante as quatro rodadas. Dessa forma, seis contribuíram para a atribuição de importância aos recursos propostos na dimensão capital econômico, quatro auxiliaram na dimensão capital humano, seis na dimensão capital natural e dez na dimensão capital social.

No Quadro 1 são apresentados o conjunto de recursos necessários para a existência de capacidade adaptativa submetido ao método Delphi, os autores que deram suporte teórico para a seleção de tais recursos e o resultado da avaliação dos especialistas. Apenas três dos recursos propostos não foram classificados como importante, muito importante ou extremamente importante.

QUADRO 1

Recursos propostos para a análise da capacidade adaptativa, autores que forneceram a fundamentação teórica para sua seleção e importância atribuída ao final do método Delphi

Dimensões e recursos ou meios necessários para existência de capacidade adaptativa	Fundamentação teórica	Importância do recurso conforme consenso entre especialistas participantes do método Delphi
Capital social		
Quantidade de organizações sociais		Extremamente importante
Frequência dos moradores às reuniões da associação	Baum e Ziersch (2003), Pawar (2006),	Muito importante
Proporção da população que participa nas associações	Leonard, Croson e Oliveira (2010)	Extremamente importante
Proporção da população que é beneficiada pelas ações conjuntas		Extremamente importante
Confiança entre os membros da comunidade	Baum e Ziersch (2003), Leonard, Croson e Oliveira (2010), Kwon, Heflin e Ruef (2013)	Extremamente importante
Acesso à informação		Extremamente importante
Tempo reservado pelas famílias para atividades comunitárias		Importante

(continua)

(continuação)

Dimensões e recursos ou meios necessários para existência de capacidade adaptativa	Fundamentação teórica	Importância do recurso conforme consenso entre especialistas participantes do método Delphi
Extensão territorial das organizações	Leonard, Croson e Oliveira (2010)	Pouco importante
Acesso a bens públicos		Muito importante
Existência de contribuição financeira para ajuda em trabalhos voluntários		Pouco importante
Incentivo à formação das redes organizacionais		Importante
Ocorrência de festivais comunitários ou eventos culturais		Importante
Bom relacionamento entre os membros da comunidade		Extremamente importante
Existência de manifestação religiosa		Muito importante
Existência de atividades entre comunidades		Extremamente importante
Ausência de conflitos entre as famílias da comunidade	Grootaert e Van Bastelaer (2001)	Muito Importante
Experiência em lidar com problemas comunitários		Muito importante
Distribuição equitativa dos recursos disponíveis entre os moradores da comunidade	Blanco e Grier (2012)	Extremamente importante
Capital econômico		
Renda média familiar suficiente para o sustento da família	Kwon, Heflin e Ruef (2013), Kwon e Arenius (2010), Robb e Fairlie (2007)	Extremamente importante
Criação de novas empresas		Pouco importante
Existência de atividades não agrícolas	Alves e Paulo (2012)	Importante
Acesso a crédito	Grootaert e Van Bastelaer (2001), Li e Ferreira (2011), Akudugu (2011)	Importante
Investimento em atividades produtivas	Grootaert e Van Bastelaer (2001), Blanco e Grier (2012)	Muito importante
Adoção de tecnologias nos processos produtivos	Unger et al. (2011), Blanco e Grier (2012)	Muito importante
Acesso a bens duráveis na comunidade (TV, carro, utensílios domésticos, etc.)	Gong, Li e Wang (2012)	Importante
Infraestrutura de transporte	Ungar (2011)	Muito importante
Assimetria de informações sobre crédito e mercado (acesso a informações)	Swinen e Gow (1999)	Importante
Lucratividade das atividades econômicas da comunidade		Muito importante
Capital humano		
Nível de escolaridade da maioria dos moradores da comunidade condizente com sua faixa etária	Becker (1993), Davidsson e Honig (2003), Kwon e Arenius (2010), Akudugu (2011), Bastié, Cieplay e Cussy (2013), Hanushek (2013), Kwon, Heflin e Ruef (2013), Olson (2013)	Muito importante

(continua)

(continuação)

Dimensões e recursos ou meios necessários para existência de capacidade adaptativa	Fundamentação teórica	Importância do recurso conforme consenso entre especialistas participantes do método Delphi
Qualificação dos moradores da comunidade para atender às exigências do mercado de trabalho	Becker (1993), Nichols (1999), Davidsson e Honig (2003), Bhagavatula et al. (2010), Akudugu (2011), Bastié, Cieplay e Cussy (2013), Olson (2013)	Extremamente importante
Participação dos moradores em eventos informativos		Importante
Experiência em administração dos trabalhos (comunitários)		Importante
Existência de infraestruturas de capacitação (local para atividades de formação, equipamentos de informática)	Grootaert e Van Bastelaer (2001), Wolf-Powers (2008), Hanushek (2013)	Muito importante
Existência de programas de capacitação de professores, formadores e líderes da comunidade		Muito importante
Investimento em capacitação		Muito importante
Planejamento para a implementação de medidas de convivência com as secas e combate à desertificação	Becker (1993), Unger et al. (2011)	Extremamente importante
Demanda por trabalho qualificado	Wolf-Powers (2008)	Extremamente importante
Conhecimento de fontes de informações específicas sobre a sua principal atividade econômica	Nichols (1999)	Extremamente importante
Conhecimento sobre a qualidade do solo na comunidade (profundidade, fertilidade, etc.)	Haygarth e Ritz (2009), Powlson et al. (2011)	Muito importante
Capital natural		
Área destinada às famílias	Akudugu (2011)	Muito importante
Fonte de água para consumo humano direto e para produção	Meadows (1998), Deponti, Eckert e Azambuja (2002), OECD (2003)	Extremamente importante
Área com cobertura natural conservada ou existência de área florestal na comunidade	Meadows (1998), Bossel (1999), OECD (2003), PNUMA (2004), Heink e Kowarik (2010), Moldan, Janousková e Hák (2012)	Extremamente importante
Existência de área degradada	Proposta deste estudo	Extremamente importante
Existência de qualidade da água disponível para consumo e produção	Meadows (1998), PNUMA (2004), Golusin e Ivanovic (2009)	Extremamente importante
Existência de área em condições de uso para atividades agropecuárias	UN (2001)	Muito importante
Existência de vegetação nativa	Lima et al. (2009)	Extremamente importante
Existência de animais e aves nativos	Proposta deste estudo	Extremamente importante
Investimento em atividades de conservação dos recursos naturais		Extremamente importante
Monitoramento de fontes de água (reservatórios)	Bakker (2012)	Muito importante
Conservação da água		Extremamente importante

Após a definição dos recursos relevantes para a criação de capacidade adaptativa, partiu-se para a segunda e principal fase da pesquisa: a análise da capacidade adaptativa das comunidades rurais, com base na disponibilidade de recursos.

Procedimento adotado na avaliação da disponibilidade de recursos necessários para capacidade adaptativa nas comunidades rurais do semiárido

A avaliação das comunidades rurais do semiárido quanto à disponibilidade de recursos necessários para capacidade adaptativa foi feita a partir de caminhadas transversais² e da coleta de dados em pesquisa de campo. Segundo o Instituto Nacional do Semiárido (INSA, 2012), a extensão territorial da região semiárida é de 980.133,079 km², com população de 22.598.318 habitantes, em 2010. Dada tal abrangência, foi adotado um recorte correspondente às comunidades rurais inseridas nas três Áreas Susceptíveis à Desertificação (ASDs) do Ceará – Irauçuba/Centro Norte, Inhamuns e Jaguaribe –, distribuídas em 14 municípios do estado. Esse recorte é aceitável, pois as comunidades rurais do semiárido guardam semelhanças entre si, especialmente quanto às condições socioeconômicas locais e vulnerabilidade às secas.

O número total de comunidades inseridas nas três ASDs foi estimado em 2.285, a partir da contagem das localidades constantes nos mapas municipais (CEARÁ, 2008) e consultas à Secretaria de Agricultura de cada município. Foram excluídos os sítios, as fazendas e as áreas urbanas. No entanto, a pesquisa de campo foi realizada em uma amostra de 241 comunidades, sendo este número definido por meio de procedimento estatístico sugerido por Fávero et al. (2009). A técnica de amostragem aleatória estratificada proporcional foi adotada para definir o número de comunidades pesquisadas em cada ASD e município. Os estratos encontram-se representados na Tabela 1.

A coleta dos dados foi feita pessoalmente, nas 241 comunidades rurais durante agosto e setembro de 2014. Em cada uma delas buscou-se entrevistar um representante, morador. A escolha do representante foi feita a partir da indicação dos moradores da comunidade e dos técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará (Ematerce). Na maioria das vezes a pessoa indicada foi o líder comunitário e a aplicação do formulário foi feita na residência do mesmo.

Cada representante da comunidade foi convidado a responder a um formulário elaborado com base no conjunto de recursos apresentado no Quadro 1, considerando apenas aqueles classificados como importantes, muito importantes e extremamente importantes. Antes da entrega do formulário, cada entrevistado foi informado de que as respostas deveriam ser dadas em relação à condição do recurso dentro da comunidade, daí a importância de o mesmo conhecer bem a realidade local. Além disso, foi realizada uma descrição prévia

² As caminhadas transversais são uma técnica de coleta de dados. Elas possibilitam uma caracterização rápida do sistema em estudo (GUZMAN, 2002). Na presente pesquisa as caminhadas transversais foram realizadas em cada uma das comunidades visitadas, na presença de um morador que auxiliou no esclarecimento das dúvidas do pesquisador quanto a peculiaridades locais. Durante o percurso foram anotadas informações sobre características socioeconômicas e ambientais.

dos recursos abordados no formulário, com o propósito de eliminar quaisquer dúvidas durante o preenchimento do mesmo.

TABELA 1
Total de comunidades e tamanho da amostra nos estratos pesquisados, conforme amostragem aleatória estratificada proporcional das comunidades rurais inseridas em municípios das Áreas Susceptíveis à Desertificação – ASD do Estado do Ceará

ASD	Municípios (estratos)	Total de comunidades	Comunidades amostradas
Inhamuns	Tauá	196	21
	Arneiroz	132	18
	Independência	387	51
Irauçuba/Centro Norte	Canindé	391	7
	Sobral	184	23
	Santa Quitéria	313	40
	Miraíma	49	6
	Irauçuba	77	10
	Itapajé	48	4
Jaguaribe	Alto Santo	55	7
	Morada Nova	132	17
	Jaguaribe	159	22
	Jaguetama	139	12
	Jaguaribara	23	3
Total	14	2.285	241

Fonte: Elaborada a partir de dados extraídos de Ceará (2008) e coletados nas Secretarias Municipais de Agricultura.

O formulário foi dividido em cinco seções: na primeira, foram formuladas perguntas sobre as características socioeconômicas da comunidade e, nas quatro seguintes, buscou-se captar a situação das comunidades quanto à disponibilidade de recursos nas dimensões capital social, capital econômico, capital humano e capital natural, respectivamente. Para cada uma das perguntas sobre disponibilidade de recursos, solicitou-se ao entrevistado que atribuisse uma nota entre 0 e 5, sendo: 0 = ausência do recurso na comunidade; 1 = recurso encontra-se em situação muito ruim; 2 = recurso encontra-se em situação ruim; 3 = recurso encontra-se em situação regular; 4 = recurso encontra-se em situação boa; e 5 = recurso encontra-se em situação muito boa. No contexto da pesquisa de campo admitiu-se que, quanto maior a quantidade de recursos avaliados nas situações boa e muito boa, notas 4 e 5, respectivamente, melhor é a capacidade adaptativa da comunidade rural.

Resultados e discussão

Caracterização socioeconômica das comunidades rurais visitadas

A capacidade adaptativa das comunidades rurais é mais bem entendida quando são conhecidas as características sociais e econômicas locais que determinam como ocorrem a sobrevivência neste meio e as diferentes formas de adaptação, as quais podem ser apenas de ajustamento das atividades produtivas, até mudanças completas nas atividades

econômicas. Assim, antes de apresentar os resultados referentes aos indicadores de capacidade adaptativa, será feita uma sucinta caracterização das comunidades visitadas. Como mencionado anteriormente, as informações sobre essa caracterização foram coletadas durante as caminhadas transversais e por meio da análise dos dados obtidos via formulário respondido pelos representantes das comunidades.

As comunidades rurais selecionadas na amostra apresentam tamanhos variados, sendo compostas, em média, por 58 famílias. A maioria delas tem mais de 50 anos de existência. No âmbito da capacidade adaptativa, comunidades mais antigas tendem a ser mais experientes em função do maior período de exposição ao fenômeno das secas. De acordo com Brooks (1982), um dos fatores cruciais para uma adaptação bem-sucedida é o tempo de convivência com o problema. A realidade observada *in loco* fundamenta diretrizes no sentido de formação de parcerias, de modo que as mais novas aprendam com as mais velhas formas de adaptação que levem a uma melhor qualidade de vida e, em conjunto, busquem encontrar os erros nas medidas já adotadas e soluções mais eficientes e eficazes. Segundo Nohrstedt e Nyberg (2015), o desenvolvimento contínuo de políticas de planejamento e ações locais de mitigação aumenta as chances de respostas efetivas em relação aos impactos dos fenômenos naturais, sendo a colaboração, a aprendizagem e o efeito difusão inerentes aos eventos passados e às políticas adotadas nas vizinhanças importantes precursores do desenvolvimento.

As comunidades visitadas têm, em média, duas organizações sociais, o que é um ponto positivo dado que a ausência das organizações sociais constitui uma limitação quando a adaptação exige ação conjunta, de forma a possibilitar a maximização da captação dos benefícios resultantes de diferentes camadas organizacionais (por exemplo, grupo de mulheres e grupo de jovens). Isso é observado, principalmente, no que se refere à capacidade de criação conjunta de alternativas no enfrentamento do fenômeno das secas. Por outro lado, a ausência de associações não impede a adoção de medidas adaptativas individuais, como, por exemplo, a decisão de plantio de espécies mais resistentes, a construção de cisternas e a implementação de quintais produtivos.

De modo geral, as ASDs no Estado do Ceará apresentam condições adversas, como solos pouco férteis e irregularidades de chuvas (CEARÁ, 2010). Essas características também foram observadas nas comunidades visitadas, durante as caminhadas transversais. Apesar disso, verifica-se uma concentração de atividades econômicas na agropecuária – com 68,5% das comunidades tendo neste setor sua principal fonte de renda – exercidas com baixo nível de adoção tecnológica e práticas produtivas pouco sustentáveis (queimadas e sobrepastoreio, por exemplo). A falta de capacitação e a baixa escolaridade, além da baixa renda, parecem contribuir para o baixo nível tecnológico nas comunidades rurais visitadas. As tecnologias modernas são verificadas nos casos em que as autoridades governamentais as distribuem. Observou-se que a maioria das comunidades utiliza sementes geneticamente melhoradas provenientes de um programa governamental de distribuição de sementes, mas essa porcentagem diminui bastante quando se considera o uso de outras tecnologias

agrícolas de nível intermediário, as quais não possuem um amplo apoio governamental, tais como tratores, implementos agrícolas ou sistemas de irrigação.

Apenas 9,55% dos representantes das comunidades afirmaram que são realizadas análises de solo pelas famílias antes da aplicação de fertilizantes. Complementando, somente 6% confirmaram a prática de análise do solo para determinação de que tipo de defensivo agrícola deve ser adicionado nos plantios. Observou-se que existem dificuldades de inserção no mercado e baixos níveis de competitividade entre os produtores das comunidades visitadas. As atividades não agrícolas, caso do artesanato, podem ser interpretadas como medidas de adaptação, mas não apresentam grande significância na geração de renda nas comunidades visitadas. Um ponto a ser destacado é que, em 16,2% das comunidades visitadas, o Programa Bolsa Família é a principal fonte de renda das famílias, o que demonstra, por um lado, o baixo potencial produtivo local e, por outro, a presença de políticas sociais, as quais parecem provocar efeitos mais concretos do que as tradicionais políticas de combate às secas (OJIMA, 2014).

Sobre a existência de recursos naturais, apesar das secas recorrentes e dos processos de desertificação, 62,9% das comunidades afirmaram não ter problemas de acesso à água, o qual se resume à disponibilidade de água para consumo humano e manutenção de um pequeno rebanho destinado à subsistência das famílias. Aquelas que apresentam o problema buscam solucioná-lo de diferentes formas. O carro pipa é a principal opção, mas vale salientar que existe uma solução combinada entre cisternas, para garantir o espaço de armazenamento, e carros pipa, que proporcionam o abastecimento. Porém, mesmo com um largo fornecimento público de água por meio de carros pipa, algumas comunidades se abastecem com recursos próprios. A ação antrópica, observada nas comunidades especialmente por meio de práticas de desmatamento, queimadas e criação extensiva de animais, tem reduzido a oferta dos recursos naturais locais e comprometido a fertilidade do solo.

Disponibilidade de recursos necessários para capacidade adaptativa nas comunidades rurais do semiárido

Uma visão geral das comunidades mostrou baixos níveis de recursos sociais, econômicos, humanos e naturais. Essa impressão inicial foi corroborada na análise dos dados coletados durante a pesquisa de campo. A referida análise, além de descrever a situação do recurso quanto à sua disponibilidade na comunidade, permitiu apontar as prioridades a serem consideradas em processos de tomada de decisão voltados para a construção da capacidade adaptativa nas ASDs. Foram considerados prioridades aqueles recursos avaliados como em situação no máximo regular por mais de 50% das comunidades visitadas.

McLeman (2010) argumenta que a construção de capacidade adaptativa tende a mudar com o tempo em função da criação de redes e de capital social, de um modo geral. No entanto, é elevado o percentual de comunidades cuja disponibilidade de recursos de capital social encontra-se em uma situação no máximo regular. Esse padrão foi percebido em 14 dos 16 recursos avaliados. Apenas dois recursos mostraram-se em condição boa

ou muito boa em mais de 50% das comunidades visitadas: “número de organizações” e “relacionamento entre os membros da comunidade” (Tabela 2).

O fato de a maioria dos recursos não apresentar boa ou muito boa disponibilidade mostra a necessidade de ações voltadas para a geração de capital social. Nesse sentido, os resultados indicam como prioridades a criação de incentivos para formação de redes organizacionais (uma vez que em 82,5% das comunidades visitadas a situação deste recurso é, no máximo, regular) e o aumento no “tempo reservado a atividades comunitárias (avaliado como no máximo regular em 78,9% das comunidades).

TABELA 2
Distribuição de comunidades rurais, por situação da disponibilidade de recursos necessários para capacidade adaptativa na dimensão capital social
Áreas Susceptíveis à Desertificação – ASD do Ceará – 2014

Recursos	Em porcentagem						
	Ausência	Muito ruim	Ruim	Regular	Boa	Muito boa	Total
Quantidade de organizações sociais	11,6	7,1	6,6	17,8	39,0	17,8	100,0
Frequência dos moradores às reuniões da associação	6,2	9,5	13,7	36,5	26,6	7,5	100,0
Proporção da população que participa nas associações	5,8	11,2	10,0	31,1	34,9	7,1	100,0
Proporção da população que é beneficiada das ações conjuntas	7,9	7,9	12,4	24,1	38,2	9,5	100,0
Confiança entre os membros da comunidade	0,8	3,7	12,0	36,1	39,0	8,3	100,0
Acesso à informação	4,6	9,1	18,7	30,3	26,6	10,8	100,0
Tempo reservado pelas famílias para atividades comunitárias	15,8	7,9	24,1	31,1	17,8	3,3	100,0
Acesso a bens públicos	22,4	7,1	10,8	21,2	29,0	9,5	100,0
Incentivo à formação das redes organizacionais	15,8	12,4	20,3	34,0	15,4	2,1	100,0
Ocorrência de festivais comunitários ou eventos culturais	18,7	10,0	15,4	21,2	24,9	10,0	100,0
Bom relacionamento entre os membros da comunidade	0,8	5,0	10,8	32,4	41,5	9,5	100,0
Existência de manifestação religiosa	7,5	5,0	12,4	27,0	32,8	15,4	100,0
Existência de atividades entre comunidades	10,0	10,0	14,9	27,0	33,2	5,0	100,0
Ausência de conflitos entre as famílias da comunidade	13,3	6,3	17,9	27,5	27,1	7,9	100,0
Experiência em lidar com problemas comunitários	5,4	6,2	15,8	31,1	35,3	6,2	100,0
Distribuição equitativa dos recursos disponíveis entre os moradores da comunidade	3,7	5,8	16,2	29,0	33,6	11,6	100,0
Total de recursos avaliados com disponibilidade “boa” ou “muito boa”, em mais de 50% das comunidades visitadas							12,5

Fonte: Elaboração a partir dos dados da pesquisa de campo.

A partir da Tabela 3, nota-se que a dotação de recursos econômicos é, no máximo, regular na maioria das comunidades visitadas. Os dados refletem as condições observadas *in loco*, quais sejam: baixa renda; baixos níveis de investimentos; falta de infraestrutura de transporte para escoamento da produção; baixos níveis tecnológicos; e reduzida adoção de atividades não agrícolas. Essas últimas deveriam receber maiores estímulos haja vista as limitações climatológicas locais. De acordo com Nfsgeld (2014), a maioria dos esforços de adaptação em relação aos fenômenos climáticos deve ser desenvolvida em nível local, no entanto, não existe uma reflexão para construir soluções próprias, como o desenvolvimento de outras atividades não agrícolas que possam amenizar os impactos negativos das secas. As intervenções relativas ao apoio a atividades econômicas nas comunidades se direcionam quase que exclusivamente à implementação de práticas agrícolas baseadas na irrigação, distribuição de sementes melhoradas e seguro safra. Nota-se que o governo é o principal protagonista, favorecendo que as mesmas soluções emergenciais se apresentem como medidas que devem permanecer por tempo indeterminado enquanto houver as secas. Em condições de vulnerabilidade às secas, as atividades não agrícolas devem ser vistas como fontes alternativas de renda familiar, sendo esperadas ações que promovam a expansão dos mercados para absorção dos produtos resultantes dessas atividades a preços estimulantes.

TABELA 3
Distribuição de comunidades rurais, por situação da disponibilidade de recursos necessários para capacidade adaptativa na dimensão capital econômico
Áreas Susceptíveis à Desertificação – ASD do Ceará – 2014

Recursos	Em porcentagem						Total
	Ausência	Muito ruim	Ruim	Regular	Boa	Muito boa	
Renda média familiar suficiente para o sustento da família	3,3	12,9	30,3	42,7	9,5	1,2	100,0
Existência de atividades não agrícolas	27,8	17,4	21,6	24,9	6,6	1,7	100,0
Acesso a crédito	8,3	7,5	17,0	28,6	32,0	6,6	100,0
Investimento em atividades produtivas	11,2	14,1	22,0	33,2	17,4	2,1	100,0
Adoção de tecnologias nos processos produtivos	30,3	16,6	25,3	21,2	6,2	0,4	100,0
Acesso a bens duráveis na comunidade (TV, carro, utensílios domésticos, etc.)	2,9	7,1	9,5	33,2	39,8	7,5	100,0
Infraestrutura de transporte	22,8	13,3	22,8	22,0	17,0	2,1	100,0
Acesso a informações sobre crédito e mercado	20,3	13,7	19,9	28,6	14,1	3,3	100,0
Lucratividade das atividades econômicas da comunidade	6,2	13,3	27,4	39,0	11,6	2,5	100,0
Total de recursos avaliados com disponibilidade “boa” ou “muito boa”, em mais de 50% das comunidades visitadas							0,0

Fonte: Elaboração a partir dos dados da pesquisa de campo.

Outro fator prioritário é a difusão de tecnologias, dado que em 30,3% das comunidades não são adotadas tecnologias nos processos produtivos. Nesse sentido, ressalta-se a importância de ações integradas com promoção de capital humano e fortalecimento de serviços de assistência técnica.

Na dimensão capital humano (Tabela 4), os pontos mais frágeis são o baixo nível de investimento em capacitação e, como consequência, o nível de capacitação da população e sua capacidade de planejamento.

TABELA 4
Distribuição de comunidades rurais, por situação da disponibilidade de recursos necessários para capacidade adaptativa na dimensão capital humano
Áreas Susceptíveis à Desertificação – ASD do Ceará – 2014

Recursos	Em porcentagem						
	Ausência	Muito ruim	Ruim	Regular	Boa	Muito boa	Total
Nível de escolaridade da maioria dos moradores da comunidade condizente com sua faixa etária	1,2	7,5	17,0	40,2	30,7	3,3	100,0
Qualificação dos moradores da comunidade para atender às exigências do mercado de trabalho	18,7	11,2	17,4	25,3	23,7	3,7	100,0
Participação dos moradores em eventos informativos	14,1	12,4	23,2	28,6	19,1	2,5	100,0
Experiência em administração dos trabalhos (comunitários)	7,9	12,9	16,2	31,5	28,2	3,3	100,0
Existência de infraestruturas de capacitação (local para atividades de formação, equipamentos de informática)	32,8	12,4	14,5	21,2	15,4	3,7	100,0
Existência de programas de capacitação de professores, formadores e líderes da comunidade	31,1	8,7	20,3	18,7	18,7	2,5	100,0
Investimento em capacitação	30,3	16,6	19,1	21,6	10,0	2,5	100,0
Planejamento para a implementação de medidas de convivência com as secas e combate à desertificação	21,6	13,3	24,9	21,2	16,2	2,9	100,0
Demanda por trabalho qualificado	14,9	14,9	26,1	27,8	13,7	2,5	100,0
Conhecimento de fontes de informações específicas sobre a sua principal atividade econômica	17,0	14,1	24,9	27,4	14,1	2,5	100,0
Conhecimento sobre a qualidade do solo na comunidade (profundidade, fertilidade, etc.)	14,1	14,5	16,2	29,0	21,2	5,0	100,0
Total de recursos avaliados com disponibilidade “boa” ou “muito boa”, em mais de 50% das comunidades visitadas							0,0

Fonte: Elaboração a partir dos dados da pesquisa de campo.

A simples existência de capital social não resolve os problemas locais, mas a sua combinação com outros capitais, em especial humano e econômico, pode contribuir para a melhoria das condições socioeconômicas (MOREIRA, 2008). A combinação verificada nas comunidades visitadas pode, por exemplo, limitar o poder de transformação do capital social. Acrescente-se, ainda, que é uma constatação explícita a importância do capital humano na eficiência da técnica e na produtividade dos fatores. Os impactos negativos

de baixos níveis de capital humano podem se estender à deterioração do capital natural devido ao manejo inadequado dos recursos naturais.

As comunidades rurais no semiárido brasileiro foram criadas sem que houvesse preocupação com a existência de condições naturais que permitissem sua sustentabilidade social, econômica e ambiental (PEREIRA, 2006). Assim, os resultados observados nas comunidades visitadas não são surpreendentes. Como exposto na Tabela 5, entre os recursos analisados, há maior fragilidade nas atividades ligadas à conservação de recursos naturais e manejo do solo. Dessa forma, as ações prioritárias devem ser voltadas para o manejo e monitoramento dos recursos naturais e investimento em atividades de conservação destes recursos.

De modo geral, as comunidades rurais apresentam baixa dotação de recursos. Essa condição pode levar à redução do potencial de capacidade adaptativa, pois constitui-se uma falha nos mecanismos de adaptação, o que, segundo Barbieri (2011), representa um fator de vulnerabilidade e um risco à reprodução da população

TABELA 5
Distribuição de comunidades rurais, por situação da disponibilidade de recursos necessários para capacidade adaptativa na dimensão capital natural
Áreas Susceptíveis à Desertificação – ASDs do Ceará – 2014

Recursos	Em porcentagem						
	Ausência	Muito ruim	Ruim	Regular	Boa	Muito boa	Total
Área destinada às famílias	2,5	8,3	13,7	33,6	33,2	8,7	100,0
Fonte de água para consumo humano direto e para produção	11,6	11,6	14,9	27,8	22,8	11,2	100,0
Área com cobertura natural conservada ou existência de área florestal na comunidade	30,3	11,2	15,4	19,5	19,9	3,7	100,0
Existência de área degradada	11,2	14,9	19,1	29,9	22,4	2,5	100,0
Existência de qualidade da água disponível para consumo e produção	4,6	9,1	16,6	29,5	28,2	12,0	100,0
Existência de área em condições de uso para atividades agropecuárias	0,8	7,5	12,0	34,0	36,5	9,1	100,0
Existência de vegetação nativa	3,7	5,8	17,0	32,8	32,8	7,9	100,0
Existência de animais e aves nativos	4,6	8,3	15,8	41,1	25,7	4,6	100,0
Investimento em atividades de conservação dos recursos naturais	24,9	14,1	18,3	26,1	14,5	2,1	100,0
Monitoramento das fontes de água (reservatórios)	18,7	11,6	16,2	24,1	20,3	9,1	100,0
Conservação da água	18,7	19,1	20,7	18,3	18,3	5,0	100,0
Total de recursos avaliados com disponibilidade boa ou muito boa, em mais de 50% das comunidades visitadas							0,0

Fonte: Elaboração a partir dos dados da pesquisa de campo.

A escassez de recursos nas comunidades, no entanto, não é determinada pela ocorrência de secas, embora seja alimentada por uma condição cíclica que ganha força a cada novo período de seca, reduzindo os meios para obtenção de renda e agravando a pobreza.

A escassez de recursos econômicos, aliada a baixos níveis de capital humano, dificulta o acesso a tecnologias adaptadas. As atividades produtivas perdem produtividade. Para compensar tal perda, a exploração dos recursos naturais torna-se cada vez mais intensiva, comprometendo a qualidade da água e facilitando processos erosivos, desmatamentos, perda da vegetação nativa e da fauna, redução de rebanho por falta de alimentação animal e aumento de pragas. As perdas dos recursos naturais provocam deterioração da qualidade de vida dos moradores causada pela redução de possibilidade de obtenção de renda e alimentos e estimulam os processos migratórios. Como agravante, a falta de envolvimento da sociedade na ruptura desse processo enfraquece os esforços de adaptação e contribui para a manutenção do quadro de vulnerabilidade às secas.

Considerando-se os cenários para os impactos das secas apresentados nos estudos de Marengo et al. (2007), Cedeplar e Fiocruz (2008) e Barbieri et al. (2010), torna-se premente a implementação de políticas de geração de recursos que proporcionem as condições necessárias para aumentar a capacidade adaptativa às secas e para a fixação da população rural do semiárido em seu ambiente. No que diz respeito a esse último aspecto, ressalta-se que as estratégias de proteção social explicam melhor os movimentos migratórios do que a própria ocorrência de secas (OJIMA; COSTA; CALIXTA, 2014).

Considerações finais

Este artigo ressalta a importância da disponibilidade de recursos para a criação de capacidade adaptativa. A partir da ideia de que é possível conviver com a seca, desde que existam recursos, o estudo contribui para o debate sobre capacidade adaptativa sob duas perspectivas: a acadêmica e a governamental.

Na perspectiva acadêmica, o artigo se enquadra em um contexto no qual pesquisadores de diferentes partes do mundo estão empenhados em analisar a capacidade adaptativa às mudanças climáticas. Apesar da crescente produção científica sobre a temática, ainda são raros os estudos que abordam a questão na perspectiva dos capitais. Quando o fazem, não costumam analisar simultaneamente os quatro capitais: social, econômico, humano e natural. A abordagem aqui apresentada permite uma percepção abrangente do conceito de capacidade adaptativa e instiga um tratamento multidimensional para o termo. A importância de um olhar multidimensional na avaliação de capacidade adaptativa foi respaldada pelos especialistas. No entendimento deles, interpretado pelas notas atribuídas no método Delphi, embora os impactos primários das secas recaiam sobre os capitais natural e econômico, os recursos das dimensões capital social e capital humano também são relevantes.

Outra demanda existente quanto a estudos sobre capacidade adaptativa de populações é a produção de conhecimento em escala local. Assim, o artigo contribui com a proposição de um conjunto de recursos (que podem ser perfeitamente compreendidos como indicadores), com fundamentação teórica e o respaldo de especialistas, que podem ser facilmente adaptados para outros estudos.

Na perspectiva governamental, trata-se de mais uma argumentação no sentido de desconstruir uma postura de enfrentamento das secas cujo alicerce é o pensamento determinista que associa os problemas da população rural às condições climáticas. Esse pensamento faz com que, ainda hoje, o discurso das secas seja elemento direcionador de políticas públicas para o semiárido brasileiro (OJIMA, 2012).

Hoje as secas não conseguem mais provocar fome e processos migratórios nas comunidades rurais do semiárido brasileiro, com a intensidade verificada até meados do século XX. Porém, isso não significa que a população encontra-se adaptada. Os impactos das secas foram atenuados, o que pode ter ocorrido mais por programas assistenciais e menos pela implementação de estratégias de convivência com o fenômeno. No caso específico das comunidades rurais visitadas, foi possível perceber que a população não possui os recursos importantes para sua adaptação ou para “esperar a seca que vem”.

Ao destacar a escassez de recursos nas comunidades, o artigo chama a atenção para o fato de que, sem a implementação de ações prioritárias para a geração de recursos, não se conseguirá o intento de reduzir os impactos causados a cada ano de seca. Nesse sentido, apontam-se como diretrizes mais urgentes nas comunidades pesquisadas aquelas voltadas para o fortalecimento dos capitais econômico e humano. Acredita-se que as ações governamentais que poderiam melhorar a capacidade adaptativa dessas comunidades não encontram ambiente social propício para expressarem seu potencial. Notaram-se, nas respostas coletadas, um conformismo com a situação e um baixo esforço local na busca de melhorias. Prevalece para os representantes locais o entendimento de que o principal solucionador de problemas é o governo. Dada essa realidade, coloca-se como um desafio para os agentes que atuam na região: a intensificação de estratégias de conscientização da população e a inserção de uma educação contextualizada que atue de forma transversal em todas as ações voltadas para o desenvolvimento local.

Referências

- AKUDUGU, M. A. Rural banks' financial capital and livelihoods development of women farmers in Ghana. **Journal of Enterprising Communities**, Bingley, v. 5, n. 4, p. 248-264, 2011.
- ALVES, C. L. B.; PAULO, E. M. Mercado de trabalho rural cearense: evolução recente a partir dos dados da PNAD. **Abet**, Curitiba, v. 11, n. 2, p. 47-61, dez. 2012.
- ANTWI-AGYEI, P. et al. Mapping the vulnerability of crop production to drought in Ghana using rainfall, yield and socioeconomic data. **Applied Geography**, v. 32, n. 2, p. 324-334, 2012.
- BAKKER, K. Water security: research challenges and opportunities. **Science**, New York, v. 337, n. 6097, p. 914-915, 2012. Disponível em: <www.sciencemag.org>. Acesso em: 20 mar. 2014.
- BARBIERI, A. F. Mudanças climáticas, mobilidade populacional e cenários de vulnerabilidade para o Brasil. **Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana**, v. 19, n. 36, p. 95-112, 2011.
- _____. F. Transições populacionais e vulnerabilidade às mudanças climáticas no Brasil. **Redes**, v. 18, n. 2, p. 193-213, 2013.

BARBIERI, A. F. et al. Climate change and population migration in Brazil's Northeast: scenarios for 2025-2050. **Population and Environment**, v. 31, n. 5, p. 344-370, 2010.

BASTIÉ, F.; CIEPLY, S.; CUSSY, P. The entrepreneur's mode of entry: the effect of social and financial capital. **Small Business Economics**, New York, v. 40, n. 4, p. 865-877, 2013. Disponível em: <<http://link.springer.com/article/10.1007/s11187-011-9391-y>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

BAUM, F. E.; ZIERSCH, A. M. Social capital. **Journal of Epidemiology and Community Health**, London, v. 57, n. 5, p. 320-323, 2003. Disponível em: <<http://jech.bmj.com.ez11.periodicos.capes.gov.br/content/57/5/320>>. Acesso em: 06 mar. 2014.

BECKER, G. S. **Human capital: a theoretical and empirical analysis with special reference to education**. 3. ed. Chicago: The University of Chicago Press, 1993.

BHAGAVATULA, S. et al. How social and human capital influence opportunity recognition and resource mobilization in India's handloom industry. **Journal of Business Venturing**, Bloomington, v. 25, n. 3, p. 245-260, 2010. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0883902608001092>>. Acesso em: 06 mar. 2014.

BLANCO, L.; GRIER, R. Natural resource dependence and the accumulation of physical and human capital in Latin America. **Resources Policy**, Houghton, v. 37, n. 3, p. 281-295, 2012.

BOSEL, H. **Indicators for sustainable development: theory, method, applications**. Winnipeg: International Institute for Sustainable Development, 1999. Disponível em: <<http://www.iisd.org/pdf/balatonreport.pdf>>. Acesso em: 06 abr. 2014.

BROOKS, N. **Vulnerability, risk and adaptation: a conceptual framework**. Norwich: Tyndall Centre for Climate Change Research, University of East Anglia, 2003 (Working paper, 38). Disponível em: <<http://www.tyndall.ac.uk/sites/default/files/wp38.pdf>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

BROOKS, N.; ADGER, W. N. Assessing and enhancing adaptive capacity. In: LIM et al. **Adaptation policy frameworks for climate change: developing strategies, policies and measures**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005. p. 165-179.

BROOKS, R. H. The adversity of Brazilian drought. **Geojournal**, Dordrecht, v. 6, n. 2, p. 121-128, 1982. Disponível em: <<http://link.springer.com/article/10.1007/BF00185534#page-1>>. Acesso em: 20 jul. 2014.

CEARÁ. Secretaria dos Recursos Hídricos. **Programa de Ação Estadual de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, PAE-CE**. Fortaleza: Ministério do Meio Ambiente / Secretaria dos Recursos Hídricos, 2010.

_____. **Mapas Municipais**. Fortaleza: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará, 2008. Disponível em: <<http://www.ipece.ce.gov.br/categoria5/municipais/mapas-municipais/>>. Acesso em: 04 jun. 2014.

CEDEPLAR – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional; FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz. **Mudanças climáticas, migrações e saúde: cenários para o Nordeste brasileiro, 2000-2050**. Relatório de Pesquisa. Belo Horizonte, 2008.

COSTANZA, R. et al. The value of the world's ecosystem services and natural capital. **Nature**, London, v. 387, n. 6630, p. 253-260, 1997. Disponível em: <www.periodicos.capes.gov.br>. Acesso em: 20 mar. 2014.

DAVIDSSON, P.; HONIG, B. The role of social and human capital among nascent entrepreneurs. **Journal of Business Venturing**, Bloomington, v. 18, n. 3, p. 301-331, 2003. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0883902602000976>>. Acesso em: 06 mar. 2014.

DEPONTI, C. M.; ECKERT, C.; AZAMBUJA, J. L. B. de. Estratégia para construção de indicadores para avaliação da sustentabilidade e monitoramento de sistemas. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre, v. 3, n. 4, p. 44-52, 2002.

DONG, X. et al. The impact of human activities on natural capital and ecosystem services of natural pastures in North Xinjiang, China. **Ecological Modelling**, Towson, v. 225, n. 1, p. 28-39, 2012. Disponível em: <www.periodicos.capes.gov.br>. Acesso em: 20 mar. 2014.

EHRlich, P. R.; KAREIVA, P. M.; DAILY, G. C. Securing natural capital and expanding equity to rescale civilization. **Nature**, London, v. 486, n. 7401, p. 68-73, 2012. Disponível em: <www.periodicos.capes.gov.br>. Acesso em: 20 mar. 2014.

FÁVERO, L.P. et al. **Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FINK, A. et al. Consensus methods: characteristics and guidelines for use. **American Journal of Public Health**, Washington, v. 74, n. 9, p. 979-983, 1984. Disponível em: <www.periodicos.capes.gov.br>. Acesso em: 28 abr. 2014.

FREWER, L. J. et al. The use of Delphi methodology in agrifood policy development: some lessons learned. **Technological Forecasting & Social Change**, New York, v. 78, n. 9, p. 1514-1525, 2011. Disponível em: <www.periodicos.capes.gov.br>. Acesso em: 18 abr. 2014.

GBETIBOUO, G. A.; RINGLER, C.; HASSAN, R. Vulnerability of the South African farming sector to climate change and variability: an indicator approach. **Natural Resources Forum**, v. 34, p. 175-187, 2010.

GOLUCHOWICZ, K.; BLIND, K. Identification of future fields of standardisation: an explorative application of the Delphi methodology. **Technological Forecasting & Social Change**, New York, v. 78, n. 9, p. 1526-1541, 2011. Disponível em: <www.periodicos.capes.gov.br>. Acesso em: 18 abr. 2014.

GOLUSIN, M.; IVANOVIC, O. M. Definition, characteristics and state of the indicators of sustainable development in countries of Southeastern Europe. **Agriculture, Ecosystems and Environment**, Zurich, v. 130, n. 1-2, p. 67-74, 2009.

GONG, L.; LI, H.; WANG, D. Health investment, physical capital accumulation, and economic growth. **China Economic Review**, Columbus, v. 23, n. 4, p. 1104-1119, 2012. Disponível em: <www.periodicos.capes.gov.br>. Acesso em: 13 mar. 2014.

GROOTAERT, C.; VAN BASTELAER, T. **Understanding and measuring social capital: a synthesis of findings and recommendations from the social capital initiative**. 24. ed. Washington: World Bank, 2001.

GUZMÁN, E. S. A perspectiva sociológica em Agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v. 3, n. 1, p. 18-28, 2002.

HANUSHEK, E. A. Economic growth in developing countries: the role of human capital. **Economics of Education Review**, Philadelphia, v. 37, n. 9, p. 204-212, 2013.

HARLEY, M. et al. **Climate change vulnerability and adaptation indicators**. Bilthoven: European Topic Centre on Air and Climate Change (ETC/ACC), 2008. Disponível em: <http://acm.eionet.europa.eu/docs/ETCACC_TP_2008_9_CCvuln_adapt_indicators.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2014.

HAYGARTH, P. M.; RITZ, K. The future of soils and land use in the UK: soil systems for the provision of land-based ecosystem services. **Land Use Policy**, Whyalla Norrie, v. 26, p. 187-197, 2009. Disponível em: <www.periodicos.capes.gov.br>. Acesso em: 20 mar. 2014.

HEINK, U.; KOWARIK, I. What are indicators? On the definition of indicators in ecology and environmental planning. **Ecological Indicators**, Kiel, v. 10, n. 3, p. 584-593, 2010.

INSA – Instituto Nacional do Semiárido. **Sinopse do Censo Demográfico para o Semiárido Brasileiro**. Campina Grande-PB, 2012. Disponível em: <http://www.insa.gov.br/censosab/index.php?option=com_content&view=article&id=110&Itemid=109>. Acesso em: 14 set. 2014.

IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change. **Climate change 2014: impacts, adaptation, and vulnerability. Part B: Regional aspects. Contribution of Working Group II to the Fifth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change.** New York: Cambridge University Press, 2014.

KWON, S.; ARENIUS, P. Nations of entrepreneurs: a social capital perspective. **Journal of Business Venturing**, Bloomington, v. 25, n. 3, p. 315-330, 2010. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0883902608001043>>. Acesso em: 06 mar. 2014.

KWON, S.; HEFLIN, C.; RUEF, M. Community social capital and entrepreneurship. **American Sociological Review**, Nashville, v. 78, n. 6, p. 980-1008, 2013.

LEONARD, T.; CROSON, R. T. A.; OLIVEIRA, A. C. M. de. Social capital and public goods. **The Journal of Socio-economics**, Beer Sheva, v. 39, n. 4, p. 474-481, 2010.

LI, D.; FERREIRA, M. P. Institutional environment and firms' sources of financial capital in Central and Eastern Europe. **Journal of Business Research**, Chestnut Hill, v. 64, n. 4, p. 371-376, 2011. Disponível em: <www.periodicos.capes.gov.br>. Acesso em: 10 mar. 2014.

LIMA, P. V. P. S. et al. A propensão a degradação ambiental na mesorregião de Jaguaribe no Estado do Ceará. In: CARVALHO, E. B. S.; HOLANDA, M. C.; BARBOSA, M. P. (Org.). **Economia do Ceará em debate 2008**. Fortaleza: Instituto de Pesquisa e Estratégica Econômica do Ceará – Ipece, 2009. p. 27-43.

LINDOSO, D. P. **Vulnerabilidade e adaptação da vida às secas: desafios à sustentabilidade rural familiar nos semiáridos nordestinos.** Tese (Doutorado) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília – UnB, Brasília, 2013.

MANIZADE, A. G.; MASON, M. M. Using Delphi methodology to design assessments of teachers' pedagogical content knowledge. **Educational Studies in Mathematics**, Brisbane, v. 76, n. 2, p. 183-207, 2011. Disponível em: <www.periodicos.capes.gov.br>. Acesso em: 18 abr. 2014.

MARENGO, J. A. et al. **Caracterização do clima atual e definição das alterações climáticas para o território brasileiro ao longo do século XXI: sumário técnico.** Rio de Janeiro: Ministério do Meio Ambiente – MMA, 2007.

McLEMAN, R. Impacts of population change on vulnerability and the capacity to adapt to climate change and variability: a typology based on lessons from “a hard country”. **Population & Environment**, v. 31, n. 5, p. 286-316, 2010.

MEADOWS, D. **Indicators and information systems for sustainable development.** Hartland: The Sustainability Institute, 1998. Disponível em: <<http://www.donellameadows.org/archives/indicators-and-information-systems-for-sustainable-development/>>. Acesso em: 07 abr. 2014.

MOLDAN, B.; JANOUŠKOVÁ, S.; HÁK, T. How to understand and measure environmental sustainability: indicators and targets. **Ecological Indicators**, Kiel, v. 17, p. 4-13, 2012.

MONACELLI, G.; GALLUCCIO, M. C.; ABBAFATI, M. **Drought assessment and forecasting.** Drought within the context of the region VI. World Meteorological Organization, 2005.

MOREIRA, J. C. P. **O capital social como um dos fatores de sustentabilidade de cooperativas agroindustriais, estudo de caso.** 2008. 101 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado Acadêmico em Economia Rural, Economia Agrícola, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

NATHENS, A. B. Management of the injured patient: identification of research topics for systematic review using the Delphi technique. **The Journal of Trauma**, Baltimore, v. 54, n. 3, p. 595-601, 2003.

NFGELD, H. F. Facilitating local climate change adaptation through transnational municipal networks. **Current Opinion in Environmental Sustainability**, v. 12, p. 67-73, 2014. Disponível em: <www.periodicos.capes.gov.br>. Acesso em: 25 nov. 2014.

NICHOLS, R. W. Human capital. **The Sciences**, Malden, v. 39, n. 6, p. 4, 1999. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/j.2326-1951.1999.tb03444.x/abstract>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

NISBET, R. **Os filósofos sociais**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1982.

NOHRSTEDT, D.; NYBERG, L. Do floods drive hazard mitigation policy? Evidence from Swedish municipalities. **Geografiska Annaler: Series A, Physical Geography**, v. 97, n. 1, p. 109-122, 2015. Disponível em: <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/geoa.12081/citedby>>. Acesso em: 24 nov. 2014.

OBERMAIER, M. **Velhos e novos dilemas nos sertões: mudanças climáticas, vulnerabilidade e adaptação no semiárido brasileiro**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

OECD – Organisation for Economic Co-Operation and Development. **OECD environmental indicators development, measurement and use**. Paris: OECD, 2003.

OJIMA, R. Mobilidade populacional, condições de vida e desenvolvimento no semi-árido brasileiro: por uma demografia da seca. In: GUEDES, G. R.; OJIMA, R. (Org.). **Território, mobilidade populacional e ambiente**. Governador Valadares-MG: Univale/CBH-Doce, 2012.

_____. Urbanização, dinâmica migratória e sustentabilidade no semiárido nordestino: o papel das cidades no processo de adaptação ambiental. In: OJIMA, R.; FUSCO, W. (Org.). **Migrações nordestinas no século 21: um panorama recente**. São Paulo: Blucher, 2014.

OJIMA, R.; COSTA, J. V.; CALIXTA, R. K. Minha vida é andar por esse país...: a emigração recente no semiárido setentrional, políticas sociais e meio ambiente. **REMHU**, Brasília, v. 22, p. 149-167, 2014.

OLSON, J. E. Human capital models and the gender pay gap. **Sex Roles**, New York, v. 68, n. 34, p. 186-197, 2013. Disponível em: <<http://link.periodicos.capes.gov.br>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

PALTER, V. A. N.; MACRAE, H. M.; GRANTCHAROV, T. P. Development of an objective evaluation tool to assess technical skill in laparoscopic colorectal surgery: a Delphi methodology. **The American Journal of Surgery**, Birmingham, v. 201, n. 2, p. 251-259, 2011.

PAWAR, M. “Social” “capital”? **The Social Science Journal**, Odessa, v. 43, n. 2, p. 211-226, 2006. Disponível em: <www.periodicos.capes.gov.br>. Acesso em: 06 mar. 2014.

PEIXOTO, S. E. Comunidade e desenvolvimento agrícola. Núcleo de Estudos Ambientais e Rurais (Nuclae), Universidade da Bahia – UFBA, [s.d.]. Disponível em <<http://www.twiki.ufba.br/twiki/pub/Nuclear/Artigo2/artigo.pdf>>. Acesso em 15. Ago. 2016.

PELLING, M.; HIGH, C.; DEARING, J.; SMITH, D. “Shadow spaces for social learning: a relational understanding of adaptive capacity to climate change within organisations”. **Environment and Planning A**, v. 40, n. 4, 2008.

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente. **Metodologia para a elaboração de Relatórios GEO Cidades**. 2. ed. México D. F: Pnuma, 2004.

POWLSON, D. S. et al. Soil management in relation to sustainable agriculture and ecosystem services. **Food Policy**, Philadelphia, v. 36, n. 1, p. 72-87, 2011.

PROVIA. **PROVIA guidance on assessing vulnerability, impacts and adaptation to climate change**. Consultation document. Nairobi: United Nations Environmental Programme, 2013.

QUEIROZ, B. L.; BARBIERI, A. F. Os potenciais efeitos das mudanças climáticas sobre as condições de vida e a dinâmica populacional no Nordeste brasileiro. In: HOGAN, D. J.; MARANDOLA JR., E. (Org.). **População e mudança climática: dimensões humanas das mudanças ambientais globais**. Campinas: UNPFA, 2009. p. 159-186.

RAND Corporation. **Delphi Method**. Santa Mônica, 2014. Disponível em: <<http://www.rand.org/topics/delphi-method.html>>. Acesso em: 28 abr. 2014.

ROBB, A. M.; FAIRLIE, R. W. Access to financial capital among U.S. businesses: the case of African American firms. **The Annals of The American Academy of Political and Social Science**, Philadelphia, v. 613, n. 26, p. 47-73, 2007.

ROSENBERG, N. J. Drought. **Science**, New York, v. 208, n. 4445, p. 736, 1980. Disponível em: <<http://sciencemag.org.ez11.periodicos.capes.gov.br/search?volume=208&submit=yes&firstpage=736>>. Acesso em: 04 abr. 2014.

SABOURIN, E. Práticas de reciprocidade e economia de dádiva em comunidades rurais do Nordeste brasileiro. **Revista Raízes**, v. 1, n. 20, p. 41-49, 1999.

SCHULTZ, T. W. **Investing in people: the economics of population quality**. Berkeley: University of California Press, 1981.

STERLING, R. Limitations of physical capital. In: STERLING, R.; LEMKE, K. W. (Org.). **Maintenance of capital: financial versus physical**. Texas: Scholars Book Co., 1982.

STERNBERG, T. Regional drought has a global impact. **Nature**, London, v. 472, n. 7342, p. 169, 2011. Disponível em: <<http://www.nature.com/nature/journal/v472/n7342/pdf/472169d.pdf>>. Acesso em: 04 abr. 2014.

SWINNEN, J. F. M.; GOW, H. R. Agricultural credit problems and policies during the transition to a market economy in Central and Eastern Europe. **Food Policy**, Philadelphia, v. 24, n. 1, p. 21-47, 1999. Disponível em: <www.periodicos.capes.gov.br>. Acesso em: 10 mar. 2014.

UNGAR, M. Community resilience for youth and families: facilitative physical and social capital in contexts of adversity. **Children and Youth Services Review**, Los Angeles, v. 33, n. 9, p. 1742-1748, set. 2011. Disponível em: <www.periodicos.capes.gov.br>. Acesso em: 10 mar. 2014.

UNGER, J. M. et al. Human capital and entrepreneurial success: a meta-analytical review. **Journal of Business Venturing**, Bloomington, v. 26, n. 3, p. 341-358, 2011.

UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs. **Indicators of sustainable development: framework and methodologies**. New York: Division For Sustainable Development, n. 3, 2001.

WOLF-POWERS, L. Human-capital-centred regionalism in economic development: a case of analytics outpacing institutions? **Urban Studies**, Glasgow, v. 49, n. 15, p. 3427-3446, 2008.

Sobre os autores

Ansu Mançal é engenheiro agrônomo, doutorando do Programa de Pós-Graduação em Economia Aplicada da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” – Esalq-USP e mestre em Economia Rural.

Patrícia Verônica Pinheiro Sales Lima é doutora em Economia Aplicada pela Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” – Esalq-USP. Professora associada da Universidade Federal do Ceará. Bolsista de produtividade CNPq.

Ahmad Saeed Khan é PhD em Economia Agrícola e Recursos Naturais pela Oregon State University. Professor titular da Universidade Federal do Ceará. Bolsista de produtividade CNPq.

Maria Irlés de Oliveira Mayorga é PhD em Manejo de Bacias Hidrográficas pela University of Arizona.

Endereço para correspondência

Ansu Mancal

Rua Souza Girão, 570
60055-370 – Fortaleza-CE, Brasil

Patrícia Verônica Pinheiro Sales Lima

Universidade Federal do Ceará, Departamento de Economia Agrícola, *campus* do Pici, bloco 826
60455-900 – Fortaleza-CE, Brasil

Ahmad Saeed Khan

Universidade Federal do Ceará, Departamento de Economia Agrícola, *campus* do Pici, bloco 826
60455-900 – Fortaleza-CE, Brasil

Maria Irlles de Oliveira Mayorga

Universidade Federal do Ceará, Departamento de Economia Agrícola, *campus* do Pici, bloco 826
60455-900 – Fortaleza-CE, Brasil

Abstract

Waiting for the coming drought: adaptive capacity in rural communities of the Brazilian semiarid

This article evaluates the availability of resources needed to create adaptive capacity in rural communities of the Brazilian semiarid. The research uses primary data obtained with the application of questionnaires. Given the large geographic extent of the region, rural communities inserted in areas susceptible to desertification of Ceará were selected to the sample. The discussion is made based on a system of indicators defined by consulting with experts (DELPHI - Methodology), and divided into four dimensions of adaptive capacity: social capital, economic capital, human capital and natural capital, assuming that adaptive capacity is the availability of a set of resources to promote local welfare. The analysis of the distribution of selected indicators shows that communities have lower levels of resources needed for adaptation, and the critical points are highlighted in the human capital dimension. It is believed that government actions that could improve adaptive capacity of rural communities in the semiarid does not find user-friendly environment for expressing their potential. The biggest challenge is the adoption of integrated strategies for education, and training of the population, which act crosswise in all public policies aimed to local development.

Keywords: Adaptive capacity. Climate vulnerability. Public policy.

Resumen

Esperando de la sequía que viene: la capacidad de adaptación de las comunidades rurales en el Semiárido brasileño

Este artículo evalúa la disponibilidad de los recursos necesarios para crear la capacidad de adaptación de las comunidades rurales de la región semiárida de Brasil. La investigación utiliza datos primarios obtenidos mediante la aplicación de cuestionarios. Dada la gran extensión geográfica de la región, se adopta una muestra de comunidades rurales situadas en áreas propensas a la desertificación en el estado de Ceará. La discusión se produce a partir de

indicadores definidos con consultas a expertos (Delphi) y divididos en cuatro dimensiones de la capacidad de adaptación: capital social, capital económico, capital humano y capital natural, suponiendo que la capacidad de adaptación se define como la disponibilidad de un conjunto de recursos que puede promover el bienestar de la población. El análisis de la distribución de los indicadores seleccionados muestra que las comunidades tienen niveles bajos de los recursos necesarios para la adaptación, y los puntos más críticos están en la dimensión del capital humano. Se cree que las acciones del gobierno que podrían mejorar la capacidad de adaptación de las comunidades rurales no encuentran un ambiente social propicio para expresar su potencial, siendo el mayor reto la adopción de estrategias integradas de educación y formación de la población actuando de forma transversal en todas las políticas de desarrollo local.

Palabras claves: Capacidad de adaptación. Vulnerabilidad climática. Política pública.

Recebido para publicação em 14/03/2015

Recomendado para publicação em 13/09/2016

Aceito para publicação em 30/09/2016

Evidências da relação entre a frequência no ensino infantil e o desempenho dos alunos do ensino fundamental público no Brasil

Walcir Soares da Silva Junior*
Flávio de Oliveira Gonçalves**

Este artigo tem por objetivo estimar o impacto da frequência ao ensino infantil na proficiência dos alunos do ensino fundamental público no Brasil, utilizando como *proxy* as notas dos alunos em português e matemática disponíveis na Prova Brasil 2011. Foi empregada a metodologia de pareamento nos escores de propensão sob a hipótese de seleção por variáveis observáveis, que tem por finalidade encontrar um contrafactual. Para controlar as características relacionadas ao desempenho, foram estimadas regressões lineares pelo método duplamente robusto dos mínimos quadrados ponderados pelos escores de propensão. Encontraram-se efeitos positivos e significantes estatisticamente sobre as notas de português e matemática do 5º e 9º anos para alunos que frequentaram a pré-escola e a creche em comparação com aqueles que iniciaram os estudos diretamente no ensino fundamental.

Palavras-chave: Ensino infantil. *Propensity score matching*. Mínimos quadrados ponderados pelo *propensity score*.

* Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba-PR, Brasil (contatodabliu@gmail.com).

** Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba-PR, Brasil (f.goncalves@ufpr.br).

Introdução

A primeira infância tem tido grande destaque nos estudos sobre educação e desenvolvimento de habilidades tanto cognitivas quanto não cognitivas (CURI; MENEZES-FILHO, 2006). O foco nos programas educacionais da primeira infância enquanto políticas públicas mais eficientes vem da evidência de que esta fase parece ser um período sensível e crítico¹ na produção de algumas habilidades importantes, como por exemplo o QI, que se estabiliza aos dez anos de idade (CUNHA et al., 2006).

Apesar das diversas evidências na literatura a favor da primeira infância, existem poucos estudos experimentais ou quase experimentais avaliando programas de larga escala, principalmente para dados brasileiros. Desse modo, justifica-se a estimação de evidências que sirvam de suporte para estratégias de política pública que visem o aumento e melhoria do ensino infantil. Tendo em vista que o sistema educacional brasileiro possui particularidades, a simples generalização de estudos internacionais pode não ser adequada.

Determinar causalidade é hoje um dos principais desafios na literatura de economia da educação, que vai além de encontrar simples correlação entre variáveis educacionais e quaisquer resultados importantes tanto no âmbito acadêmico quanto no mercado de trabalho. Existem duas principais características desejáveis nas pesquisas de avaliação de impacto. A primeira é a realização de estudos experimentais, em que são selecionados grupos de controle e tratamento aleatorizados, possibilitando medir o efeito causal de uma política ou programa em determinado grupo isoladamente. A segunda é a disponibilidade de dados longitudinais que contemplem informações em nível micro para mais de um período.

Para dados educacionais, entretanto, isso pode ser bastante complicado, seja pelas implicações éticas de se selecionar um grupo para determinado programa em detrimento de outro, seja pelos altos custos desse tipo de experimento, bem como pela confidencialidade dos dados que não permitem seguir um mesmo aluno por mais de um período. Entretanto, algumas metodologias preocupadas em criar artificialmente esse ambiente experimental podem ser usadas para se tentar, na medida da possibilidade dos dados, inferir causalidade, como é o caso deste trabalho.

O objetivo deste artigo é medir o impacto do ensino infantil sobre as habilidades cognitivas dos alunos no ensino fundamental público no Brasil. Como *proxy* para habilidades cognitivas foram utilizados os resultados dos testes padronizados de português e matemática, disponíveis na Prova Brasil 2011, para o 5º e 9º anos do ensino fundamental. A hipótese é de que o ensino infantil tenha importante contribuição no aumento das habilidades cognitivas dos alunos no ensino fundamental.

Sob a suposição de existência de viés de seleção por algumas variáveis observáveis, utilizou-se um estimador de *propensity score matching (PSM)*, que tem por objetivo criar um contrafactual, ou seja, um grupo de alunos comparáveis com relação a três variáveis

¹Esses conceitos são detalhados na seção 2.

teóricas que parecem afetar essa escolha: renda dos pais; escolaridade dos pais; e disponibilidade de alguém em casa para cuidar da criança.²

Existem ainda outras características que parecem importantes nesta seleção, como a disponibilidade de creche ou escolas nas proximidades da residência da criança, o interesse ou valorização dos pais pela educação de seus filhos e a qualidade da educação. No entanto, essas variáveis ou não são diretamente observáveis, ou não estão disponíveis no nível do aluno, representando um limite deste trabalho. Outro limite seria a necessidade de utilizar dados longitudinais que acompanhassem os mesmos alunos em anos diferentes. No entanto, os dados educacionais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), por motivos de confidencialidade, não disponibilizam a junção dessas informações em nível do aluno.

Além do método de pareamento para se tentar controlar a seleção dos alunos, uma das principais contribuições deste trabalho é aliar um método quase experimental com outro duplamente robusto: a regressão linear por mínimos quadrados ponderados pelo *propensity score*, que controla, além das variáveis do processo de seleção (contidas no escore de propensão), variáveis responsáveis pelo desempenho, tais como raça, se o aluno reprovou ou não, se sempre estudou em escola pública, etc.³ Ambas as metodologias – *propensity score matching* e mínimos quadrados ponderados pelo *propensity score* – encontraram efeitos positivos e estatisticamente significativos da pré-escola e da creche nas notas dos alunos de 5º e 9º anos do ensino fundamental.

É importante mencionar que, no Brasil, entre 2000 e 2010, segundo dados do Inep, os investimentos em educação infantil ficaram estagnados em 0,4% ao ano do Produto Interno Bruto, enquanto os investimentos totais em educação aumentaram 23% durante estes dez anos, passando de 4,7% para 5,8% do PIB. Dados do IBGE (2012) mostram que, em 2011, apenas 55,2% das crianças de quatro anos estavam frequentando a creche ou a pré-escola, proporção que diminuiu para 20,8% entre aquelas de até três anos.

Ainda segundo dados do Inep, a educação infantil é o nível educacional com menor percentual do investimento público direto, registrando inclusive uma redução de 10% na última década, além de continuar representando o menor nível no investimento direto em educação por estudante,⁴ com um aumento de aproximadamente 70%, entre 2000 e 2010, enquanto os investimentos agregados em educação cresceram cerca de 120%, nesse período. Assim, a etapa da educação que autores como Curi e Menezes-Filho (2006), Heckman (2000), Cunha et al. (2006), Carneiro e Heckman (2003) e outros evidenciam como uma das mais importantes no desenvolvimento de habilidades do ciclo de ensino tem tido pouco investimento em relação aos ensinos fundamental, médio e superior no Brasil.

² A terceira seção apresenta um breve modelo teórico que detalha melhor a relação destas variáveis com a seleção.

³ Essas variáveis serão mais bem detalhadas na seção da estratégia empírica.

⁴ É preciso salientar que aqui o investimento por estudante utilizado é a média do país. Existe um problema muito mais complexo quanto à desigualdade na distribuição dos recursos, o que faz com que, em municípios mais ricos, o investimento seja maior.

A relevância do ensino público infantil no Brasil

A educação infantil no Brasil é dividida em creche, dos 0 aos 3 anos, e pré-escola, de 4 a 5 anos.⁵ A partir da década de 1990 (Constituição de 1988), o acesso a esse nível de ensino teve sua importância ampliada, pois, além de se prever um aumento da quantidade educacional às crianças de 0 a 6 anos, a educação infantil passou a ser tratada como um direito da criança.

Em meados de 1990, aliada à preocupação com a qualidade educacional como um todo, a qualidade da educação infantil também passou a ganhar relevância, principalmente após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), em 1996, que incluiu o atendimento de crianças de 0 a 3 anos nas creches (GUIMARÃES; PINTO, 2001). Campos (1997) explica que a importância da educação infantil mudou ao longo do tempo para diversos níveis. Desse modo, o aumento da literatura sobre educação infantil nos últimos anos e, por conseguinte, a ampliação das evidências de que os retornos nessa fase da infância são muito altos fazem com que a importância do ensino infantil seja crescente.

Quando se trata de habilidades, a literatura comumente refere-se às habilidades cognitivas e não cognitivas,⁶ responsáveis pelo sucesso futuro da criança, que podem ser produzidas tanto pela família – importância especial para o papel da mãe – como pelas ações pessoais do indivíduo e sua interação com o ambiente.⁷ Assim, políticas públicas podem agir sobre o componente advindo do ambiente, já na fase da primeira infância, aumentando a produtividade dos investimentos educacionais nos períodos posteriores (HECKMAN, 2000; CARNEIRO; HECKMAN, 2003).

O processo educacional, portanto, já não é mais visto como composto por uma só fase, mas sim por diversas fases em que o ser humano forma suas habilidades. A primeira infância possui um papel fundamental, pois, nesta fase, se algumas habilidades não forem desenvolvidas, tentar desenvolvê-las por meio de investimentos tardios pode ser muito mais custoso e pouco eficiente (HECKMAN, 2000; CARNEIRO; HECKMAN, 2003; CUNHA et al., 2006).

Knudsen (2004) separa o processo de aprendizado em dois períodos: o crítico e o sensível. Segundo o autor, o cérebro é amplamente influenciado pelas experiências do indivíduo. Quando o efeito de determinada experiência é muito forte em um período limitado, esse é chamado de período sensível. Quando certa experiência é crucial nesse período para o desenvolvimento normal do indivíduo, e altera o seu desempenho permanentemente, esse período é chamado de crítico.

⁵ Recentemente, o ensino fundamental foi aumentado em um ano, considerando-se então o que era o ensino pré-escolar como primeiro ano. Assim, a pré-escola passou de 4 a 6 anos para 4 a 5 anos de idade.

⁶ Habilidades cognitivas, basicamente, são aquelas ligadas à inteligência e à organização, como, por exemplo, memória, capacidade de abstração, etc. Já as não cognitivas são aquelas ligadas às competências socioemocionais, como motivação, autonomia, equilíbrio emocional, etc.

⁷ Este trabalho foca no impacto sobre as habilidades cognitivas, que têm como *proxy* as notas dos alunos na Prova Brasil 2011. No entanto, evidências mostram que as habilidades não cognitivas, mais difíceis de mensurar, contribuem tanto quanto as cognitivas nos resultados educacionais (CUNHA et al., 2006).

Um exemplo disso é o desenvolvimento do QI, principal medida de habilidade cognitiva, que estabiliza em torno dos dez anos de idade. Desse modo, a primeira infância é um período sensível e crítico no desenvolvimento desta habilidade (KNUDSEN, 2004).

Heckman (2000) e Carneiro e Heckman (2003) reconhecem que as habilidades, tanto cognitivas quanto não cognitivas, possuem um componente genético e outro influenciado pelo ambiente. Para Heckman (2008), evidências da epigenética sugerem que a distinção entre genética e ambiente é obsoleta, assim como a prática de discernir entre resultados “*nature*” e “*nurture*”, ou seja, o que é da natureza e o que é estimulado pelo ambiente externo.

Segundo Rutter⁸ (2006 apud HECKMAN, 2008), existe uma extensa literatura mostrando que a interação entre os dois componentes é central para explicar o desenvolvimento humano e animal. Autores como Caspi, Williams, Kim-Cohen et al. (2007) mostraram que o desenvolvimento intelectual das crianças é influenciado tanto por fatores genéticos quanto ambientais. Turkheimer, Haley, Waldron et al. (2003) encontraram um importante papel para o ambiente na determinação do QI.

Outra característica importante do capital humano é exibir autoprodutividade e complementaridade. Autoprodutividade porque a realização de habilidades num estágio inicial aumenta a realização de outras habilidades no futuro. Complementaridade porque investimentos mais tarde não são produtivos e eficientes se o indivíduo não possui uma base de habilidades fundamentais produzida na primeira infância. Em resumo, se a base é fraca, o retorno para investimentos tardios é baixo (CUNHA et al., 2006).

As evidências empíricas corroboram esses conceitos. Mais do que a falta de recursos, que é um dos maiores problemas em educação no mundo todo, não ter feito o ensino infantil, para um estudo em alunos norte-americanos, é o que mais explica a conclusão do ensino médio e ingresso no ensino superior. Aqueles que não frequentaram o ensino infantil possuem um déficit de habilidades que explica sua baixa escolaridade (CARNEIRO; HECKMAN, 2002, 2003).

Em outro estudo, Cunha et al. (2006) apresentam um exercício em que mostram que a diferença racial e de renda existente em testes de desempenho é significativamente reduzida quando se controlam algumas características como educação materna, habilidades cognitivas e estrutura familiar. Assim, os autores concluem que programas de enriquecimento de ambiente inicial para crianças em desvantagem podem parcialmente remediar a diferença entre estas e as crianças mais favorecidas.

Um estudo de experimento natural sobre um programa de ensino infantil de construções de escolas na Argentina concluiu que os testes de aptidão (habilidades cognitivas) apresentam uma melhora de 8% para cada ano de pré-escola, além de melhoras nas variáveis atenção, esforço, participação e disciplina (habilidades não cognitivas) (BERLINSKI et al., 2006). Feinstein et al. (1998) apresentam resultados positivos, válidos também

⁸ RUTTER, M. *Genes and behavior: nature–nurture interplay explained*. Oxford: Blackwell Publishers, 2006.

após controlar educação dos pais, classe social e interesse dos pais e vizinhança, de que crianças norte-americanas dos 7 aos 11 anos demonstram maior desempenho na escola se frequentaram uma pré-escola ou ficaram sob os cuidados da mãe.

Existem alguns estudos para o Brasil, no entanto, a literatura de avaliação de impacto com métodos experimentais ou quase experimentais ainda é bastante limitada. Curi e Menezes Filho (2006) encontraram efeitos positivos e significativos de ter frequentado a creche sobre a probabilidade de conclusão das etapas de ensino e salários futuros. Britto (2012), utilizando um painel de escolas extraído dos microdados da Prova Brasil 2009 e controlando para características específicas dos indivíduos e do *background* familiar, verificou que as escolas possuem um desempenho melhor se seus alunos ingressaram no ensino infantil, em comparação com escolas em que os alunos entraram diretamente no ensino fundamental.

Campos et al. (2011), utilizando análise hierárquica, observaram que alunos que frequentaram a pré-escola de boa qualidade, quando comparados a seus colegas que não frequentaram uma pré-escola, obtiveram notas 2,9 pontos mais altas, correspondendo a um acréscimo de 12% na escala de notas da Prova Brasil. Os autores verificaram também que escolaridade da mãe, renda familiar e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) da escola são fatores importantes nos resultados apresentados nessa avaliação.

Felício e Vasconcellos (2007), empregando dados do Saeb 2003, estimaram com base nas informações individuais dos alunos, aplicando o método de *propensity score matching (PSM)*, que frequentar a escola antes da primeira série tem um impacto positivo e significativo sobre a proficiência das crianças em testes padronizados de matemática, no 5º ano. A diferença deste trabalho para o exercício de Felício e Vasconcellos (2007), além da atualização da evidência, é utilizar juntamente com o pareamento um método duplamente robusto para controlar as características relacionadas ao desempenho, bem como um modo de seleção com melhor ajuste.

Existem ainda alguns importantes projetos de intervenção na primeira infância com estudos experimentais e longitudinais devidamente aleatorizados e com grupos de controle e tratamento, executados em escolas dos Estados Unidos, o *Perry Preschool*, o *Abecedarian Program* e o *Star Project*. Todos eles tinham como pressuposto um programa de ensino infantil em tempo integral de alta qualidade e acompanhamento especial, além do objetivo de seguir os alunos até a idade adulta para avaliar os resultados nos grupos de controle e tratamento.

Para o *Perry Preschool*, segundo Heckman (2008), foram identificados padrões consistentes de altos resultados para o grupo de tratamento em comparação com o grupo de controle, como maiores pontuações nos testes, maior nível de escolaridade e menor necessidade de educação especial. De acordo com Barnett (2004), quando atingiram a idade dos 40 anos, os indivíduos do grupo de tratamento tinham os maiores níveis salariais e de casa própria, além de não precisarem de auxílios governamentais. O *Abecedarian Program* resultou em um aumento permanente no QI dos participantes e o *Projeto Star* mostrou uma

diferença positiva na cognição para os grupos de classes de tamanhos menores e maiores ganhos salariais no futuro, além de melhor comportamento em sala de aula em comparação com o grupo de controle.

Mas, apesar dessas evidências empíricas, a evidência causal de impacto de programas aplicados na pré-escola para crianças em desvantagens nos resultados de longo prazo ainda é bastante limitada. É difícil afirmar que, se aplicados os mesmos programas em outro país ou contexto em que o sistema educacional esteja em outro estágio, como no caso do Brasil, os resultados serão os mesmos. O uso de dados longitudinais, no caso destes estudos norte-americanos, também foi muito importante na avaliação dos mesmos, mas esses foram programas pontuais de escala limitada em escolas que diferem em diversos aspectos das escolas brasileiras. Ou seja, o grande problema é a replicabilidade destes resultados em programas de larga escala, que é, em última instância, o objetivo de interesse efetivo da política pública.

Desse modo, justifica-se a contribuição de trabalhos como esse, apresentando evidências de políticas de larga escala como é o caso do ensino infantil no Brasil, utilizando métodos quase experimentais que se aproximam de experimentos aleatórios metodologicamente e dão alguma evidência causal dos efeitos destas políticas.

Seguindo o argumento de Heckman e Masterov (2007), é preciso atentar para o fato de que essa discussão em favor das políticas de melhoria nos ambientes iniciais das crianças em desvantagem não quer dizer que todas as habilidades e motivações são formadas nos primeiros anos. Muito menos quer dizer que as escolas e empresas não importam na formação das pessoas, ou que os anos iniciais são os únicos determinantes do sucesso.

Essas evidências defendem o papel que o ambiente inicial tem nos resultados posteriores e que sua importância é negligenciada nas políticas atuais. Inclusive, as evidências da tecnologia de formação das habilidades humanas dizem que ambientes inicialmente enriquecidos precisam ser seguidos por boa escolaridade e aprendizagem no local de trabalho, ou seja, a complementaridade está intrínseca no processo de formação das habilidades.

Desse modo, intervenções iniciais promovem eficiência econômica e reduzem as desigualdades, ou seja, não há *trade-off* para investimentos na primeira infância. Já para intervenções de remediação para adolescentes em desvantagem, aqueles que não receberam uma forte base inicial de habilidades enfrentam um *trade-off* entre eficiência e equidade. Assim, investimentos na primeira infância possuem um importante argumento econômico que os justificam na hora da alocação de recursos para a política pública.

Mesmo quando as intervenções no início da infância não aumentam o QI, elas ampliam as habilidades não cognitivas, que também têm grandes efeitos na escolaridade, no mercado de trabalho e em outros aspectos comportamentais, como gravidez na adolescência. E assim, por meio dos efeitos na escolaridade, essas intervenções podem elevar a pontuação em testes mesmo não aumentando o QI, o que demonstra a importância crucial das habilidades não cognitivas (CUNHA et al., 2006; GERTLER; FERNALD, 2004; GRACES et al., 2002).

A formação de habilidades no ciclo de vida e a escolha dos pais

Cunha, Heckman e Schenach (2010) apresentam um modelo de formação de habilidades na primeira infância que incorpora os conceitos de autoprodutividade e complementaridade, contemplando, ainda, a importância de ambas habilidades cognitivas e não cognitivas na produção de resultados como escolaridade e salários, por exemplo. Nesta seção, o objetivo é modelar a escolha enfrentada pelos pais quando decidem colocar seus filhos no ensino infantil ou apenas no ensino fundamental (quando este é obrigatório) e os efeitos que essa escolha produzem sobre a formação das habilidades.

A partir da hipótese de que existe seleção por variáveis observáveis na escolha dos pais entre colocar ou não o filho no ensino infantil, este trabalho utiliza o método de pareamento *propensity score matching*, para criar grupos de comparação com respeito a essas características que parecem influenciar na escolha.

Considere-se um caso de uma família representativa em que a única forma de herança é a educação. Para simplificar o problema, suponha-se que existam apenas dois tipos de educação: a infantil e o ensino fundamental, p_1 e p_2 , respectivamente. Os indivíduos altruístas acumulam capital humano com a educação recebida, de acordo com a seguinte função:

$$H_i(p_1, p_2) = a^{p_1} p_2 \quad (1)$$

O ensino fundamental é o único obrigatório, assim, p_2 é uma variável exógena, e os indivíduos escolhem se alocam seus recursos em p_1 . A educação infantil é discreta e pode ser 2 ou 0. Se os pais decidem alocar $p_1 = 2$, então aumentam o capital humano dos filhos em a^2 . Se alocam $p_1 = 0$, então o capital humano dos filhos será determinado apenas por p_2 , ou seja, somente o ensino fundamental. A acumulação do capital humano determina a renda dos indivíduos $Y(H_i(p_1, p_2))$, que pode ser alocada entre consumo e o gasto no capital humano de seus filhos, conforme a equação (2):

$$Y(H_p(p_1, p_2)) = u(c) + H_f(p_1, p_2) \quad (2)$$

Onde p e f representam a função para os pais e a função para os filhos, respectivamente. Assim, a resolução do problema de maximização da utilidade do indivíduo fica:

$$u(c) + H_f(p_1, p_2) - \lambda Y(H_p(p_1, p_2)) \quad (3)$$

Resolvendo o lagrangiano:

$$\frac{dL}{dc} = u'(c) \quad (4)$$

$$\frac{dL}{dp_1} = H'_f(p_1, p_2) - \lambda Y'(H_p(p_1, p_2)) = 0 \quad (5)$$

$$H'_f(p_1, p_2) = \lambda Y'(H_p(p_1, p_2)) \quad (6)$$

A equação (6) mostra que a acumulação do capital humano herdado pelo filho depende do capital humano que recebeu do pai e da renda que esse capital humano lhe permite receber. Ou seja, a escolha entre colocar ou não o filho no ensino infantil depende de duas variáveis: o capital humano dos pais (medida aqui como escolaridade); e a renda dos pais (medida por variáveis de bens de consumo). Consideram-se agora o caso do pai que recebeu educação infantil (7) e o caso do pai que recebeu apenas o ensino fundamental (8):

$$H'_f(p_1, p_2) = \lambda \alpha^{p_1-1} p_1 p_2 \quad (7)$$

$$H'_f(p_1, p_2) = \lambda p_2 \quad (8)$$

A equação (8) é menor do que a (7); portanto, o pai que recebeu uma educação menor, neste caso não fez o ensino infantil, tende a ter uma renda menor, o que fará com que, no equilíbrio da maximização da sua utilidade, ele não invista na educação infantil dos seus filhos, gerando um círculo vicioso, em que famílias com baixa escolaridade tenderão a ter filhos com escolaridade e, por conseguinte, renda baixas. Menezes Filho (2007) e Soares e Collares (2006) apresentam evidências que sustentam a hipótese de que escolaridade importa nessa escolha.

Existem ainda algumas variáveis importantes na seleção, e que por simplificação não aparecerem no modelo, mas que não são diretamente observáveis, como a disponibilidade de escola nas proximidades onde o aluno mora, interesse ou valorização dos pais pela educação de seus filhos e a qualidade da educação, representando um dos limites deste trabalho. Em estudo com dados de 147 instituições de educação infantil em seis capitais brasileiras, Campos et al. (2011) mostraram que creches e pré-escolas apresentam, em média, níveis de qualidade insatisfatórios. O estudo ainda observa que algumas das variáveis associadas à maior qualidade referem-se a características socioeconômicas do bairro e da clientela das instituições. Ou seja, além do acesso ser mais difícil para alunos de baixo nível socioeconômico, a qualidade da educação oferecida tende a ser pior.

Outro aspecto importante que não aparece no modelo é a disponibilidade de alguém em casa para tomar conta do filho. Apesar de não ser diretamente observável, a variável possuir empregada foi utilizada como *proxy* e se ajustou bem ao modelo empírico.

Metodologia utilizada no trabalho

Esta seção apresenta brevemente as metodologias utilizadas no presente estudo, a saber, o método de pareamento *propensity score matching* (PSM) e o estimador linear duplamente robusto, mínimos quadrados ponderados pelo *propensity score*.

O estimador propensity score matching (PSM)

Considerando a hipótese de seleção por variáveis observáveis na escolha entre frequentar ou não a educação infantil, o método de *propensity score matching* tenta definir

um grupo de controle para comparação, modelando a probabilidade de participar do tratamento conforme uma função de características observadas X que contém toda a informação desse vetor, o qual é chamado de *propensity scores* ou escores de propensão. Assim, nesse método, o pareamento entre o grupo tratado e o de controle é baseado nessa probabilidade, que pode ser calculada por meio de um modelo *probit* (ROSENBAUM; RUBIN, 1983).

Dessa forma, o efeito médio do tratamento corresponde à diferença dos resultados médios entre os dois grupos – tratamento e controle. No entanto, a validade deste método depende das seguintes hipóteses:

- hipótese de seleção nos observáveis ou ignorabilidade: o vetor de variáveis observáveis X contém todas as informações sobre o resultado potencial na ausência do tratamento ($Y(0)$) que o indivíduo possui ao tomar a decisão de participar ou não do tratamento. Isso significa que não há nada sistemático que faça com que um indivíduo seja ou não tratado, sendo que a variável $Y(0)$ torna-se independente de T . Formalmente define-se como:

$$(Y_i(0) | Y_i(1)) \perp T_i | p(X_i) \quad (9)$$

- hipótese de sobreposição: esta condição garante que cada indivíduo no grupo tratamento tenha um par próximo de comparação no grupo de controle na distribuição do escore de propensão e no qual a variável resultado corresponderia à situação deste indivíduo na ausência do tratamento. Esta hipótese define-se como:

$$0 < Pr [T = 1 | X] = p(X) < 1 \quad (10)$$

Uma das críticas aos métodos baseados nestas duas hipóteses principais é que, ao tomarem a decisão de participar ou não, os indivíduos também levam em consideração características não observáveis. Cumpridas as hipóteses de ignorabilidade e sobreposição, a média dos resultados dos não tratados pareados com os grupos identifica a média contrafactual resultante no grupo tratado na ausência de tratamento (BECKER; ICHINO, 2002).

O estimador de mínimos quadrados ponderados pelo propensity score

Segundo Imbens e Wooldridge (2008), estimativas de efeitos controlando para características observáveis com o estimador de mínimos quadrados ponderados pelos escores de propensão, ou como chamado aqui MQP, contornam o problema de má especificação, por ser uma combinação do *propensity score* com a regressão, que tem o benefício de ser duplamente robusto. Esse problema pode estar na equação da regressão ou do *propensity score*, mas nunca em ambos. Assim, estes métodos chamados como duplamente robustos removeriam o efeito direto das variáveis omitidas na regressão e reduziriam a correlação entre as variáveis omitidas e incluídas, reponderando-as.

Segundo Becker e Ichino (2002), para a realização do mínimos quadrados ponderados pelos escores de propensão, são necessários dois procedimentos: o primeiro é o cálculo dos escores de propensão, que pode ser feito por meio de um modelo *probit* ou *logit*. No segundo

procedimento, estima-se o mínimos quadrados ponderados pelos escores de propensão propriamente dito. Essa combinação de métodos estima uma regressão ponderada com o peso igual a 1 para os indivíduos do grupo tratamento e igual a $\frac{\hat{P}(X_i)}{1-\hat{P}(X_i)}$ para os indivíduos do grupo de controle (PINTO, 2012). A regressão estimada e as funções de pesos são:

$$Y_i = \alpha + \beta^{*Xi} + \tau \cdot W_i + \varepsilon_i \quad (11)$$

$$\lambda_i = \sqrt{\frac{W_i}{e(X_i)} + \frac{1-W_i}{1-e(X_i)}} \quad (12)$$

Onde:

Y_i = resultado;

W_i = variável de participação no programa (0 ou 1);

$e(X_i)$ = propensity score estimado;

X_i = características observadas que explicam a participação no programa;

λ_i = peso.

O coeficiente τ estimado é um estimador consistente para o efeito médio do tratamento (ATE). Essa regressão, além de diminuir o viés, aumenta a precisão da estimativa. Assim, com os pesos dados pelos escores de propensão, o estimador de mínimos quadrados se torna consistente. Sendo \hat{e} um estimador consistente do propensity score e garantindo que cada termo dentro da raiz quadrada some 1, o estimador por mínimos quadrados ponderados é consistente para o ATE:

$$\hat{\lambda}_i = \sqrt{\frac{W_i/\hat{e}(X_i)}{\sum_{i=1}^N W_i/\hat{e}(X_i)} + \frac{(1-W_i)/(1-\hat{e}(X_i))}{\sum_{i=1}^N (1-W_i)/(1-\hat{e}(X_i))}} \quad (13)$$

Para se estimar o efeito tratamento sobre os tratados (ATT), o ponderador produz o estimador do coeficiente τ que é consistente para o ATT:

$$\hat{\lambda}_i = \sqrt{\frac{W_i/\hat{e}(X_i)}{\sum_{i=1}^N W_i} + \frac{(1-W_i).\hat{e}(X_i)/(1-\hat{e}(X_i))}{\sum_{i=1}^N (1-W_i).\hat{e}(X_i)/(1-\hat{e}(X_i))}} \quad (14)$$

Esta análise de ponderação garante que as covariâncias não sejam correlacionadas com o indicador de tratamento, gerando, assim, um estimador consistente. Dessa forma, a adição das covariâncias no modelo estimado aumenta a precisão das estimativas.

Base de dados e estratégia empírica

Esta seção apresenta uma breve explanação da base de dados utilizada e a estratégia empírica deste trabalho.

A base de dados: Prova Brasil 2011

Desenvolvida pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC), a Prova Brasil e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (Saeb) têm o objetivo de avaliar a qualidade do ensino no Brasil, utilizando testes

padronizados e questionários socioeconômicos. Esses testes são aplicados no 5º e 9º anos do ensino fundamental das escolas públicas que possuíam no mínimo 20 alunos matriculados em cada ano avaliado, nas redes estaduais, municipais e federal, de áreas rural e urbana. Os testes levam em consideração os conhecimentos dos alunos em matemática e língua portuguesa, e os questionários abrangem informações socioeconômicas, que ajudam no processo de relacioná-las com o desempenho dos estudantes. É importante salientar que os questionários são respondidos pelos próprios alunos, que podem desconhecer ou responder erroneamente alguma questão mais complexa, o que constitui uma das limitações deste tipo de banco de dados.

Mais do que dados oriundos dos alunos, a Prova Brasil coleta informações relacionadas aos professores e diretores, como condições de trabalho, dados demográficos e perfil profissional. Além de auxiliarem no aprimoramento da qualidade da educação e redução das desigualdades, as médias de desempenho subsidiam o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), e estão disponíveis para o público, o que pode ser muito útil, já que os dados são comparáveis ao longo do tempo e ampliados a cada dois anos.

O banco de dados apresenta informações de 1.792.242 alunos, 5.296 municípios e 40.799 escolas, para o 5º ano, e 1.984.181 alunos, 5.458 municípios e 31.599 escolas, para o 9º ano. As variáveis resultado utilizadas na estimação são as notas em português e matemática para o 5º e 9º anos, mensuradas na escala Saeb.

Para o 5º ano, a distribuição das notas de português apresenta uma média de 192 pontos na escala única do Saeb – a Prova Brasil utiliza a mesma metodologia do Saeb, baseada na teoria de resposta ao item (TRI), o que permite a comparação entre as notas –, máximo de 339 pontos e mínimo de 77 pontos. O desvio padrão para a nota de português é de 45 pontos. Já a distribuição de notas em matemática tem uma média de 211 pontos na escala única do Saeb, máximo de 338 pontos e mínimo de 90 pontos, com desvio padrão de 46 pontos.

Para o 9º ano, a nota em português possui média de 239 pontos na escala única do Saeb, com máximo de 380 pontos, mínimo de 103 pontos e desvio padrão de 46,7 pontos. Já a nota em matemática tem média de 245 pontos na escala única do Saeb, máximo de 398 pontos, mínimo de 105 pontos e desvio padrão de 47 pontos.

Estratégia empírica

Na estimação do pareamento por *propensity score matching* (PSM), o grupo de tratamento é formado pelos alunos que frequentaram o ensino infantil (um tratamento para os que iniciaram na creche e outro para os que começaram na pré-escola) e o grupo de controle por aqueles que iniciaram diretamente no ensino fundamental. No questionário da Prova Brasil 2011, a pergunta é quando o aluno iniciou os estudos, se creche, pré-escola ou diretamente no primário. Essa, portanto, foi a variável tratamento utilizada no modelo.⁹

⁹ É razoável supor que os alunos que entraram na creche continuaram na pré-escola e depois no ensino fundamental.

Segundo Crump, Hotz, Imbens e Mitnik (2009, 2008), o estimador de pareamento é muito sensível à escolha das variáveis X . Desse modo, um número muito grande de variáveis explicativas pode invalidar a hipótese de sobreposição, enquanto um número muito pequeno pode violar a hipótese de ignorabilidade. Para cumprir a hipótese de sobreposição, foram determinados grupos de variáveis como *proxy* para as variáveis de seleção apresentadas no modelo teórico de escolha,¹⁰ para que existisse alguma maleabilidade de escolha de variáveis que satisfizessem as suposições do modelo empírico.

O primeiro passo para o cálculo do PSM é a estimação de um modelo *probit* que busca identificar, por meio das variáveis observáveis citadas – renda, escolaridade dos pais e disponibilidade de alguém em casa para cuidar da criança –, a probabilidade de o aluno ter frequentado o ensino infantil.

Assim, foram duas estimativas e, portanto, duas variáveis de tratamento diferentes: ter iniciado os estudos na creche e ter iniciado os estudos na pré-escola, para cada ano. Para ambos os modelos, o grupo de controle foi ter iniciado diretamente no ensino fundamental.

Após os pareamentos, foram estimadas regressões medindo os efeitos médios do tratamento (ensino infantil) no desempenho dos alunos em português e matemática, para cada ano, a saber 5º e 9º anos do ensino fundamental. Essas regressões foram estimadas por meio do método dos mínimos quadrados ponderados pelo *propensity score*, levando em conta as características observáveis de seleção (contidas nos escores de propensão) e características com relação ao desempenho, como a raça do aluno (SOARES; ALVES, 2003), fatores culturais como frequentar a biblioteca, ler regularmente e fazer o dever de casa de português e de matemática, o fato de ter sido reprovado, ou ter sempre estudado em escola pública, de já ter abandonado a escola alguma vez e de trabalhar fora (SOARES; COLLARES, 2006; MENEZES FILHO, 2007).

Análise dos resultados

Como explanado na estratégia empírica, duas estimativas, para creche e pré-escola, foram feitas para cada questionário da Prova Brasil do 5º e 9º anos. Os resultados dos modelos *probit* mostraram que todas as variáveis incluídas no modelo são estatisticamente significantes a 1%. Os sinais dos coeficientes indicam haver uma relação positiva entre a renda e a escolaridade dos pais na probabilidade de frequentar o ensino infantil, seja na creche ou na pré-escola. Isso evidencia que a seleção por observáveis como renda e escolaridade dos pais realmente se verifica empiricamente. A *proxy* para disponibilidade de alguém em casa para cuidar da criança, que é ter empregada, só foi significativa para

¹⁰ A construção de uma variável latente contendo todas as variáveis de renda ao mesmo tempo ou de escolaridade dos pais, por exemplo, algumas vezes impossibilitou a hipótese de sobreposição (balanceamento). Portanto, para a renda, por exemplo, foram utilizadas algumas variáveis binárias de bens de consumo e, para escolaridade, variáveis binárias como a mãe ter ensino superior completo e saber ler. Foi utilizado o máximo possível de variáveis que cumprissem as suposições do modelo. Assim, foi possível cumprir a condição de balanceamento para todas as estimações, tendo em todos os modelos pelo menos um componente de cada variável teórica apresentada no modelo da terceira seção.

as estimativas da creche e, desse modo, ela não foi incluída nos modelos da pré-escola. A Tabela 1 apresenta os resultados das estimativas pelo método dos mínimos quadrados ordinários ponderados pelos escores de propensão, e seus respectivos testes de significância.

TABELA 1
Estimativa do efeito médio do tratamento nos tratados pelo método dos mínimos quadrados ponderados pelo *propensity score*
Brasil – 2011

Estimativa	Nº de tratados	Nº controles	ATT - MQP	τ
Efeito creche na nota de português – 5º ano	349.081	573.450	5.063	34.04
Efeito creche na nota de matemática – 5º ano	349.081	573.450	5.735	36.99
Efeito pré-escola na nota de português – 5º ano	373.786	588.624	11.213	83.33
Efeito pré-escola na nota de matemática – 5º ano	373.786	588.624	12.497	88.88
Efeito creche na nota de português – 9º ano	496.409	1.023.064	4.094	35.84
Efeito creche na nota de matemática – 9º ano	496.409	1.023.064	3.521	30.60
Efeito pré-escola na nota de português – 9º ano	592.659	660.621	11.010	96.00
Efeito pré-escola na nota de matemática – 9º ano	592.659	660.621	10.261	88.36

Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep. Prova Brasil 2011.

Nota: Dados estimados por meio do *software* stata 11.

Para todas as estimativas, o efeito do ensino infantil se mostrou positivo e estatisticamente significativo em comparação com os alunos que entraram diretamente no ensino fundamental. O efeito da pré-escola nas notas do 5º ano – os maiores impactos em magnitude estão no 5º ano –, se mostrou positivo e altamente significativo, aumentando em 11,2 e 12,5 pontos na escala Saeb em português e matemática, respectivamente. Isso significa que, para a nota de português, para um desvio padrão de 45 pontos, um aluno na mediana da distribuição passaria à frente de 10% dos alunos apenas por ter frequentado a pré-escola. Para a nota de matemática, isso se traduz para um aluno da mediana passar à frente de 11% da distribuição apenas por ter frequentado a pré-escola.

Um aluno do 5º ano teria, em média, 192 pontos na escala Saeb em português e estaria no nível 3, sendo capaz de competências como identificar os elementos da narrativa em letras de música e fábulas, reconhecer a finalidade de abaixo-assinado e verbetes e as relações entre pronomes e seus referentes e causa e consequência em fragmentos de romances, diários, crônicas, reportagens e máximas (provérbios), interpretar o sentido de conjunções, de advérbios, e as relações entre elementos verbais e não verbais em tirinhas, fragmentos de romances, reportagens e crônicas e comparar textos de gêneros diferentes que abordem o mesmo tema, dentre outras competências.

Esse mesmo aluno, apenas por ter frequentado a pré-escola, se deslocaria para o nível 4, em que, além dessas competências, seria capaz de identificar informação explícita em sinopses e receitas culinárias, assunto principal e personagem em contos e letras de música, formas de representação de medida de tempo em reportagens, efeito de humor em piadas, sentido de expressão, elementos da narrativa e opinião e relação de causa e consequência e entre pronomes e seus referentes em fábulas, poemas, contos e tirinhas.

O efeito da creche no 5º ano é um pouco mais discreto, sendo de 5,06 e 5,73 em português e matemática, respectivamente.

A Tabela 1 apresenta também os efeitos para os alunos do 9º ano. Aqueles que frequentaram a pré-escola possuem um desempenho de 11,01 e 10,26 pontos a mais em português e matemática, respectivamente, em relação aos que entraram diretamente no ensino fundamental. Já para a creche, esse efeito é de 4,09 e 3,52, para português e matemática, respectivamente. O menor efeito da creche em matemática, para um desvio padrão de 47 pontos, significa que um aluno na mediana da distribuição ultrapassaria 3% da distribuição apenas por ter frequentado a creche.

Além do retorno em termos de melhor desempenho dos alunos, os investimentos em educação, especialmente na primeira infância, apresentam altos retornos econômicos e sociais. Os primeiros podem ser mensurados, já os outros tipos de retornos e externalidades positivas que a educação pode proporcionar são difíceis de medir. No entanto, há diversas evidências de que esses retornos são muito altos (GROSSMAN, 2006 apud BARBOSA FILHO; PESSOA, 2009).

É possível argumentar também que esses resultados podem estar subestimando o verdadeiro impacto do ensino infantil, uma vez que, além de aumentos nas habilidades cognitivas, as evidências em estudos internacionais mostram que as habilidades não cognitivas, que também são responsáveis pelos altos resultados educacionais e no mercado de trabalho, são amplamente desenvolvidas no ensino infantil. Trabalhos futuros têm como importante tarefa estimar evidências da magnitude dos efeitos do ensino infantil sobre as habilidades não cognitivas, bem como viabilizar a medição dessas habilidades.

Conclusão

Este trabalho estimou o impacto da frequência no ensino infantil sobre o desempenho dos alunos no ensino fundamental de 5º e 9º anos, em português e matemática na Prova Brasil 2011, considerando o problema da seleção por variáveis observáveis que parece ocorrer na escolha dos pais em colocarem seus filhos no ensino infantil ou diretamente no fundamental, e características que afetam o desempenho dos alunos.

Na primeira metodologia utilizada, que diz respeito ao problema de seleção, o método *propensity score* (MQP-PS), que cria grupos comparáveis entre si, foi estimado por meio da hipótese de que a escolha dos pais entre colocar ou não seu filho no ensino infantil parece ser majoritariamente explicada por três aspectos: capital humano dos pais; renda ou nível socioeconômico; e disponibilidade de alguém para cuidar da criança em casa. Foram utilizadas como *proxies* variáveis disponíveis na base de dados da Prova Brasil 2011.

Para controlar também as variáveis que influenciam no desempenho dos alunos, a segunda metodologia empregada foi a regressão linear por mínimos quadrados ponderados pelo *propensity score* (MQP-PS). Esse método estima uma regressão em que a variável dependente é o desempenho do aluno e as independentes são, além da variável de interesse

(a frequência no ensino infantil), outras variáveis que podem influenciar no desempenho dos alunos, como a raça, fatores culturais como frequentar a biblioteca, ler regularmente e fazer os deveres de casa e informações como ter reprovado ou ter sempre estudado em escola pública (SOARES; ALVES, 2003; SOARES; COLLARES, 2006; MENEZES FILHO, 2007). Esse método é duplamente robusto, pois, além de controlar as variáveis de desempenho, pondera a regressão pelos escores de propensão, que contêm a probabilidade de o aluno ter iniciado seus estudos no ensino infantil, dadas as variáveis do modelo de escolha dos pais.

A principal contribuição deste trabalho foi utilizar um método quase experimental aliado a um método duplamente robusto, buscando-se controlar o viés de seleção e o viés pelo *background* do aluno, simultaneamente. Os resultados estimados para creche e pré-escola mostraram um impacto positivo e significativo estatisticamente tanto para as notas de português quanto para as de matemática de ambas as séries. Estes resultados são condizentes e complementam aqueles encontrados por Curi e Menezes Filho (2006), que previram efeitos sobre a conclusão das etapas de ensino e sobre os salários futuros, complementando o impacto também sobre as habilidades cognitivas no período do ensino fundamental.

Os resultados são também condizentes com Felício e Vasconcellos (2007), que identificaram efeitos no Saeb 2003 nas notas de matemática do 5º ano, evidenciando que os efeitos se mantêm para o 9º ano e em notas de testes padronizados de português, assim como encontrado para dados argentinos (BERLINKSI et al., 2006) e países desenvolvidos (FEINSTEIN et al., 1998).

Referências

- BARBOSA FILHO, F. H.; PESSOA, S. Educação, crescimento e distribuição de renda: a experiência brasileira em perspectiva histórica. In: VELOSO, F.; PESSOA, S.; HENRIQUES, R.; GIAMBIAGI, F. (Org.). **Educação básica no Brasil**. São Paulo: Elsevier Editora Ltda., 2009.
- BECKER S.O.; ICHINO, A. Estimation of average treatment effects based on propensity score. *Stata Journal*, v. 2, n. 4, p. 358-377, 2002.
- BERLINKSI, S.; GALIANI, S.; GERTLER, P. **The effect of pre-primary education on primary school performance**. An Arbor: William Davidson Institute, 2006 (Working paper, n. 838).
- CAMPBELL, F. A.; RAMEY, C. T.; PUNGELLO, E.; SPARLING, J.; MILLER-JOHNSON, S. Early childhood education: Young adult outcomes from the Abecedarian Project. *Applied Developmental Science*, v. 6, n. 1, p. 42-57, Jan. 2002.
- CAMPOS, M. M. Educação infantil: o debate e a pesquisa. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 101, p. 113-127, jul. 1997.
- CAMPOS, M. M.; ESPOSITO Y. L.; BHERING, E.; GIMENEZ, N.; ABUCHAIM, B. A qualidade da educação infantil: um estudo em seis capitais brasileiras. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 41, n. 142, p. 20-54, jan./abr. 2011.
- CARNEIRO, P.; HECKMAN, J. J. The evidence on credit constraints in post-secondary schooling. *Economic Journal*, v. 112, n. 482, p. 705-734, 2002.

_____. Human capital policy. In: HECKMAN, J.J.; KRUEGER, A. B.; FRIEDMAN (Ed.). **Inequality in America: what role for human capital policies?** Cambridge, MA: MIT Press, 2003.

CUNHA, F.; HECKMAN J.; LOCHNER, L.; MASTEROV, D. Interpreting the evidence on life cycle skill formation. In: HANUSHEK, E.; WELCH, F. (Ed.). **Handbook of the economics of education.** Amsterdã: Elsevier, 2006. v. 1, p. 695-812.

CURI, A.; MENEZES FILHO, N. Os efeitos da pré-escola sobre os salários, a escolaridade e a proficiência escolar. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 34. **Anais...** Salvador: Anpec, 2006.

FEINSTEIN, L.; ROBERTSON, D.; SYMONS, J. **Pre-school education and attainment in the NCDS and BCS.** London, UK: Centre for Economic Performance, London School of Economics and Political Science, 1998 (CEP Discussion Paper, n. 382).

FELÍCIO, F.; VASCONCELLOS, L. O efeito da educação infantil sobre o desempenho escolar medido em exames padronizados. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 35. **Anais...** Recife: Anpec, 2007.

GERTLER, P. J.; FERNALD, L. C. **The medium term impact of oportunidades on child development in rural areas.** 2004. Unpublished manuscript.

GRACES, E.; THOMAS, D.; CURRIE, J. Longer-term effects of head start. **The American Economic Review**, v. 92, n. 4, p. 999-1012, 2002.

GUIMARÃES, J. L.; PINTO J. M. R. A demanda pela educação infantil e os recursos disponíveis para seu financiamento. **Em Aberto**, v. 18, n. 74, p. 12-105, jul. 2001.

HECKMAN, J. J. Policies to foster human capital. **Research in Economics**, v. 54, n. 1, p. 3-56, 2000.

_____. Schools, skills, and synapses. **Economic Inquiry**, v. 46, n. 3, Jul. 2008.

HECKMAN, J.; MASTEROV, D. V. **The productivity argument for investing in young children.** National Bureau of Economic Research, 2007 (IZA Discussion Paper, n. 2725).

IMBENS, G. M.; WOOLDRIDGE, J. M. **Recent development in the econometrics program evaluation.** National Bureau of Economic Research, 2008 (Technical Working Paper, n. 14251).

KNUDSEN, E. I. Sensitive periods in the development of the brain and behavior. **Journal of Cognitive Neuroscience**, v. 16, n. 1, p. 1412-1425, 2004.

REYNOLDS A. J.; TEMPLE, J. A.; ROBERTSON, D. L.; MANN, E. A. Long-term effects of an early childhood intervention on educational achievement and juvenile arrest: a 15-year follow-up of low-income children in public schools. **JAMA – Journal of the American Medical Association**, 2001.

ROSENBAUM, P.; RUBIN. D. The central role of the propensity score in observational studies for causal effects. **Biometrika**, v. 70, n. 1, p. 41-44, Apr. 1983.

SCHWEINHART, L. J.; MONTIE, J.; XIANG, Z.; BARNETT, W. S.; BELFIELD, C. R.; NORES, M. **Lifetime effects: the high/scope perry preschool study through age 40.** Ypsilanti, Mich: High/Scope Press, 2005.

Sobre os autores

Walcir Soares da Silva Junior é doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Realizou estágio no Institute of Education (University College London, Inglaterra), com bolsa Capes – PDSE. É mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da UFPR e pesquisador do Núcleo de Avaliação de Políticas Públicas Educacionais (Nappe), da UFPR.

Flávio de Oliveira Gonçalves é doutor em Economia pela Universidade de Brasília, visitou a Università Cattolica Del Sacro Cuore di Milano (Doutorado sanduíche), Scuola Superiore Sant'Anna (Pós-Doutorado) e Università Bocconi. É professor da Universidade Federal do Paraná, com atuação no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico.

Endereço para correspondência

Walcir Soares da Silva Junior

Rua Gov. Jorge Lacerda, 25, apto. 3, Guabirota
81510-040 – Curitiba-PR, Brasil

Flávio de Oliveira Gonçalves

Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Departamento de Economia
Rua Prefeito Lothário Meissner, 632, Jardim Botânico
80210-170 – Curitiba-PR, Brasil

Abstract

Evidence of the relationship between the frequency in children's education and the performance of public elementary school students in Brazil

This paper aims to estimate the impact of the frequency of child education in the proficiency of public elementary school students in Brazil, using as proxy the scores of students in Portuguese and Math tests available in Prova Brasil 2011. The Propensity Score Matching methodology was used under the selection hypothesis by observable variables, which aims to find a counterfactual. In order to control characteristics related to the students' performance, linear regressions were estimated by the robust method of least squares weighted by propensity scores. The results point to positive and statistically significant effects on the grades of Portuguese and Math in the 5th and 9th grades for students who began in pre-school and for students who started in kindergarten compared with those who started directly in the primary school.

Keywords: Early childhood education. Propensity score matching. Least squares weighted by Propensity Score.

Resumen

La evidencia de la relación entre la frecuencia en la educación de los niños y el rendimiento de los estudiantes de la escuela primaria pública en Brasil

Este artículo tiene como objetivo estimar el impacto de la frecuencia de la educación infantil en la competencia de los estudiantes de la escuela primaria pública en Brasil, utilizando como proxy los puntajes de los estudiantes en portugués y matemáticas disponibles en la Prova Brasil 2011. Se utilizó la metodología de emparejamiento en las puntuaciones de propensión bajo el supuesto de selección de variables observables, cuyo objetivo es encontrar el contrafactual. Para controlar las funciones relacionadas con el rendimiento escolar, las regresiones lineales fueron estimadas por el método de mínimos cuadrados ponderados por las puntuaciones de propensión. Fueron encontrados efectos positivos y significativos estadísticamente en las notas

de português y matemáticas del quinto y noveno grados para los alumnos que empezaron en la enseñanza preescolar y para los estudiantes que comenzaron en el jardín infantil, en comparación con aquellos que comenzaron directamente en la primaria.

Palabras clave: Educación en primera infancia. Propensión score matching. Mínimos cuadrados ponderados por puntaje de propensión.

Recebido para publicação em 24/11/2015

Recomendado para publicação em 02/08/2016

Aceito para publicação em 09/09/2016

Dinâmica demográfica da população indígena em áreas urbanas: o caso da cidade de Altamira, Pará*

Alessandra Traldi Simoni**
Ricardo de Sampaio Dagnino***

Este artigo aborda as populações indígenas no município de Altamira, Estado do Pará, com ênfase em sua presença nas áreas urbanas e, principalmente, na sede municipal. O objetivo é compreender os movimentos e dinâmicas destas populações com relação aos dados produzidos sobre/por elas. Para tanto, utilizaram-se informações de campo, dos Censos Demográficos de 2000 e 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e aquelas provenientes de levantamentos visando a identificação de indígenas na cidade para atender à construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Procurou-se captar os processos pelos quais a população indígena passou e passa, com destaque para as ameaças provocadas pela usina e por forças políticas que têm colocado esta população em risco. Os resultados apontam para uma presença crescente no meio urbano, principalmente de populações das etnias Juruna, Kuruaya e Xipaya que pareciam ter diminuído significativamente, mas passaram por um processo de recuperação demográfica na cidade associado a um movimento político de articulação em torno de sua identidade étnica a partir dos anos 1990.

Palavras-chave: População indígena. Cidade. Amazônia. Altamira.

* Os autores agradecem aos pareceristas e ao Comitê Editorial da *Rebep* pelas valorosas contribuições para o aprimoramento deste trabalho.

** Centro de Pesquisa em Etnologia Indígena, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas-SP, Brasil (lele.traldi@gmail.com).

*** Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas-SP, Brasil (ricardosdag@gmail.com).

Introdução

A presença de indígenas nas cidades brasileiras é uma realidade que necessita ser mais bem pesquisada. Essa população ainda é pouco visibilizada e, por vezes, encontra-se em situações de vulnerabilidade social nas cidades, não contando com apoio específico de atendimento à saúde, educação ou apoio da Fundação Nacional do Índio (Funai), que centra suas atividades principalmente para as Terras Indígenas.

Os últimos três Censos Demográficos têm especial importância no que concerne à presença indígena nas cidades. Entre 1991 e 2000, a população indígena residente em áreas urbanas no Brasil cresceu 440%, enquanto na década seguinte diminuiu em 18% (IBGE, 2011a; TEIXEIRA; MAINBOURG, 2014). A hipótese apresentada pelo IBGE para tal redução foi a introdução da questão sobre etnia, o que teria inibido a resposta afirmativa da categoria indígena, tal qual nos Censos de 1991 e 2000 (IBGE, 2012a). Entretanto, algumas cidades experimentaram grande aumento do contingente de indígenas (TEIXEIRA; MAINBOURG, 2014), em contraposição ao fenômeno observado em escala nacional.

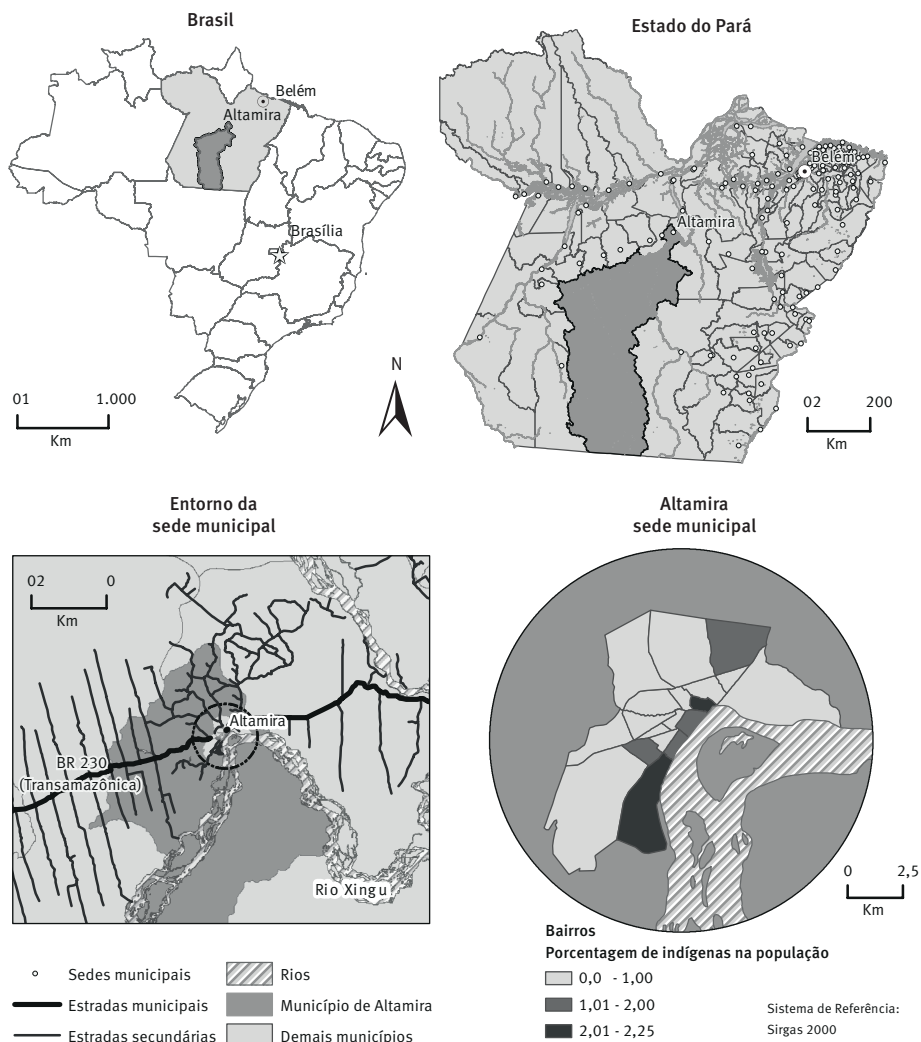
Este é o caso da cidade de Altamira, no Estado do Pará, que teve uma taxa de crescimento da população indígena bastante elevada entre 2000 e 2010, o que sugere uma especificidade concernente aos indígenas daquele município. Para analisar tal presença indígena, é preciso recorrer a informações históricas sobre a constituição da cidade e a migração dos indígenas para a mesma, o que requer a utilização de outros dados para explicar o que foi observado no último Censo Demográfico. O objetivo deste trabalho é, portanto, compreender a dinâmica demográfica da população indígena em Altamira. Apresenta-se uma contextualização histórica da formação da cidade, destacando a relação dos povos indígenas com as frentes de ocupação da região e o estabelecimento destes no território onde a cidade se constituiu. É abordado o processo de urbanização pelo qual esta população passou, utilizando os últimos três Censos Demográficos (1991, 2000 e 2010) paralelamente a outras fontes, como os estudos de impacto visando a implantação da usina hidrelétrica de Belo Monte. Por fim, analisam-se com profundidade os resultados obtidos pelo Censo 2010, amparados por ferramentas de geoprocessamento que auxiliam a compreensão da dinâmica deste caso de crescimento vertiginoso. Assim, busca-se contribuir com um olhar crítico sobre as metodologias utilizadas na produção de dados sobre indígenas em áreas urbanas, analisando e refletindo sobre a qualidade e a confiabilidade dos dados produzidos, bem como a relação existente entre a produção destes dados e as dinâmicas de autoidentificação das populações indígenas.

Breve histórico de constituição da cidade de Altamira

Neste artigo são tratadas, especificamente, a situação da formação da cidade de Altamira e a relação da população indígena com a mesma, abordando sua história e contexto atual. O município de Altamira é o maior do Brasil em extensão territorial, estando

praticamente todo dentro da bacia do Rio Xingu no Estado do Pará (Figura 1). Neste grande território existem apenas duas áreas consideradas urbanas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): a principal é a cidade de Altamira, que concentra grande parte de toda a população municipal; e a outra é a Vila Castelo dos Sonhos, localizada na porção centro-sul do município, na beira da Rodovia BR-163.

FIGURA 1
Localização da cidade de Altamira, Estado do Pará, e porcentagem da população indígena residente na área urbana – 2010

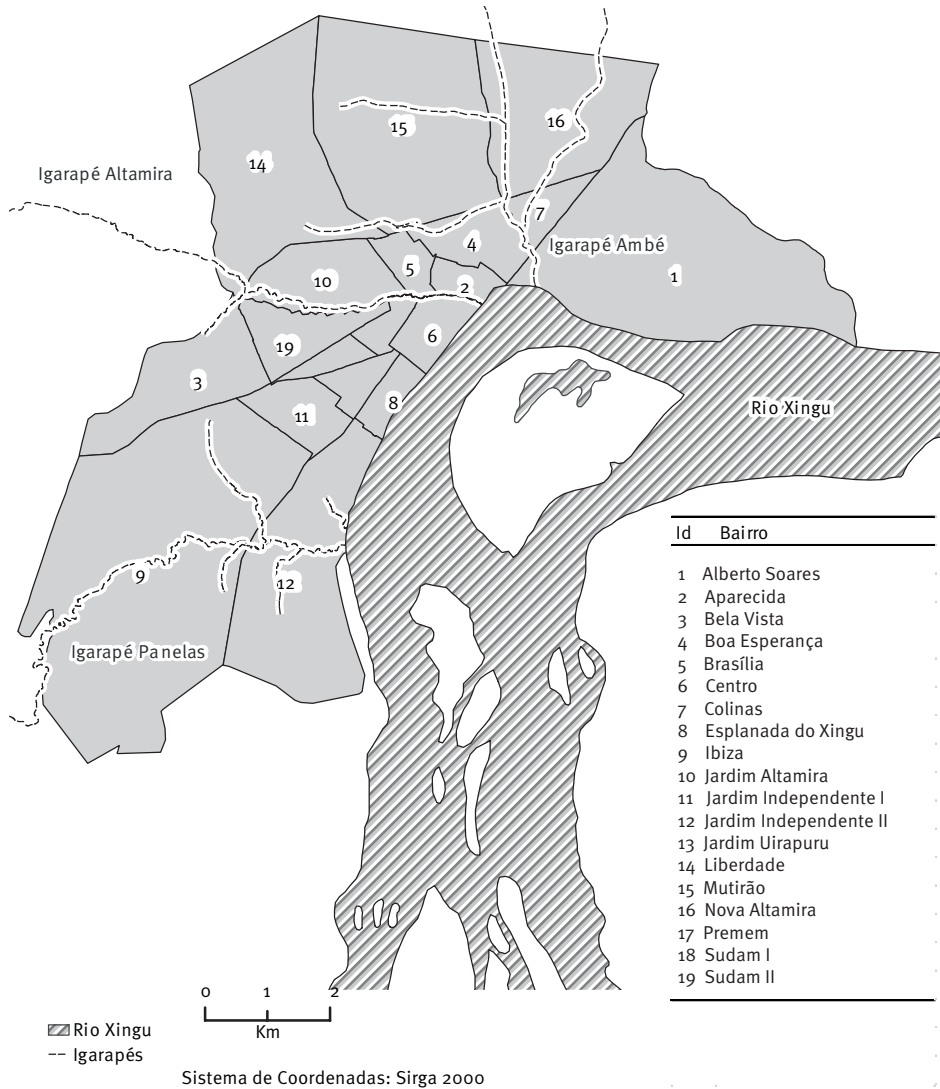


Fonte: IBGE (2011c).

A cidade de Altamira situa-se às margens do Rio Xingu e é a última localidade antes da chamada Volta Grande do Xingu (VGX), grande declive rochoso, de difícil navegação, em que o rio traça seu curso para atingir o Rio Amazonas. Ela é cortada por três igarapés

que estiveram presentes na história da ocupação do território onde hoje está a cidade de Altamira: Pannels, ao sul; Altamira, no centro; e Ambé, ao norte (Figura 2).

FIGURA 2
Igarapés e bairros da cidade de Altamira – 2010



Fonte: IBGE (2011c). Censo Demográfico de 2010 – Malhas digitais dos setores censitários. EIA Belo Monte (LEME, 2009).

Para compreender o processo de ocupação do território e a constituição da cidade, é interessante a divisão em três períodos, cada qual com dinâmicas específicas: aldeamentos missionários (1750-1880); dois períodos durante o ciclo da borracha (1879-1945); e expansão desenvolvimentista (1970 até hoje). Destacam-se, para cada um desses momentos, a participação da população indígena e o seu modo de estabelecimento no espaço urbano. A Tabela 1

apresenta o total da população no município de Altamira, de 1920 a 2010, apontando o crescimento da cidade, especialmente no período de expansão desenvolvimentista.¹

Em 1920, Altamira possuía 9.343 habitantes, havendo um importante declínio em 1940, quando a população diminuiu para 6.428, o que evidencia o fim do primeiro ciclo da borracha, que durou de 1879 a 1912 (Tabela 1). Posteriormente houve uma pequena recuperação entre 1940 e 1950, período que coincide com o segundo ciclo da borracha. As maiores taxas de crescimento do município, chegando a mais de 350% entre as décadas de 1970 e 1980, correspondem ao início da implantação de políticas desenvolvimentistas na região, em que a Transamazônica emerge como símbolo de um processo amplo que inclui a criação de agrovilas na região e a atuação de mineradoras e madeireiras. Essa grande mudança, com uma explosão populacional na região, ocorreu entre 2000 e 2010, em virtude da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

TABELA 1
População total, segundo situação de domicílio
Município de Altamira – 1920-2010

Situação de domicílio	1920	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Urbana	...	1.813	1.939	3.118	5.905	26.905	50.145	62.285	90.068
Rural	...	4.615	5.730	8.972	9.440	19.591	22.263	15.154	14.962
Total	9.343	6.428	7.669	12.090	15.345	46.496	72.408	77.439	105.030

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1920 a 2010.

É possível que o próximo Censo traga uma dimensão do impacto gerado por essa obra na cidade, mas não do processo que terá ocorrido integralmente no período intercensitário posterior ao Censo 2010, sendo que o impacto dessa obra pode ser considerado análogo àquele experimentado pela cidade na década de 1970, já que a estimativa é de chegada de 100.000 pessoas (MAGALHÃES; HERNANDEZ, 2009), o que dobraria a população da cidade. A presença indígena em Altamira acompanha os ciclos de ocupação do Médio Xingu e do próprio estabelecimento da cidade. Passa-se adiante ao detalhamento destes períodos.

Missão Tavaquara

O período das missões no Médio Xingu,² e consequentemente no território que se constituiria como o município de Altamira, se estende de 1750 a 1880. O primeiro marco histórico de colonização da área em que se formou a cidade de Altamira é a missão Tavaquara, formada pelo padre jesuíta Roque Hundertpfund, que em 1750 reuniu, próximo ao igarapé Painelas, indígenas dos povos Arara, Juruna, Kuruaya e Xipaya. Esse aldeamento missionário passou a ser um local reconhecido e de referência para estas populações indígenas não apenas naquele período, especificamente para os Juruna que ali permanecem, mas também como marcador

¹ Note-se que, para os Censos de 1872 e 1890, o município não existia e em 1920 não existe o levantamento distinguindo população urbana e rural. Ademais o município sofreu desmembramento em 1991.

² O Médio Xingu é o trecho do rio que se estende ao longo de todo o município de Altamira.

de memória para a população que hoje vive em Altamira. É importante notar que a ocupação missionária não ocorreu de maneira permanente, sendo uma trajetória de idas e vindas (NIMUENDAJÚ, 1948) e que, ao longo de mais de um século, houve várias tentativas de criação de uma missão em diversos períodos e por diferentes missionários, jesuítas e capuchinhos (OLIVEIRA, 1970), todas sem grande sucesso, pois os aldeamentos não conseguiam reter um contingente populacional ou mesmo se manter por muito tempo.

Destaca-se que o processo de ocupação de Altamira foi dificultado pela Volta Grande do Xingu, obstáculo natural que impedia o rápido acesso ao Médio Xingu (NIMUENDAJÚ, 1948). Este só foi possível quando uma pequena estrada que ligava o baixo curso do rio ao Igarapé Ambé foi aberta. A estrada, que no período das missões era apenas um pequeno caminho, foi terminada em 1891, permitindo definitivamente o abastecimento e escoamento de produção local, com o estabelecimento de circulação permanente entre pessoas e mercadorias, marcando uma nova etapa na ocupação do território.

Ciclo da borracha

O período conhecido como ciclo da borracha caracteriza-se por um tipo específico de ocupação não apenas do Médio Xingu, mas de toda a Amazônia, baseado na extração do látex para a fabricação de borracha. Este projeto já era visionado e estudado desde pelo menos 1842, quando o naturalista príncipe Adalberto da Prússia realizou uma expedição de dois meses pelo Rio Xingu voltada “para os interesses econômicos ligados à potencialidade da borracha” (CRIPPA, 2011, p. 245).

A exploração do território se dava por parte dos padrões seringalistas com o estabelecimento de barracões nas bocas dos rios, que controlavam o comércio e a produção de borracha e outros bens de consumo que começavam a circular nas áreas de seringais (LIMA; POZZOBON, 2005). A dinâmica social estabeleceu-se por meio da intensa migração e relações econômicas e sociais instituídas justamente em torno destes barracões e nos seringais, o que sugere a existência de um regime demográfico da borracha (VIEIRA JUNIOR; RAMOS, 2011).

Assim, a primeira frente de expansão a atingir a região de Altamira e que culmina no estabelecimento permanente do povoado é o ciclo da borracha, sendo o primeiro ciclo de 1879 até 1912 e o segundo de 1942 a 1945. A população não indígena instalou-se no povoado às margens do Igarapé Ambé, assim como nas áreas de extração da borracha, nos chamados beiradões dos Rios Xingu e Iriri. Os povos Xipaya, Kuruaya e Juruna tiveram grande importância e participação neste ciclo econômico, pois detinham o conhecimento local de navegação dos rios e dos lugares apropriados para estabelecer os barracões, o que gerou uma relação de troca entre estes e os grupos indígenas já citados, ou como “mediadores de negócios” (SNETHLAGE, 1910, p. 59), ou como trabalhadores nos seringais. É importante ressaltar que este processo foi violento, sendo que muitos indígenas foram escravizados e forçados a deslocamentos para o trabalho nos seringais, como se pode observar no relato de Joaquim Pena, indígena juruna, a Coudreau ([1886]1977, p.76): “Nossa sina é

a de estarmos sempre em fuga. Antigamente, a gente fugia dos índios bravos; agora, dos civilizados, nossos queridos protetores”.

Além disso, as áreas de produção de borracha, especificamente no Rio Iriri, afluente do Rio Xingu, principal local de habitação dos indígenas Xipaya (beira do rio) e Kuruaya (centro da mata), sofriram com conflitos intensos com o povo Kayapó, migrando em direção à área em fuga da expansão da fronteira realizada na região Centro-Oeste do Brasil.

Assim, é neste período que se estabelece uma ampla área de circulação entre os locais de extração e produção da borracha e a cidade de Altamira, onde a produção era negociada e comercializada. Formou-se, desse modo, uma espécie de corredor de trânsito de pessoas e mercadorias ao longo dos Rios Xingu e Iriri e a cidade.

Nesse contexto, adensaram-se as relações entre indígenas e não indígenas, com casamentos interétnicos, tendo grande importância aqueles realizados com os chamados “soldados da borracha”, nordestinos enviados pelo governo brasileiro para trabalhar nos seringais e povoar a Amazônia.

O ciclo da borracha encerrou-se em 1945, quando essa atividade entrou em declínio definitivo. Apesar disso, não houve um esvaziamento da região e nem da cidade de Altamira, já que novas atividades foram vislumbradas com a descoberta de garimpos³ no Médio Xingu (UMBUZEIRO, 1999). As populações envolvidas na produção da borracha passaram a buscar na cidade de Altamira melhores condições de vida e ali se estabeleceram. O local privilegiado de ocupação indígena, notadamente das populações Xipaya e Kuruaya, foi às margens do Igarapé Panelas, vindo a ser denominado “aldeinha” (PATRÍCIO, 2000).

Neste período, a cidade de Altamira cresceu a partir da estrada do Igarapé Ambé, alcançando e incorporando o local da antiga aldeia-missão, no Igarapé Panelas, onde viviam muitos indígenas. Esta região se tornou o Bairro São Sebastião, hoje bairros Independente I e II e Recreio (EIA, 2009 – Mapa IV. 1.2). Dessa maneira é interessante notar como, durante o ciclo da borracha, a população indígena migrou para a cidade, mas escolheu habitar especificamente a “aldeinha”, que, por sua vez, foi incorporada ao centro urbano que cresceu a partir do Igarapé Ambé. A população indígena que se estabeleceu na cidade sofreu o impacto das profundas alterações que ocorreram no período seguinte.

Expansão desenvolvimentista

Altamira teve sua dinâmica radicalmente alterada, neste período, com dois projetos: a construção da Transamazônica, em 1970, e a construção de usinas hidrelétricas no Rio Xingu, idealizada em final da década de 1970, culminando com a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, a partir de 2011. Ambos são projetos desenvolvimentistas do período da ditadura que visavam um tipo de relação do Norte com o restante do país, seguindo a lógica de ocupação por meio de uso de recursos naturais, desconsiderando as especificidades locais.

³ A atividade de garimpo tem notada importância na Volta Grande do Xingu e na Área Indígena Curuá, posteriormente Terra Indígena Kuruaya.

Nesse contexto, as grandes empresas de extração de recursos são as madeiras, mineradoras e hidrelétricas, que fornecem energia para as primeiras, enquanto as rodovias são previstas como obras para escoar a produção. Ainda que a BR-230 (Rodovia Transamazônica) tenha começado as obras de asfaltamento nos anos 2000, as alterações na cidade e Médio Xingu foram brutais, com intensa imigração, redistribuição espacial da população e reorganização espacial. A cidade de Altamira, antes voltada para as atividades econômicas desenvolvidas ao longo dos rios, passou a ter uma importante ligação com a estrada, resultando em uma cidade bicéfala, em que parte se volta para o rio e parte para a estrada.

As populações indígenas que viviam na cidade foram impactadas durante o crescimento da cidade, pois, com a especulação imobiliária, muitos foram expulsos de suas residências e forçados a habitarem bairros mais afastados, preferencialmente às margens dos Igarapés Altamira e Ambé, para além do Pannels, normalmente em áreas de palafita, sem regularização de terrenos, com riscos à saúde por falta de saneamento básico e sujeitas às cheias (ELETRONORTE, 1988; LEME, 2009).

Finalmente, em 2011, com o início da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE Belo Monte), na Volta Grande do Xingu, que, quando concluída, será a terceira maior hidrelétrica do mundo, a cidade teve novamente sua dinâmica associada à intensa imigração. A população indígena moradora de Altamira foi mais uma vez diretamente impactada, pois as áreas em que residiam, às margens dos três igarapés que cruzam a cidade, serão permanentemente alagadas pela formação de um dos lagos da barragem. Por não estar em uma Terra Indígena, essa população na cidade pode ser “reassentada”, o que significa sua remoção e a demolição de suas casas, podendo, como compensação, acessar uma carta de crédito ou ter uma nova casa em um dos cinco Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUC) construídos pela empresa responsável pela construção da UHE Belo Monte.

Processos de invisibilização e visibilização indígena na cidade de Altamira

Com base no breve histórico apresentado sobre a formação de Altamira e da presença indígena no contexto urbano, pode-se perceber dois movimentos em relação à organização da cidade em torno da categoria indígena: de invisibilização e visibilização.

Do início dos anos 1880 até 1970, sobretudo durante os dois ciclos da borracha, a população indígena passou por um violento processo de dispersão territorial e aparente desvinculação de sua identidade indígena enquanto grupo. Essa narrativa está presente na bibliografia que trata desta população, em que as categorias descritivas se sobrepunham, acabando por demonstrar esta visão da não-indianidade, índio-manso, índio-civilizado e finalmente não-índio. Assim, os grupos Arara da Volta Grande do Xingu, Juruna, Kuruaya e Xipaya foram considerados extintos no Médio Xingu e em Altamira (MALCHER, 1964), no entanto, chama-se atenção para o fato de que eles estavam e sempre estiveram ali.

É apenas a partir de 1988, no âmbito dos estudos para a viabilização do aproveitamento hidrelétrico do Rio Xingu, que esta população “reaparece”. Tais estudos se concentraram em

mapear e analisar a população indígena residente na cidade de Altamira, na Volta Grande do Xingu e beiradões, conforme será mostrado adiante.

Já no final dos anos 1990, a própria população indígena da cidade de Altamira passou a se organizar, apoiada pelo Conselho Indigenista Missionário. A organização se deu prioritariamente em torno de associações. Esse processo iniciou-se em 1998, com o Movimento dos Índios Moradores de Altamira, coordenado por Elza Xipayá, e em 2001 foi fundada a Associação de Índios Moradores de Altamira (Aima), com o objetivo de fortalecer a organização dos “índios urbanos” e “afirmar sua identidade étnica” (MAGALHÃES, 2008, p. 66). Novas associações surgiram na cidade e, decorrente deste movimento, houve inclusive, em 2000, uma solicitação de Terra Indígena na cidade de Altamira (PATRÍCIO, 2003). É nesse contexto de organização política da população que ocorre uma produção de levantamentos autônomos da população indígena residente em Altamira.

Em 2009, quando foi realizado novamente um grande levantamento da população indígena, no contexto dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) da UHE Belo Monte, mais indígenas se identificaram como tal. A metodologia deste levantamento será tratada no item seguinte, mas é importante ressaltar que este é um momento em que houve uma possibilidade de acesso a políticas destinadas às populações indígenas, em oposição ao período anterior de discriminação estrutural (DEL POPOLO; RIBOTTA, 2011). Foi em virtude dos estudos de diagnóstico que parte desta população tornou-se visível novamente, sendo um momento crucial na história destes grupos. Reafirma-se aqui que se trata de um contexto e não uma arbitrariedade destas populações ao se identificarem como indígenas (BARTOLOMÉ, 2006).

Destaca-se que o tema da (re)constituição étnica de grupos indígenas tem sido um importante debate na antropologia brasileira, havendo diversas linhas teóricas que buscam analisar a questão de maneira a abarcar as complexidades do fenômeno (PANTOJA; COSTA; ALMEIDA, 2011). No entanto, escolheu-se aqui abordar o tema acompanhando as fontes de dados disponíveis, a partir de 1988, para a população indígena que vive na cidade de Altamira, concentrando-se especificamente naquelas em que este grupo passa por algum tipo de recenseamento ou contagem. Acredita-se que, por meio desta escolha metodológica, que já foi utilizada por Crespo (2014), seja possível realizar uma crítica voltada à produção de dados e suas relações com os processos de resignificação ou (re)constituição étnica pelos quais os povos indígenas passam, foco do presente trabalho. Discutem-se a seguir estas fontes, buscando destacar seus contextos de produção e analisar suas potencialidades e limitações.

Dados: potencialidades e limitações

A análise demográfica de populações que vivem na Região Norte do Brasil, não apenas as indígenas, apresenta dificuldades quanto à qualidade dos dados e cobertura das pesquisas e registros vitais. Além disso, é preciso levar em conta que se trata aqui do

estudo de populações indígenas. De pequeno volume populacional, elas trazem desafios metodológicos, já que os métodos utilizados na demografia estão centrados e foram desenvolvidos para a análise de grandes populações.

Os dados sobre populações indígenas no Brasil, de maneira geral, quando existem, têm menor qualidade. No país, apenas populações indígenas que fazem parte de algum programa, como o Projeto Xingu, realizado pela Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), contam com uma série de dados confiáveis coletados anualmente. A situação dos povos do Parque Indígena do Xingu é, portanto, uma exceção entre os povos indígenas no Brasil.

A população indígena no Médio Xingu como um todo não possui uma série de dados histórica e de qualidade (PAGLIARO; AZEVEDO; SANTOS, 2005). Para além dessas questões, as populações aqui abordadas, de maior história de contato e que hoje passam por processos de reconhecimento, carregam em si especificidades quanto aos dados, já que por certo período não foram reconhecidas enquanto indígenas. Dessa forma, a população indígena residente na cidade de Altamira foi considerada extinta e apenas recentemente “reapareceu” nos dados censitários e para o Estado brasileiro (SIMONI, 2013).

Os dados disponíveis para esta população se encontram inicialmente no Censo 1991, primeiro censo em que a categoria indígena foi investigada em âmbito nacional, tendo sua captação mantida e melhorada nos censos subsequentes, conforme explica-se a seguir.

A partir do Censo de 1991, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), acompanhando os movimentos mais amplos de respeito e direito à diversidade étnica, que tiveram início na década de 1970, incorporou a categoria indígena no quesito raça ou cor, que passou a ter também um caráter étnico. Nos Censos Demográficos de 1991 e 2000, a categoria indígena foi incluída na pesquisa da amostra⁴ (IBGE, 2005), ou seja, não foi coletada para todos os domicílios. Em 1991, foram recenseados indígenas em missões religiosas, postos indígenas da Fundação Nacional do Índio (Funai) e em outras áreas não especificadas, ficando de fora “os aborígenes que vivem em tribos, arredias ao contato, conservando seus hábitos primitivos de existência” (IBGE, 1990, p. 10). Em 2000, a cobertura do recenseamento foi maior e melhor,⁵ abrangendo todas as Terras Indígenas, assim como áreas urbanas e rurais (PAGLIARO; AZEVEDO; SANTOS, 2005). A inclusão da categoria indígena nestes dois censos foi um primeiro e importante movimento em direção à visibilidade desta população, sendo um dos passos necessários para a efetivação dos direitos conquistados e estabelecidos na Constituição Federal de 1988. Mesmo havendo tal inclusão, não se conseguiu avançar em direção ao estabelecimento da diversidade dos povos indígenas, pois a referência poderia ser a de um vínculo à categoria como “índio

⁴ A amostragem realizada pelo IBGE torna os dados do censo estatisticamente representativos da população na escala dos municípios, dos estados e do país. No entanto, a amostragem não foi planejada para populações de pequeno número e, dessa forma, não garante representatividade de segmentos sociodemográficos e econômicos específicos. Para uma explicação detalhada do processo de amostragem utilizado nos censos, ver IBGE (2011a).

⁵ No Censo 1991, foram comprovadas irregularidades atribuídas a processos fraudulentos e distorções dolosamente introduzidas nos dados de Altamira e de outros municípios do Pará (IBGE, 1994, p. 15-17). Ressalta-se que, para além desta questão, não se utiliza nas análises este censo, pois houve um desmembramento da cidade de Altamira, em que parte foi incorporada ao município de Vitória do Xingu, o que pode levar a conclusões erradas sobre a população pesquisada.

genérico” (PAGLIARO; AZEVEDO; SANTOS, 2005; IBGE, 2005), que se relacionava com uma ancestralidade indígena, em que não era possível entender mais profundamente quais usos eram feitos na opção por responder ao quesito.

O Censo Demográfico de 2010 apresenta um grande avanço na produção de dados sobre as populações indígenas no Brasil. O quesito raça ou cor passou a figurar no questionário do universo, abrangendo toda a população brasileira. Além disso, outro importante fator de aprimoramento das informações foi a inclusão de diversas perguntas referentes à maior caracterização da população indígena no país. Ainda no questionário básico (respondido por toda a população brasileira), foram incluídas questões sobre etnia ou povo ao qual o indivíduo pertence e quanto à língua indígena falada no domicílio, com possibilidade para até duas línguas diferentes além da portuguesa (IBGE, 2010; PEREIRA, 2012). Essa é, portanto, a primeira pesquisa a levantar e divulgar dados quanto à diversidade étnica e linguística dos povos indígenas no Brasil. Outro avanço importante foi a inclusão de uma pergunta de verificação somente para as Terras Indígenas, em que, caso o recenseado respondesse não ser indígena na questão sobre raça ou cor, perguntava-se em sequência se o indivíduo se considerava indígena. Essa pergunta é importante, pois consegue captar os indivíduos que porventura respondem à questão raça ou cor segundo a cor da pele e não por sua pertença étnica, sendo esta a variável “condição de indígena”. Entretanto, esta variável não foi utilizada no presente trabalho, por não estar disponível na escala municipal.

Dessa forma, os dados do Censo Demográfico de 2010 (IBGE, 2011a) trazem novas e mais completas informações sobre as populações indígenas no Brasil que ajudam a revelar processos pelos quais estes grupos passaram ao longo dos últimos 30 anos, se considerados os dados desde 1991. No entanto, os dados em si não trazem explicações, mas indicam fenômenos importantes que devem ser mais bem analisados e estudados. Por fim, é interessante observar como os censos disponíveis para análise desta população se encontram no contexto de fortalecimento dos direitos dos povos indígenas e também no processo de rearticulação em torno de sua etnicidade, auxiliando a compreender esta dinâmica demográfica de maneira mais completa. Conforme explicitado na introdução, neste artigo utilizam-se, além dos dados dos Censos Demográficos (1991, 2000 e 2010), as informações obtidas em estudos de viabilidade da Usina Hidrelétrica de Kararaô, em 1988, e da UHE Belo Monte, em 2009, bem como um levantamento autônomo realizado em 2008, pelo Instituto Humanitas, no escopo do projeto de identidade e reconhecimento étnico em Altamira (MAGALHÃES, 2008).

O estudo de viabilidade da UHE Kararaô foi uma pesquisa feita em 1988 pelas seguintes instituições: Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A (ELETRONORTE, 1988), Fundação Nacional do Índio (Funai) e Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores S/A (CNEC). O objetivo da pesquisa era identificar a população que estaria na área diretamente afetada⁶ pela Usina Hidrelétrica de Kararaô. Duas equipes fizeram o levantamento, sendo que uma,

⁶ Para o projeto hidrelétrico Kararaô as áreas diretamente afetadas eram: cidade de Altamira, beiradão dos Rios Xingu e Iriri, Volta Grande do Xingu e Posto Indígena Bacajá (ELETRONORTE, 1988, p. 7).

formada por dois técnicos da Funai local e se concentrando na cidade de Altamira, “entrevistou e percorreu as residências dos índios habitantes de Altamira de abril a junho de 1988” (ELETRONORTE, 1998, p. 2). Não há indicação da metodologia utilizada para localizar a referida população, mas sim para identificá-la: “A sua formação étnica, os distingue da sociedade não-índia regional, pois veem-se como índios e também são vistos como tal. Este é o critério sociológico que os coloca enquanto índios, numa situação de contato, em que as diferenças culturais não são visíveis” (ELETRONORTE, 1988, p. 7). Um entrevistado faz referência a um “cadastramento” dos indígenas moradores da cidade de Altamira que a Funai estaria realizando (ELETRONORTE, 1988, p. 231), o que indica como o levantamento foi percebido pela população indígena.

Os resultados são apresentados em dois volumes. No primeiro há uma síntese analítica e no segundo são descritas integralmente as respostas de cada domicílio (Casa 01 a 32⁷) organizadas em dez questões abertas. A pessoa de referência do questionário era o indivíduo indígena responsável pelo domicílio. As questões eram: localização geográfica; membros da família além do chefe (com informação de etnia, relação com chefe e idade); histórico da vida do chefe da família; situação socioeconômica; situação fundiária; características da habitação; outros aspectos; relação com a sociedade local; relação com o poder institucional; e aspirações.

Já o levantamento do Instituto Humanitas e os Estudos de Impacto Ambiental da UHE Belo Monte trazem informações sistematizadas por relatórios e estudos feitos com participação da população indígena na execução da pesquisa, seja como entrevistadores, seja como fontes prioritárias de acesso aos núcleos de habitação indígena na cidade e às margens dos Rios Xingu e Iriri.

O tomo que versa sobre os indígenas citadinos e ribeirinhos da Volta Grande do Xingu (VGX), que compõe os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) de Belo Monte (LEME, 2009), constitui outro grupo de informações utilizadas.

A metodologia para levantar dados sobre a população indígena foi a da técnica bola de neve (CORNISIER; SERPA, 2010), na qual se recorre a informantes para a localização de outros indivíduos, ampliando cada vez mais o escopo da pesquisa, na busca de atingir a totalidade de recenseamento dos indivíduos pesquisados segundo alguma característica específica. No caso dos estudos de Belo Monte, a característica procurada era a de ser indígena. Assim, foi a partir de informações da população indígena que se mapeou a presença indígena em Altamira, incluindo a realização de genealogia de cada família. Percebe-se que a metodologia não apenas incluía a participação de indígenas, mas também se refletia na concepção do que é ser indígena, pois, a partir do momento em que a população indígena oferece os dados sobre ela, passa a ser incorporada à pesquisa uma concepção propriamente indígena sobre pertença a determinado grupo étnico. Além disso, as entrevistas foram realizadas também por indígenas da região, majoritariamente Xipaya (LEME, 2009).

⁷ As informações da “Casa” 29 não foram incluídas no relatório, volume 2.

Portanto, esta última fonte de informações tem a participação indígena em dois momentos da produção de dados: na concepção (pelo pressuposto do método utilizado) e na execução, o que leva a observar os dados contidos nos estudos sob a ótica da participação indígena, tornando este tipo de levantamento único, ainda que se esteja ciente das limitações representadas pela maneira como os dados são apresentados nos relatórios finais⁸ e pela circunstância em que a pesquisa foi produzida, no âmbito de um estudo para viabilidade de uma obra que ocasionará deslocamentos compulsórios de parte da população.

Deve-se ressaltar que tais estudos tinham como intenção fornecer um diagnóstico dos impactos relativos à construção da usina, favorecendo assim uma pesquisa nas áreas que serão alagadas com o barramento do Rio Xingu. Portanto, estes dados devem ser incorporados com ressalvas, como representativos de parte de um processo.

Resultados e discussão

Para a apresentação dos resultados, primeiramente serão abordados os dados censitários para depois realizar uma leitura das informações dos estudos de viabilidade e impacto de projetos de aproveitamento hidrelétrico do Rio Xingu e daquelas contidas no relatório do Instituto Humanitas.

Na análise dos microdados da amostra dos últimos Censos Demográficos (IBGE, 2000, 2010), observa-se que a população no município de Altamira aumentou de 77.439 para 99.075 habitantes, entre 2000 e 2010 (Tabela 2), com uma taxa de crescimento geométrico de 2,49% ao ano, mais elevada do que aquelas registradas para o Brasil, a Região Norte e o Estado do Pará (Tabela 3). Nesse período, a população urbana cresceu 3,05% a.a., passando de 62 mil para 84 mil pessoas, enquanto a rural diminuiu, resultando no aumento de 80% para 85% dos habitantes em áreas urbanas. Assim, o município de Altamira atingiu, em 2010, um grau de urbanização bastante elevado, superior àqueles observados para o conjunto do país (84,4%), a Região Norte (73,5%) e o Estado do Pará (68,5%).

Uma fração do crescimento da população urbana no município de Altamira deve-se ao fato de que, em 2010, a população residente na Vila Castelo dos Sonhos, antes considerada pelo IBGE população rural, passou a ser definida oficialmente como população urbana (DAGNINO, 2014). Assim, em 2010, a população urbana do município foi contabilizada em 84.092 pessoas, sendo 6.898 na Vila Castelo dos Sonhos e 77.194 na sede municipal, a cidade de Altamira. Dessa forma, percebe-se que a população municipal está bastante concentrada na sede municipal (cidade de Altamira) onde residem 78% da população do município e quase 92% da sua população urbana.

⁸ Os dados populacionais não foram apresentados no EIA de forma clara e objetiva. As tabelas existentes já contêm análises, o que dificulta a leitura do que representaria cada dado.

TABELA 2
População residente total e autodeclarada como indígena, segundo situação de domicílio
Brasil, Região Norte, Estado do Pará, Município de Altamira e Cidade de Altamira – 2000-2010

População	Situação de domicílio	Ano	Brasil	Norte	Pará	Altamira (Mun.)	Altamira (Cidade)
População total	Urbana	2000	137.925.238	9.027.976	4.122.101	62.285	62.285
		2010	160.934.649	11.669.066	5.193.636	84.092	77.194
	Rural	2000	31.947.618	3.883.194	2.073.864	15.154	-
		2010	29.821.150	4.195.388	2.387.415	14.983	-
	Total	2000	169.872.856	12.911.170	6.195.965	77.439	62.285
		2010	190.755.799	15.864.454	7.581.051	99.075	77.194
População indígena	Urbana	2000	383.298	46.304	11.718	125	125
		2010	321.748	61.082	8.747	877	868
	Rural	2000	350.829	167.140	25.962	1.165	-
		2010	499.753	244.070	29.386	3.168	-
	Total	2000	734.127	213.443	37.681	1.289	125
		2010	821.501	305.152	38.134	4.045	868

Fonte: IBGE (2002, 2012b). Censos Demográficos 2000 e 2010: microdados da amostra.

TABELA 3
Taxas de crescimento geométrico anual da população residente total e autodeclarada como indígena,
segundo situação de domicílio
Brasil, Região Norte, Estado do Pará, Município de Altamira e Cidade de Altamira – 2000-2010

Em % a.a.

População	Situação de domicílio	Brasil	Norte	Pará	Altamira (Mun.)	Altamira (Cidade)
Total	Urbana	1,55	2,60	2,34	3,05	2,17
	Rural	-0,69	0,78	1,42	-0,11	-
	Total	1,17	2,08	2,04	2,49	2,17
Indígena	Urbana	-1,74	2,81	-2,88	21,51	21,38
	Rural	3,60	3,86	1,25	10,52	-
	Total	1,13	3,64	0,12	12,12	21,38

Fonte: IBGE (2002, 2012b). Censos Demográficos 2000 e 2010: microdados da amostra.

Em relação à população autodeclarada indígena, verificou-se um crescimento bastante elevado em Altamira, tanto em termos relativos como absolutos. Em 2000 residiam no município 1.289 indígenas, que representavam 1,66% da população municipal, quantidade que triplicou em 2010, chegando a 4.045 índios e aumentando sua participação para 4% da população total. Nas áreas urbanas do município, a população indígena passou de 125 para 877 pessoas, entre 2000 e 2010, ampliando sua participação na população total de 0,20% para 1% (Tabela 4).

A população indígena em situação urbana, em 2010, concentrava-se na cidade de Altamira, onde residiam 868 autodeclarados indígenas. As áreas rurais permanecem sendo o local de residência da maior parte da população indígena de Altamira, mas isso está mudando. Assim, se em 2000 apenas 10% dos índios residiam em áreas urbanas, em 2010 este percentual saltou para 21,7%, sendo que do total da população indígena

em área urbana, 99% residem na sede municipal (cidade de Altamira) e apenas 1% na Vila de Castelo dos Sonhos.

TABELA 4
Participação da população indígena na população total, segundo situação de domicílio
Brasil, Região Norte, Pará, Município de Altamira e Cidade de Altamira – 2000-2010

Situação de domicílio	Ano	Em porcentagem				
		Brasil	Norte	Pará	Altamira (Mun.)	Altamira (Cidade)
Urbana	2000	0,28	0,51	0,28	0,20	0,20
	2010	0,20	0,52	0,17	1,04	1,12
Rural	2000	1,10	4,30	1,25	7,69	-
	2010	1,68	5,82	1,23	21,14	-
Total	2000	0,43	1,65	0,61	1,66	0,20
	2010	0,43	1,92	0,50	4,08	1,12

Fonte: IBGE (2002, 2012b). Censos Demográficos 2000 e 2010: microdados da amostra.

Enquanto a população total do município de Altamira registrou crescimento anual de 2,49% entre 2000 e 2010, a população indígena cresceu 12,12% a.a. no mesmo período, passando de 1.289 para 4.045 pessoas. Analisando o crescimento segundo a situação de residência, percebe-se que a taxa foi mais elevada nas áreas urbanas (de 125 pessoas para 877, o que representa uma taxa de 21,5% a.a.) do que no rural (de 1.165 para 3.168, ou seja, 10,5% a.a.), embora o volume de população indígena em áreas rurais ainda seja superior (um saldo de 2.291 pessoas no rural, em 2010, contra 1.040, em 2000).

Em relação à distribuição da população por sexo e idade em 2010 (Gráfico 1), apresentada em valores absolutos (com distintas escalas), nota-se que no município de Altamira a pirâmide etária dos indígenas em situação urbana difere da rural. Nas áreas rurais, predominam os homens e mulheres de 0 a 9 anos de idade. Já nas áreas urbanas nota-se um perfil diferente, em que as diferenças por sexo ficam mais claras e os grupos etários mais representativos são aqueles de idades mais avançadas do que no rural. O grupo de indígenas com 10 a 19 anos de idade possui o maior peso relativo, em ambos os sexos. Nas áreas urbanas os homens de 40 a 49 anos têm elevada participação na população, proporcionalmente mais relevante do que a das mulheres e a dos homens de outros grupos etários.

Ao se analisar a população indígena por bairro da cidade (Tabela 5), percebe-se que sua distribuição espacial não é aleatória no tecido urbano, destacando-se a presença de indígenas às margens dos igarapés, nos bairros Independente I e II, que correspondem justamente ao antigo local da missão, conhecido como aldeia-missão, anteriormente Bairro São Sebastião (SARAIVA, 2005, p.104). Há também presença nos bairros Centro e Aparecida, próximos ao Igarapé Altamira, ocupação caracterizada principalmente por moradia em palafitas. A dispersão pela cidade ocorreu em virtude da construção da Transamazônica nos anos 1970, quando a população da cidade foi afetada pela pressão imobiliária, bem como pelo aumento populacional em Altamira. Desse modo, muitos indígenas se deslocaram para outros bairros na cidade, havendo uma dispersão populacional.

GRÁFICO 1
População indígena, por sexo e idade, segundo situação de domicílio
Município de Altamira – 2010

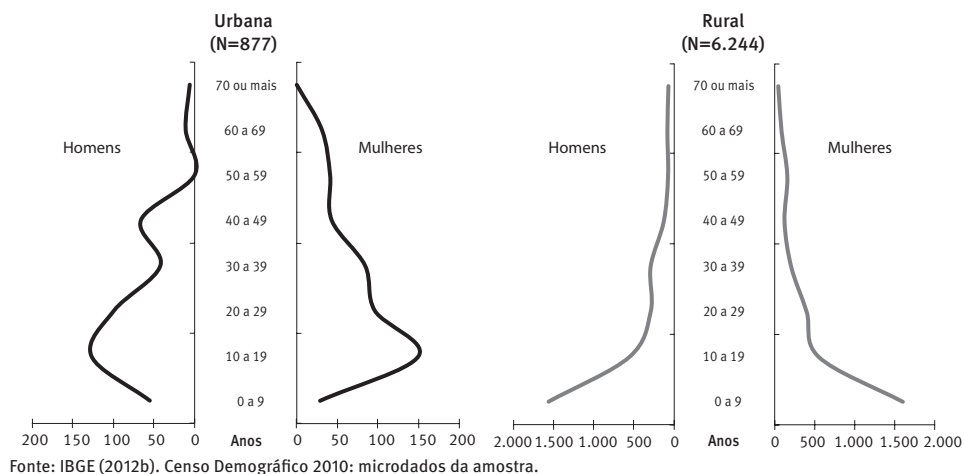


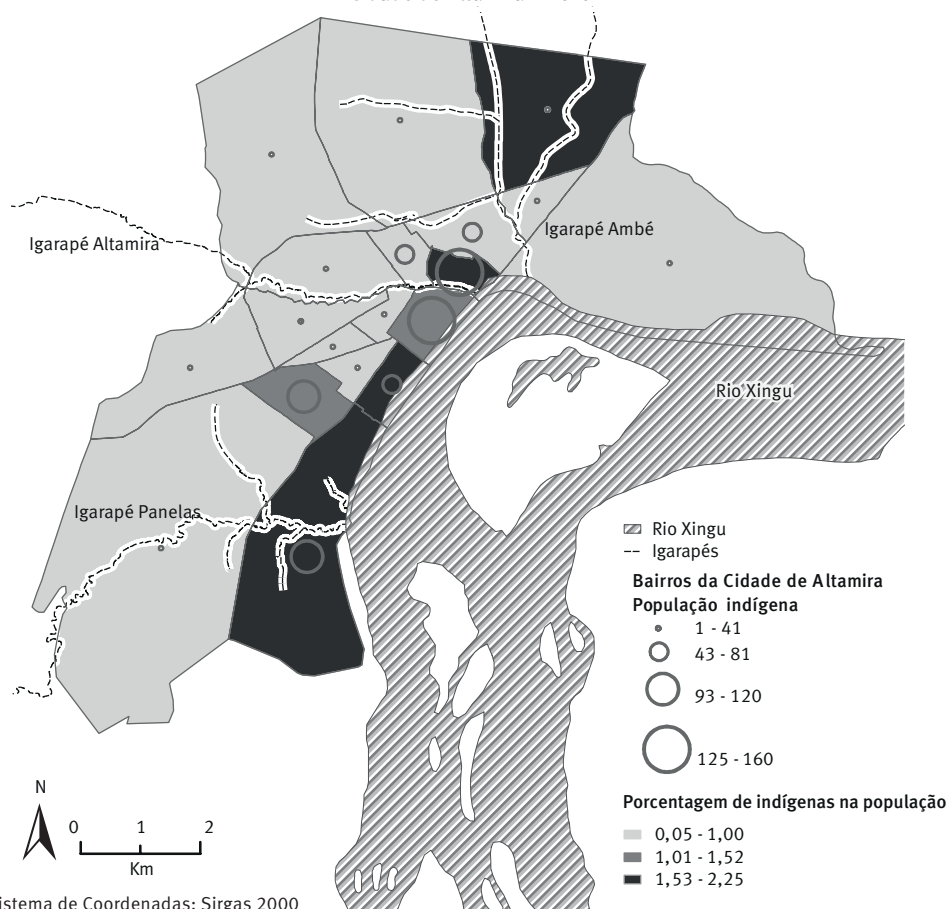
TABELA 5
População total e indígena e participação de indígenas na população total, segundo bairros
Cidade de Altamira – 2010

Bairros da cidade de Altamira	População total	População indígena	Participação de indígenas na população total (%)
Cidade de Altamira	77.193	819	1,06
Bairro Centro	9.746	129	1,32
Bairro Esplanada do Xingu	4.635	58	1,25
Bairro Jardim Uirapuru	2.435	4	0,16
Bairro Jardim Independente II	3.301	87	2,64
Bairro Brasília	7.186	43	0,60
Bairro Liberdade	2.171	18	0,83
Bairro Boa Esperança	10.933	140	1,28
Bairro Colinas	3.007	8	0,27
Bairro Sudam I	1.553	1	0,06
Bairro Premem	2.198	4	0,18
Bairro Sudam II	2.855	14	0,49
Bairro Jardim Independente I	7.725	116	1,50
Bairro Ibiza	1.626	12	0,74
Bairro Bela Vista	3.650	29	0,79
Bairro Mutirão	6.392	33	0,52
Bairro Jardim Altamira	2.878	7	0,24
Bairro Aparecida	2.849	81	2,84
Bairro Alberto Soares	32	-	0,00
Bairro Nova Altamira	2.021	35	1,73

Fonte: IBGE (2011b). Censo Demográfico 2010: resultados do universo agregados por setores censitários.

A partir destes dados, é possível perceber a importância da presença da população indígena na cidade de Altamira, principalmente nos bairros próximos aos Igarapés Ambé, Panelas e Altamira, bem como às margens do Rio Xingu. A relevância está tanto no volume de indígenas quanto na sua participação na população do bairro (Figura 3).

FIGURA 3
População indígena e participação de indígenas na população dos bairros
Cidade de Altamira – 2010



Do total de domicílios onde foram aplicados os questionários da amostra do Censo 2010 na cidade de Altamira (IBGE, 2012b), selecionaram-se os 36 que possuíam pelo menos um morador indígena (Tabela 6). Nestes domicílios, foram entrevistadas 157 pessoas (sem expansão da amostra), sendo 83 declaradas indígenas. Ao expandir a amostra pelo peso das pessoas, tem-se que a população de indígenas na cidade de Altamira é de 868 pessoas e os não indígenas que residem em domicílios com indígenas somam 830 pessoas. Assim, nota-se que os domicílios indígenas são formados por um grande

contingente (1.700 pessoas), entre indígenas e não indígenas. Em 88,9% desses domicílios, os indígenas estavam na posição de responsáveis (66,7%) ou cônjuges (22%), enquanto nos demais os indígenas eram filho(a) ou sogro(a). Este tipo de análise dos domicílios indígenas pode ser uma importante ferramenta para diminuir a “invisibilidade demográfica e epidemiológica” dessa população, ainda mais quando se leva em conta a diversidade étnica (MARINHO; SANTOS; PEREIRA, 2011).

TABELA 6

Distribuição dos domicílios com indígenas, segundo relação do indígena com o responsável pelo domicílio
Cidade de Altamira – 2010

Relação do indígena com o responsável	Domicílios	%
Todos residentes são indígenas	8	22,22
Responsável e cônjuge indígenas convivendo com filhos indígenas e não indígenas	1	2,78
Responsável e filhos indígenas convivendo com cônjuge não indígena	4	11,11
Cônjuge com filhos ou enteados indígenas, com responsável não indígena	4	11,11
Somente o responsável é indígena	11	30,56
Somente o cônjuge é indígena	4	11,11
Filho é indígena, mas pais são pardos ou brancos	2	5,56
Somente filho do responsável é indígena	1	2,78
Somente sogro é indígena	1	2,78
Total	36	100,00

Fonte: IBGE (2012b). Censo Demográfico 2010: microdados da amostra, variável V0502-Relação com responsável pelo domicílio, com valores amostrados (não expandidos).

Deve-se ressaltar que os grupos étnicos Xipaya, Kuruaya e Juruna correspondem a 77,65% da população indígena da cidade de Altamira (EIA, 2009, p. 79), mas não são os únicos. Existe, ainda, a presença de indígenas que se reconhecem como pertencentes a outras etnias, no entanto, estes não passaram pelo processo aqui apresentado e sua história deve ser analisada de maneira diversa para que se possam compreender as dinâmicas próprias destes indivíduos.

É interessante, portanto, perceber a dinâmica própria da população indígena na cidade de Altamira, em que há uma discrepância entre os dados do Censo e os levantamentos realizados localmente, sendo que os últimos sempre apresentam uma população maior (Tabela 7).

TABELA 7

População indígena e número de famílias pesquisadas, segundo fonte dos dados
Cidade de Altamira – 1988-2010

Ano	Levantamento/Fonte	População indígena	Número de famílias
1988	Eletronorte	242	32
1991	Censo	211	-
2000	Censo	125	-
2006/2007	Magalhães (2008, p. 40)	1.251	275
2009	Leme (2009, p. 80)	1.625	340
2010	Censo	868	-

Fonte: IBGE (1991, 2002, 2012b); Eletronorte (1988); Magalhães (2008); Leme (2009).

Buscando uma chave para compreender como ocorre essa disputa pelo reconhecimento e visibilidade, pode-se ler a produção de dados locais pela dimensão de controle social de quem se percebe e é percebido enquanto indígena, seja Juruna, Kuruaya ou Xipaya. Essa possibilidade existe, mas de maneira mais dispersa quanto à produção de dados estatais, nominalmente dos Censos nacionais, já que a declaração de pertencimento a uma etnia acontece de maneira particular, entre recenseador e recenseado, ainda que existam uma lógica e processo gerais que informem essa declaração. O controle social das fontes de dados ocorre pela metodologia utilizada (“bola de neve”) e na presença da população indígena enquanto parte do processo de produção de dados, incluída tanto como parte da metodologia quanto no papel de entrevistadores (CORBISIER; SERPA, 2010).

Outro ponto essencial a se tratar é a composição do domicílio e laços de parentesco. Conforme dito anteriormente, a população residente em domicílios com pelo menos um indígena totaliza 1.700 pessoas, segundo o Censo de 2010. Afinal, esta é uma questão crucial a ser levada em conta em contextos em que a população indígena está dispersa e se relaciona com não indígenas. Não seria necessário incorporar nestas situações o domicílio como um todo para analisar a população indígena? Os dados de Altamira sinalizam que essa seria uma postura interessante, diante da proximidade entre o levantamento do EIA Belo Monte, que contabilizou 1.625 pessoas.

Já a divergência entre os dados obtidos dos Censos de 1991 e 2000, em contraposição ao de 2010, é possível ser compreendida com base nos levantamentos locais. Em 1988 a população indígena contabilizava 242 pessoas. A maioria dos indígenas de referência dos domicílios entrevistados havia se estabelecido em Altamira na década de 1940, sendo a maior parte composta por Xipaya e Kuruaya, nascidos nas áreas do Iriri e Curuá. De maneira geral, os entrevistados não sabiam ou não quiseram fornecer detalhes sobre a vida anterior ao estabelecimento na cidade. Neste contexto de fragilização da memória e dos laços étnicos, ocorre a recuperação demográfica dos grupos, especialmente Xipaya e Kuruaya, sendo que dos 32 domicílios entrevistados, em apenas dois há casamento entre indígenas, em todos os outros o casamento é entre indígena e não indígena.

O relatório do Instituto Humanitas aponta ainda algumas características desta população. Mesmo havendo casamentos entre “indígena e não indígena os filhos são reconhecidos pela etnia, seja do pai ou da mãe. Entre duas etnias há uma escolha de comum acordo entre pai e mãe, havendo casos de ambos” (MAGALHÃES, 2008, p. 41). Mesmo havendo esse reconhecimento e pertença, o relatório aponta ainda que entre jovens de 30 a 35 anos há “quase ausência de memória do passado” (MAGALHÃES, 2008, p. 62), em que se chama a atenção para a dificuldade de transmissão de saberes no contexto urbano de dispersão. Ainda assim, uma característica importante da população indígena que permanece é sua relação com o território. É destacada a “grande mobilidade e relação entre cidade e aldeias, cidade e lotes rurais e cidade e garimpo” (MAGALHÃES, 2008, p. 46). A pertença indígena

se faz presente também na maneira de ocupação do território do Médio Xingu, caracterizado pela mobilidade iniciada no ciclo da borracha, conforme apontado anteriormente.

Além da recuperação demográfica na cidade, há também o movimento político associado a uma reorganização em torno da etnicidade. Este processo também indica a migração de declaração sobre categoria indígena entre os Censos de 1991, 2000 e 2010.

Destaca-se, por fim, a importância dos levantamentos de 2008 e 2009, em que a população indígena participa e se apropria politicamente da produção de dados sobre a mesma, o que pode também ter contribuído para o aumento da declaração, mesmo com a inclusão da pergunta sobre etnia em 2010.

Conclusão

Pode-se perceber como, utilizando uma análise da história dos povos indígenas que hoje vivem na cidade de Altamira, é possível compreender com maior exatidão o processo de “urbanização” dos mesmos e como a dinâmica de invisibilização e visibilização impacta na produção de dados sobre os mesmos. Recorrendo a este histórico, pode-se compreender de outra maneira os resultados disponíveis no Censo Demográfico de 2010. Assim, muitas das questões interessantes que surgiram neste último censo, tal como o crescimento da população indígena residente na cidade de Altamira, podem ser respondidas ao se observarem os processos pelos quais passa essa população hoje e suas chaves de interpretação.

Abordaram-se aqui principalmente os processos de migração das populações Juruna, Xipaya e Kuruaya e seu estabelecimento na cidade de Altamira, ainda que seguindo com grande mobilidade entre os beiradões e a cidade.

Apesar de não ser foco do presente artigo, é importante notar que se constatou, por meio das análises das informações dos estudos de viabilidade de Kararaô (ELETRONORTE, 1988) e dos estudos de impacto ambiental de Belo Monte (LEME, 2009), a permanência da violação dos direitos e desrespeitos à população indígena moradora da cidade de Altamira.

A cada momento histórico a população indígena foi expulsa de seu local de residência; primeiramente pelo ciclo da borracha, quando ocorreu a migração forçada para a Altamira. Ainda assim, os grupos se estabeleceram comunitariamente no bairro conhecido como Aldeinha. No entanto, durante a década de 1970, houve uma dispersão por outros bairros, próximos aos igarapés. Agora, em virtude da construção da UHE Belo Monte, a maior parte dos indígenas citadinos sofrerá com a reorganização da dinâmica de ocupação espacial na cidade de Altamira, pois as famílias que vivem próximas aos igarapés serão reassentadas, com cada núcleo familiar com uma casa e dispersão, em cinco novos bairros de Altamira, nos chamados Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUC), afastados do centro e distantes do rio.

Buscou-se, com uma análise histórica e com o auxílio de levantamentos locais, mostrar o ganho para a interpretação de dinâmicas demográficas aparentemente inexplicáveis,

como o crescimento da população indígena residente em Altamira, contrariando a tendência nacional.

Referências

ABA – Associação Brasileira de Antropologia. Convenção para a grafia dos nomes tribais. **Revista de Antropologia**, São Paulo, ano 2, n. 2, 1954.

AZEVEDO, M. Demografia dos povos indígenas do Alto Rio Negro. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 11, n. 2, p. 235-244, 1994.

_____. Censos Demográficos e “os índios”: dificuldades para reconhecer e contar. In: RICARDO, C. (Org.). **Povos indígenas no Brasil – 1996 a 2000**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000. p. 79-83.

_____. O Censo 2010 e os povos indígenas. In: RICARDO, B.; RICARDO, F. (Ed.). **Povos indígenas no Brasil 2006/2010**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.

BARTOLOMÉ, M. As etnogêneses: velhos atores e novos papéis no cenário cultural e político. **Revista Mana**, v. 12, p. 39-68, 2006.

CORBISIER, A.; SERPA, P. Índios citadinos de Altamira e famílias indígenas ribeirinhas da Volta Grande do Xingu: aspectos demográficos, socioeconômicos e culturais. In: III ENCUENTRO LATINOAMERICANO CIENCIAS SOCIALES Y REPRESAS, Belém, 30/11 a 03/12 2010. **Anais...** Belém, 2010;

COUDREAU, H. **Viagem ao Xingu**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1977.

CRESPO, C. Memorias de silencios en el marco de reclamos étnico-territoriales. Experiencias de despojo y violencia en la primera mitad del siglo XX en el Parque Nacional Lago Puelo (Patagonia, Argentina). **Cuicuilco**, v. 21, n. 61, p. 165-187, 2014.

CRIPPA, G. A organização e as políticas do conhecimento ao longo do tempo: desbravando a Amazônia. **Revista de Ciência da Informação e Documentação**, Ribeirão Preto, v. 2, n. 1, p. 243-246, jan./jul. 2011.

DAGNINO, R. **Dinâmica demográfica e indicadores socioeconômicos em escala intramunicipal: municípios de Altamira e São Félix do Xingu, Estado do Pará, entre 2000 e 2010**. Tese (Doutorado em Demografia) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, 2014.

DEL POPOLO, F.; RIBOTTA, B. Migración de jóvenes indígenas em America Latina. In: DEL POPOLO, F.; CUNHA, E.; RIBOTTA, B.; AZEVEDO, M. (Coord.). **Pueblos indígenas y afrodescendientes en América Latina: dinámicas poblacionales diversas y desafíos comunes**. Rio de Janeiro: Asociación Latinoamericana de Población, 2011 (Serie Investigaciones, n. 12.). p. 101-125.

ELETRONORTE. **Estudos de viabilidade – UHE Kararaô – antropologia indígena**. São Paulo, v. I e II, 1988.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **X recenseamento geral do Brasil – 1990: Censo demográfico: CD 1.09 – Manual do recenseador**. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.

_____. **Censo Demográfico 2000: microdados da amostra**. Rio de Janeiro, nov. 2002.

_____. **Censo Demográfico 2010: sinopse do Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2011a.

_____. **Base de informações do Censo Demográfico 2010: resultados do universo agregados por setor censitário**. Rio de Janeiro, 2011b.

_____. **Censo Demográfico 1991: resultados do universo relativos às características da população e dos domicílios.** Número 7 – Pará. Rio de Janeiro, 1994.

_____. **Censo Demográfico 2010: malhas digitais dos setores censitários.** Rio de Janeiro, 2011c.

_____. **Censo Demográfico 2010: características gerais dos indígenas: resultados do universo.** Rio de Janeiro, 2012a.

_____. **Censo Demográfico 2010: microdados da amostra.** Rio de Janeiro, 2012b.

_____. **Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes.** Adaptado do mapa de Curt Nimuendajú, 1944. Rio de Janeiro, 1981.

_____. **Tendências demográficas.** Uma análise dos indígenas com base nos resultados da amostra dos Censos Demográficos 1991 e 2000. Rio de Janeiro, 2005.

LEME Engenharia. **Estudos de impacto ambiental: aproveitamento hidrelétrico Belo Monte.** Volume 35, Estudos etnoecológicos, Tomo 7 – Citadinos e Ribeirinhos da Volta Grande do Xingu. Elaborado por Leme Engenharia para a Eletrobrás e Ministério de Minas e Energia. Maio de 2009.

LIMA, D.; POZZOBON, J. Amazônia socioambiental: sustentabilidade ecológica e diversidade social. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 19, n. 54, p. 45-76, 2005.

MAGALHÃES, A. C. **Identidade e reconhecimento étnico: índios citadinos em Altamira.** Belém: Instituto Humanitas, Coleção Índios, 2008.

MAGALHÃES, S.; HERNANDEZ, F. **Painel de especialistas: análise crítica do Estudo de Impacto Ambiental do Aproveitamento Hidrelétrico de Belo Monte.** Belém, 2009. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/banco_imagens/pdfs/Belo_Monte_Painel_especialistas_EIA.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2012.

MALCHER, J. M. G. **Índios: grau de integração na comunidade nacional, grupo linguístico, localização.** Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Proteção aos Índios, 1964.

MARINHO, G.; SANTOS, R.; PEREIRA, N. Classificação dos domicílios “indígenas” no Censo Demográfico 2000: subsídios para a análise de condições de saúde. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 28, n. 2, p. 449-466, 2011.

NIMUENDAJÚ, C. Tribes of the lower and middle Xingu river. In: STEWARD, J. H. (Ed.). **Handbook of South American Indians.** Washington: Smithsonian Institute, 1948. v. 3.

OLIVEIRA, A. E. Os índios Juruna do alto Xingu. **Dédalo**, v. 6, n. 11/12, 1970.

PAGLIARO, H.; AZEVEDO, M.; SANTOS, R. Demografia dos povos indígenas no Brasil: um panorama crítico. In: PAGLIARO, H.; AZEVEDO, M.; SANTOS, R. (Org.). **Demografia dos povos indígenas no Brasil.** Rio de Janeiro: Fiocruz e Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2005.

PANTOJA, M.; COSTA, E.; ALMEIDA, M. Teoria e prática da etnicidade no Alto Juruá Acreano. **Raízes**, v. 31, n. 1, p. 118-136, 2011.

PATRÍCIO, M. **Índios de verdade? O caso dos Xipaia e Curuaia.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2000.

_____. Xipaya. In: ISA – Instituto Socioambiental. **Enciclopédia dos povos indígenas no Brasil.** ISA – Instituto Socioambiental, 2003. Disponível em: <<http://pib.socioambiental.org/pt/povo/xipaya>>. Acesso em: 10 maio 2012.

PEREIRA, N. Inovações na pesquisa do indígena do Censo Demográfico 2010 do Brasil e um perfil demográfico dos indígenas residentes na fronteira brasileira. In: V CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO

LATINOAMERICANA DE POPULAÇÃO. *Anais...* Montevideo: Alap, 2012. Disponível em: <http://www.alapop.org/2009/index.php?option=com_content&view=article&id=887&Itemid=518>. Acesso em: 10 nov. 2012.

SARAIVA, M. **Identidade multifacetada**: a reconstrução do “ser indígena” entre os Juruna do médio Xingu. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

SIMONI, A. T. **Demografia e identidade do povo Xipaya no Médio Rio Xingu, PA**. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

STEINEN, K. V. D. **O Brasil Central**: expedição em 1884 para a exploração do Rio Xingu. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1942.

SNETHLAGE, E. A travessia entre o Xingu e o Tapajoz. *Boletim do Museu Emilio Goeldi*, VII, 1910.

TEIXEIRA, P.; MAINBOURG, E. O que os dados dos censos demográficos do Brasil mostram sobre o crescimento da população indígena nas cidades. In: XIX ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. *Anais...* São Pedro: Abep, 2014.

UMBUZEIRO, U. **Altamira e sua história**. Altamira: Prefeitura Municipal de Altamira, 1999.

VIEIRA JUNIOR, A.; RAMOS, A. **Guia de fontes para história da população na Amazônia 1750-1800**. Belém: Açaí, 2011.

Sobre os autores

Alessandra Traldi Simoni é mestre em Demografia, na área de Demografia e Etnias, pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp e bacharel em Ciências Sociais, com habilitação em Antropologia. Pesquisadora do Centro de Pesquisa em Etnologia Indígena – CPEI/Unicamp e colaboradora de projetos na área de demografia de etnias no Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp.

Ricardo de Sampaio Dagnino é pós-doutorando em Análises Demográficas Espaciais na Faculdade de Ciências Aplicadas da Universidade Estadual de Campinas – FCA/Unicamp e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – Fapesp. Pesquisador do Laboratório de Urbanização e Mudanças no Uso e Cobertura da Terra – I-UM/FCA/Unicamp e do Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó” – Nepo/Unicamp.

Endereço para correspondência

Alessandra Traldi Simoni

Rua Prefeito Passos, 215, ap. 131, Vila Itapura
13023-220 – Campinas-SP, Brasil

Ricardo de Sampaio Dagnino

Rua Ângelo Grigol, 88
13085-460 – Campinas-SP, Brasil

Abstract

Demographic dynamic of indigenous populations in urban areas: a study case of the city of Altamira, Pará, Brazil

This paper focus on indigenous people in the municipality of Altamira, in the State of Pará, Brazil, emphasizing the presence of indigenous people in urban areas and especially in the city of Altamira. The purpose here is to understand the dynamics and movements of these populations in regard to the data produced about them and the data produced by them. For that, data from fieldwork are used, as well as the demographic censuses data of 2000 and 2010, produced by the Brazilian Institute of Geography and Statistics, and also information from surveys produced because of the construction of the hydroelectric plant of Belo Monte to identify the indigenous people living in the city. The paper intends to capture the processes by which the indigenous population has passed and still passes, highlighting the threats posed by the Belo Monte dam construction and by political forces that have put this population at risk. The results point to a growing presence populations in urban areas, mainly from the Juruna, Kuruaya and Xipaya ethnicities who once seemed to have decreased significantly, but underwent to a demographic recovery process in the city, associated with a political movement pivot around their ethnic identity since the 1990's.

Keywords: Indigenous populations. City. Brazilian Amazon. Altamira.

Resumen

Dinámica demográfica de poblaciones indígenas en áreas urbanas: estudio de caso de la ciudad de Altamira, Pará, Brasil

Este artículo enfoca los pueblos indígenas en el municipio de Altamira, estado de Pará, Brasil, destacando la presencia de estos en las zonas urbanas y, especialmente, en la ciudad de Altamira. El objetivo es comprender las dinámicas y movimientos de estas poblaciones en relación a los datos producidos por y sobre ellas. Con este fin, se utilizo datos de campo, los de los censos demográficos de 2000 y 2010, producidos por el Instituto Brasileño de Geografía y Estadística, y informaciones de las encuestas para la identificación de los pueblos indígenas en la ciudad para cumplir con la construcción de la central hidroeléctrica de Belo Monte. Se busco captar los procesos por los cuales la población indígena ha pasado y todavía pasa, destacando las amenazas planteadas por la hidroeléctrica y por las fuerzas políticas que han llevado a esta población en riesgo. Los resultados apuntan a una creciente presencia de esas poblaciones en las áreas urbanas, principalmente de las etnias Juruna, Kuruaya y Xipaya que parecían haber disminuido sobremanera, pero se sometieron a un proceso de recuperación demográfica en la ciudad, asociado con un movimiento político en torno a su identidad étnica a partir de los años 1990.

Palabras clave: Poblaciones indígenas. Ciudades. Amazonía brasileña. Altamira.

Recebido para publicação em 02/12/2015

Recomendado para publicação em 29/07/2016

Aceito para publicação em 08/08/2016

Os indígenas Xavante no Censo Demográfico de 2010

Luciene Guimarães de Souza*
Silvia Angela Gugelmin**
Barbara Coelho Barbosa da Cunha***
Marina Atanaka****

O objetivo deste artigo é apresentar, a partir de dados do Censo Demográfico de 2010, a distribuição geográfica e algumas características sociodemográficas dos indígenas da etnia Xavante no Brasil. Para tanto, foram utilizadas as seguintes variáveis do questionário básico do Censo: etnia; situação de domicílio; localização do domicílio (dentro ou fora de Terra Indígena – TI); cor ou raça; língua falada no domicílio; renda; e alfabetização. A captação dos dados foi realizada no Banco Multidimensional de Estatística (BME) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, considerando as TI Xavante, os 15 municípios onde estão inseridas as TI, os três municípios no entorno dessas TI e o município de Cuiabá. Dos 19.259 declarados indígenas Xavante, 91,6% residiam em área rural e 85,9% falavam a língua indígena no domicílio. Os municípios de Campinápolis, Barra do Garças, Nova Nazaré e General Carneiro, juntos, somavam 75,1% do contingente populacional residente em área rural. Nas TI Areões, Pimentel Barbosa e Sangradouro-Volta Grande, todos se declararam indígenas e da etnia Xavante. Nas TI Chão Preto e Marechal Rondon somente a pergunta “se considera indígena” conseguiu captá-los, pois todos se declararam em outras categorias de cor ou raça. Uma comparação com outra fonte de informações indica que os dados populacionais totais do Censo 2010 são compatíveis com aqueles encontrados no registro da área da saúde. Considera-se que, para o caso Xavante, o Censo de 2010 tem um grande potencial para análises de dados demográficos e poderia ser avaliado para outras etnias indígenas específicas, desde que comparados com informações socioantropológicas.

Palavras-chave: Povos indígenas. Demografia. Censo Demográfico. Xavante.

* Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp), Rio de Janeiro-RJ, Brasil (lguimasouza@gmail.com).

** Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Cuiabá-MT, Brasil (sigugel@gmail.com).

*** Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Escola Nacional de Saúde Pública (Ensp), Rio de Janeiro-RJ (barbaracbc@gmail.com).

**** Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Cuiabá-MT, Brasil (marina.atanaka@gmail.com).

Introdução

Um expressivo esforço tem ocorrido no sentido de ampliar a captação de dados acerca das populações indígenas nas estatísticas nos diversos países da América Latina (DEL POPOLO; OYARCE, 2005). Esse esforço associa-se com modificações em cenários políticos que, decorrentes de perspectivas multiculturalistas, têm valorizado a presença indígena nos contextos nacionais, o que fica evidente nas revisões constitucionais ocorridas nas duas últimas décadas em vários países. No caso do Brasil, a Constituição de 1988 trouxe o reconhecimento dos direitos indígenas, instituindo uma nova relação entre o Estado e esses povos.

Fruto dessas mudanças, desde o final dos anos 1990, vêm sendo implementadas políticas públicas direcionadas aos povos indígenas no Brasil, com destaque para as áreas de educação e saúde (BRASIL, 2010, 2011). Nesse processo se insere o esforço de ampliar a coleta de dados sociodemográficos para esse segmento específico da população. Na área da saúde, tem se ampliado a cobertura dos registros para indígenas em sistemas de informação, como o Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) e o Sistema de Informação de Nascidos Vivos (Sinasc), ambos de grande importância para compreender as transformações nos perfis demográficos e epidemiológicos dos indígenas (CARDOSO et al., 2005; LIMA et al., 2009; MELLO JORGE et al., 2010).

Além dos sistemas de informação de registros vitais, nota-se também que a ênfase no segmento indígena da população brasileira tem crescido em outras importantes fontes de dados com representatividade nacional. É o caso do Censo Demográfico, que a partir de 1991 passou a incluir no quesito cor ou raça a categoria indígena. Em linhas gerais, a obtenção de dados demográficos sobre os indígenas em 1991 foi conceitualmente semelhante no Censo 2000, enquanto naquele realizado em 2010 foram implementadas importantes modificações nos questionários básico e da amostra, dentre as quais a inclusão de perguntas sobre o pertencimento étnico e línguas faladas no domicílio, para populações residentes em Terras Indígenas, a partir da incorporação de um novo recorte geográfico: a localização do domicílio indígena dentro ou fora de Terras Indígenas demarcadas (IBGE, 2012).

Com a captação de informações sobre etnias indígenas, abre-se a oportunidade para análise dos perfis demográficos que emergem para povos indígenas específicos. A comparação dos dados censitários com outros registros poderá elucidar se este esforço de contagem e caracterização da população e dos domicílios do país reflete as particularidades desta população que, se sabe, é culturalmente diferenciada e está distribuída em espaços geográficos distintos.

Nesse sentido, o presente artigo procura abordar as características sobre a distribuição geográfica dos indígenas Xavante, assim como alguns aspectos sociodemográficos, com base nos dados captados pelo Censo 2010. Adicionalmente, a fim de conhecer as capacidades e limitações na cobertura do Censo Demográfico, realiza-se uma comparação com outra fonte de dados. A escolha desta etnia considerou o fato de, em termos populacionais,

representar o maior contingente étnico do Estado de Mato Grosso.¹ Outra particularidade relevante a respeito dos Xavante se insere no contexto da assistência à saúde: dos 34 distritos sanitários especiais indígenas (DSEI), somente quatro são monoétnicos, entre os quais o DSEI Xavante.

População de estudo e localização

As referências históricas mais antigas sobre os Xavante datam do século XVIII, situando-os nas regiões norte e centro do atual Estado de Goiás, sendo a mobilidade uma característica marcante desse povo, com longos períodos de dispersão no território. Naquela época as bandeiras mineradoras iniciavam sua expansão na Capitania de Goiás, o que levou à política de aldeamentos, redução e pacificação dos índios. Os Xavante tornaram-se alvo de campanhas militares, invasões e escravidão, ataques nos aldeamentos e projetos de reassentamentos, fatos que os motivaram a se deslocar para a região leste, estabelecendo-se no lado oeste do Rio Araguaia. Quanto à população Xavante na época, as referências mencionam entre 2 e 8 mil indivíduos (LAZARIN, 1985; RAVAGNANI, 1991; CHOVELON et al., 1996; COIMBRA JR. et al., 2002).

No século XX, o contato dos grupos Xavante com a sociedade não indígena ocorreu de forma e época diferenciadas. Em 1946, na impossibilidade de outros recuos e com seu território muito reduzido, os grupos que atualmente habitam a região de Pimentel Barbosa e Areões estabeleceram contato permanente com a sociedade envolvente, por meio do Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Entretanto, até meados de 1950, alguns grupos permaneceram relativamente isolados e independentes. Essa relativa independência foi logo minada pela ocupação de suas terras por não índios (MAYBURY-LEWIS, 1984; LOPES DA SILVA, 1992; COIMBRA JR. et al., 2002; GARFIELD, 2014).

O território Xavante localiza-se no Planalto Central brasileiro, entre o Rio das Mortes e os formadores do Rio Xingu, no leste do Estado de Mato Grosso. Como descrito por Ravagnani (1991) e Maybury-Lewis (1984), existem vários grupos Xavante que, embora partilhem de uma única organização social, apresentam históricos de contato e modos distintos de interação entre si e com outros segmentos da população. Não constituem uma unidade política e suas aldeias são autônomas. Essa peculiaridade da sociedade Xavante está refletida na atual situação fundiária e na sua mobilidade.

A autonomia dos Xavante tem sido abordada na literatura etnológica. Por exemplo, Lopes da Silva (1986, p. 35) distribui os Xavante em três grandes grupos conforme a intensidade e característica dos contatos entre aldeias, a continuidade ou não de permanência no território tradicional e os agentes do contato (representantes do Estado ou da Igreja). De acordo com essa sistematização, haveria os seguintes blocos: Pimentel Barbosa e Areões;

¹ O povo Xavante tem sido estudado sob a perspectiva da demografia há mais de 20 anos (FLOWERS, 1994; SOUZA; SANTOS, 2001; PEREIRA, 2011; SOUZA et al., 2011).

Batovi (Marechal Rondon) e Culuene (Parabubure), marginalmente também Couto Magalhães (Parabubure); e Sangradouro-Volta Grande e São Marcos, assim como Couto Magalhães.

O início da definição legal das terras Xavante pela Fundação Nacional do Índio (Funai) ocorreu entre 1970 e 1980, embora permaneçam inúmeras contestações, devido a limites fixados no processo demarcatório não correspondente ao pleiteado, e terras ainda não homologadas.² Assim, este povo, que antes ocupava um território extenso no Estado de Mato Grosso, passou a viver em sete Terras Indígenas (TI) descontínuas – Areões, Marãiwatsede, Marechal Rondon, Parabubure, Pimentel Barbosa, Sangradouro-Volta Grande e São Marcos. As terras Chão Preto e Ubawawe são contíguas às terras já demarcadas, Parabubure e São Marcos, respectivamente (Quadro 1). Cada uma dessas terras tem um histórico de contato diferenciado com a sociedade circundante, mas, no geral, as áreas ao seu redor são ocupadas por não índios (posseiros, latifundiários do agronegócio e empresas agropecuárias, estradas, povoados e missões religiosas). Cabe lembrar que o perímetro territorial das Terras Indígenas Xavante não necessariamente está situado em um único município.

Neste artigo, as Terras Indígenas Xavante investigadas são aquelas que, no Censo de 2010, estavam na situação fundiária considerada declarada, homologada ou regularizada: Pimentel Barbosa; Areões; Chão Preto; Sangradouro-Volta Grande; São Marcos; Parabubure; Ubawawe; Marechal Rondon; e Marãiwatsede. As áreas Eterãirebere, Hu'uhi, Norotsurã e Isoú'pã estavam com o processo de regularização em andamento e para estas terras o IBGE não divulgou informações demográficas (Quadro 1).

QUADRO 1
Caracterização das Terras Indígenas Xavante
Estado de Mato Grosso – 2009

Nome da Terra Indígena	Situação fundiária	Área (ha.)	Ano da homologação	Municípios
Areões	Regularizada	218.515	1996	Água Boa, Nova Nazaré
Chão Preto	Regularizada	12.742	2001	Campinápolis
Marãiwatsede	Regularizada	165.241	1998	Alto Boa Vista, Bom Jesus do Araguaia, São Félix do Araguaia
Marechal Rondon	Regularizada	98.500	1996	Paranatinga
Parabubure	Regularizada	224.447	1991	Água Boa, Campinápolis, Nova Xavantina
Pimentel Barbosa	Regularizada	328.966	1986	Canarana, Ribeirão Cascalheira
Sangradouro-Volta Grande	Regularizada	100.280	1991	General Carneiro, Poxoréo, Novo São Joaquim
São Marcos	Regularizada	188.478	1994 (1)	Barra do Garças
Ubawawe	Regularizada	52.234	2000	Novo São Joaquim
Eterãirebere	Em estudo	0	–	Campinápolis, Novo São Joaquim, Santo Antônio do Leste
Hu'uhi	Em estudo	0	–	Paranatinga
Isoú'pã	Em estudo	0	–	Água Boa, Campinápolis, Nova Xavantina
Norotsurã	Em estudo	0	–	Água Boa, Campinápolis, Nova Xavantina

Fonte: Fundação Nacional do Índio – Funai, Diretoria de Assuntos Fundiários – DAF, 2009.

(1) Data do registro em cartório.

² Sobre a história da demarcação das Terras Indígenas Xavante, ver Lopes da Silva (1992), Graham (1995) e Garfield (2014).

Delineamento do estudo

Este é um estudo transversal, do tipo descritivo com base de dados secundária. Os dados analisados foram extraídos em 14 de novembro de 2015, dos microdados do Banco Multidimensional de Estatística (BME), referentes ao questionário básico do Censo Demográfico 2010, que possui informações em nível de domicílios e indivíduos.

Para evitar a identificação dos indivíduos e resguardar a confidencialidade dos dados, ao disponibilizar o resultado para cruzamentos de dados do universo, foi estabelecido pelo IBGE que no BME seria colocado um “X” quando a frequência do grupo populacional em determinado cruzamento era inferior a seis observações. Assim, no caso da população indígena, se deparou com um dilema, já que era grande o número de observações com essa marca, visto que a população de algumas etnias é pequena. Para reduzir o número de perdas optou-se por uma aproximação dos valores numéricos, imputando o valor quase central (3) daqueles que eram possíveis de se observar, ignorando que poderia haver zero pessoa no cruzamento.

A fim de identificar a distribuição dos Xavante no território brasileiro, foram realizadas buscas em dois tipos de áreas geográficas: cinco macrorregiões do Brasil; e municípios do Estado de Mato Grosso. Todas as TI Xavante estão situadas no Mato Grosso, mas ressalta-se que esta população não se restringe às Terras Indígenas. Foram selecionados 19 municípios do estado, com o intuito de uma aproximação com as áreas rurais, onde se concentram as Terras Indígenas desta etnia. Os municípios onde estão localizadas as TI são: Água Boa, Alto Boa Vista, Barra do Garças, Bom Jesus do Araguaia, Campinápolis, Canarana, General Carneiro, Nova Nazaré, Nova Xavantina, Novo São Joaquim, Paranatinga, Poxoréo, Ribeirão Cascalheira, Santo Antônio do Leste e São Félix do Araguaia. Adicionalmente foram incluídos três municípios que fazem divisa com municípios de TI Xavante (Chapada dos Guimarães, Pontal do Araguaia e Primavera do Leste) e a capital do estado, Cuiabá.

A população de estudo correspondeu às pessoas que se declararam indígenas no quesito cor ou raça (que tem as categorias branca, preta, parda, amarela e indígena). Destas, foram selecionadas aquelas que afirmaram ser da etnia Xavante no quesito sobre etnia ou povo a que pertence, disponível somente para pessoas que se declaravam indígena. A informação sobre TI foi coletada diretamente pelo IBGE, que, ao ir a campo, já tinha a informação no aplicativo de coleta sobre a “localização do setor do domicílio (se dentro ou fora de Terra Indígena)”.

As demais variáveis utilizadas no estudo foram: situação do domicílio (urbano/rural); idade; sexo; língua falada; rendimento total; alfabetização; e se considera indígena (dirigida às pessoas residentes dentro dos limites das Terras Indígenas, mas que no quesito “cor ou raça” não se declararam indígenas).

Para elaboração dos mapas foi utilizada a malha digital dos municípios do Estado de Mato Grosso, disponibilizada pelo IBGE (2015).³ Para visualização espacial da população

³ Disponível em: <http://downloads.ibge.gov.br/downloads_geociencias.htm>.

indígena no estado utilizou-se o programa *TerraView 4.4.2*.⁴ No caso particular dessa distribuição foi considerada a situação do domicílio da população residente no Estado de Mato Grosso por município.

Para a comparação com outras fontes de dados, foram empregados os dados de 2010 do Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (Siasi),⁵ para a população Xavante residente nos 34 distritos sanitários especiais indígenas (DSEI) da Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai). Essa secretaria mantém registros contínuos realizados pelas equipes multidisciplinares atuantes nas aldeias. Os DSEI, criados pela Lei n. 9.836 de 24 de setembro de 1999, são unidades de responsabilidade sanitária federal correspondentes a uma ou mais Terras Indígenas.

Resultados

Localização da população Xavante

No Censo 2010 foram coletadas informações de 19.259 indígenas Xavante, sendo que a maioria (91,6%) residia em área rural. Embora com maior concentração da população na macrorregião Centro-Oeste (95,7%), os Xavante foram encontrados em todo o território nacional. Dos indígenas que viviam fora do Centro-Oeste, a Região Sudeste se destaca com maior percentual de Xavante (61,2%), sendo que 96,2% deles viviam na área urbana (Tabela 1).

TABELA 1
Distribuição dos Xavante, por situação de domicílio, segundo macrorregiões
Brasil – 2010

Macrorregiões	Total	Urbano		Rural	
		N	%	N	%
Centro-Oeste	18.437	861	53,3	17.576	99,6
Nordeste	120	106	6,6	14	0,07
Norte	115	89	5,5	26	0,15
Sudeste	503	484	30,0	19	0,11
Sul	84	74	4,6	10	0,06
Total	19.259	1.614	100,0	17.645	100,0
Brasil (%)	100,0		8,4		91,6

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010. Dados do universo.

Com relação à unidade da federação, o Censo Demográfico captou os Xavante, em sua vasta maioria, residentes no Estado de Mato Grosso (93,2%), onde estão situadas as TI dessa etnia. Ressalta-se que os Xavante que vivem fora do Mato Grosso (6,8%) moram em Goiás (321), São Paulo (257), Minas Gerais (121), Rio de Janeiro (114) e Distrito Federal (109), que, somados ao Estado de Mato Grosso, reúnem aproximadamente 98% do contingente populacional Xavante.

⁴ Disponível em: <<http://www.dpi.inpe.br/terraview/index.php>>.

⁵ Para saber mais sobre o Siasi, ver Sousa et al. (2007).

Os resultados encontrados no Censo se aproximam daqueles registrados pelo Siasi no mesmo período, inclusive tendo sido captado maior número no primeiro do que no registro. Em 2010 foram registrados 17.905 indivíduos Xavante distribuídos em sete DSEI do país, estando estes majoritariamente (17.887) no DSEI Xavante, localizado no Estado de Mato Grosso. Além destes, o Siasi registrou a presença de Xavante nos DSEI Araguaia (2 indivíduos), Cuiabá (1), ambos no Mato Grosso, Litoral Sul (6), Maranhão (1), Mato Grosso do Sul (7), Minas Gerais e Espírito Santo (1).

Dentro das nove TI Xavante regularizadas, o Censo captou 19.213 pessoas, como pode ser observado na Tabela 2, sendo que 80,4% declararam-se indígenas, 15,1% não se declararam, mas se consideravam, 3,8% não se declararam e não se consideravam e 0,7% não declararam sua condição indígena. Nas TI Areões, Pimentel Barbosa e Sangradouro-Volta Grande, todos se declararam indígenas e da etnia Xavante. Na TI Marechal Rondon, foram recenseados 549 indivíduos e estes não se declararam indígena no quesito cor ou raça, mas 548 se consideraram indígenas após a pergunta induzida.

Importante ressaltar a situação da TI Marãiwatsede, onde foram identificadas 2.427 pessoas vivendo nessa área, sendo que 1.178 não se declararam, mas se consideraram indígenas. Esta TI está localizada no município de Alto Boa Vista e os indígenas vivem somente na zona rural. Verifica-se também que nos municípios limítrofes, como Bom Jesus do Araguaia e São Félix do Araguaia, constam menos de cinco Xavante por município. Cabe lembrar que as TI Eterãirebere, Hu'uhi, Norotsurã e Isoú'pã não tiveram seus dados divulgados pelo IBGE, sobretudo por se tratar de áreas ainda em estudo pela Funai (Quadro 1).

TABELA 2
Distribuição da população nas Terras Indígenas Xavante, por situação de declaração sobre a categoria indígena – 2010

Terras Indígenas	Declararam-se indígenas		Não se declararam, mas se consideravam indígenas		Não se declararam e não se consideravam indígenas		Sem declaração da condição indígena		Total linha	População total da TI	
	N	%	N	%	N	%	N	%	%	N	%
Areões	965	100,0	-	-	-	-	-	-	100,0	965	5,0
Marãiwatsede	767	31,6	1.178	48,5	407	16,8	75	3,1	100,0	2.427	12,6
Parabubure	7.732	90,1	660	7,7	152	1,8	34	0,4	100,0	8.578	44,7
Pimentel Barbosa	1.740	99,8	X	0,2	-	-	-	-	100,0	1.743	9,1
Sangradouro/Volta Grande	882	100,0	-	-	-	-	-	-	100,0	882	4,6
São Marcos	3.130	99,8	8	0,3	-	-	-	-	100,0	3.138	16,3
Chão Preto	-	-	255	75,7	73	21,7	9	2,7	100,0	337	1,8
Marechal Rondon	-	-	548	99,8	-	-	X	0,2	100,0	549	2,9
Ubawawe	237	39,9	254	42,8	95	16,0	8	1,3	100,0	594	3,1
Total	15.453	80,4	2.906	15,1	727	3,8	127	0,7	100,0	19.213	100,0

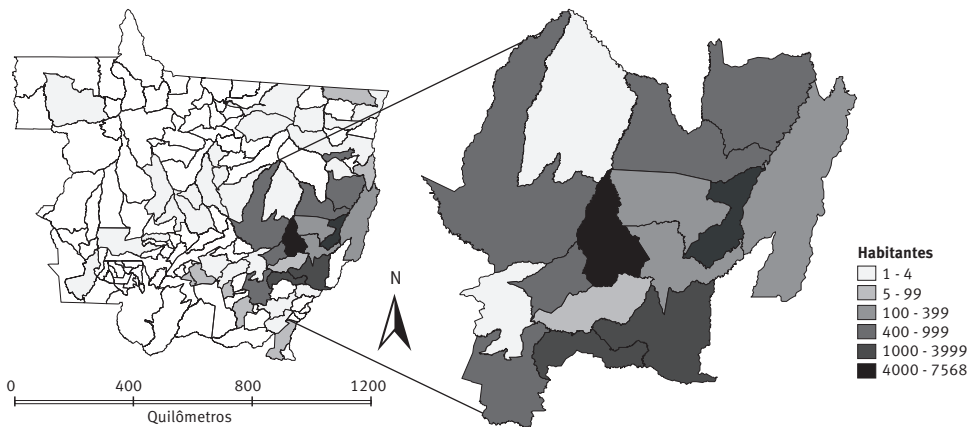
Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2010. Dados agregados do universo.

X - Dados restritos para a proteção da confidencialidade.

Especificamente no Estado de Mato Grosso, o Censo 2010 identificou 17.925 indivíduos pertencentes à etnia Xavante, dos quais 98,1% viviam em domicílios em área rural. Do total de 141 municípios do Estado, 24 registraram presença de Xavante somente na área urbana, sendo 21 deles com menos de cinco indivíduos. Já nos municípios de General Carneiro e Alto Boa Vista todos indígenas residiam na zona rural, correspondendo a 10,4% do total. Destaca-se também a presença maior de moradores na zona urbana do que na rural no município de Cuiabá.

Para compreender a distribuição geográfica dos Xavante residentes em Mato Grosso, foi produzido um mapa em nível municipal (Figura 1) que mostra a concentração desses indígenas em alguns municípios, especialmente nas áreas ao nordeste e sudeste do Estado, destacando-se quatro municípios (Nova Nazaré, Barra do Garças, Campinópolis e General Carneiro) com população Xavante acima de 1.000 habitantes. Em Campinópolis, Nova Nazaré e General Carneiro, os Xavante respondem, respectivamente, por 52,9%, 38,6% e 22,1% da população total do município.

FIGURA 1
Número de habitantes da população Xavante
Municípios do Estado de Mato Grosso – 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Dados agregados do universo.

Dos 15 municípios selecionados com TI Xavante, Campinópolis, Barra do Garças, Nova Nazaré e General Carneiro somavam 75,1% do montante populacional Xavante residente em área rural. Já a maior concentração desses indígenas vivendo em área urbana foi encontrada em Nova Xavantina (42,0%). Chama a atenção o fato de que neste município não foi captado nenhum residente na área rural.

Características sociodemográficas

Em relação à distribuição etária, observaram-se variações importantes para o total dos Xavante, segundo situação de domicílio e localidade (dentro ou fora de MT). A população

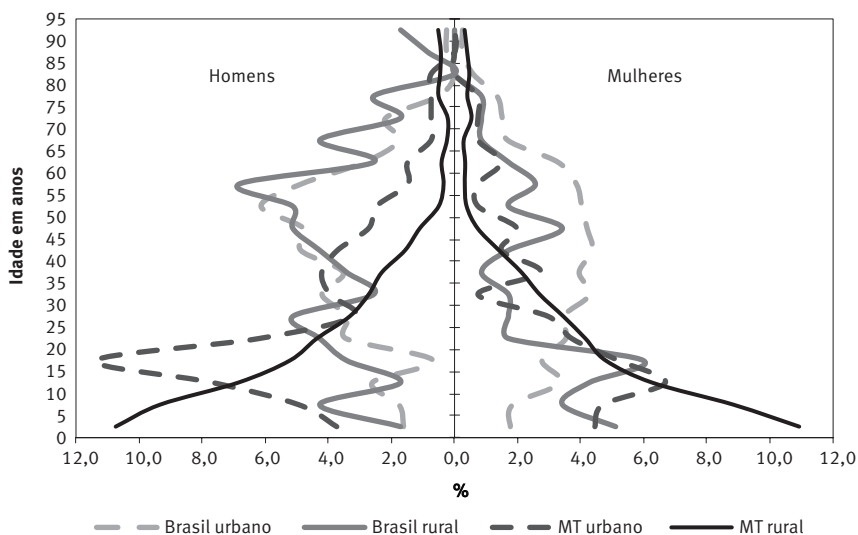
urbana, tanto dentro como fora de Mato Grosso, tem traços característicos de uma população com maior número de adultos, diferentemente dos habitantes da área rural, onde a proporção de crianças e adolescentes é quase duas vezes maior do que na área urbana.

Para o Brasil urbano (incluído Mato Grosso), 17,8% dos Xavante possuíam menos de 15 anos em 2010 e 4,6% tinham menos de 4 anos, enquanto na área rural tais proporções correspondiam a 52,7% e 21,6%, respectivamente. Este fato aponta para a ocorrência de maiores taxas de fecundidade nas áreas rurais e também poderia indicar alguma migração de população adulta para as áreas urbanas.

A distribuição da população Xavante residente no Brasil, fora do Estado de Mato Grosso, segundo a situação de domicílio, apresenta uma estrutura etária por sexo caracterizada por disparidades na proporção entre os grupos etários, sobretudo entre os jovens e adultos, devido ao pequeno número da população. De toda forma, percebe-se que a proporção de idosos tem pouca diferença entre urbanos e rurais, verificando-se um menor percentual de idosos no rural (Gráfico 1).

GRÁFICO 1

Composição relativa da população Xavante, por sexo, segundo grupos etários, segundo situação de domicílio Brasil e Estado de Mato Grosso – 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Dados agregados do universo.

No caso específico do Estado de Mato Grosso, a estrutura etária dos residentes em domicílio na área rural foi predominantemente jovem, com distribuição percentual semelhante entre os sexos. Para os residentes na área urbana, a pirâmide populacional apresentou o mesmo padrão daquela não indígena, com maior proporção de homens em idade produtiva (Gráfico 1). Ainda em relação a Mato Grosso, a base mais estreita da população urbana reflete uma diminuição da natalidade em relação à área rural. Na área urbana, chamam a atenção a concentração de jovens com idade entre 10 e 24 anos e o fato de a população

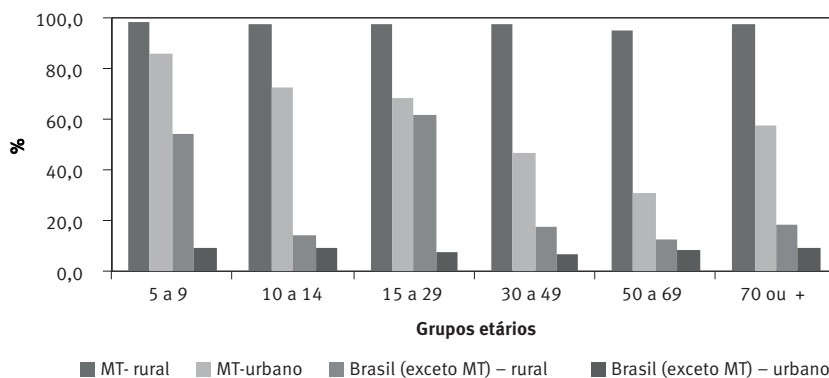
masculina de 15 a 24 anos ser o dobro da feminina na mesma faixa etária, comportamento distinto daquele descrito para a área rural.

Outras características investigadas foram língua falada, alfabetização e renda. No geral, a análise da língua falada no domicílio mostra que aproximadamente 86% do total dos Xavante acima de cinco anos de idade falavam língua indígena (Gráfico 2). Ao se considerar a situação de moradia, 98,1% dos que falavam língua indígena residiam em área rural e, entre aqueles não falantes da língua, 52,5% estavam em área rural e 47,5% em área urbana.

Quanto aos Xavante residentes fora de Mato Grosso, observa-se que, com exceção das faixas etárias de 5 a 9 e 15 a 29 anos em área rural, as frequências dos que falavam língua indígena no domicílio são reduzidas, ficando abaixo de 20% para todas as faixas etárias. Para o estrato urbano fora de Mato Grosso, há uma notável homogeneidade, no sentido de que menos de 10%, independentemente da faixa etária, reportaram falar língua indígena no domicílio (Gráfico 2).

O Gráfico 2 ainda mostra que, independentemente da faixa etária, mais de 90% dos Xavante em área rural de Mato Grosso – o que em larga medida coincide com os residentes em Terras Indígenas – reportaram falar língua indígena em seus domicílios. Já entre os residentes em área urbana nesse Estado, aqueles nascidos entre 1941 e 1980 foram os que menos reportaram falar língua indígena no domicílio. Chama a atenção que, em área urbana, mais da metade daqueles de 70 anos ou mais (57,1%) indicaram falar língua indígena no domicílio.

GRÁFICO 2
Porcentagem da população Xavante que fala língua indígena no domicílio, por situação de domicílio, segundo faixa etária
Brasil e Estado do Mato Grosso – 2010



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010. Dados agregados do universo.

Em relação à alfabetização, 61,9% dos Xavante sabiam ler e escrever, sendo que há uma diferença substancial entre os sexos, a partir da faixa etária de 15 a 29 anos, para aqueles residentes na área rural de Mato Grosso, cujas maiores frequências de alfabetizados estavam entre os homens. Uma vez que os números absolutos são muito reduzidos para aqueles que viviam na área rural de outros estados, a maior parte dos não alfabetizados

era moradora do Mato Grosso. Ainda em relação à situação de domicílio, para os residentes fora de Mato Grosso optou-se por analisar o conjunto de indivíduos, sem categorizar por sexo. O resultado mostrou que aproximadamente 75,7% dos Xavante que residiam na área urbana em outras UF sabiam ler e escrever.

Outra variável investigada refere-se à renda mensal total do domicílio, categorizada por salário mínimo (SM). No Brasil, 91,6% dos Xavante, em 2010, recebiam até um salário mínimo ou não possuíam rendimento. Os Xavante residentes fora do Mato Grosso apresentaram renda mais alta do que aqueles vivendo no Estado, pois entre os moradores do Mato Grosso 80,3% dos Xavante de dez anos ou mais de idade não possuíam nenhum rendimento, sendo a maior proporção para os residentes na área rural.

Discussão

A necessidade de incrementar os estudos a respeito das características e da dinâmica demográfica da população indígena brasileira vicejou nos anos 1980. Na ocasião, já se chamava a atenção para a precariedade das escassas informações estatísticas necessárias à compreensão dos principais aspectos das condições de vida dessa população, sua distribuição territorial, estrutura e dinâmica demográficas (PAGLIARO et al., 2005; AZEVEDO, 2011).

A incorporação do quesito indígena na categoria cor ou raça, no questionário da amostra dos Censos Demográficos de 1991 e 2000, foi um avanço para a demografia indígena, que até aquele momento dependia de iniciativas e estudos pontuais com contagem populacional. Esses censos possibilitaram não somente o conhecimento da estrutura e dinâmica demográficas daqueles que se declararam indígenas, mas também questionamentos sobre o expressivo aumento no número desses autodeclarados quando comparados os resultados nas duas décadas (PAGLIARO; AZEVEDO; SANTOS, 2005; PEREIRA; SANTOS; AZEVEDO, 2005).

A ampla discussão dos resultados do Censo 2000 e a formação de comitês e grupos de trabalhos sobre demografia indígena no âmbito da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (Abep) e Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva (Abrasco) podem ter contribuído para a inclusão de questões sobre o pertencimento étnico, o considerar-se indígena, a língua falada no domicílio e a localização geográfica para o universo do Censo 2010, aprimorando assim a investigação de segmentos específicos da população brasileira, como os indígenas (IBGE, 2012). Ao mesmo tempo, o Brasil inclui-se entre os países que investigam o pertencimento étnico, recorte que há muitos anos tem sido investigado em diversos países latino-americanos, norte-americanos e da Oceania, fato que explicitou a diversidade étnica existente nesses países e, não raro, a situação de desigualdade dos indicadores indígenas (DEL POPOLO; OYARCE, 2005; STEPHENS et al., 2006).

Neste artigo, optou-se por discutir os dados do Censo 2010 em uma perspectiva micro, ou seja, utilizando os dados captados de uma etnia, no caso os Xavante, para identificar a possibilidade de análises mais específicas sobre os aspectos demográficos

e territoriais, juntamente aos dados históricos e culturais já publicados na literatura etnológica (GIACCARIA; HEIDE, 1984; FLOWERS, 1994; MAYBURY-LEWIS, 1984; RAVAGNANI, 1991; LOPES DA SILVA, 1984, 1986).

A princípio os resultados do Censo 2010 para os Xavante convergem com a literatura demográfica existente sobre esta população. Entretanto, a captação de informação do Censo extrapola os limites geográficos das Terras Indígenas e agregam mais informações na distribuição dos Xavante por situação de domicílio, especialmente na área urbana, elemento ainda pouco conhecido e explorado pelos pesquisadores e serviços de saúde.

Os resultados mostram que, embora com distintos quantitativos, foram encontrados Xavante em todo o território nacional, com maior concentração da população na macrorregião Centro-Oeste (95,8%). Além disso, percebe-se que no Estado de Mato Grosso os Xavante estão agrupados especialmente em área rural (98%). Entre os Xavante que viviam fora do Centro-Oeste, destacam-se alguns achados: maior proporção no Sudeste (2,6%); residência essencialmente em área urbana; e renda média total mais alta do que a daqueles residentes em áreas urbanas do Mato Grosso.

Para entender o aglomerado dos Xavante em um espaço delimitado, voltou-se aos dados históricos e culturais desse povo. É evidente que, ao delimitar um espaço geográfico (Terra Indígena), o território ocupado por determinado grupo fica restrito. No entanto, isso não define a dispersão dos indivíduos pelo país, vide o exemplo dos Guarani (PISSOLATO, 2004). No caso Xavante, os dados do Censo 2010 demonstram a disposição de permanência no território historicamente ocupado, entre os Rios Araguaia e das Mortes (GIACCARIA; HEIDE, 1984; FLOWERS, 1994; MAYBURY-LEWIS, 1984; RAVAGNANI, 1991). Mas também verifica-se a dispersão Xavante por todo o Brasil, com cerca de 1.334 pessoas em estados próximos a Mato Grosso (Goiás e Distrito Federal) e estados nos quais determinados grupos Xavante mantêm ativada, ao que parece, sua mobilidade, constituindo uma rede de relações com famílias de não indígenas, universidades, instituições de pesquisa governamentais e não governamentais (São Paulo e Rio de Janeiro), conforme observações realizadas no decorrer de 20 anos de trabalhos feitos com os Xavante.

Essa dispersão também parece expressar a mobilidade numa perspectiva de território contínuo, sinais de um processo de reocupação de um território original que lhes foi usurpado na época do contato (LOPES DA SILVA, 1992; GARFIELD, 2011, 2014), ou um processo migratório em etapas para distâncias mais curtas em seu início, com posterior ampliação, como comumente visto nos estudos migratórios. Não se dispõe de elementos para discutir diretamente tais argumentos, pois, para tanto, seria necessária uma abordagem histórica da mobilidade e ocupação espacial Xavante, nos moldes do que vem sendo feito para os Guarani,⁶ muito além dos resultados produzidos pelo Censo.

⁶ Garlet (1997, p. 22) analisa os deslocamentos dos Guarani Mbya no Estado do Rio Grande do Sul como ampliação e ocupação de um território original, um processo de "reterritorialização". O autor também trabalha a ideia de um espaço aberto que pode ser ampliado continuamente.

Um aspecto que repercute na mobilidade Xavante é o casamento. Ainda que a maioria das pessoas se case com membros de sua própria aldeia, a união pode ser entre indivíduos de distintas aldeias e Terras Indígenas, ficando as famílias ligadas por alianças de matrimônio, o que mantém um constante fluxo de visitas a diversas localidades. O período de permanência dessas visitas pode durar de semanas a anos, o que dificulta a classificação entre morador ou visitante de passagem (LOPES DA SILVA, 1986) se não forem definidos os conceitos específicos nas pesquisas, que nem sempre refletem toda a complexidade do tema, mas permitem calcular algumas medidas. No caso do Censo Demográfico e outras pesquisas domiciliares, o IBGE assume que a população residente é aquela definida como de direito, ou seja, quem reside no domicílio (ou oca no caso dos indígenas) e não esteve ausente por mais de 12 meses por qualquer motivo que não signifique mudança mais permanente, conforme definição de morador do domicílio/oca (IBGE, 2013). No entanto, o estudo migratório de etnias indígenas não poderia ser realizado com os dados do Censo disponíveis ao uso público, visto que a informação de etnia se encontra somente nos dados do universo e aquela referente à migração interna somente na amostra.

A permanência no território original aparentemente deriva de uma característica da organização social dos indígenas, entre eles os Xavante, relacionada à coesão social. Os laços de parentesco, as relações entre diferentes aldeias e a manutenção das regras de matrimônio entre membros da mesma etnia criam uma base para alianças políticas entre grupos, bem como uma rede social para o indivíduo, o que o liga a uma determinada comunidade (LOPES DA SILVA, 1986). Mesmo estando distante, ele permanece com forte vínculo com a aldeia e o grupo de idade definido durante os rituais de iniciação, gerando um sentimento de pertencimento.

Nesse sentido, cabe refletir sobre a importância de manter a concentração do número de pessoas em um mesmo território a fim de sustentar os rituais que as definem como povo indígena Xavante. Para a realização do ritual de iniciação (*Wapté Mnhõnõ*) dos meninos, por exemplo, é necessário agregar a população de diversas aldeias, quando estas são muito pequenas. Somente assim as festas ocorrem. Esta festa é importante para os Xavante, pois a partir dela são construídos os laços de pertencimento à classe de idade específica, a qual permanecerá ao longo de sua vida como elemento de diferenciação, e o fortalecimento das alianças políticas (WELCH, 2014).

O pertencimento a um grupo étnico também pode ser definido por meio da língua falada (LOPES DA SILVA, 1984; GRAHAM, 2014), que reflete as representações e construções de uma sociedade, seus valores e concepções de mundo, o modo pelo qual a sociedade se expressa (SIGNORINI, 2002). No caso Xavante, a situação de domicílio (rural ou urbano) e morar fora ou dentro do Estado de Mato Grosso parece ser um fator determinante na conservação da língua indígena como língua falada no domicílio. Particularmente, morar na área urbana fora de Mato Grosso demonstra a baixa vitalidade da língua nesse contexto. Resulta desse fato que a urbanidade pode ser considerada fator de deslocamento da língua indígena para os Xavante. Segundo a Unesco (2009, p. 14), “o prestígio da língua

dominante e o seu predomínio na vida pública podem levar uma comunidade a desvalorizar a sua própria língua. Assim, a revitalização das línguas depende, antes de qualquer coisa, da reafirmação da identidade cultural, por parte de uma comunidade”.

Outro aspecto a se considerar é a possibilidade do fenômeno da multilocalidade advinda da contagem dupla de um indivíduo, seja na aldeia pelos seus parentes, seja na cidade onde reside. Este problema não parece ter ocorrido nos dados coletados no Censo 2010, pois os resultados para os Xavante que vivem no Estado de Mato Grosso são semelhantes àqueles registrados pelo Siasi no mesmo período e local, ainda que devam ser consideradas as diferentes metodologias, provavelmente devido à correta identificação de população de direito utilizada no Censo.

O Censo Demográfico de 2010 registrou, na data de referência de 31 de julho de 2010, a existência de 17.925 Xavante no Mato Grosso. Por sua vez, os dados do Siasi, para a mesma data, indicam que havia, no DSEI Xavante, 17.887 indígenas. A diferença de 38 pessoas pode estar relacionada à abrangência territorial de captação do Censo. Possivelmente a captação destes indivíduos se deu em outros três distritos sanitários existentes no Estado, dada a distribuição esparsa de alguns. Contudo, os dados produzidos pelo Siasi somente permitem comparar volume de população e estrutura etária.

O Censo Demográfico de 2010 trabalha com as Terras Indígenas como definidas pela Fundação Nacional do Índio, as quais, por sua vez, abarcam vários municípios. Já a população coberta pelo Siasi atém-se, principalmente, àquele contingente que habita territórios distritais. Ou seja, os dados do Siasi referem-se aos DSEI e aos Polos Base, cujas áreas de atuação nem sempre coincidem com as Terras Indígenas ou com um conjunto delas (SOUZA; SANTOS, 2009).

Ressalvas à parte, as similaridades nos totais populacionais podem ser indicadores valiosos da completude conseguida pelas duas abordagens metodológicas. O fato de o Censo estar captando de forma adequada, pelo menos os Xavante, já foi reportado por Pereira et al. (2009) em estudo comparativo entre os dados coletados pelo Censo 2000 nas Terras Indígenas Xavante e informações populacionais dos estudos de Souza (2008) e Souza et al. (2011).

Pereira et al. (2009) verificaram que, em termos do tamanho da população, distribuição populacional entre as Terras Indígenas e composição etária e por sexo, os resultados do Censo estavam muito próximos aos registros do serviço de atenção à saúde indígena, considerando que o Censo 2000 conseguiu capturar as características básicas da população Xavante. No entanto, para os autores, os instrumentos de coleta censitária não conseguiram captar elementos específicos da organização social dos Xavante dentro dos domicílios, que envolviam regras de moradia e conceito particular de família. Baseados nesses resultados, os autores concluíram que os Censos tinham limitações importantes ao utilizar instrumentos de coleta não adaptados para locais culturalmente distintos.

Por conta das particularidades inerentes aos indígenas, o Censo Demográfico não deve ser a única fonte para análise da situação dessa população. Outras fontes, tais como

pesquisas conduzidas por organizações governamentais, a exemplo da Fundação Nacional do Índio (Funai), e outras agências não governamentais de apoio à causa indígena, como os censos participativos que foram realizados entre os Sateré Mawé (TEIXEIRA, 2005) e os povos indígenas do Alto Rio Negro (AZEVEDO, 1994), são importantes para se entender o processo de expansão e ocupação de determinado território, entre outros aspectos.

Para o Censo Demográfico de 2010, a inclusão das variáveis “etnia ou povo a que pertence”, “língua falada” e “se considera indígena” no questionário básico (universo) trouxe a possibilidade de analisar a realidade demográfica indígena do país mais detalhadamente. Um dos achados mais significativos do presente estudo refere-se à interpretação da variável “cor ou raça” e à capacidade da variável “se considera indígena” em captar potenciais perdas ou aumento considerável de indígenas nas TI.

As análises realizadas evidenciaram que a pergunta “você se considera” foi fundamental para identificar parte importante dos indígenas Xavante na TI Marechal Rondon (território de ocupação histórica) e Chão Preto, pois nem todos se declararam como indígenas no quesito “cor ou raça”. Mas com a segunda pergunta houve um aumento da ordem de 15% do contingente de pessoas que viviam dentro dessas TI. Nesse caso, o resultado para “você se considera” aponta, no mínimo, para duas possibilidades no momento da coleta: o não entendimento da pergunta sobre “cor ou raça” em função de barreiras linguísticas, ou em decorrência da abordagem do entrevistador.

Por outro lado, os dados também retrataram situações específicas dos Xavante, como deslocamentos de contingente populacional para área urbana devido a conflitos relacionados à terra e à presença de população não indígena em TI. O fato de o município de Nova Xavantina não apresentar indígenas em área rural, somente urbana, constitui exemplo da saída de um montante expressivo de pessoas da TI Parabubure (142 pessoas) que migraram para a cidade devido a conflitos desencadeados por não indígenas.⁷ No entanto, a pergunta “você se considera” identificou um expressivo número de pessoas que se consideravam “indígenas” dentro da TI, sem saber nomear, contudo, a etnia.

A TI Marãiwatsede foi retratada em suas particularidades no que se refere à presença de indígenas e não indígenas residentes. Ressalta-se que a ação judicial para a desintrusão estava em curso na época do Censo 2010 (MATO GROSSO, 2014), o que pode ter influenciado o montante de não declarados indígenas, mas que se consideravam dessa cor ou raça (1.178 pessoas).⁸ Cabe esclarecer que esta TI é uma região recentemente reocupada pelos Xavante após o seu afastamento involuntário em agosto de 1966, cuja população é oriunda, em sua grande maioria, da extinta aldeia Água Branca pertencente à TI de Pimentel Barbosa. Isto posto, a população captada pelo Censo que se declarou indígena e da etnia Xavante que vivia nesta TI era de 767 habitantes em 2010.

⁷ O confronto entre madeireiros e Xavante provocou a morte de dois não índios. Temendo represálias e se sentindo vulneráveis pelo isolamento de suas aldeias, os Xavante buscaram refúgio na cidade (SOUZA, 2008).

⁸ Na análise dos indivíduos que não se declararam, mas se consideravam indígenas foram identificadas somente três pessoas que responderam à qual etnia pertencia (Guarani Kaiowa, Bororo e Xavante), o restante não sabia informar (ignorado).

O caso Xavante é ilustrativo e relevante na interpretação dos dados à luz da demografia antropológica. Houve convergência dos dados do Censo 2010 com a literatura no que se refere a volume, distribuição geográfica e estrutura etária da população. Porém, o Censo não é construído para captar as particularidades sociodemográficas e, por isso, é necessário cuidado especial na análise de perguntas específicas como “você se considera”, pois houve evidências de que pessoas se consideraram indígenas sem, de fato, conhecerem sua etnia, especificamente em território indígena em conflito fundiário com posseiros não indígenas.

No entanto, a captação da população indígena somente pelo quesito cor ou raça pode acarretar subenumeração. Isso quase ocorreu em duas terras reconhecidas Xavante: Chão Preto e Marechal Rondon. Se não houvesse a pergunta de controle da resposta – “você se considera” – dentro das terras indígenas, os residentes nestas duas localidades não teriam sido captados como indígena da etnia Xavante. Estas duas situações demonstram o cuidado necessário na análise deste dado. Para fins descritivos de uma realidade, os dados parecem ser apropriados, mas é imprescindível conhecer aspectos históricos, políticos e sociais dos povos indígenas em análise a fim de se evitar levantar hipóteses sobre possível super ou subestimação com a pergunta “você se considera indígena”.

Os resultados deste artigo sugerem que a metodologia e os instrumentos de captação do Censo podem influenciar na produção de dados. Tal argumento é, em parte, compartilhado por Campos et al. (2006) que, analisando o caso dos Xacriabá a partir do Censo 2000, ressaltam que mesmo fontes confiáveis, como os Censos Demográficos, apresentam problemas com a identificação das populações indígenas, devido às questões sobre identidade e pertencimento.

Nesse sentido, segundo Cavenaghi e Alves (2011), o manual do Censo 2010 não explicita como selecionar o residente do domicílio que irá responder ao questionário, somente que deve ser o responsável pelo domicílio, ou, na sua falta, qualquer pessoa que tenha conhecimento suficiente sobre os outros moradores. No entanto, segundo os autores, observações de campo e análises de relatórios dos recenseadores mostram que estas premissas não são necessariamente seguidas de forma regular e podem desencadear super ou subestimação. Santos et al. (2015), ao investigarem a parturição a partir do Censo de 2010 em indígenas e não indígenas do Norte e Nordeste do Brasil, encontraram que, quando não é a própria mulher que responde ao questionário, os valores de parturição são inferiores.

Entretanto, mesmo com limites, a viabilidade de análise dos resultados dos Censos agrega considerável valor aos estudos demográficos de populações indígenas. E é inegável que o Censo 2010 expandiu esta possibilidade. No entanto, deve-se sempre buscar o aprimoramento da captação dos dados, como, por exemplo, para estimar a cobertura da população recenseada necessita-se de pesquisas de avaliação pós-censitária, realizadas em conjunto com o levantamento do Censo, visto que os dados de registros têm diferentes abordagens metodológicas. Ainda, para amplificar as análises e conhecer melhor sobre a diversidade da população indígena, um passo importante é analisar os dados oriundos de outras fontes e sob a ótica de estudos etnográficos, históricos e sociodemográficos.

Referências

- AZEVEDO, M. M. O Censo 2010 e os povos indígenas. In: RICARDO, C. A.; RICARDO, F. (Org.). **Povos indígenas no Brasil 2006-2010**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011. p. 45-48.
- AZEVEDO, M. M. Demografia dos povos indígenas do Alto Rio Negro. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 11, n. 2, p. 235-244, 1994.
- BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – Secad. **Educação escolar indígena: diversidade sociocultural indígena ressignificando a escola**. Brasília: MEC, Secad, 2011.
- _____. Ministério da Saúde. **Saúde Brasil 2009: uma análise da situação de saúde e da agenda nacional e internacional de prioridades em saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Departamento de Análise e Situação em Saúde, 2010.
- CAMPOS, M. B.; CAMPOS, T. B.; MONTE-MÓR, R. L. M. A questão demográfica indígena: o caso dos Xacriabá, no Norte de Minas Gerais. In: XV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DE POPULAÇÃO. **Anais...** Caxambu: Abep, setembro de 2006.
- CARDOSO, A. M.; SANTOS, R. V.; COIMBRA JR., C. E. A. Mortalidade infantil segundo raça/cor no Brasil: o que dizem os sistemas nacionais de informação? **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 5, p. 1602-1608, set./out. 2005.
- CAVENAGHI, S.; ALVES, J. Domicilios y familias en la experiencia censal del Brasil: cambios y propuesta para identificar arreglos familiares. **Notas de Población**, Santiago de Chile, v. 92, p. 15-46, 2011. Disponível em: <<http://repositorio.cepal.org/handle/11362/12879>>.
- CHOVELON, H.; FERNANDES, F.; SBARDELLOTTO, P. **Do primeiro encontro com os Xavante à demarcação de suas reservas**. Campo Grande: Missão Salesiana, 1996.
- COIMBRA JR., C. E. A.; FLOWERS, N. M.; SALZANO, F. M.; SANTOS, R. V. **The Xavante in transition: health, ecology, and bioanthropology in Central Brasil**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2002.
- COIMBRA JR., C. E. A.; WELCH, J. R. Os Xavante e seus etnógrafos. In: COIMBRA JR., C. E. A.; WELCH, J. (Org.). **Antropologia e história Xavante em perspectiva**. Rio de Janeiro: Museu do Índio, Fundação Nacional do Índio, 2014. p.1-15.
- DEL POPOLO, F.; OYARCE, A. M. América Latina, población indígena: perfil sociodemográfico en el marco de la Conferencia Internacional sobre la Población y el desarrollo y de las metas del milênio. **Notas de Población**, Santiago de Chile, v. 31, n. 79, 2005. Disponível em: <http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/37704/NP05079_es.pdf?sequence=1>.
- FLOWERS, N. M. Crise e recuperação demográfica: os Xavante de Pimentel Barbosa, Mato Grosso. In: SANTOS, R. V.; COIMBRA JR., C. E. A. (Org.). **A saúde e povos indígenas**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1994. p. 213-242.
- FUNAI. **Listagem de Terras Indígenas**, 2009. Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/ccr6/documentos-e-publicacoes/docs/terras-indigenas/tis/ListaTerraIndigenasFUNAI.xls/view>>. Acesso em: 08 fev. 2015.
- GARFIELD, S. **A luta indígena no coração do Brasil**. São Paulo: Unesp, 2011.
- _____. Onde a terra toca o céu: a luta dos índios Xavante por terra, 1951-1979. In: COIMBRA JR., C. E. A.; WELCH, J. (Org.). **Antropologia e história Xavante em perspectiva**. Rio de Janeiro: Museu do Índio, Fundação Nacional do Índio, 2014. p. 39-66.
- GARLET, I. J. **Mobilidade Mbya: história e significação**. 1997. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1997.

GIACCARIA, B.; HEIDE, A. **Auwê Uptabi, povo autêntico**. São Paulo: Editora Salesiana Dom Bosco, 1984 [1972].

GRAHAM, L. R. **Performing dreams: discourses of immortality among the Xavante of Central Brazil**. Austin: University of Texas Press, 1995.

_____. Uma esfera pública na Amazônia? A construção de discurso colaborativo despersonalizado entre os Xavante. In: COIMBRA JR., C. E. A.; WELCH, J. (Org.). **Antropologia e história Xavante em perspectiva**. Rio de Janeiro: Museu do Índio, Fundação Nacional do Índio, 2014. p. 123-155.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Metodologia do Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013 (Série Relatórios Metodológicos, v. 41). Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv81634.pdf>>.

_____. **Censo Demográfico 2010: características gerais dos indígenas resultados do universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

_____. **Tendências demográficas: uma análise dos indígenas com base nos resultados da amostra dos censos demográficos 1991 e 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

LAZARIN, R. H. A. **O aldeamento Carretão: duas histórias**. 1985. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília – UnB, Brasília, 1985.

LIMA, C. R. A.; SCHRAMM, J. M. A.; COELI, C. M.; SILVA, M. E. M. Revisão das dimensões da qualidade dos dados e métodos aplicados na avaliação dos sistemas de informação em saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 10, p. 2095-2109, out. 2009.

LOPES DA SILVA, A. A expressão mítica da vivência: tempo e espaço na construção da identidade Xavante. **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Fortaleza: UFCE, n. 82, p. 200-14, 1984.

_____. **Nomes e amigos: da prática Xavante a uma reflexão sobre os Jê**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1986.

_____. Dois séculos e meio de história Xavante. In: CUNHA, M. C. da (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura/Fapesp, 1992.

MATO GROSSO (Estado). Ministério Público Federal. Procuradoria da República em Mato Grosso. **Histórico da ação judicial para desintrusão da Terra Indígena Marãiwatsédé**. Cuiabá: Procuradoria da República, 2014. Disponível em: <http://www.pgmt.mpf.mp.br/documentos/historico_mrw.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2015.

MAYBURY-LEWIS, D. **A sociedade Xavante**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1984.

MELLO JORGE, M. H. P.; LAURENTI, R.; GOTLIEB, S. L. D. Avaliação dos Sistemas de Informação em Saúde no Brasil. **Cadernos de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 7-18, 2010.

PAGLIARO, H.; AZEVEDO, M. M.; SANTOS, R. V. (Org.). **Demografia dos povos indígenas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2005.

PEREIRA, N. O. M. **Os indígenas nas informações censitárias: potencialidades e limitações com base em um estudo de caso sobre os Xavante, Mato Grosso**. 2011. Tese (Doutorado) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2011.

PEREIRA, N. O. M.; SANTOS, R. V.; WELCH, J. R.; SOUZA, L. G.; COIMBRA JR., C. E. A. Demography, territory and identity of indigenous peoples in Brazil: the Xavante Indians and the 2000 Brazilian National Census. **Human Organization**, v. 68, n. 2, p. 166-180, 2009.

PISSOLATO, E. Mobilidade, multilocalidade, organização social e cosmologia: a experiência de grupos M'bya-Guarani no Sudeste brasileiro. **Tellus**, Campo Grande, ano 4, n. 6, p. 65-78, abr. 2004.

RAVAGNANI, O. M. **A experiência Xavante com o mundo dos brancos**. Araraquara: Unesp, 1991.

SANTOS, R. V.; BASTOS, J. L.; CRUZ, O. G.; LONGO, L. A. F. B.; FLOWERS, N. M.; PEREIRA, N. O. M. Parity of indigenous and non-indigenous women in Brazil: does the reported number of children born depend upon who answers national census questions? **Plos One**, v. 10, n. 4, p. e0123826, 2015.

SIGNORINI, I. **Língua(gem) e identidade: elementos para uma discussão no campo aplicado**. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

SOUZA, M. da C. de; SCATENA, J. H. G.; SANTOS, R. V. O Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena (SIASI): criação, estrutura e funcionamento. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 4, p. 853-861, 2007.

SOUZA, L. G. **Demografia e saúde dos índios Xavante do Brasil Central**. 2008. Tese (Doutorado) – Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca/Fiocruz, Rio de Janeiro, 2008.

SOUZA, L. G.; SANTOS, R. V.; PAGLIARO, H.; CARVALHO, M. S.; FLOWERS, N. M.; COIMBRA JR., C. E. A. Demography and health of the Xavante Indians of Central. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 10, p. 1891-1905, 2011.

SOUZA, L. G.; SANTOS, R. V. Perfil demográfico da população indígena Xavante de Sangradouro-Volta Grande, Mato Grosso (1993-1997), Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 355-365, 2001.

_____. Componente demográfico do sistema de informação da atenção à saúde indígena, Dsei-Xavante, Mato Grosso, Brasil. **Cad. CRH**, Salvador, v. 22, n. 57, p. 523-529, 2009.

STEPHENS, C.; PORTER, J.; NETTLETON, C.; WILLIS, R. Disappearing, displaced, and undervalued: a call to action for Indigenous health worldwide. **Lancet**, n. 367, p. 2019-2028, 2006.

TEIXEIRA, P. (Org.). **Sateré-Mawê: retrato de um povo indígena**. Manaus: Fundação Joaquim Nabuco, 2005.

UNESCO. **Investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural**. Paris: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 2009 (Segundo Relatório Mundial da Unesco).

VASCONCELOS, A. N. M.; GOMES, M. M. F. Transição demográfica: a experiência brasileira. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 21, n. 4, dez. 2012. Disponível em: <http://scielo.iec.pa.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-9742012000400003&lng=pt&nrm=i>. Acesso em: 24 nov. 2015.

WELCH, J. R. O sistema Xavante de grupos de idade espirituais: estrutura e prática na vida dos homens. In: COIMBRA JR., C. E. A.; WELCH, J. (Org.). **Antropologia e história Xavante em perspectiva**. Rio de Janeiro: Museu do Índio, Fundação Nacional do Índio, 2014. p.157-179.

Sobre as autoras

Luciene Guimarães de Souza é doutora em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz – Ensp/Fiocruz e graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Atualmente é vinculada à Secretaria Especial de Saúde Indígena – Sesai, atuando na Fundação Oswaldo Cruz/Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca.

Silvia Angela Gugelmin é doutora e mestre em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, da Fundação Oswaldo Cruz – Ensp/Fiocruz e graduada em Nutrição pela

Universidade Federal do Paraná. Professora adjunta II do Departamento de Saúde Coletiva, do Instituto de Saúde Coletiva – ISC da Universidade Federal de Mato Grosso.

Barbara Coelho Barbosa da Cunha é doutoranda e mestre em Epidemiologia em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz – Ensp/ Fiocruz e graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro – Uenf.

Marina Atanaka é doutora em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz e em Saúde e Ambiente pela Universidade Federal de Mato Grosso e graduada em Enfermagem e Obstetrícia pela Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo. Professora da Universidade Federal de Mato Grosso

Endereço para correspondência

Luciene Guimarães de Souza

Av. Presidente Costa e Silva, 2025, Bairro São Pedro
36037-000 – Juiz de Fora-MG, Brasil

Silvia Angela Gugelmin

Av. Fernando Correa da Costa, 2367, Bloco CCBS III, Bairro Boa Esperança
78060-900 – Cuiabá-MT, Brasil

Barbara Coelho Barbosa da Cunha

Rua Carlos de Carvalho, 60/1407 Centro
20230-180 – Rio de Janeiro-RJ, Brasil

Marina Atanaka

Av. Fernando Correa da Costa, 2367, Bloco CCBS III, Bairro Boa Esperança
78060-900 – Cuiabá-MT, Brasil

Abstract

The Xavante indigenous people in the 2010 Population Census

The aim of this paper is to present, using the 2010 Census data, the geographical distribution and some sociodemographic characteristics of Xavante indigenous people in Brazil. The following variables of the basic questionnaire were considered: ethnicity; household residential situation; household location (inside or outside the Indigenous Land-IL); color or race; spoken language; income and literacy. The data were acquired from the Multidimensional Bank of Statistics (in Portuguese, BME), a system to access aggregate data of the Brazilian Institute of Geography and Statistics, considering all Xavante IL, 15 municipalities with IL Xavante, three municipalities surrounding the IL and Cuiabá city, capital of Mato Grosso state. Of the 19,259 declared Xavante, 92% lived in rural areas and 86% speak indigenous language at home. The municipalities Campinápolis, Barra do Garças, Nova Nazaré and General Carneiro, together added up, 75.1% of the population living in rural areas. Within the IL Areões, Pimentel Barbosa and Sangradouro-Volta Grande all declared themselves indigenous and as Xavante ethnicity. In Chão Preto and Marechal Rondon only the question on whether the person “considered itself indigenous” managed to identify the Xavante, because all declared themselves in other categories of color or race in the race/color question. In comparison to other data source, the health information system, the results show that the total population captured in the 2010 Demographic Census was similar in both sources. The 2010 Demographic Census has a great potential for Xavante

demographic data analysis and could be evaluated for other ethnicities, since compared to socio-anthropological information.

Keywords: Indigenous people. Demography. Population census. Xavante.

Resumen

Los indígenas Xavante en el Censo Demográfico de 2010

El objetivo de este artículo es presentar, utilizando los datos del Censo Demográfico de 2010, la distribución geográfica y las características demográficas de la etnia Xavante en Brasil. Con este fin, se investigaron las siguientes variables del cuestionario básico del censo: origen étnico; situación de residencia; ubicación del hogar (dentro o fuera de la Tierra Indígena-TI); color o raza; lengua hablada en el hogar; ingresos y alfabetización. Los datos fueron procesados con el Banco Estadístico Multidimensional (BME) del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística, teniendo en cuenta los Xavante de las TI, los 15 municipios en que se encuentran las TI Xavante, los tres municipios que rodean las TI Xavante y la ciudad de Cuiabá, capital del estado de Mato Grosso. De los 19.259 indígenas declarados Xavante, el 91,6% vivía en zonas rurales y el 85,9% hablaba un idioma indígena en el hogar. Los municipios de Campinápolis, Barra do Garças, Nova Nazaré, General Carneiro, juntos sumaron el 75,1% de la población que vive en las zonas rurales. Dentro de las TI Areões, Pimentel Barbosa y Sangradouro Volta Grande, todos se declararon perteneciendo a la etnia indígena y Xavante. En Chão Preto y Marechal Rondon sólo con la pregunta “se considera indígena” se logró la identificación de ellos, porque todos se declararon en otras categorías en la pregunta de color o raza. En conclusión, los resultados muestran que los datos de población indígena Xavante total en el Censo Demográfico del 2010 son comparables con los encontrados en otra fuente, el sistema de información de salud, y presenta gran potencial para el análisis de datos demográficos de otros grupos indígenas específicos, cuando comparado a la información socioantropológica.

Palabras clave: Pueblos indígenas. Demografía. Censos de población. Xavante.

Recebido para publicação em 01/12/2015

Recomendado para publicação em 14/07/2016

Aceito para publicação em 09/10/2016

Demografia e antropologia em contraponto: os Enawene-Nawe e suas derivas matrimoniais

Marcio Silva*

Este artigo tem um duplo objetivo – um de caráter documental e outro de cunho teórico. Por um lado, o trabalho visa fornecer informações que permitem esboçar o perfil demográfico de um povo ameríndio da Amazônia Meridional Brasileira e sobrepor informações antropológicas a esses dados quantitativos que retomam, na clave das ideias e valores nativos, aspectos de alguma maneira implicados neste perfil. A expectativa é que tal sobreposição, como nos contrapontos musicais, traga sentidos que estão ausentes nas séries de dados consideradas isoladamente. Por outro lado, o artigo procura chamar a atenção para o interesse analítico de um fenômeno empírico raramente explorado, embora muitas vezes intuído pela pesquisa etnográfica: as redes de “anéis matrimoniais” tecidas por esses povos. O estudo destas redes traz para o primeiro plano uma região de fronteira interdisciplinar que reclama o aprofundamento do diálogo entre a demografia de sociedades de pequena escala e a antropologia do parentesco, ambas interessadas, cada uma a seu modo, nas formas de reprodução desses coletivos.

Palavras-chaves: Enawene-Nawe. Demografia e antropologia. Parentesco. Anéis matrimoniais.

* Centro de Estudos Ameríndios, Departamento de Antropologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (USP), São Paulo-SP, Brasil (marciofs@usp.br).

Introdução

Em um contraponto, duas ou mais melodias são compostas levando-se em conta a simultaneidade de suas execuções. Cada linha melódica, tocada isoladamente, provoca uma dada impressão no espírito. Mas, propositalmente sobrepostas, elas podem produzir novas e inesperadas impressões. Esta técnica musical pode servir como imagem guia do que se apresenta a seguir: a sobreposição de dois enfoques, teórica e metodologicamente distintos, de um mesmo conjunto de temas relativos a um povo ameríndio da Amazônia Meridional, os Enawene-Nawe (doravante EN). Um desses enfoques, solidário à perspectiva do observador, traz informações demográficas essenciais sobre a população; o outro, solidário à perspectiva do observado, fornece dados etnográficos que retomam, na clave das ideias, práticas e valores nativos, questões focalizadas pelo primeiro. Além da divulgação de dados demográficos e antropológicos que favorecem a caracterização de um caso particular, este artigo chama a atenção para um fenômeno praticamente inexplorado por ambos os enfoques, interessados, cada um a seu modo, nas dinâmicas de reprodução da vida social: a deriva das redes matrimoniais.

Observações preliminares

Os EN, povo indígena de língua aruak, vivem em um território de aproximadamente 750 mil hectares, circunscrito entre as coordenadas 11^o - 13^o Lat. S. e 58^o - 60^o Long. W, na Amazônia Meridional Brasileira. Este território, situado no vale do Rio Juruena, um dos formadores do Rio Tapajós, compreende áreas de floresta tropical, cerrado e de transição (aproximadamente o ponto na Figura 1).

Localizada na parte oeste do Estado de Mato Grosso, a Terra Indígena Enawene Nawe se defronta com o avanço vertiginoso da agroindústria da soja, do garimpo clandestino, da extração ilegal de madeira, da construção de pequenas centrais hidrelétricas, da pecuária extensiva e da pesca esportiva. Em 31 de julho de 2011, a população EN era de 610 indivíduos. Até esta data, em pesquisa realizada pelo autor deste artigo, havia sido registrada a memória de 179 mortos. O emprego intensivo do método genealógico (RIVERS, 1910) permitiu integrar 789 pessoas, entre vivos e falecidos, em uma única rede, com as seguintes características gerais: 391 homens, 398 mulheres, 1.368 relações de filiação e 170 matrimônios monogâmicos, envolvendo 159 homens e 165 mulheres. Esta população é distribuída em nove clãs patrilineares (*yākwā*), sendo que 76 indivíduos, havidos fora do casamento, pertencem ao clã da mãe (isto é, do avô materno). Ao longo da vida, a imensa maioria se casa uma única vez. Apenas um homem se casou três vezes e nove, duas vezes; entre as mulheres, uma se casou três vezes e três, duas vezes.

Na rede em questão, é possível determinar os quatro avós de 546 indivíduos, a avó materna de 662 e a mãe de 722. A rede tem profundidade genealógica máxima (cadeia linear vertical mais longa) de seis gerações, e média de três. Do ponto de vista matrimonial, os

EN constituem um isolado demográfico, no sentido estrito da expressão: reunidos em uma única aldeia, formam um coletivo endogâmico. O sistema de parentesco EN corresponde ao tipo *iroquês* (MURDOCK, 1949; LOUNSBURY, 1964). Este sistema distingue, nas três gerações mediais, parentes consanguíneos colaterais paralelos e cruzados (como, por exemplo, *tio paterno* e *tio materno*, *filho(a) de germano de mesmo sexo* e *filho(a) de germano de sexo oposto*) e, em contrapartida, cobre com um único termo parentes consanguíneos lineares e colaterais paralelos (como, por exemplo, *pai* e *tio paterno*, *filho(a)* e *filho(a) de germano de mesmo sexo*).¹ Esta estrutura conceitual opera associada a um subsistema de tecônimos exclusivamente voltado aos afins, que são referidos como consanguíneos de consanguíneos (*sogra* = “*avô do filho*”, *nora* = “*mãe de neto*”, *cunhado* = “*tio de filho*” e assim por diante).

FIGURA 1
Localização da Terra Indígena Enawene-Nawe na América do Sul

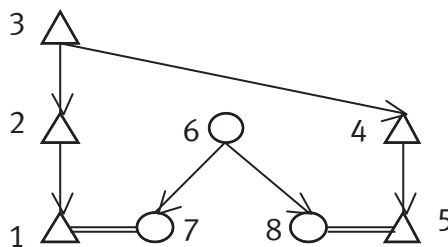


¹ O caso EN corresponde mais precisamente ao que Trautmann e Barnes (1998) denominam de cruzamento *tipo-B*, com *variantes* diferentes segundo o sexo. Ego feminino opera o que os autores definem como *variante 3*, com cruzamento totalmente perdido na geração de Ego (\emptyset), mas mantido nas gerações adjacentes (+1 e -1), para parentes de ambos os sexos. Enquanto isso, Ego masculino opera esta variante apenas para parentes do sexo oposto: primas cruzadas são classificadas da mesma forma que as irmãs e primas paralelas. Entretanto, para os parentes do mesmo sexo, Ego masculino opera a *variante 1*, que mantém o cruzamento nas três gerações mediais (+1, \emptyset e -1).

O regime matrimonial dos EN corresponde ao que a teoria do parentesco (LÉVI-STRAUSS, [1949] 1967; DUMONT, 1971) define como uma *estrutura complexa*, isto é, um regime que não formula regra positiva (prescritiva) de casamento, mas apenas proibições. No caso EN, são proscritas as uniões entre pessoas do mesmo clã e entre consanguíneos genealogicamente próximos de clãs distintos (tios, sobrinhos, primos de primeiro grau, etc.). Por outro lado, os EN definem o intercâmbio matrimonial, entre duas famílias de filhos de ambos os sexos, característico das *estruturas elementares de parentesco*, como a fórmula virtuosa de união matrimonial (SILVA, 2012), para a qual consagram uma expressão na língua nativa (*emamanenasê*).

Apesar de os EN não se casarem com parentes, os cônjuges nunca são totalmente desvinculados uns dos outros. Consequentemente, cada novo casamento produz novos circuitos de relacionalidade na rede de parentesco, aqui denominados *anéis matrimoniais* (HOUSEMAN; WHITE, 1996; WHITE, 2004; HAMBERGER et al., 2004). Estes circuitos são formados por cadeias de relações de dois tipos: (A) finidade (casamento) e (C) onsanguinidade (filiação). Assim, um anel A1C1 é um ciclo composto por um casamento e uma cadeia de filiação; um A3C3 é formado por três casamentos e três cadeias de filiação, e assim por diante (DAL POZ; SILVA, 2010). Um anel matrimonial é definido como um circuito da rede genealógica, iniciado por um dado indivíduo e fechado por seu cônjuge (RICHARD, 1993), conforme apresentado na Figura 2, em que homens são representados por triângulos, mulheres por círculos, relações de filiação por flechas e relações de casamento por linhas duplas horizontais. Observa-se que o homem (1) está casado com a mulher (7). Este homem (1), por sua vez, é filho do homem (2), que é filho do homem (3), que tem outro filho (4), que tem um filho (5), que é casado com a mulher (8), que é filha da mulher (6), que tem outra filha (7), que é cônjuge do homem (1).

FIGURA 2
Um anel matrimonial



Fonte: Baseado em Richard (1993).

O circuito representado na Figura 2 é um anel do tipo A2C2, uma vez que contém dois casamentos (1=7 e 8=5) e duas cadeias de filiação (1-2-3-4-5 e 7-6-8). Neste circuito, nota-se que o homem (1) não está casado *com* parente, pois, entre (1) e (7), não há um ancestral comum. Mas ele está casado *como* um parente, no caso, *como* o seu primo (5),

já que suas esposas (7) e (8) são irmãs, filhas de (6). O censo matrimonial da rede EN, efetuado com o emprego do aplicativo *MaqPar*,² identificou 16 anéis A1C1, dois A2C1, 2.539 A2C2, zero A3C2 e 144.387 A3C3, perfazendo um total de 147.136 anéis, contendo de um a três casamentos e de uma a três cadeias consanguíneas.

O número de anéis matrimoniais de diferentes tipos de uma rede empírica tem valor indicativo e não absoluto.³ Trata-se, por ora, de um recurso “impressionista” e não “diagnóstico” de seu grau de densidade ou rarefação. Da relação entre o número de anéis e os números gerais de uma população (Tabela 1), é possível entrever o grau de imbricação de seus nexos sociais primários. Por estarem diretamente implicados na evolução das redes de parentesco, inaugurando ou reiterando vínculos de aliança entre os indivíduos, os anéis matrimoniais constituem um tema de interesse indiscutível tanto para a demografia de sociedades de pequena escala quanto para a antropologia do parentesco. O que vem a seguir corresponde a um passo exploratório nesta direção que, por limitações de espaço, deverá se restringir ao exame, na rede EN, dos anéis A2C2 e do subconjunto de anéis A3C3, em que cada cadeia C está constituída por indivíduos de um mesmo clã. A varredura computacional encontrou 370 anéis deste tipo.

Breve caracterização da população EN

A fonte de informação mais antiga sobre os EN data de 1909, produzida durante a construção da primeira linha telegráfica que integrou núcleos urbanos da Amazônia brasileira ao resto do país. Naquela ocasião, os índios Paresi, vizinhos ao sul dos EN, contaram a Rondon que tinham conhecimento de duas comunidades de “*parentes*”, localizadas à margem esquerda do Rio Juruena (RONDON, 1945).⁴ A segunda fonte sobre os EN teria que esperar mais de meio século para vir à luz. Em 1962, os índios Rikbaktsa, vizinhos a leste, contaram ao padre Tomás Lisboa, membro da missão jesuíta instalada na região, que havia um povo indígena completamente isolado, “*de índole pacífica*”, que “*trancava os córregos*”, nas imediações dos afluentes do Rio Juruena (LISBOA, 1985). Em 1968, dois sertanistas da Fundação Nacional do Índio observaram, durante um sobrevoo da região,

² O aplicativo *MaqPar* foi programado para encontrar anéis matrimoniais em coletivos de pequena escala (DAL POZ; SILVA, 2009, 2010). Os interessados em testá-lo poderão encontrá-lo em linha, no endereço <<http://maqpar.zip.net>> “outros sites”, com uso da senha de visitação “maqpar”. A versão 2.7 foi elaborada na plataforma Microsoft Access ©. Neste mesmo endereço, encontra-se também um manual de instruções. Para a varredura de redes de grande complexidade, recomenda-se enfaticamente o emprego da nova versão da *MaqPar* (FERREIRA; FRANCO; SILVA, 2014), elaborada em *software* livre, em linha no endereço <<http://www.ime.usp.br/~alvaro/maqpar/>>.

³ Teoricamente, o número de anéis em populações que, do ponto de vista demográfico, são praticamente idênticas pode variar muito. Um coletivo ameríndio com perfil populacional semelhante ao dos EN, cuja cultura prescrevia casamentos com parentes próximos (de primos ou de tio com sobrinha, por exemplo) ou matrimônios poligâmicos certamente apresentaria anéis matrimoniais em número bem maior. Inversamente, em um condomínio urbano de classe média alta, com o mesmo número de pessoas, o número de anéis tenderia a zero.

⁴ Os dados populacionais anteriores a 1988 baseiam-se nas seguintes fontes: Rondon (1945); Lisboa (1985, p. 18); *Correio do Povo* (04/02, 05/02 e 11/02 de 1972); *O Estado de S. Paulo* (14/08 de 1974); Missão Anchieta (09/01/1978); Funai/DID/DGPI (27/11/1981); Cedi (1990, p. 452).

dois aldeamentos contíguos como “*rodas de bicicleta*”. São essas as únicas informações disponíveis sobre este povo, no período anterior ao contato.

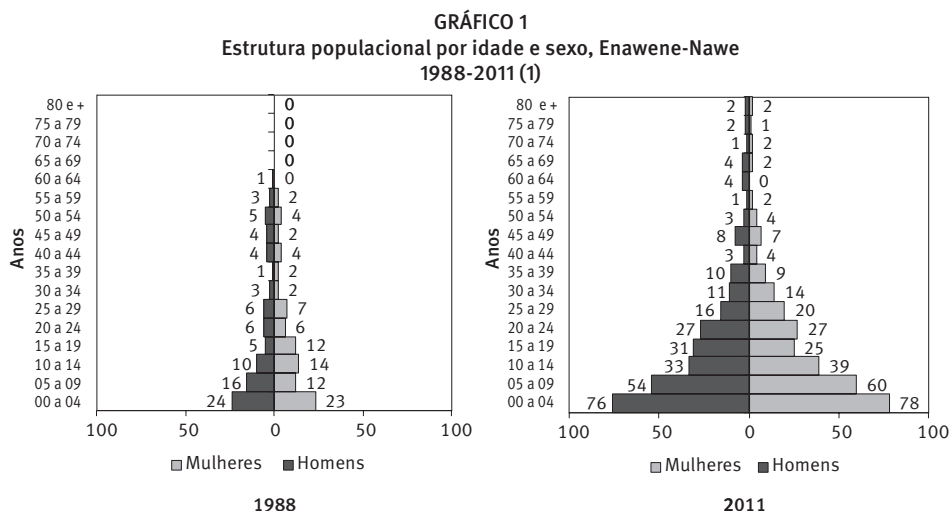
Finalmente, em 28 de julho de 1974, uma expedição organizada pelos jesuítas fez uma primeira visita aos EN, ocasião em que se estimou um contingente total de cerca de 100 indivíduos. Após uma série de expedições de curta duração, realizadas nos quatro anos subsequentes, o irmão Vicente Cañas, que havia participado da primeira visita, passou a viver com os EN, produzindo um minucioso diário de campo (doravante, DVC), até hoje inédito, com preciosas informações demográficas e antropológicas, atualizadas até às vésperas de seu trágico desaparecimento, em abril de 1987 (CAÑAS, 1978-1987). A partir de 1988, a Operação Amazônia Nativa (Opan), organização não governamental até então parceira da missão jesuíta, passou a responder por serviços de atenção à saúde e proteção do território e incluiu, em suas atividades, a organização de um sistema de registros populacionais de fluxo contínuo que, de 1993 a 2011, passou a contar com a colaboração regular do autor deste artigo. O banco de dados permaneceu atualizado até meados de 2011, quando a Opan encerrou suas atividades entre os EN (SILVA; SÁ, 2013). Boa parte dos dados demográficos aqui apresentados foram extraídos deste banco. Outros foram registrados em diários de campo.

A primeira contagem da população, dividida por sexo e faixas etárias de cinco em cinco anos, ocorreu em dezembro de 1977, indicando um contingente de 123 pessoas. Uma segunda, efetuada em outubro de 1978, com informações sobre a distribuição das famílias nas oito casas até então existentes, mostrou uma população de 126 pessoas. Uma terceira, realizada em novembro de 1981, com registro de nomes, idades, sexo, residência e grupos familiares, apontou um total de 131 pessoas. Em um levantamento subsequente, feito em janeiro de 1984, a população aumentou para 148. Outro, em março de 1985, relacionou 164 pessoas. Finalmente, em 1º de janeiro de 1988, a Opan registrou uma população de 178 indivíduos.

Os mais idosos em 1993 diziam que, no tempo em que seus pais eram crianças (no início do século XX), a população era bem mais numerosa do que aquela encontrada pelos jesuítas. Eles mencionavam também que alguns eventos, a partir de então, foram responsáveis pela drástica diminuição do contingente, como, por exemplo, o uso de roupas de seringueiros, que frequentaram a região até a década de 1940, com consequências deletérias. Além disso, citavam ataques periódicos dos índios Cinta-Larga, seus vizinhos ao norte, com execuções e raptos de mulheres, obrigando-os a sucessivos deslocamentos (também registrados no DVC em 04/12/1982). O cruzamento das idades estimadas das pessoas nascidas em meados do século XX com seus locais de nascimento permite entrever a frequência de tais transtornos. Em um intervalo de aproximadamente 20 anos (de 1940 a 1960), há menção de construção de 11 aldeias diferentes, o que foge inteiramente aos padrões verificados antes e depois deste período. Além disso, alguns anos antes da primeira visita dos jesuítas, sete óbitos, em datas muito próximas, foram atribuídos à feitiçaria (*ihōlairi*) e outros tantos, a atos de retaliação das famílias vítimas do suposto feiticeiro.

Esses eventos, em poucas semanas, produziram uma redução de aproximadamente 10% da população.

Pelo exposto, não resta dúvida de que, a partir de 1974, o contingente entrou em uma fase de notável recomposição. As duas pirâmides do Gráfico 1 correspondem a retratos da população, separados por apenas 23 anos: entre 1988 e 2011, a população passou de 178 para 582 pessoas.



Fonte: Banco de Dados Enawene-Nawe da Operação Amazônia Nativa (Opan).

(1) Em 1º de janeiro.

A Tabela 1 traz a evolução da população EN em um intervalo de 20 anos. Examinemos mais de perto a evolução deste contingente, cujo tamanho varia apenas pela ocorrência de nascimentos e mortes. Em uma população fechada, que até a década de 1960 parecia virtualmente condenada ao desaparecimento, os dados não deixam dúvidas quanto à ocorrência de um expressivo processo de recuperação. Ao se agregarem os dados em dois intervalos sucessivos de dez anos (1991-2000 e 2001-2010), observa-se que o número de nascidos vivos praticamente dobrou (de 155 para 295), o número de óbitos gerais diminuiu significativamente (de 46 para 33) e, de modo mais discreto, o mesmo aconteceu com o número de óbitos infantis (de 23 para 20).

Embora as condições sanitárias com as quais este povo se defronta ainda estejam longe de padrões ideais, a organização, em 2000, de uma infraestrutura permanente de atenção à saúde⁵ contribuiu para a alteração da tendência na curva de mortalidade geral. Já os números referentes à mortalidade infantil, embora apontem uma discreta tendência de queda, são ainda preocupantes.

⁵ O Polo Base de Brasnorte, administrado pela Opan, do Distrito Sanitário Especial Indígena de Cuiabá da Fundação Nacional de Saúde.

TABELA 1
Dados populacionais dos Enawene-Nawe
1991-2011

Anos	Popu- lação (1)	Nas- cidos vivos	Óbitos gerais	Óbitos infantis	População 0 -14 anos (1)	População > 15 anos (1)	Homens (1)	Mulheres (1)	Mulheres 15-49 anos (1)	Casais (1)	Novos Casais (2)
1991	211	10	5	5	120	91	103	108	39	39	2
1992	216	15	4	2	120	96	107	109	43	41	0
1993	227	17	6	2	127	100	114	113	45	40	2
1994	238	13	5	4	139	99	115	123	45	39	4
1995	246	17	6	0	144	102	119	127	47	42	1
1996	257	13	2	2	148	109	125	132	49	41	4
1997	268	22	2	0	151	117	133	135	51	45	2
1998	288	14	4	2	169	119	142	146	51	47	4
1999	298	11	9	5	166	132	144	154	58	50	2
2000	300	23	3	1	163	137	148	152	59	50	4
2001	320	17	3	0	182	138	157	163	61	54	4
2002	334	32	0	2	191	143	164	170	65	58	4
2003	366	23	3	1	209	157	180	186	69	62	3
2004	386	19	2	2	221	165	190	196	72	63	4
2005	403	34	2	1	231	172	196	207	77	67	6
2006	435	24	4	2	246	189	211	224	86	72	4
2007	455	33	4	3	261	194	223	232	87	76	5
2008	484	41	7	5	277	207	233	251	91	81	5
2009	518	31	4	2	300	218	252	266	97	86	7
2010	545	41	4	2	319	226	267	278	100	92	7
2011	582				340	242	282	300	106	98	17
Período											
1991-2000		155	46	23							
2001-2010		295	33	20							

Fonte: Banco de Dados Enawene-Nawe da Operação Amazônia Nativa (Opan) / Diários de campo.

(1) Em 1º de janeiro.

(2) Até 31 de julho.

Além dos nascimentos em alta, observa-se a nítida manutenção dos padrões de fecundidade ao longo das duas últimas décadas. O contingente dobrou nos últimos 13 anos. Além disso, se a distribuição da população por sexo apresentava certo desequilíbrio em 1977, quando foram computados 56 homens e 67 mulheres (DVC, 1997), a evolução dos números sugere uma discreta reversão desta tendência.

Mas o processo de recuperação demográfica cobrou seu preço, que pode ser estimado por meio da evolução da razão de dependência no período em questão. No caso da população EN, incluem-se no segmento dependente apenas os menores de 15 anos, já que o pequeno contingente de idosos continua desempenhando as mesmas atividades produtivas nas quais os adultos mais jovens estão envolvidos. Além disso, com a idade, os idosos passam a acumular obrigações religiosas diretamente implicadas na produção (SILVA, 1998, 2012; e especialmente SANTOS, 2006.).

O aumento do peso relativo do contingente de crianças em relação ao de adultos nas duas últimas décadas não deixa dúvidas de que a população EN passa por uma transição, com características análogas às que apontam Pagliaro (2002), para o caso Kayabi do Xingu, e Flowers (1994), para os Xavante de Pimentel Barbosa, com altas taxas de natalidade e acentuada queda da mortalidade,⁶ graças, entre outros motivos, às garantias territoriais, ao acesso aos serviços de saúde e ao fim de um período de deslocamentos constantes. Se, no caso EN, por um lado, a recuperação demográfica é, sem dúvida alguma, uma boa notícia, por outro, a elevação do peso relativo da população dependente tem trazido desafios econômicos formidáveis.

A Tabela 2 traz a evolução dos indicadores demográficos no período em questão, apontando nítido declínio da mortalidade, estabilidade dos padrões de fecundidade, modificações profundas na estrutura etária e, conseqüentemente, na razão de dependência, de uma população que cresce a uma taxa de mais de 5% ao ano nas últimas duas décadas.

TABELA 2
Evolução dos indicadores demográficos dos Enawene-Nawe
1991-2010

Anos	Taxa bruta de natalidade (1)	Taxa bruta de mortalidade (2)	Taxa de mortalidade de infantil (3)	Taxa de fecundidade geral (4)	Taxa bruta de crescimento (% a.a.)	Razão de sexo (5)	Razão de dependência (6)	Razão de mulheres férteis (7)
1991	4,7	2,3	50,0	24,4	2,4	97	128	56,5
1992	6,8	1,8	13,3	34,1	5,1	100	126	65,2
1993	7,3	2,6	11,8	37,8	4,8	97	134	66,2
1994	5,4	2,1	30,8	28,3	3,4	94	141	57,7
1995	6,8	2,4	0,0	35,4	4,5	94	138	58,8
1996	5,0	0,8	15,4	26,0	4,3	97	132	59,0
1997	7,9	0,7	0,0	43,1	7,5	98	136	60,7
1998	4,8	1,4	14,3	25,7	3,5	95	133	53,7
1999	3,7	3,0	45,5	18,8	0,7	95	122	60,4
2000	7,4	1,0	4,3	38,3	6,7	97	125	63,4
2001	5,2	0,9	0,0	27,0	4,4	96	133	59,8
2002	9,1	0,0	6,3	47,8	9,6	97	133	61,9
2003	6,1	0,8	4,3	32,6	5,5	97	134	59,0
2004	4,8	0,5	10,5	25,5	4,4	96	134	58,1
2005	8,1	0,5	2,9	41,7	7,9	94	132	59,2
2006	5,4	0,9	8,3	27,7	4,6	95	132	62,3
2007	7,0	0,9	9,1	37,1	6,4	94	134	60,0
2008	8,2	1,4	12,2	43,6	7,0	94	136	56,9
2009	5,8	0,8	6,5	31,5	5,2	95	139	57,4
2010	7,3	0,7	4,9	39,8	6,8	95	141	56,2

(Continua)

⁶ Para um exame em detalhe da mortalidade e morbidade na população EN em período recente, ver Weiss (1998, p. 72-94).

(Continuação)

Anos	Taxa bruta de natalidade (1)	Taxa bruta de mortalidade (2)	Taxa de mortalidade de infantil (3)	Taxa de fecundidade geral (4)	Taxa bruta de crescimento (% a.a.)	Razão de sexo (5)	Razão de dependência (6)	Razão de mulheres férteis (7)
Período								
1991-2000	6,0	1,8	18,5	31,2	4,3	96,3	131,6	60,2
2001-2010	6,7	0,7	6,5	35,4	6,2	95,4	134,8	59,1
Período								
1991-2010	6,3	1,3	12,5	33,3	5,2	95,9	133,2	59,6

Fonte: Banco de Dados Enawene-Nawe da Operação Amazônia Nativa (Opan)/ Diários de campo.

(1) Nascidos vivos por mil habitantes.

(2) Óbitos por mil habitantes.

(3) Óbitos de crianças menores de um ano por mil nascidos vivos.

(4) Número de nascidos vivos na população feminina em idade fértil.

(5) Número de homens para cada grupo de 100 mulheres.

(6) Razão entre o contingente de menores de 15 anos em relação ao de adultos.

(7) Número de mulheres em idade fértil para cada grupo de 100 mulheres.

Encerra-se esta seção com um comentário nativo sobre o significado de alguns dos valores expressos na Tabela 2 decorrente de uma conversa com um enawene sobre o vertiginoso crescimento da população em anos recentes. Em dado momento, este autor ponderou que, no início do século XX, quando os EN eram numerosos, os velhos diziam que a população estava distribuída em duas aldeias. Lembrando que o saudoso Irmão Vicente havia contado 126 pessoas (CAÑAS, 1978-1987) quando foi viver com eles no fim da década de 1970, mas que agora a população EN era quatro vezes maior, indagou se não seria a hora de os EN voltarem a ter duas aldeias, que explorassem nichos distintos do território, onde teriam muito mais chances de obtenção de recursos naturais? Diante de materialismo tão crasso, o EN ponderou com a paciência de sempre: “Não! Hoje têm menos cantores (*sotakatate*).

Cantores são os maestros que dão o tom, a melodia, o ritmo e as letras das canções que, junto com as iguarias, estão no centro do palco cerimonial. São, por excelência, gestores de políticas cósmicas destinadas a aplacar a fúria dos deuses subterrâneos (SILVA, 1998; SANTOS, 2006). Se os EN pararem de cantar e alimentar periodicamente seus deuses – dizem os versos de uma trágica canção –, a dor, o sofrimento, a doença e a morte acabarão com eles. O EN, à moda dos demógrafos, chamava a atenção para o peso da população que precisava comer sobre a população que sabia cantar. Esta era a razão de dependência que o preocupava. Naquela ocasião, restavam apenas cinco cantores vivos, todos idosos, além de um jovem cantor aprendiz. No tempo do Irmão Vicente, existiam sete virtuosos.

Identidade e diferença

Temas como nascimento e morte, diferença sexual e etária, evolução histórica da população, etc., em torno dos quais gravitam as estatísticas demográficas, serão agora

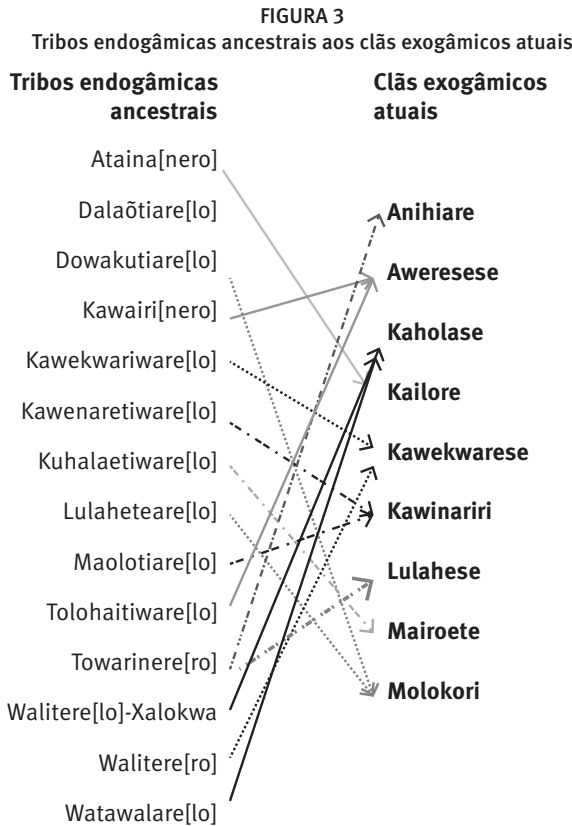
retomados na clave nativa. A expectativa é de que a sobreposição dessas séries de dados produza sentidos nelas ausentes se tomadas isoladamente.

Sobre o passado remoto da população, os EN contam duas histórias, à primeira vista, descontraídas (SILVA, 1998, 2012), já que uma delas postula uma origem única da população e outra a define como um amálgama de povos distintos. Como será possível observar, a contradição é apenas aparente: enquanto a narrativa “monogenista” adquire ressonância diante do caráter endogâmico da população, a narrativa “poligenista” põe em relevo as diferenças no interior do coletivo, produzidas pela divisão da população em clãs. Examinemos muito resumidamente essas duas histórias.

Os EN dizem que são descendentes de um único casal sobrevivente de uma enchente dantesca, provocada por um dilúvio em tempos imemoriais, que praticamente extinguiu a população antiga. Apenas um par de jovens virgens teria escapado da morte por afogamento, refugiando-se no topo de um morro. Com a volta das águas aos níveis normais, esse casal teve muitos filhos, que são os ancestrais da população atual. Mas os EN contam também outra história, em que seus ancestrais viviam no oco de uma pedra, de onde escaparam por uma fenda estreita. A fim de organizar a saída da população em direção ao mundo exterior, formou-se uma fila, que fluía muito bem até que a tentativa de passagem de um homem gordo obstruiu completamente a fenda. Os que estavam atrás deste homem permanecem até hoje na “idade da pedra”. Os atuais EN são descendentes daqueles ancestrais que, por sorte, estavam à sua frente.

Já naquele tempo, os que vieram para fora eram distribuídos em coletivos endogâmicos (“tribos”) que se apresentavam como culturas incompletas ou defeituosas. Uma delas, por exemplo, só sabia produzir utensílios em palha, outra só comia carne vermelha, outra praticava casamentos com a sobrinha, outra só bebia água *in natura*, e assim por diante. Posteriormente, essas tribos foram quase totalmente extintas por catástrofes como ataques de onças, monstros aquáticos, flechas invisíveis e tribos inimigas, assim como incêndios, inundações, etc. Os poucos sobreviventes de cada tribo, guiados por seus deuses, procuraram refúgio justamente na aldeia daqueles que só produziam coisas de palha e, portanto, sabiam fazer casas. A reunião de pessoas com costumes tão bizarros provocou um constrangimento geral. Ficaram, por fim, evidentes os maus costumes que cada tribo ostentava. Envergonhados, eles aprenderam, uns com os outros, as boas práticas culturais, que passaram a vigorar desde então. As tribos passaram a compor os clãs (*yākwa*), que, por definição, dependem uns dos outros para se reproduzir. Em suma, os EN se concebem como um consórcio de culturas diferentes, cuja resultante produziu uma combinação de bom gosto. A criação dos clãs, contudo, não transformou as antigas tribos em instituições obsoletas, destituídas de qualquer rendimento sociológico. Se hoje cabe ao sistema clânico presidir a troca matrimonial e a vida ritual, as tribos e seus incontáveis personagens são fontes dos nomes próprios pessoais que toda criança recebe ao nascer. Além disso, correspondem a noções (contemporâneas) implicadas na organização cognitiva do passado.

A Figura 3 traz o nome das principais tribos que deram origem aos clãs atuais. Observe-se que o número de tribos é maior do que o de clãs. Algumas delas desapareceram com as catástrofes ou não aceitaram os termos do novo “contrato social”. Alguns clãs são formados por mais de uma tribo e, pelo menos duas delas, *Towarinere* e *Walitere*, se distribuíram em mais de um clã.



Fonte: Baseado em SILVA (1998, 2012).

As fases da vida e a construção dos gêneros

Um pequeno manual (SÁ, 1996) elaborado sob a orientação do autor deste artigo, empregado como ferramenta de comunicação nas atividades de atenção à saúde, trouxe à luz uma classificação nativa das idades, baseada em sinais físicos e eventos sociais, inextricavelmente imbricados. Esta classificação define a pessoa nas diferentes fases da vida. Os EN basicamente dividem a população em duas macrocategorias etárias: a de “crianças” (*diñoa*) e a de “adultos” (*enaha[re~lo]*), literalmente, “aquele[s] que sabem, que têm conhecimento”, definindo a puberdade como fronteira entre elas. Grosso modo, essas macrocategorias coincidem com as faixas etárias (0 a 14 anos) / (15 anos ou mais), definidas na Tabela 1.

Temos aí um dos raros momentos do contraponto em que as duas séries melódicas tocam em uníssono, embora com instrumentos de timbres muito diferentes. O ingresso na idade adulta não é determinado pelo número de anos vividos, mas sim favorecido por ritos de passagem à maturidade. Cada uma das macrocategorias etárias é, por seu turno, segmentada em faixas elaboradamente definidas. O período da infância distingue nove fases sucessivas, do período intrauterino à puberdade; e da vida adulta, cinco, a partir da iniciação.

QUADRO 1
Classificação nativa das idades na população Enawene-Nawe

Fases	Faixas etárias aproximadas
Fases infantis	
Tirawa[he~lo]	Período intrauterino
Wesekoitako[re~lo]	Até 2 meses (recém-nascido)
Enawehorai[re~lo]	De 2 a 6 meses (sempre no colo da mãe)
Anolokwa[re~lo]	De 7 a 9 meses (começa a engatinhar)
Atetwa[re~lo]	De 10 a 12 meses (começa a ficar de pé)
Atunaha[re~lo]se	De 1 a 3 anos (começa a andar)
Dinoa[re~lo]se	De 3 a 6 anos (começa a adquirir alguma autonomia)
Enawa[re~lo]tесе	De 7 a 11 anos (acompanha os pais nas atividades produtivas)
Awita[re~lo]se	De 12 a 13 ou 14 anos (chega à puberdade)
Fases adultas	
Awita[re~lo]ti	Da puberdade até nascimento do 1º filho
Enetonasa[re~lo]	Após nascimento do 1º filho
Kulakarinasá[re~lo]	Após 25 anos aproximadamente
Kulakala[re~lo]	Após 40 anos aproximadamente, quando começa a ter netos
lhita[re~lo]ti	Idoso

Fonte: Adaptado de SÁ (1996).

Nota: [re~lo] são afixos de gênero, respectivamente ["masculino" ~ "feminino"].

De acordo com os Enawene-Nawe, uma nova pessoa se forma no calor do útero materno, com o acúmulo de relações sexuais. Durante o período intrauterino, o feto (*tirawa[he~lo]*) desenvolve, em primeiro lugar, o tronco, os membros superiores e a alma celeste (*hese-konase*), que ao longo da vida se manifestará nos batimentos cardíacos, na orientação cognitiva e no discurso (SANTOS, 2006; SILVA, 2012). Posteriormente, desenvolve os membros inferiores e, com eles, outra alma (*wayakoa[re~lo]*), que se exprime pela pulsação arterial percebida nos tornozelos e nos joelhos. As duas almas têm destinos *post-mortem* opostos. A primeira sobe ao céu, enquanto a segunda vai para o mundo das profundezas. Por último, forma-se a cabeça do bebê.

A partir do nascimento, a passagem por cada uma das idades infantis é marcada por dietas apropriadas, cuidados maternos e paternos, uso de adornos corporais e processos de socialização que, pouco a pouco, integram as crianças nas atividades (econômicas, lúdicas, religiosas, etc.) dos adultos. A passagem da última fase da infância (*awita[re~lo]se*) à primeira fase da vida adulta (*awita[re~lo]ti*) reclama um exame mais minucioso, não só pela importância que os EN a ela atribuem, mas também pelas lições que dela podemos extrair.

Tal passagem é inscrita nos corpos das meninas e dos meninos, por adornos evocativos da potência reprodutiva, de imenso valor na economia simbólica desta cultura, que são conferidos segundo rigorosos protocolos cerimoniais. Estes adornos são a “gravata” pe-niana (*olokori*) e as tatuagens no ventre e nos seios (*hihōtati*), que sinalizam plasticamente a diferença sexual. Não cabe aqui uma descrição detalhada desses ritos, mas apenas um breve esboço de seus contornos gerais.⁷

Na puberdade, os meninos devem esperar o crescimento dos pelos pubianos para iniciar a vida sexual. Esta transformação do corpo é condição necessária, mas não suficiente, para o exercício da sexualidade: os jovens precisam, além disso, ser portadores de uma “gravata” no pênis. Este adorno consiste em uma tira de palha de buriti, de cerca de 30 a 40 centímetros de comprimento por um centímetro e meio de largura, que é amarrada no prepúcio por um laço que lembra um nó de gravata, com o pênis embutido na região pélvica. Durante a madrugada que antecede à colocação do adorno, pai e mãe realizam os últimos preparativos para a cerimônia de acesso à vida adulta de seu filho. Assim que clareia o dia, seus cunhados (atuais ou virtuais) vão buscá-lo em sua residência e o conduzem à casa dos clãs (*haiti*), construção localizada na área pública da aldeia, onde são guardadas as flautas sagradas. Após a aquisição do adorno, o menino torna-se instantaneamente um adulto, recebendo de seus cunhados novos enfeites corporais, arcos e flechas. Dois ou três cunhados levam o menino de volta ao lar de seus pais, que os aguardam deitados em suas redes. Assim que recebem o filho de volta, é hora de presentear seus iniciadores por suas diligências. Com isso, o jovem conquista permissão para o sexo e o casamento. Em resumo, se os parentes consanguíneos são responsáveis pelo desenvolvimento dos meninos, da concepção à puberdade, são os parentes por afinidade que respondem pela produção dos adultos. Começa aí uma nova etapa na vida deste jovem, notadamente marcada por responsabilidades nas atividades econômicas e pela participação obrigatória na vida ritual.

A passagem de menina a mulher é igualmente ritualizada. Após a primeira menstruação, uma jovem é considerada apta à vida adulta, mas seu corpo não está pronto. Os sinais da eminência desta passagem são o crescimento dos seios e o escurecimento dos mamilos. Tais sinais prenunciam, como os pelos pubianos dos meninos, as demais transformações. Durante sua primeira regra, a menina permanece na rede até que seu pai construa, em sua residência, uma repartição contígua à sua, onde ela permanecerá reclusa até o ciclo seguinte. Terminado o fluxo menstrual, uma tatuadora (*sosokaitalo*), preferencialmente uma parente da mãe (irmã, mãe ou tia), desenha um conjunto de pequenas linhas verticais em torno dos mamilos e do umbigo, com um objeto cortante e tinta de jenipapo. Uma vez tatuada, seus cabelos são cortados e os adornos substituídos por peças novas. Em seguida, um rezador (*howanawitare*) benze a jovem, sua casa, as demais casas da aldeia, assim como seus locais de banho e higiene, a casa dos clãs e até mesmo algumas árvores

⁷ Os interessados encontrarão uma descrição mais cuidadosa em Silva (2001, 2012).

próximas. Ao contrário do adorno peniano, as tatuagens não são pagas, já que sua aquisição não envolve o serviço de afins.

As gravatas penianas e as tatuagens não são meros enfeites que os jovens passam a ostentar, mas definitivamente se tornam partes de seus corpos. Ao morrer, na viagem ao céu (*eno*), as almas celestes dos EN devem transpor rios caudalosos, guardados por aranhas gigantes. Estes rios são atravessados por pontes que são, na verdade, grandes cobras *sucuris*. Os arco-íris, fenômenos meteorológicos que os EN abominam contemplar, correspondem ao modo como nós, os vivos, podemos ver essas pontes no céu. Apenas os homens com gravata e mulheres passam de uma margem para outra em segurança. As almas dos demais são sumariamente devoradas pelas aranhas gigantes quando tentam fazê-lo.

Os ritos de passagem à vida adulta não deixam dúvidas de que, em ambos os casos, as idades nunca dizem respeito unicamente aos indivíduos que por elas passam. Ao contrário, a fabricação de adultos é matéria que concerne fundamentalmente aos outros. Outros semelhantes (consangüíneos), no caso das mulheres, outros diferentes (afins), no caso dos homens. A aquisição do adorno e das tatuagens marca o início de uma nova fase da vida, sexualmente intensa, com várias parcerias não apenas em sua faixa etária, mas também envolvendo pessoas mais velhas. Com o tempo, homens e mulheres tendem a estabilizar a parceria com o futuro cômjuge. O casamento, contudo, não depende só de tais adornos, mas também da combinação prévia entre os pais dos noivos, efetuada idealmente quando ainda são muito pequenos. Boa parte dessas combinações, dizem os EN, chega a bom termo. Não rara, porém, é a eventual reorientação desses acertos.

Os únicos dois episódios de separação registrados pelo autor deste artigo, no período de 1993 a 2011, envolveram jovens sem filhos. Segundo os EN, o nascimento do primeiro filho é o que põe fim ao longo período de noivado e produz uma relação permanente entre as famílias. Nesse sentido, podemos dizer que são os filhos que literalmente casam os pais. O período de noivado pode ser assim resumido: uma vez portador do adorno peniano, um rapaz planta uma pequena roça de mandioca, de cerca de meio hectare, ao lado da roça de seu pai. Um dia, sua futura sogra vai à sua casa e lhe oferece uma bebida à base de mandioca (*olôiti*), mascada por sua filha. A aceitação desta bebida é sinal do engajamento. Em seguida, o rapaz providencia lenha em sua roça. Como carregar lenha não é tarefa masculina, a mãe do jovem se encarrega de fazê-la chegar a seu destino e exclama “Aí está a lenha!” (*Taka maxatĩ!*), quando entra na casa da nora. A partir de então, a jovem e sua mãe passam a colher na roça do noivo. Enquanto isso, algumas vezes, o noivo leva, ele próprio, peixe moqueado para sua noiva e seus futuros sogros, e passa a chamá-los de “avós de filho”, embora criança alguma tenha nascido. Reciprocamente, os futuros sogros passam a chamá-lo de “pai de neto”. Essas formas, como os riscos de um bordado, antecipam a direção da tessitura da rede matrimonial e o “pagamento de peixe”, que é um conjunto de prestações que um genro deve honrar, a fim de assegurar a incorporação da criança a seu clã (SILVA, 2008).

Um dia, o pai da noiva dirige-se à casa de seu futuro genro e diz ao pai do rapaz: “Vim buscar seu filho!” (*Hetaî nowa!*). Desata e leva sua rede para sua casa, amarrando-a no compartimento vizinho ao seu, onde já está a rede da filha. A coabitação ocorre na primeira fase da idade adulta (*Awitare[lo]ti*). Promovidos à segunda fase (*Enetonasa[re~lo]*), quando o primeiro filho nasce, não se separam mais.

De 1º de janeiro de 1990 a 31 de julho de 2011, ocorreram 91 matrimônios, dos quais quatro envolveram indivíduos viúvos. No universo dos 87 matrimônios restantes, todos contraídos por jovens, a diferença etária entre os cônjuges é de menos de dois anos em 40% dos casos. Os homens são de dois a três anos mais velhos do que as mulheres em 33% dos casos, e de quatro a sete anos em 18%. As mulheres são de dois a três anos mais velhas do que os homens em 7% e de quatro anos em 1% dos casos.

A iniciação à fase adulta dos filhos de mulheres solteiras tende a atrasar. Não é, portanto, infrequente que, por ocasião da transição entre a infância e a maturidade, o timbre nativo não coincida com o dos registros de nascimento. O mais velho estará na última fase da infância (*Awitaresse*), enquanto o mais novo, na primeira fase da vida adulta (*Awetariti*).

Nenhum rapaz passa a morar com sua esposa antes dos 14 anos. É a partir dos 16 anos que a prática se torna intensa. A maioria se casa até os 18 anos e, sem exceção, todos estão casados aos 24 anos. Já no universo feminino, a idade mínima de coabitação das jovens é de 13 anos, desde a década de 1980. No último biênio, entretanto, a idade mínima baixou para 11 anos. A Tabela 3 apresenta a população casada, segundo sexo e faixa de idade ao casar.

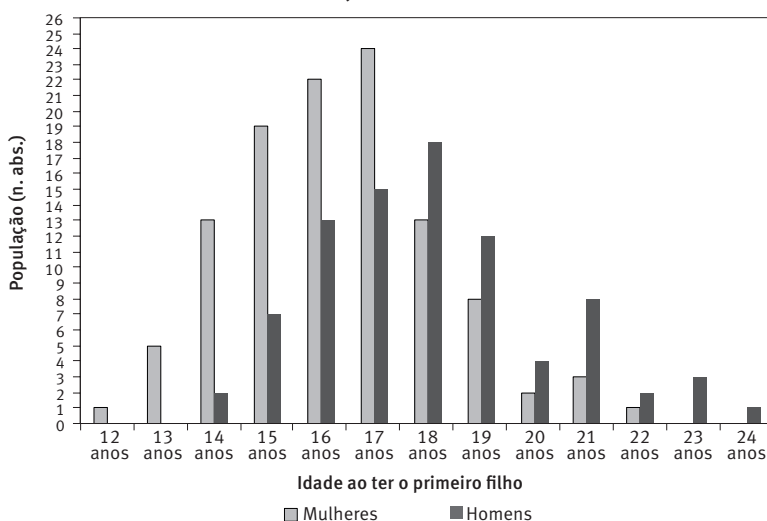
TABELA 3
População Enawene-Nawe, por idade ao casar, segundo sexo
1º de janeiro de 2011

Sexo	Idade ao casar		
	10 a 14 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos
População masculina total	33	31	27
Homens casados	1	25	25
População feminina total	39	25	27
Mulheres casadas	15	16	27

Fonte: Banco de Dados da Operação Amazônia Nativa (Opan).

Das 37 mulheres casadas, com idade de 17 a 24 anos, em 1º de janeiro de 2011, 12 já eram mães de filhos não necessariamente de seus atuais maridos. Em um universo de 111 mulheres, nascidas entre 1955 e 1997, 59% tornaram-se mãe pela primeira vez com idade entre 15 e 17 anos, 17% com menos de 15 anos e 24% com idade superior a 17 anos. Já no universo de 85 homens, nascidos entre 1955 e 1994, a maioria (53%) foi pai pela primeira vez com idade entre 17 e 19 anos, 26% com menos de 17 anos e 21% com idade superior a 19 anos. O Gráfico 2 detalha este quadro por idade simples: o eixo vertical corresponde ao número absoluto de indivíduos e o eixo vertical, à idade em que foi pai ou mãe pela primeira vez.

GRÁFICO 2
População Enawene-Nawe, por sexo (1), segundo idade por ocasião do nascimento do primeiro filho
1º de janeiro de 2011



Fonte: Banco de Dados da Operação Amazônia Nativa (Opan).

(1) Mulheres nascidas entre 1955 e 1997 e homens nascidos entre 1955 e 1994.

A Tabela 4 traz o universo de homens e mulheres, agrupados por faixas de cinco anos, nascidos entre 1955 e 1994, e a idade em que tiveram seu primeiro filho. Observe-se que o padrão para ambos os sexos é praticamente inalterado neste intervalo de quatro décadas. Sempre que perguntados, homens e mulheres afirmam, com as duas mãos espalmadas em direção ao interlocutor, que o “correto, o bonito” (*ihokô*) é ter dez filhos, cinco homens e cinco mulheres, nascidos alternadamente (“*ená, wirô, ená, wirô, ená, wirô,...*”).⁸ O exame dos dados revela que a prática está muito próxima do ideal nativo. Também se chama a atenção para uma discreta tendência de queda do intervalo médio de nascimentos sucessivos na população mais jovem.

TABELA 4
Homens e mulheres Enawene-Nawe casados nascidos entre 1955 e 1994, idade média na primeira paridade, número médio de filhos e intervalo entre nascimentos sucessivos

Indicadores	Período de nascimento							
	1955-1959	1960-1964	1965-1969	1970-1974	1975-1979	1980-1984	1985-1989	1990-1994
Homens casados	4	6	8	7	7	21	18	14
Idade média ao ter o 1º filho (em anos)	18,3	18,0	18,8	18,4	17,4	18,6	18,0	17,1
Número médio de filhos	10,3	9,8	9,3	9,7	8,0	5,1	3,2	2,1
Intervalo intergenésico (em anos)	2,8	2,6	2,6	2,2	2,3	2,4	2,3	2,1
Mulheres casadas	4	8	6	12	14	19	20	25
Idade média ao ter o 1º filho (em anos)	16,8	15,8	15,8	15,7	16,5	16,9	16,8	16,2
Número médio de filhos	10,0	8,8	9,3	10,4	8,0	5,3	3,7	2,1
Intervalo intergenésico (em anos)	2,5	2,9	2,6	2,4	2,3	2,5	2,4	2,1

Fonte: Banco de Dados da Operação Amazônia Nativa (Opan).

⁸ *Ena* = homem, *Wirô* = mulher.

Dois últimos aspectos devem ser assinalados sobre os temas descritos. De um total de 503 nascimentos, ocorridos de 1º de janeiro de 1990 a 31 de julho de 2011, 66 (13%) são filhos de “pai genérico” (*Enawene-hetai*, lit. “filhos de Enawene”, não de determinado homem), concebidos fora do casamento, por mulheres solteiras ou viúvas. É importante notar que o número médio de filhos de mães sem marido é bem mais baixo do que aqueles assinalados anteriormente, oscilando entre 1 e 3 ao longo da vida. O intervalo entre nascimentos sucessivos de filhos sem pai, da mesma forma, escapa aos padrões já registrados, girando em torno de 4,3 anos.

A rede matrimonial em contraponto

A sobreposição de dados demográficos e antropológicos cria condições privilegiadas para a observação da rede empírica de anéis matrimoniais. Nos limites deste artigo, apresenta-se um rápido esboço das dinâmicas que conferem a esta rede uma dada curvatura. Em primeiro lugar, convém lembrar que o objeto em questão, por mais exaustivo que possa parecer, corresponde a um fragmento daquilo que pretende representar, por duas razões triviais: uma delas decorre das lacunas inevitáveis de qualquer pesquisa; e a outra compreende o pressuposto de que uma rede genealógica é, por definição, infinita, já que para qualquer pessoa nela incluída é possível supor um ascendente. O fragmento, ao contrário, define um intervalo temporal, teoricamente compreendido entre a data de nascimento do indivíduo mais antigo e a data de nascimento, óbito ou casamento mais recente.

Contudo, a determinação deste intervalo não é uma tarefa simples. Em redes de coletivos tradicionais, pequenos e relativamente fechados como as populações ameríndias, costuma ser muito difícil obter informações precisas sobre o contingente de mortos localizados em sua franja superior. Há dezenas desses casos na rede EN, que são os pais das pessoas mais velhas, sobre as quais os únicos rastros são aqueles pressupostos nos nexos de parentesco entre os vivos. Com o passar do tempo e novos óbitos, esses rastros são definitivamente apagados da memória social e é só lá que uma rede existe.

Os EN particularmente colaboram com este apagamento. É muito perigoso ficar pensando nos mortos, alertam os EN. A saudade é um sentimento que não brota dos vivos. São os mortos, nostálgicos de seus entes queridos, que de longe enviam a saudade para vivos que, enlutados, adoecem, morrem e voltam para sua companhia. Por isso, aos vivos, de modo nenhum convém conversar sobre pessoas falecidas ou sequer pronunciar seus nomes. Quando é absolutamente necessário fazê-lo, sempre em voz baixa, é de bom tom dar tapas na boca em sinal de arrependimento da incontinência verbal.

Este formidável complicador da pesquisa genealógica tem, por seu turno, o mérito indiscutível de produzir não parentes na rede com maior rapidez e, conseqüentemente, ampliar extraordinariamente as possibilidades matrimoniais em um coletivo tão pequeno, no qual o casamento de parentes é proibido.

Tomando por base as idades dos quatro indivíduos vivos mais velhos na rede em 2011 (Figura 2), com 80 anos ou mais, estabelecemos que seus pais, falecidos há muitos anos, mas de quem guardavam lembrança, seriam seus indivíduos mais antigos. Levando em conta as informações fornecidas nas Tabelas 3 e 4, podemos estimar a profundidade temporal de nossa rede em cerca de 100 anos.

Dito isso, retomemos o anel matrimonial esboçado na Figura 2. Diante daquele esquema, podemos supor duas situações:

- as mulheres (7) e (8) têm o mesmo pai e, portanto, pertencem ao mesmo clã;⁹
- as mulheres (7) e (8) são irmãs apenas por parte de mãe, filhas de homens de clãs distintos.

No primeiro caso, (1) se casou *como* seu primo (5), isto é, *redobrou* a aliança matrimonial previamente estabelecida, já que se casou no mesmo clã. No segundo caso, (1) não se casou *como* seu primo (5), isto é, não *redobrou* a aliança efetuada por seu primo (5), já que (7) e (8) são de clãs diferentes.

Retomemos as informações gerais sobre a rede EN fornecidas acima: nela existem 2.539 circuitos semelhantes ao esquema representado na Figura 2, isto é, anéis A2C2, constituídos por duas sequências consanguíneas intercaladas por dois casamentos (Tabela 5). No universo de 170 uniões registradas na rede, é possível determinar a avó materna dos cônjuges em 96 casos. Neste conjunto, 63,5% dos casamentos são redobramentos de aliança de consanguíneos próximos (61 casos). Assinale-se também que uma pessoa, ao se casar, pode realizar mais de um redobrimento (gerar mais de um anel). É o que comumente acontece. Existem 201 anéis de redobramentos de aliança envolvidos nesses 61 casamentos, dos quais 126 (63%) são de parentes do sexo oposto, 75 (37%) do mesmo sexo e 28 (14%) de ambos os sexos. O número médio de redobramentos por casal é 3 (máximo de 10, mínimo de 1). Do total de redobramentos, 52% são efetuados por esposas e 48% por maridos. Em outras palavras, homens e mulheres redobram aliança mais ou menos na mesma proporção. Para ambos, o redobrimento de aliança de parente de sexo oposto é duas vezes mais frequente do que o de aliança de parentes do mesmo sexo: respectivamente, 62% e 38%, para os homens, 63% e 37%, para as mulheres.

É possível também determinar o grau de cruzamento – paralelo (P) ou cruzado (X) –, segundo o cálculo iroquês (TRAUTMANN; BARNES, 1998), das cadeias consanguíneas que se manifestam nos anéis matrimoniais em questão. Convencionemos que a primeira cadeia começa no indivíduo que redobra a aliança (ego) e termina em seu parente consanguíneo que vê sua aliança redobrada. A segunda cadeia começa no cônjuge deste parente e termina na esposa de ego. Na rede EN, a maioria dos anéis com redobrimento de aliança é composta por um par de cadeias paralelas: P-P = 66%. As frequências das outras combinações são as seguintes: X-P = 14%, P-X = 12%, X-X = 8%.

⁹ No caso de as mulheres (7) e (8) serem filhas de pais diferentes, mas do mesmo clã, (1) da mesma forma redobra a aliança de seu primo (5).

Os casamentos conectam cadeias consanguíneas de um anel, produzindo um caminho fechado com um dado perfil. No universo de redobramentos em questão, o perfil mais frequente, com 75% das ocorrências, é o de duas cadeias em que seus indivíduos em posição de aliança¹⁰ são parentes da mesma geração ($G\emptyset - G\emptyset$).¹¹ Os demais perfis de reencadeamento verificados na rede EN são os seguintes: ($G\emptyset - G-1$ e $G+1 - G\emptyset = 11\%$), ($G+1 - G-1 = 5\%$), ($G+1 - G-2$ e $G+2 - G-1 = 3\%$), ($G+2 - G-2 = 2\%$), ($G-1 - G\emptyset$, $G-1 - G+1$, $G-1 - G+2$, $G-2 - G+1$, $G-1 - G-1$ e $G+1 - G+1 = 1\%$).

Finalmente, outro aspecto fundamental é o intervalo temporal entre o primeiro casamento e o que dobra a aliança (isto é, aquele que “fecha” o anel). Observe-se que praticamente dois terços dos anéis se fecham antes do primeiro casamento completar dez anos e, mais de quatro quintos, antes de completar 20 anos, o que sugere um regime de reciprocidade de ciclos relativamente curtos.

TABELA 5
Intervalos temporais entre os casamentos de um anel A2C2
População Enawene-Nawe

Intervalo do redobrimento (em anos)	Número de anéis	% (cumulativo)
0 a 4	74	37,0
5 a 9	129	64,0
10 a 14	159	79,0
15 a 19	172	86,0
20 a 24	176	88,0
25 a 29	180	90,0
30 a 39	190	95,0
40 a 49	201	100,0

Fonte: Banco de Dados da Operação Amazônia Nativa (Opan).

Até aqui, esta análise privilegiou circuitos matrimoniais A2C2, que descrevem redobramentos de aliança de consanguíneos (isto é, de casamento com um afim de um consanguíneo). Vimos que no universo dos 96 casamentos privilegiados pela análise, 61 (63,5%) podem ser interpretados dessa forma. Duas ou três palavras devem ser ditas sobre os circuitos A3C3, que descrevem casamentos com um afim de um afim. Ao serem selecionados os anéis A3C3, em que cada cadeia consanguínea é formada exclusivamente por indivíduos de um mesmo clã, trazemos para o primeiro plano um aspecto fundamental da rede, não focalizado até agora, que são as unidades de troca matrimonial. Foram encontrados 370 anéis deste tipo, que permitem descrever 59 situações de reencadeamento de aliança de afim. E isso não é tudo. Muito comumente, um único casamento pode estar ao mesmo tempo envolvido em anéis de tipos diferentes (A2C2 e A3C3). Mas os conjuntos de casamentos envolvidos em cada uma dessas configurações não estão completamente

¹⁰ Na Figura 2, os indivíduos em posição de aliança são (1), (5) e (7), (8), que são as pontas das duas cadeias consanguíneas.

¹¹ Diferença geracional entre indivíduos em posição de aliança de um dado anel: $G\emptyset$ = de mesma geração; $G+1$, $G+2$... = de primeira, segunda ... geração ascendente; $G-1$, $G-2$... = de primeira, segunda ... geração descendente; $G+1$, $G-1$ = de gerações adjacentes, $G+2$, $G-2$ = de gerações alternadas.

sobrepostos. O efeito da simultaneidade desses dois tipos de anel permite interpretar, na rede EN, nada menos do que 81,3% dos casamentos como redobramentos do tipo A2C2, como reencadeamentos do tipo A3C3 ou como ambas as coisas.

Conclusão

Em parte alguma, as escolhas matrimoniais são aleatórias. Esta é a premissa fundamental dos estudos de parentesco, da qual decorre o postulado da universalidade da proibição do incesto (LÉVI-STRAUSS, [1949] 1967). Todos os coletivos humanos definem “processos destinados a repartir as famílias por campos rivais ou aliados, entre os quais poderá e deverá desenrolar-se o grande jogo do casamento” (LÉVI-STRAUSS, [1956] 1983, p. 87). Ora, este *jogo* é precisamente o ponto de fuga do contraponto sugerido neste texto. Em populações como a EN, as escolhas matrimoniais se definem em espaços modelados por laços de consanguinidade e afinidade entre pessoas que nunca estão totalmente desvinculadas umas das outras. Consequentemente, cada novo casamento produz novos ciclos empíricos de relacionalidade (anéis matrimoniais) pelos quais a rede populacional evolui no tempo. O estudo dos anéis tem o pressuposto de que cada casamento em uma dada rede populacional é de algum modo condicionado por casamentos que o precederam e contribui, de alguma forma, para a determinação de casamentos subsequentes (HOUSEMAN; WHITE, 1996, p. 61).

Por outro lado, não há como definir *a priori* as implicações (antropológicas ou demográficas) dos redobramentos de aliança em um dado coletivo, bem com os fatores que influenciam a duração de seus intervalos. Somente a pesquisa empírica, em região de fronteira interdisciplinar, teria eventualmente condições de lançar luzes sobre esses aspectos em cada caso. Do ponto de vista antropológico, o estudo dos redobramentos da rede EN traz à tona um regime matrimonial que, à primeira vista, lembra uma charada, já que os EN se pensam como um coletivo em que todos são parentes, ninguém se casa com parente, mas todos se casam entre si. Poderíamos dizer ainda, embaralhando a macrotipologia lévistraussiana, que os EN, de direito, operam um regime *complexo*, apenas com proibições matrimoniais, mas, de fato, um regime *elementar* de troca restrita multilateral. Aos demógrafos, caberá apontar as implicações demográficas do regime de alianças em questão.

A tese deste artigo é a de que o estudo dos anéis matrimoniais de uma rede corresponde a uma via privilegiada de acesso à dinâmica de populações tradicionais, relativamente fechadas e pequenas. Tais estruturas *reticulares* do parentesco (Figura 2), trazidas à tona pela análise computacional, têm sido interpretadas como manifestações de “redobramentos” (HÉRITIER, 1981) ou “reencadeamentos” (RICHARD, 1993) de aliança. A exploração dessas mesmas estruturas matrimoniais, por especialistas em demografia de sociedades de pequena escala, há de acrescentar a elas outros significados. O ponto de partida desta parceria interdisciplinar, contudo, depende de um acordo prévio: a definição dos eventos

matrimoniais de uma população como fenômenos em cadeia, em que “cada casamento é apenas um momento em uma série de intercâmbios simbólicos e materiais” (BOURDIEU, 1972, p. 1120), que criam ou reiteram nexos pelos quais circulam, em uma população, signos, direitos, afetos, prerrogativas, saberes, bens, substâncias corporais, deveres, serviços, etc., produzindo “um estado de dependência recíproca [...] entre os atores de uma dada rede” (GREGORY, 1982, p. 19 e 29). Consequentemente, os fatores que influenciariam a duração dos intervalos entre os casamentos estariam, de alguma forma, refratados pelos fluxos de intercâmbio como aqueles aqui referidos.

Por essas razões, os anéis matrimoniais devem cruzar os limites da província dos estudos de parentesco em direção à região de fronteira interdisciplinar. Desde que tocadas simultaneamente, as linhas melódicas da demografia das sociedades de pequena escala e da antropologia do parentesco certamente encontrarão ressonâncias no fenômeno em questão. O tratamento computacional das redes empíricas garante as condições iniciais desses contrapontos (DAL POZ; SILVA, 2009; FERREIRA; FRANCO; SILVA, 2014), afinando em mesmo tom instrumentos disciplinares de timbres tão distintos e criando novas condições de ataque de questões ainda não esgotadas, embora algumas delas muito antigas. Aí vão apenas alguns exemplos:

- Quais variáveis demográficas e antropológicas estariam efetivamente implicadas na deriva matrimonial de um coletivo relativamente fechado e que peso relativo poderiam ter em cada caso?
- Em que medida tais variáveis operariam, sem que seus sujeitos, criadores e criaturas dessas redes delas tivessem consciência?
- Como uma rede matrimonial estaria articulada a outras redes de intercâmbio em uma dada população?
- Como distinguir aspectos demográficos e antropológicos triviais e não triviais nos anéis de uma dada rede?
- Como comparar os diferentes padrões “têxteis” de redes urdidas em populações de culturas distintas, a partir da análise dos “motivos” flagrados em sua tessitura (seus anéis)?
- Como poderiam ser interpretadas as diferenças de frequência, assim como a presença simultânea, de anéis de diferentes perfis em uma dada rede?
- Modelos mecânicos da antropologia do parentesco e modelos estatísticos da análise demográfica, voltados aos mesmos fenômenos sociais (casamento, família, isolados populacionais e assim por diante), poderiam ser harmonicamente integrados em um *mesmo* plano analítico?

O enfrentamento de questões como essas, certamente, teria chances de produzir, no espírito de ambas as disciplinas, *novas e inesperadas impressões*.

Referências

- BOURDIEU, P. Les stratégies matrimoniales dans le système de reproduction. **Annales: Économies, Sociétés, Civilisations**, v. 27, n. 4, p. 1105-1127, 1972.
- CAÑAS, V. **Diários do Ir. Vicente Cañas**, Manuscrito. Arquivo da Operação Amazônia Nativa, 1978-1987.
- CEDI – Centro Ecumênico de Documentação e Informação. **Povos Indígenas no Brasil: 1987/88/89/90**, São Paulo, n. 18, 1990.
- CORREIO DO POVO, Cuiabá, edições de 04/02, 05/02 e 11/02 de 1972.
- DAL POZ, J.; SILVA, M. MaqPar – A homemade tool for the study of kinship networks. **Vibrant**, v. 6, n. 2, p. 29-51, 2009.
- _____. Informatizando o método genealógico: um guia de referência para a máquina de parentesco. **Teoria e Cultura**, v. 3, p. 63-7, 2010.
- DUMONT, L. **Introduction à deux theories d’anthropologie sociale: groupes de filiation et alliance de mariage**. Paris: Mouton, 1971.
- FERREIRA, C. E.; FRANCO, A. J. P.; SILVA, M. Finding matrimonial circuits in some Amerindian kinship networks: an experimental study In: IEEE 10TH INTERNATIONAL CONFERENCE ON E-SCIENCE. **Anais...** São Paulo: IEEE, 2014. v. 1, p. 73-80. Disponível em: <<http://ieeexplore.ieee.org/search/searchresult.jsp?searchWithin=%22Authors%22:QT.Marcio%20Ferreira%20da%20Silva.QT.&newsearch=true>>.
- FLOWERS, N. M. Crise e recuperação demográfica: os Xavante de Pimentel Barbosa, Mato Grosso. In: SANTOS, R. V.; COIMBRA Jr., C. E. A. (Org.). **Saúde e povos indígenas**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 1994. p. 213-42.
- FUNAI/DID/DGPI. **Relatório**. Brasília-DF: Fundação Nacional do Índio, incluído no Proc. FUNAI/BSB/292/78. 27/11/1981.
- GREGORY, C. **Gifts and commodities**. London: Academic Press, 1982.
- HAMBERGER, K.; HOUSEMAN, M.; DAILLANT, I.; WHITE, D.; BARRY, L. Matrimonial ring structures. **Mathématiques, Informatique et Sciences Humaines**, 42^e année, n. 4, p. 83-119, 2004.
- HÉRITIER, F. **L’Exercice de la parenté**. Paris: Gallimard/Le Seuil, 1981 (Coll. Hautes Études).
- HOUSEMAN, M.; WHITE, D. Structures réticulaires de la pratique matrimoniale. **L’Homme**, v. 139, p. 59-85, 1996.
- LÉVI-STRAUSS, C. **Les structures élémentaires de la parenté**. Paris: Mouton, [1949] 1967.
- _____. La famille. **Le Regard Éloigné**. Paris: Plon, [1956] 1983.
- LISBOA, T. A. **Os Enauênê-Nauê: primeiros contatos**. São Paulo: Edições Paulinas, 1985.
- LOUNSBURY, F. G. The structural analysis of kinship semantics. In: NINTH INTERNATIONAL CONGRESS OF LINGUISTICS. **Proceedings...** Mouton: The Hague, 1964. p. 1073-1093.
- MISSÃO ANCHIETA. **Documentos**, incluído no Proc. FUNAI/BSB/292/78. 09/01/1978.
- MURDOCK, G. **Social structure**. New York: Macmillan, 1949.
- O ESTADO DE S. PAULO, São Paulo-SP, edição de 14/08/1974.
- PAGLIARO, H. A revolução demográfica dos povos indígenas: a experiência dos Kaiabi do Parque Indígena do Xingu, Mato Grosso. In: PAGLIARO, H.; AZEVEDO, M. M.; SANTOS, R. V. (Org.). **Demografia dos povos indígenas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; Associação Brasileira de Estudos Populacionais –Abep, 2005. p. 79-102.

RICHARD, P. Étude des renchaînements d'alliance. **Mathématiques et Sciences Humaines**, v. 123, p. 3-35, 1993.

RIVERS, W. H. R. The genealogical method of anthropology inquiry. **Sociological Review**, v. 3, p. 1-12, 1910.

RONDON, C. M. S. **Publicação nº 2**. 2. ed. Rio de Janeiro: Comissão Rondon, 1945. Anexo 5.

SÁ, C. A. **As fases da vida**: categorias de idade Enawene(ro) Nawe. Cuiabá: Operação Amazônia Nativa, 1996.

SANTOS, G. M. **Da cultura à natureza**: um estudo do cosmos e da ecologia dos Enawene-Nawe. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2006.

SILVA, M. Tempo e espaço entre os Enawene-Nawe. **Revista de Antropologia**, v. 41, p. 21-52, 1998.

_____. Relações de gênero entre os Enawene-Nawe. **Tellus**, v. 1, p. 41-65, 2001.

_____. A aliança em questão: observações sobre um caso sul-americano. In: QUEIROZ, R. C.; NOBRE, R. F. **Lévi-Strauss**: leituras brasileiras. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. p. 301-324 (Série Humanitas).

_____. Dinâmicas da vicinalidade entre os Enawene-Nawe. In: AMOROSO, M. R.; SANTOS, G. M. (Org.). **Paisagens ameríndias**. São Paulo: Terceiro Nome, 2013. p. 17-44.

_____. **Liga dos Enawene-Nawe** – um estudo da aliança de casamento na Amazônia Meridional. Tese (Livre Docência) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP, São Paulo, 2012.

SILVA, M.; SÁ, C. A. Dados e indicadores demográficos dos povos indígenas atendidos pelo Polo Brasnorte, do Distrito Sanitário Especial Indígena – Cuiabá. In: OPAN. **Controle social na saúde indígena**: a experiência da Opan em Brasnorte, MT. Cuiabá: Editora da Opan, 2013. p. 55-78.

TRAUTMANN, T. R.; BARNES, R. H. “Dravidian”, “Iroquois”, and “Crow-Omaha” in North American perspective. In: GODELIER, M.; TRAUTMANN, T. R.; TJON SIE FAT, F. E. **Transformation of kinship**. Washington and London: Smithsonian Institution Press, 1998. p. 27-58

WEISS, M. C. **Contato interétnico**. Perfil de saúde-doença e modelos de intervenção em saúde indígena – o caso Enawene-Nawe em Mato Grosso. Tese (Doutorado) – Fiocruz, Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 1998.

WHITE, D. Ring cohesion theory in marriage and social networks. **Informatique, Mathématique et Sciences Humaines**, v. 168, n. 4, p. 59-82, 2004.

Sobre o autor

Marcio Silva é doutor em Antropologia pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro e mestre em Linguística pelo Instituto de Estudos da Linguagem, da Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. Professor titular do Departamento de Antropologia, da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo – USP. Fez pesquisa linguística entre os Kamayurá (Alto Xingu) e etnográfica entre os Waimiri-Atroari (Amazônia Setentrional) e Enawene-Nawe. Sua pesquisa atual tem como tema o tratamento computacional do parentesco.

Endereço para correspondência

Rua Capote Valente, 1307 apto. 105
05409-003 – São Paulo-SP, Brasil

Abstract

Demography and anthropology in counterpoint: the Enawene-Nawe and their matrimonial drifts

This article has a twofold objective, one is of documental character and the other of theoretical nature. On the one hand, it aims to provide information that allows to outline the demographic profile of an Amerindian people in the Brazilian Southern Amazon, and contrast this quantitative data with anthropological information, in the key of the native ideas and values that are, in some ways, implicated in this profile. It is expected that such a combination may yield meanings that are lacking when these series of data are considered separately, as is the case in a musical counterpoint. On the other hand, the article draws attention to the analytical interest of an empirical phenomenon that is rarely explored, though frequently intuited in ethnographic research: the networks of “matrimonial rings” weaved by these peoples. The study of these networks brings to the forefront a region of interdisciplinary frontier that demands a deepening of the dialogue between the demography of small scale societies and the anthropology of kinship, both concerned, in their own ways, with the forms of reproduction of these collectives.

Keywords: Enawene-Nawe. Demography and anthropology. Relationship. Wedding rings.

Resumen

Demografía y antropología en contrapunto: los Enawene-Nawe y sus derivas matrimoniales

Este artículo tiene doble objetivo: uno de carácter documental y otro de naturaleza teórica. Por un lado, su objetivo es proporcionar información que permita delinear el perfil demográfico de un pueblo amerindio de la Amazonia Meridional Brasileña y superponer informaciones antropológicas, que incorporan en la clave de las ideas y valores nativos, los aspectos que de alguna manera están involucrados en este perfil. La expectativa es que tal solapamiento, como en los contrapuntos musicales, pueda producir significados que están ausentes en los dos conjuntos de datos considerados de forma aislada. Por otra parte, tiene también como objetivo llamar la atención sobre el interés analítico de un fenómeno empírico raramente explorado, aunque a menudo intuido por la investigación etnográfica: las redes de “anillos matrimoniales” tejidas por estos pueblos. El estudio de estas redes trae a primer plano una región fronteriza interdisciplinaria que exige un mayor diálogo entre la demografía de las sociedades de pequeña escala y la antropología del parentesco, ambos interesados, cada uno a su manera, en las formas de reproducción de estos colectivos.

Palabras claves: Enawene-Nawe. Demografía y antropología. Parentesco. Anillos matrimoniales.

Recebido para publicação em 28/11/2015
Recomendado para publicação em 10/06/2016
Aceito para publicação em 08/08/2016

Nupcialidade indígena: possibilidades e limitações de análise utilizando os dados do Censo Demográfico de 2010*

Luciene Aparecida Ferreira de Barros Longo**
Luciane Ouriques Ferreira***
Marta Maria do Amaral Azevedo****

O presente artigo analisa os dados disponíveis na amostra do Censo Demográfico de 2010 a respeito da nupcialidade da população autodeclarada indígena. Se há uma significativa produção antropológica sobre organização social dos povos indígenas no Brasil, o que contempla aspectos referentes a casamentos, pouco se sabe, a partir de uma perspectiva demográfica, sobre a nupcialidade desse segmento da população e como se dão as uniões endogâmicas e exogâmicas considerando os grupos de raça/cor. Assim, tem-se como objetivo apresentar uma análise dos padrões de nupcialidade, utilizando as categorias pesquisadas do quesito raça/cor no Censo Demográfico de 2010, com foco na população indígena. Especificamente se realiza uma análise da idade média à união e ao casamento e das taxas de homogamia por raça/cor, inclusive separando os casais por grupos de idade da mulher, *status* marital, situação do domicílio e residentes em municípios com Terras Indígenas. Apesar das evidentes limitações dos dados, e com uso de métodos demográficos indiretos, os resultados revelam que, entre todas as categorias de raça/cor, a idade média à união dos indígenas é a menor e suas taxas padronizadas de endogamia por raça/cor são as mais altas.

Palavras-chave: Nupcialidade. Indígenas. Raça/cor. Censo Demográfico. Brasil.

* Este trabalho é de inteira responsabilidade das autoras, não tendo a instituição à qual pertencem nenhuma responsabilidade sobre esta publicação.

** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Rio de Janeiro-RJ, Brasil (lulongo@gmail.com).

*** Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Rio de Janeiro-RJ, Brasil (lu.ouriquesf@gmail.com).

**** Núcleo de Estudos de População “Elza Berquó”, Universidade Estadual de Campinas (Nepo/Unicamp), Campinas-SP, Brasil (marta@nepo.unicamp.br).

Introdução

A investigação sobre os padrões de nupcialidade é parte central das análises demográficas de uma dada população. Como amplamente reconhecido, o estado conjugal, os tipos de união e as idades de início das uniões exercem influências sobre os complexos processos de formação e manutenção da família e podem impactar diretamente sobre as dinâmicas de fecundidade (HEY, 2008; LAPLANTE et al., 2015; SIEGEL; STOCKWELL, 1976).

No caso da população brasileira, na demografia existe uma bem-estabelecida vertente de análises sobre as transformações nos padrões de nupcialidade (BERQUÓ; OLIVEIRA, 1992; RIBEIRO; SILVA, 2009; LONGO, 2014; VIEIRA; ALVES, 2014), o que reflete uma tendência de ampliação de interesse sobre o tópico observável em outros países da América Latina (LAPLANTE et al., 2015). Nessa literatura, alguns dos principais temas investigados incluem as relações entre nupcialidade e redução da fecundidade, participação das mulheres no mercado de trabalho, cor ou raça dos conjugues, entre diversos outros (BERQUÓ; OLIVEIRA, 1992; RIBEIRO; SILVA, 2009; LONGO, 2014; VIEIRA; ALVES, 2014; LAPLANTE et al., 2015).

Uma questão importante nas investigações sobre nupcialidade no Brasil diz respeito à chamada “seletividade marital”, investigada por Longo (2011). Essa vertente analítica parte do reconhecimento de que uniões podem ocorrer tanto entre grupos “homogêneos” (indivíduos de características semelhantes que se unem – “endogamia”) quanto entre grupos “heterogêneos” (união entre indivíduos com características distintas – “exogamia”). Na literatura sobre o tema, casamentos exogâmicos são tidos como uma transposição de fronteiras sociais, uma vez que envolvem a aceitação de um parceiro com uma característica marcadamente diferenciada (QIAN, 1997; FU, 2001; GULLICKSON, 2006; LONGO, 2014). No tocante à seletividade marital, a dimensão da cor ou raça tem recebido particular atenção no Brasil (PETRUCCELLI, 2001; TELLES, 2003; RIBEIRO; SILVA, 2009; LONGO, 2011).

Em geral, amarelos e indígenas não têm sido incluídos nesses estudos que apresentam análises sobre homogamia por cor/raça na demografia, pois constituem parcelas bastante reduzidas da população do país, dificultando os procedimentos de análise comparativa nas investigações a partir de dados amostrais e, principalmente, quando o foco da análise é a população em geral (LONGO, 2011). No tocante aos povos indígenas, acrescenta-se o fato que a população classificada na categoria “indígena” tem apresentado grandes variações no total deste segmento populacional nas últimas décadas. Adicionalmente, e talvez mais importante ainda, deve-se reconhecer que há grande heterogeneidade interna quanto à forma de organização e escolhas matrimoniais nas diferentes etnias abrigadas na categoria “autodeclarados indígenas” na informação sobre raça/cor, como captada no questionário da amostra dos Censos Demográficos brasileiros.

Os trabalhos antropológicos específicos sobre casamento, por outra parte, enfocam as trocas matrimoniais definidas enquanto sistemas operados por categorias sociais próprias de cada sociedade indígena (AZEVEDO, 2005). As escolhas matrimoniais de um cônjuge

(não importa se homem ou mulher) são feitas a partir de determinado sistema de parentesco, em que a própria terminologia já define os círculos de parentes consanguíneos e afins, ou seja, aqueles com os quais cada pessoa já sabe que é potencialmente cônjuge. Esses sistemas que operam no interior de cada uma das culturas/povos indígenas levam em conta grupos sociais (clãs, linhagens, metades exogâmicas entre outros) que não foram passíveis de pesquisa pelo Censo Demográfico.

A multiplicidade inerente à categoria “indígena”, captada no Censo Demográfico de 2010, pode ser dimensionada pelos diversos segmentos identificados a partir das informações coletadas: povos indígenas residentes em Terras Indígenas (TI); indígenas residentes em áreas rurais e urbanas fora de Terras Indígenas que declararam pertencimento étnico a etnias específicas; pessoas que se classificaram como indígenas, mas sem indicação de filiação étnica específica; entre outros (IBGE, 2012a). No entanto, apesar de estarem incluídas tanto no questionário básico quanto no da amostra, por motivos de sigilo e representatividade amostral, nem todas essas informações foram divulgadas nos microdados da amostra, onde está presente a informação sobre nupcialidade.

Mesmo que não seja possível estimar a endogamia/exogamia segundo as diferentes categorias sociológicas, é importante voltar a atenção para a diversidade interna da categoria disponível para análise. No entanto, deve-se salientar que os povos indígenas no Brasil fazem parte de totalidades sociológicas distintas pertencentes a um grande conjunto de povos das terras baixas sul-americanas, sendo que a categoria “indígena” só faz sentido se pensada no contexto histórico social do Brasil. Esses povos têm sido estudados do ponto de vista de suas organizações sociais, incluindo, portanto, as chamadas relações de descendência e aliança, terminologia de parentesco e composição de grupos sociais (SHAPIRO, 1984).

Nesse contexto, e cientes das limitações das análises possíveis com os dados disponíveis, o presente artigo tem como objetivo apresentar uma análise demográfica dos padrões de nupcialidade, utilizando as categorias pesquisadas do quesito raça/cor no Censo Demográfico de 2010, com foco na população indígena. Especificamente se realizará uma análise da idade média à união e ao casamento e das taxas de homogamia por raça/cor para diferentes recortes populacionais.

Vale ressaltar que este artigo parte do pressuposto de que as análises dos dados dos Censos Demográficos referentes à nupcialidade, principalmente no tocante à categoria “indígena”, são limitadas e carregam um viés etnocêntrico demográfico considerável. Daí a importância de se manter um contínuo diálogo com o campo da antropologia, de modo a se levar em conta (ou ao menos se reconhecer) sistemas socioculturais da população indígena que podem influenciar a interpretação dos perfis de nupcialidade. Adicionalmente, como se verá mais adiante, a forma de coleta dos dados no Censo Demográfico de 2010 apresentou problemas de identificação dos parceiros/companheiros nos setores censitários das Terras Indígenas, o que precisa ser mais bem captado em novas edições dos Censos.

Breve panorama sobre a nupcialidade indígena

Nas duas últimas décadas, em particular devido à inclusão da categoria indígena na pergunta sobre cor ou raça a partir do Censo 1991, tem havido um crescente interesse em investigações demográficas sobre os indígenas no Brasil de uma perspectiva censitária (AZEVEDO, 2011; IBGE, 2012a; PAGLIARO et al., 2005; SANTOS; TEIXEIRA, 2011). Nessa incipiente literatura, temáticas como estrutura etária e por sexo, fecundidade e distribuição urbano-rural têm recebido mais atenção (IBGE, 2005, 2012a; PAGLIARO et al., 2005), enquanto outras centrais para os estudos populacionais, incluindo nupcialidade, ainda estão por ser mais investigadas.

Uma exceção é a análise sobre nupcialidade indígena com base nos dados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000, produzida pelo IBGE em parceria com o Grupo de Trabalho de Demografia dos Povos Indígenas da Associação Brasileira de Estudos de População (Abep) (IBGE, 2005). Esse estudo destacou algumas características relacionadas ao estado conjugal e à idade média ao casar dos indígenas sem, contudo, se aprofundar nessas características. Em relação ao estado conjugal, foram observadas menores proporções de viúvos, separados, desquitados e divorciados em áreas rurais, em comparação com as áreas urbanas. Consequentemente, foram maiores as proporções de solteiros e casados nessas áreas. Embora a idade média ao casar tenha sido menor entre os indígenas, ela aumentou entre 1991 e 2000, tendo-se observado uma diminuição da diferença entre indígenas e o conjunto da população brasileira (IBGE, 2005).

Em relação aos povos indígenas, é importante reconhecer que questões associadas à nupcialidade têm sido, desde longa data, centrais para a área da antropologia, uma vez que se relacionam a temas como sistemas de parentesco, organização social, alianças matrimoniais, relações de gênero e produção de corpos e de pessoas (MAYBURY; LEWIS, 1979; MELATTI, 1987; SEEGER, 1980; TASSINARI, 1995; VIVEIROS DE CASTRO, 1995). As pesquisas antropológicas que abordam aspectos associados à temática da nupcialidade indígena, via de regra, empregam metodologias qualitativas de pesquisa (etnografia) para compreender as dinâmicas socioculturais deste fenômeno junto a sociedades indígenas particulares (MELLATI, 1987; SEEGER, 1980; VIVEIROS DE CASTRO, 1995).

Além das diferenças metodológicas, as pesquisas antropológicas e as demográficas acerca da nupcialidade operam com categorias que, embora por vezes compartilhando uma mesma nomenclatura, possuem acepções distintas e particulares. Por exemplo, grande parte das análises sobre nupcialidade no âmbito da demografia envolve variáveis relacionadas à união (se a mulher ou o homem vive ou não em união e se essa união é formal ou informal), que se apoiam em noções de casamento/matrimônio vigentes na sociedade ocidental (IBGE, 2012b). Já do ponto de vista antropológico, tais categorias são limitadas no sentido de captar as especificidades socioculturais que configuram o fenômeno da nupcialidade entre os povos indígenas no Brasil. Por sua vez, endogamia e exogamia são noções que também assumem acepções conceituais próprias na literatura

etnológica, remetendo às regras de casamento preconizadas nos diferentes sistemas de organização social, por meio das quais um determinado povo opera para regulamentar as alianças matrimoniais ou no interior do próprio grupo ou entre membros de segmentos sociais externos ao grupo (LEVI-STRAUSS, 1982). No Brasil, há poucos estudos que abordam a questão da nupcialidade indígena articulando ao mesmo tempo perspectivas da demografia e da antropologia (AZEVEDO, 2003, 1994, 2005; COIMBRA JR. et al., 2002; POZZOBON, 1994; TEIXEIRA, 2005). A partir de uma detalhada análise sobre populações indígenas residentes na região do Rio Negro, no Amazonas, Azevedo (2005) evidenciou, por exemplo, que os padrões de fecundidade e espaçamentos entre filhos estão associados ao tipo de casamento, principalmente em relação à exogamia linguística, que, por vez, influencia a idade ao casar e a idade ao ter o primeiro filho.

O presente artigo constitui uma primeira análise sobre os dados produzidos pelo Censo Demográfico de 2010 a respeito da nupcialidade da população autodeclarada indígena, utilizando os microdados da amostra. Conforme destacado anteriormente, pouco se sabe sobre a nupcialidade desse segmento da população e como ocorrem as uniões entre os indígenas e dos indígenas e demais grupos de raça/cor a partir de uma perspectiva demográfica, o que não deve encerrar a necessidade de análises mais detalhadas por meio de dados não divulgados ao uso público.

Ao mesmo tempo que lança mão de procedimentos analíticos utilizando uma vertente demográfico-quantitativa que possibilita uma aproximação compreensiva do fenômeno da nupcialidade, esta análise pauta-se na perspectiva de manter uma postura reflexiva sobre a forma como os dados captados pelo Censo Demográfico 2010 dialogam com as diferentes dinâmicas socioculturais das populações indígenas, principalmente indicando a potencialidade destas análises e os limites ainda impostos pela coleta dos dados.

Procedimentos metodológicos

Esta investigação se baseia nos dados da amostra do Censo Demográfico de 2010 (a partir daqui referido como Censo 2010). Embora a questão sobre raça/cor tenha sido pesquisada pela primeira vez pelo questionário do universo no Censo 2010, os dados que permitem realizar a análise das uniões são aqueles da amostra, para a qual foi aplicado o questionário mais completo, com um número maior de informações individuais (IBGE, 2013).

Trabalhar com os dados da amostra do Censo Demográfico vem associado a diversas limitações, pois algumas informações importantes para análise da nupcialidade da população indígena, como o pertencimento étnico e a língua falada, só estão disponíveis ao uso público nos dados do universo e publicados de forma agregada. Portanto, o emprego dos dados públicos da amostra acaba sendo um grande limitador na análise da nupcialidade no que tange à endogamia indígena por raça/cor e à exogamia étnica ou linguística. Como a maior parte dos trabalhos demográficos sobre homogamia exclui a população indígena devido ao seu número reduzido em relação às demais categorias de raça/cor,

como mencionado, pouco se sabe sobre a formação das uniões indígenas comparada a outros segmentos populacionais. Mesmo que a investigação sobre a endogamia no caso dos indígenas tenha que ser feita com cautela, dadas as especificidades desse segmento da população, ainda assim, de nosso ponto de vista, este trabalho traz uma importante contribuição enquanto exemplo de análise sobre a nupcialidade indígena, que poderia ser realizada com os dados publicados e coletados de maneira mais adequada.

Singulate Mean Age at Marriage – SMAM

Para a análise dos padrões de nupcialidade, foram utilizadas as estimativas de idade média à união e ao casamento, empregando-se o método SMAM (Singulate Mean Age at Marriage) desenvolvido por Hajnal (1953) e descrito de forma pormenorizada por Newell (1988), a partir de informação bastante simples, como a distribuição por idade e sexo. O procedimento consiste em calcular a idade média à união e ao casamento, considerando, respectivamente, a proporção de pessoas nunca unidas e a proporção de pessoas com estado civil solteiro. Esse é um método indireto, que supõe que o padrão etário de união/casamento não mudou nos últimos 20 ou 30 anos e, portanto, consiste em uma medida de uma coorte sintética. O método é utilizado quando não se tem a informação da idade das pessoas ao se unir/casarem, como é o caso do Censo 2010. Para o Brasil, não há qualquer informação sobre a data da união (atual ou anterior) nos Censos Demográficos, indagando-se apenas ao recenseado a natureza da união (casamento ou união consensual). Assim, utilizando-se o estado conjugal corrente, é possível estimar a idade média à união e ao casamento civil e/ou religioso, que deve ser entendida como o número médio de anos vividos no estado de solteiro entre aqueles que se casam antes dos 50 anos de idade, conforme definido no cálculo desse indicador.

Para fazer uma análise mais ampla, optou-se por calcular a SMAM tanto para a idade média à união quanto para a idade média ao casamento formalizado, ou seja, considerou-se casamento formalizado aquele realizado ou só no civil, ou só no religioso, ou no civil e no religioso. Para esse cálculo, é necessário conhecer o percentual de nunca unidos (pessoas que declararam nunca terem vivido em companhia de cônjuge/companheiro) ou solteiros (de acordo com o estado civil, ou seja, nunca se casaram no civil ou no religioso¹), por grupos etários quinquenais, para pessoas de 15 a 54 anos.

Para esta análise da idade média ao casamento ou união, incluem-se os segmentos populacionais identificados pela autodeclaração de raça/cor, mas subdividindo o grupo de indígenas em residentes em Terras Indígenas, não residentes em Terras Indígenas, residentes em área urbana, residentes em área rural e residentes em municípios com TI, com o intuito de apreender um pouco da diversidade interna a este grupo. Vale ressaltar que nesta análise é considerada toda a população indígena captada pelo Censo e que a

¹ Nesse caso, é possível que o indivíduo já tenha estado em uma união consensual, para a qual consideramos também as uniões formalizadas pelos sistemas culturais próprios dos povos indígenas.

informação sobre residentes em Terras Indígenas foi obtida na parte amostral do Censo, a partir da informação sobre municípios que continham pelo menos uma TI.²

Taxas de endogamia e exogamia

Na segunda parte da análise, o foco foi nas mulheres de 20 anos ou mais de idade³ e seus maridos ou companheiros, com destaque para as indígenas. A informação sobre maridos e companheiros conviventes no mesmo domicílio é identificada no Censo 2010 por uma pergunta específica para cada mulher que se declarou casada ou unida, em que, no número de ordem na lista de pessoas do domicílio, é identificado seu companheiro ou cônjuge. Esta informação é essencial para o cálculo das taxas de endogamia e exogamia, principalmente em um Censo em que os núcleos familiares reprodutivos não são conhecidos, como foi no caso do Censo 2010.⁴

As taxas de endogamia e exogamia por raça/cor foram calculadas para diferentes grupo de idade da mulher, *status* marital, situação do domicílio e municípios com Terras Indígenas. Considerou-se endogamia a relação dos casais em que a mulher e seu cônjuge declararam ter a mesma raça/cor. Analogamente, os casais cujos cônjuges eram de raça/cor distintas foram classificados como exogâmicos.

Antes de se analisarem as taxas de endogamia e exogamia, é preciso padronizar os dados para evitar interpretações equivocadas em função dos tamanhos diferenciados das categorias analisadas. Por exemplo, os grupos de brancos, pardos, pretos e, principalmente, de amarelos e indígenas possuem números bastante distintos de indivíduos. Quando se iguala o tamanho das categorias de raça/cor de homens e mulheres, é possível identificar um “padrão endogâmico intrínseco” da população. Esse procedimento também torna possível eliminar os efeitos de desequilíbrios na razão de sexo por categoria (OLIVEIRA, 2006; PETRUCELLI, 2001).

O procedimento de padronização baseia-se em um método iterativo, cujo objetivo é ajustar as tabelas de contingência por meio das distribuições marginais da raça/cor da mulher e do homem, de modo a manter a mesma associação observada ou estrutura de interação. Tal ajuste é concluído quando se obtêm, para cada linha e coluna, os totais marginais iguais a 100 (AGRESTI, 1990). Para tornar os padrões de associação mais nítidos, foi utilizado o método IPF (Iterative Proportional Fitting), ou método iterativo de ajuste proporcional, que consiste na seguinte rotina:

- transformam-se os valores de cada célula na tabela (n_{ij}) em valores iniciais ($\hat{m}_{ij}^{(0)}$) no tempo $t = 0$, ou seja, $\hat{m}_{ij}^{(0)} = n_{ij}$;

² Importante esclarecer que nos dados da amostra não existe a informação sobre Terras Indígenas, portanto, esta variável foi estimada como uma aproximação, a partir da informação sobre os municípios que continham pelo menos uma TI, ou seja, não reflete exatamente a população residente em TI, mas sim toda população, urbana ou rural, que reside em município com TI.

³ Optou-se por analisar esse grupo de mulheres porque as proporções de mulheres não unidas com idade inferior a 20 anos são muito elevadas e as idades médias à união são maiores e próximas de 20 anos.

⁴ Em 2010 o Censo Demográfico somente identificou relações de parentesco com o responsável pelo domicílio, abandonando a identificação de núcleos reprodutivos e, conseqüentemente, o termo família.

- em cada $t = 1, 3, 5, \dots$, é feita a seguinte multiplicação:

$$\hat{m}_{ij}^{(t)} = \hat{m}_{ij}^{(t-1)} \left(\frac{100}{\hat{m}_{i+}^{(t-1)}} \right) \quad (1)$$

e

$$\hat{m}_{ij}^{(t+1)} = \hat{m}_{ij}^{(t)} \left(\frac{100}{\hat{m}_{+j}^{(t)}} \right) \quad (2)$$

- essa multiplicação é repetida quantas vezes forem necessárias até se obterem os totais marginais em cada linha e coluna iguais a 100.

Ao cabo desses procedimentos, a tabela estará padronizada e todas as demais análises poderão ser feitas. No âmbito do presente estudo, foram calculadas as proporções padronizadas de cada união e, a partir delas, a taxa geral de endogamia – TGE (soma de todas as uniões endogâmicas dividida pelo total de uniões),⁵ considerando-se a raça/cor da mulher e a do homem (branca, preta, parda, amarela ou indígena), a idade da mulher (20 a 29, 30 a 49 e 50 anos ou mais), o tipo da união (unidas ou casadas), a situação do domicílio (urbano ou rural) e o tipo de município de residência (se o município contém TI ou não).

Ao se calcularem as taxas de endogamia, têm-se, por conseguinte, as taxas de exogamia, pois são complementares (ou seja, o somatório deve ser sempre igual a 100). Isso significa que a análise comparativa dos valores permite decompor as uniões do ponto de vista da seletividade marital por raça/cor.⁶

Procedimentos adicionais

Para a análise da endogamia, foi identificado inicialmente o montante de mulheres de 15 anos ou mais que declararam estar em união, tanto para as indígenas quanto para as não indígenas (brancas, pretas, amarelas e pardas). Portanto, a primeira exclusão de casos foi de mulheres sem declaração de união e sem declaração de raça/cor. Com relação à idade, todas as mulheres forneceram esta informação, mas foram excluídas aquelas com cônjuge com idade inferior a 15 anos.

Dada a maior dificuldade de uso da informação sobre localização do cônjuge/companheiro, necessária para identificar os casais, optou-se por trabalhar com o dado tipo de arranjo familiar,⁷ para a identificação dos casais. Este procedimento implicou a exclusão de algumas mulheres unidas, por estarem em arranjos nos quais não foi possível verificar as características dos respectivos cônjuges/companheiros. A variável relação de parentesco com o responsável pelo domicílio permite identificar de forma direta a mulher e seu

⁵ Para mais detalhes, ver Oliveira (2006).

⁶ Algumas variáveis são muito importantes para a análise das uniões, como a escolaridade e a religião (LONGO, 2011, 2014). No entanto, como o foco deste estudo é a população indígena e essas variáveis devem ser olhadas com cautela nessa população, optou-se por não incluí-las na análise.

⁷ A informação sobre localização do companheiro/cônjuge foi uma das variáveis utilizadas pelo IBGE para calcular o tipo de família, variável auxiliar disponível na amostra dos microdados do Censo, visto que a informação sobre relação de parentesco com o responsável pela família não foi incluída no questionário do Censo 2010, mas somente a relação de parentesco com o responsável pelo domicílio/oca.

cônjuge para as famílias primárias. No caso das famílias secundárias (conviventes), somente foi possível identificar o cônjuge da mulher que morava fora de Terras Indígenas, uma vez que os dados divulgados pelo IBGE não incluem a identificação de família em unidades domésticas localizadas em TI (IBGE, 2010). Isso ocorreu porque a variável de localização do companheiro/cônjuge apresentou problemas na coleta de dados com o dispositivo móvel de captura de dados para setores censitários localizados em Terras Indígenas, como descrito no informe metodológico do Censo (IBGE, 2013), impedindo que se identifique o cônjuge/companheiro de mulheres unidas que não sejam a responsável ou a cônjuge no domicílio/oca. Assim, devido ao perfil residencial de populações indígenas, muito diferenciado das não indígenas, que, em geral, residem em domicílios com somente um núcleo reprodutor (família), a perda é considerável. Essa é uma questão que merece atenção, pois implica que não se pode conduzir a análise de homogamia para grande parcela das mulheres indígenas, como mostrado na seção de resultados, que exclui todas as mulheres casadas que não eram chefe ou cônjuge/companheira residentes em TI. Ou seja, a análise de homogamia indígena apresenta seletividade grande, visto que as mulheres indígenas incluídas na análise podem apresentar comportamento muito diferenciado daquelas que foram excluídas do estudo.

Resultados

Idade média à união (SMAM – Singulate Mean Age at Marriage)

Os resultados apresentados na Tabela 1 mostram que os indígenas têm a menor idade média à união, tanto para as mulheres (20,25 anos) quanto para os homens (23,72 anos) do que as demais categorias de raça/cor. No caso da idade média ao casar no civil e/ou religioso, os homens indígenas também apresentaram os menores valores de SMAM, embora para as mulheres esse mesmo padrão não se verifica, pois as mulheres brancas e amarelas têm uma SMAM inferior à das indígenas. Esse resultado pode estar associado ao fato de que os casamentos formalizados são menos frequentes entre as indígenas, principalmente entre as mais jovens.

Considerando-se apenas as pessoas que se declararam⁸ indígenas no Censo Demográfico, podemos estender essa análise para aqueles que moram em áreas urbanas e rurais e os residentes em municípios que contêm ou não Terras Indígenas. Os resultados mostram que as menores idades médias à união ocorrem em áreas rurais e em municípios com Terras Indígenas. Nesse caso, tal resultado corrobora o fato de que a união indígena acontece precocemente e guarda relação direta com a localização desses indígenas. Quanto ao casamento formal, nota-se o mesmo padrão revelado pela idade média à união, com destaque para as áreas rurais, com indígenas que apresentam idades médias inferiores às dos indígenas residentes em municípios com Terras Indígenas.

⁸ É importante destacar que apenas 35% das informações de raça/cor prestadas no Censo Demográfico foram dadas pela própria pessoa, portanto, estamos falando mais de alterdeclaração do que de autodeclaração. No entanto, como essa variável não foi incluída nesse estudo, considera-se a informação de raça/cor como autodeclaração.

TABELA 1
Idade média (1) à união e ao casamento formalizado, por sexo, segundo características populacionais selecionadas
Brasil – 2010

Características selecionadas	Idade média à união		Idade média ao casamento civil/religioso	
	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens
Total	22,95	25,96	29,68	31,95
Branco	23,57	26,47	29,13	31,59
Pretos	22,68	25,11	30,63	32,03
Amarelos	22,15	25,86	29,10	31,53
Pardos	22,43	25,64	30,06	32,19
Indígenas	20,25	23,72	29,74	31,37
Residentes em municípios com TI	20,17	23,27	28,96	30,02
Residentes em municípios sem TI	20,85	24,67	29,85	31,92
Residentes em área urbana	20,91	24,69	30,22	32,24
Residentes em área rural	20,12	23,04	28,32	29,22

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2010, microdados da amostra.

(1) Elaborada de acordo com metodologia descrita em Newell (1988).

Após identificar a média de idade às uniões (formais e informais), outra análise se torna necessária: conhecer como se dão essas uniões, do ponto de vista da endogamia/exogamia da raça/cor e considerando características importantes como idade, situação do domicílio e tipo do município de residência.

Perfil das uniões

A Tabela 2 traz uma caracterização das mulheres incluídas e não incluídas na análise de homogamia, segundo grupos etários e situação do domicílio, além de indicar as taxas de perda (mulheres excluídas da análise). Como mencionado, a grande perda se dá para as mulheres residentes em Terras Indígenas, onde a localização do companheiro/cônjuge não está disponível, resultando em mais de 80% de exclusão das mulheres indígenas da análise. Adicionalmente, como se pode observar, as taxas de perda de casos por idade ocorreram mais para a população indígena do que para a não indígena, sendo ainda maiores para as idades mais novas.

As indígenas da área rural também são as que apresentam o menor percentual de nunca unidas nas idades de 15 a 19 anos. Entre as não indígenas, destacam-se as baixas taxas de perda de casos nas áreas rurais. Além disso, a maior proporção de nunca unidas dos 15 a 19 anos é encontrada nas áreas urbanas.

A análise da homogamia por raça/cor, portanto, inclui mulheres de 20 anos ou mais, casadas ou unidas, sem informações ignoradas e em arranjos nos quais foi possível identificar o parceiro, totalizando 38.258.421 mulheres (na amostra expandida). Desse total, a maioria é casada (65,4%), mora em área urbana (84,2%). A maior parte (50,2%) está no grupo etário de 30 a 49 anos.

TABELA 2
Mulheres incluídas e não incluídas nas análises de homogamia por raça/cor, por situação do domicílio, segundo grupos de idade
Brasil – 2010

Grupos de idade (em anos)	Total de mulheres	Unidas	Urbano		
			Total de mulheres incluídas na análise	Taxa de perda (%)	% de nunca unidas
Indígenas					
15-19	14.313	3.090	-	-	72,32
20-29	27.988	16.078	14.599	9,20	27,50
30-49	64.045	33.933	32.022	5,63	6,74
50 e mais	40.296	16.917	15.882	6,12	6,39
Não indígenas					
15-19	7.025.066	954.692	-	-	82,62
20-29	14.950.539	7.329.840	7.114.489	2,94	40,17
30-49	24.405.749	16.762.958	16.352.227	2,45	11,90
50 e mais	18.272.643	8.867.788	8.691.727	1,99	7,79
Rural					
Grupos de idade (em anos)	Total de mulheres	Unidas	Total de mulheres incluídas na análise	Taxa de perda (%)	% de nunca unidas
Indígenas					
15-19	26.328	9.210	-	-	59,95
20-29	38.829	27.281	4.260	84,39	21,72
30-49	59.670	34.719	6.533	81,18	4,33
50 e mais	25.166	15.712	3.601	77,08	5,07
Não indígenas					
15-19	1.362.292	282.898	-	-	75,78
20-29	2.236.851	1.437.085	1.408.942	1,96	27,86
30-49	3.475.541	2.865.677	2.818.345	1,65	7,35
50 e mais	2.778.018	1.819.621	1.795.794	1,31	5,40

Fonte: Censo Demográfico 2010, microdados da amostra.

Em relação às indígenas, a maioria também é casada (51,7%), mora em área urbana (81,3%) e 50,1% também estão no grupo etário de 30 a 49 anos.

Esses resultados mostram que a população autodeclarada indígena tem características diferenciadas dos totais de população, pois, mesmo sendo um grupo percentualmente pequeno, é nítida a sobre-representação em termos proporcionais da população indígena entre as mulheres em união consensual, moradoras em áreas rurais (Tabela 1 do Anexo), características que seriam ainda mais distintas se todas as mulheres indígenas residentes em TI tivessem sido incluídas na análise.

Quando se analisa a distribuição percentual das uniões por raça/cor dos cônjuges, encontra-se uma distribuição que sofre influência direta do tamanho dos grupos de raça/cor, como pode ser visualizado na Tabela 3, que apresenta os dados conforme observados e os padronizados. Os percentuais para uniões de amarelos e indígenas são todos abaixo de 1,0%, refletindo a proporção desses segmentos na população brasileira. Assim, fica evidenciada a necessidade de padronizar os dados, como já mencionado na metodologia.

Nesse caso, todos os resultados apresentados e discutidos nesta seção foram realizados com base na distribuição padronizada, ou seja, considerando-se hipoteticamente que todos os grupos de raça/cor tivessem o mesmo tamanho, sendo possível analisar como ocorreriam as uniões entre esses grupos. Com base nessa distribuição percentual padronizada, também é possível calcular as taxas de endogamia e exogamia.

Os dados padronizados mostram que a maior endogamia por raça/cor é encontrada entre os indígenas (91,5%). Isso significa que de todas as uniões em que pelo menos uma pessoa é indígena, em 91,5% delas ocorre a união entre dois indígenas, independentemente da etnia específica de cada um deles. Nenhuma outra categoria de raça/cor atingiu uma endogamia tão forte, sendo verificados 62,0% para branca, 67,8% para preta, 82,7% para amarela e 59,0% para parda (Tabela 3).

Como já apontado anteriormente, é necessário analisar essa informação com cautela. Essa expressiva endogamia é observada quando se considera apenas a declaração de raça/cor. Dentro desse grupo de indígenas endogâmicos, encontram-se indivíduos de etnias diferentes ou que falam línguas distintas. Nesse caso, é possível que, do ponto de vista da antropologia, sejam incluídos casais exogâmicos. No entanto, como não é possível nesse momento trabalhar tais informações, a análise aqui realizada sobre uniões endogâmicas/exogâmicas entre indígenas considera a endogamia/exogamia por raça/cor declarada, ou seja, a união entre indígenas e as demais categorias de raça/cor.

TABELA 3
Distribuição não padronizada e padronizada das uniões (1), segundo raça/cor dos casais
Brasil – 2010

Raça/cor do homem	Raça/cor da mulher					Em porcentagem	
	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	Total	
Não padronizada							
Branco	37,3	1,8	0,3	10,0	0,1	49,4	
Preto	2,3	3,5	0,1	2,8	0,0	8,6	
Amarelo	0,3	0,1	0,5	0,3	0,0	1,1	
Pardo	10,6	1,6	0,4	28,0	0,0	40,7	
Indígena	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1	0,2	
Total	50,5	6,9	1,3	41,1	0,2	100,0	
Padronizada							
Branco	62,0	12,2	4,3	18,8	2,7	100,0	
Preto	10,7	67,8	5,2	14,5	1,8	100,0	
Amarelo	4,8	5,6	82,7	5,4	1,4	100,0	
Pardo	19,9	12,4	6,3	59,0	2,5	100,0	
Indígena	2,6	2,0	1,6	2,3	91,5	100,0	
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0		
Total valor absoluto	19.332.503	2.629.894	479.877	15.739.249	76.897	38.258.421	

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010, microdados da amostra.

(1) Uniões com mulheres de 20 anos ou mais de idade e não inclui casais residentes em Terras Indígenas que não eram o responsável ou o cônjuge/companheiro no domicílio/oca.

Outras diferenças nas proporções das uniões por raça/cor começam a aparecer quando se analisam separadamente o tipo de união, a situação do domicílio e se o município de residência possui ou não Terra Indígena (Tabela 2 do Anexo).

Em relação ao tipo de união, percebe-se que a endogamia é maior entre as casadas (64,1% para brancas, 71,0% para pretas, 84,8% para amarelas, 61,1% para pardas e 92,0% para indígenas) do que entre as unidas (56,7%, 61,9%, 77,0%, 54,8% e 90,6%, respectivamente). Note-se que a menor diferença se dá entre as indígenas, provavelmente devido ao alto grau de endogamia.

Considerando a situação do domicílio, encontram-se diferenças importantes que mostram que a endogamia é mais presente em áreas rurais (66,8% para brancas, 70,7% para pretas, 81,1% para amarelas, 61,3% para pardas e 96,4% para indígenas) em relação às áreas urbanas (61,0%, 67,0%, 82,8%, 58,1% e 89,9%, respectivamente). A exceção, nesse caso, são os autodeclarados amarelos. De toda forma, as maiores proporções de uniões endogâmicas também são encontradas entre os indígenas.

Os municípios que contêm Terras Indígenas também concentram as maiores proporções de uniões endogâmicas por raça/cor, mesmo entre os não indígenas. Ainda assim, nesses municípios são encontrados os maiores percentuais de endogamia por raça/cor entre os indígenas (93,6%).

A partir dessa distribuição percentual das uniões, é possível calcular as taxas de endogamia e exogamia dessas populações por faixas de idade das mulheres. Assim, pode-se analisar uma medida sintética que traz informações importantes para conhecer como se dão as uniões entre as diferentes coortes.

A Tabela 4 traz as taxas de endogamia e exogamia calculadas a partir da distribuição percentual das uniões por raça/cor dos parceiros. As taxas de endogamia por raça/cor mostram três questões importantes para o tema discutido neste trabalho.

A primeira é a relação da endogamia com as características investigadas, pois as maiores taxas de endogamia são encontradas entre as pessoas casadas, em áreas rurais e em municípios com Terras Indígenas. Esse resultado ressalta a relevância da raça/cor para as uniões formalizadas e em locais que podem dar mais importância à formalização da união.

A segunda questão é a relação encontrada entre as taxas de endogamia e as faixas de idade selecionadas para as mulheres. Para aquelas de 20 anos ou mais, quanto maior a faixa de idade analisada, maior é a endogamia. Esse resultado também corrobora o ponto destacado acima, pois mulheres mais velhas podem ter maiores dificuldades de transpor as barreiras que resultem em casamentos inter-raciais.

A terceira questão trata da endogamia indígena, que é muito mais alta do que para o conjunto dos casais com mulheres de 20 anos ou mais. No caso dos indígenas, apesar de quase todas as taxas serem acima de 90%, há também uma propensão maior para a endogamia entre as casadas formalmente, moradoras de áreas rurais e em municípios com Terras Indígenas. A diferença, nesse caso, aparece em relação aos grupos de idade investigados, sendo encontradas taxas de endogamia ligeiramente menores para o grupo

de mulheres de 30 a 49 anos entre as unidas, moradoras de áreas urbanas e em municípios sem Terra Indígena. Esse resultado chama mais atenção porque as indígenas mais novas (20 a 29 anos) nesses grupos possuem taxas um pouco superiores.

TABELA 4
Taxas de endogamia e exogamia por raça/cor, segundo grupos de idade, condição marital (1), situação do domicílio e tipo do município
Brasil – 2010

Grupos de idade (em anos) e características selecionadas	Taxa geral de endogamia (2)	Taxa geral de exogamia (2)	Em porcentagem	
			Taxa de endogamia indígena (3)	Taxa de exogamia indígena (4)
Total	61,5	38,5	91,5	8,5
20-29	57,7	42,3	91,8	8,2
30-49	60,0	40,0	90,9	9,1
50 e mais	66,7	33,3	92,3	7,7
Casadas	63,7	36,3	92,0	8,0
20-29	58,6	41,4	92,0	8,0
30-49	61,9	38,1	91,6	8,4
50 e mais	68,2	31,8	92,4	7,6
Unidas	56,6	43,4	90,6	9,4
20-29	56,7	43,3	91,5	8,5
30-49	56,1	43,9	89,7	10,3
50 e mais	58,3	41,7	91,1	8,9
Área urbana	60,6	39,4	89,9	10,1
20-29	56,9	43,1	90,1	9,9
30-49	59,1	40,9	89,2	10,8
50 e mais	65,9	34,1	90,8	9,2
Área rural	64,4	35,6	96,4	3,6
20-29	60,4	39,6	96,2	3,8
30-49	63,6	36,4	96,3	3,7
50 e mais	68,5	31,5	96,5	3,5
Residentes em municípios com Terras Indígenas	63,2	36,8	93,6	6,4
20-29	57,7	42,3	93,1	6,9
30-49	61,6	38,4	93,1	6,9
50 e mais	69,3	30,7	94,6	5,4
Residentes em municípios sem Terras Indígenas	60,9	39,1	89,5	10,5
20-29	57,5	42,5	89,7	10,3
30-49	59,4	40,6	88,6	11,4
50 e mais	66,0	34,0	90,7	9,3

Fonte: Censo Demográfico 2010, microdados da amostra.

(1) União com mulheres de 20 anos ou mais de idade e não inclui casais residentes em Terras Indígenas que não eram o responsável ou o cônjuge/companheiro no domicílio/oca.

(2) Inclui todas as categorias de raça/cor.

(3) Ambos os cônjuges são indígenas.

(4) Apenas um dos cônjuges é indígena.

Vale destacar que o Censo de 2010 registrou, pela primeira vez, situações de poliginia entre os indígenas, com a possibilidade de uma mulher ter sido associada a um mesmo cônjuge/companheiro já associado a outra mulher. Assim, foram encontrados casos de

poligínia em uniões indígenas com 2 e 3 cônjuges residentes em um mesmo domicílio. Por ser um número muito pequeno de casos e a expansão da amostra traria resultados com coeficientes de variação muito altos, optou-se por não analisar essas uniões no presente trabalho.⁹

Ainda que haja limitações na análise dos indígenas em razão das restrições metodológicas já mencionadas neste trabalho, os resultados aqui apresentados mostram que a população indígena tem características próprias em relação à nupcialidade e à formação das uniões. Tais aspectos serão discutidos na seção final deste trabalho.

Discussão

Há uma ampla literatura em antropologia que trata de aspectos socioculturais que influenciam a configuração da nupcialidade indígena a partir de uma abordagem qualitativa e localmente situada (MELATTI, 1987; VIVEIROS DE CASTRO, 1995). Apesar da grande contribuição desses estudos para a compreensão dos padrões de união (e cabe indicar que o conceito de nupcialidade não é frequentemente utilizado nos estudos etnológicos), a análise dos dados censitários acerca das uniões pode ajudar a evidenciar tendências e aspectos mais abrangentes, do ponto de vista dos estudos de população, sobre a nupcialidade das populações indígenas no Brasil.

Nesse sentido, os dados do Censo Demográfico 2010 constituem uma importante fonte que, com representatividade nacional, permite estudar os padrões de uniões segundo raça/cor no Brasil. Apesar dos problemas com os dados, esta análise é a mais aprofundada acerca dos perfis de nupcialidade de indígenas em comparação com outras categorias de raça/cor já conduzida com base em dados censitários no país, com o intuito de mostrar a potencialidade das análises possíveis, ainda que com as limitações impostas, tanto pela forma de coleta e divulgação dos dados, como por erros de levantamento de dados. Para tanto, foram calculadas as idades médias ao casamento formal e à união e também taxas de endogamia e exogamia por raça/cor para diversos grupos populacionais, considerando-se os grupos etários, situação do domicílio e tipo de município de residência, características importantes para a formação das uniões.

Vale reiterar a necessidade de analisar os dados censitários sobre nupcialidade indígena com extrema cautela devido às já aludidas limitações intrínsecas às categorias censitárias. Nesse sentido, noções como “união formal” e “união informal” são limitadas para captar as especificidades e multiplicidades dos arranjos matrimoniais presentes nas sociedades indígenas no Brasil. Como amplamente descrito na literatura

⁹ Nesse ponto cabe um esclarecimento da forma como foi coletada essa informação: o questionário permitia registrar para as mulheres, na pergunta sobre quem vivia em companhia de cônjuge ou companheiro, o nome deste e quando residia no mesmo domicílio, anotou-se o número de ordem na lista de pessoas residentes no domicílio. Cabe indicar que, na fase de crítica dos dados censitários por parte do IBGE, registros de homens com mais de um cônjuge para a população não indígena foram tratados como erros de registro e eliminados da base de dados, no entanto, esta informação está disponível somente para mulheres residentes fora de Terra Indígena, pelos problemas de coleta apontados anteriormente.

antropológica, a questão da “formalização” de casamentos nessas sociedades segue critérios próprios, cuja diversidade não é abarcada na dicotomia formal/informal (MELLATI, 1987; SEEGER, 1980; VIVEIROS DE CASTRO, 1995). O conceito de informalidade pode, inclusive, ser distinto para os indivíduos. A partir dos dados coletados pelo Censo 2010, uma união não formalizada (consensual) baseia-se unicamente na ausência do casamento civil e/ou religioso para os casais que moram juntos. No entanto, os graus de comprometimento para essas uniões podem variar e essa é uma informação bastante subjetiva e não passível de ser captada. Mesmo assim, é somente dessa forma, considerando tal dicotomia, que se pode conhecer as uniões a partir dos dados censitários, ainda que não seja rigorosamente representativa, principalmente, de parte das uniões indígenas.

Nos últimos anos houve um expressivo incremento nas pesquisas sobre demografia dos povos indígenas a partir de dados censitários (AZEVEDO, 2011; PAGLIARO et al., 2005; IBGE, 2012a; SANTOS; TEIXEIRA, 2011). Além de análises voltadas para a caracterização de dinâmicas demográficas propriamente, têm sido realizadas investigações que analisam criticamente como são captados os dados censitários para os indígenas, com atenção para a influência de fatores socioeconômicos e culturais (PEREIRA et al., 2005, 2009; SANTOS et al., 2015). Nessa linha, Santos et al. (2015) analisaram dados do Censo 2010 sobre parturição de mulheres das Regiões Norte e Nordeste e observaram que as indígenas residentes na área rural do Norte apresentaram as mais elevadas proporções de respostas não providas pela própria mulher, o que pode ter ocorrido devido a dificuldades de coleta dos dados em função de diferenças linguísticas e do fato de as informações serem prestadas por pessoas que não conheciam suficientemente bem a história reprodutiva das mulheres. Na vertente de combinar criticamente questões ligadas à produção e análise de dados censitários referentes aos indígenas no Brasil, esse trabalho se defrontou com desafios conceituais e metodológicos enormes.

Mesmo diante dessas diversas limitações, é bastante chamativo que os padrões observados na presente investigação guardam proximidade com cenários descritos em etnografias que, ainda que não de uma vertente demográfica propriamente, abordaram o tema do casamento e com os poucos estudos de vertente demográfico-antropológica realizados em comunidades indígenas específicas (AZEVEDO, 2005; COIMBRA et al., 2002; MELATTI, 1987). Nesse sentido, os resultados sugerem que a idade média à união dos indígenas é a menor entre todas as categorias de raça/cor. Além disso, a idade média à união dessa população é menor em áreas rurais e em municípios que contêm Terras Indígenas. Ainda que não seja possível generalizar, diversos estudos etnológicos e em antropologia demográfica realizados em comunidades indígenas específicas indicam que é comum as mulheres se casarem bastante jovens, inclusive na faixa de 10 a 15 anos de idade (AZEVEDO, 2005; COIMBRA et al., 2002; MELATTI, 1987; TASSINARI, 1995).

A constatação de que os dados censitários também indicam elevadas taxas de “endogamia” em indígenas, no sentido de casamento nos quais ambos os cônjuges são

de uma mesma categoria de cor ou raça, é igualmente condizente com outras análises recentes sobre demografia indígena (PAGLIARO et al., 2005). A maior tendência às uniões entre indígenas, verificada tanto em áreas rurais quanto urbanas, pode indicar um processo de manutenção da identidade étnica e de reprodução sociocultural dos povos indígenas no Brasil. Para confirmar essa hipótese, se faz necessária a realização de pesquisas demográficas específicas para a população indígena, que não devem se restringir aos censos decenais. Tais investigações poderiam prover informações relevantes com vistas à maior adequação dos instrumentos de coleta de dados, inclusive os utilizados nos censos nacionais, de modo a permitir que o mesmo possa captar as especificidades socioculturais e de relações interétnicas que configuram a nupcialidade entre os povos indígenas.

Ainda com respeito à questão da “endogamia”, podem ser informativos os resultados de análises recentes sobre a composição dos domicílios segundo raça/cor a partir do Censo 2010. Marinho (2015) investigou a composição dos domicílios no Brasil segundo recorte de raça/cor e observou as mais elevadas frequências de homogeneidade para indígenas. Para o Brasil como um todo, urbano e rural combinados, 73,0% dos indígenas viviam em domicílios nos quais todos os outros residentes eram também indígenas. Na situação rural, as proporções para indígenas foram superiores a 90% em todas as regiões, alcançando 95,2% no Norte e 96,6% no Centro-Oeste. Ou seja, as taxas de “endogamia” no tocante à raça/cor na população parecem se vincular a particularidades de composição dos domicílios indígenas, marcadamente mais homogêneos por raça/cor se comparados aos não indígenas.

Na condução da presente investigação não foram consideradas dimensões usualmente exploradas em pesquisas sobre nupcialidade que exploram questões de endogamia *versus* exogamia. Temáticas como escolaridade e religião têm sido apontadas como importantes questões que influenciam a escolha de parceiros no Brasil (LONGO, 2011, 2015; RIBEIRO; SILVA, 2009). Levando em conta as particularidades que envolvem a definição e captação de dados censitários sobre pertencimento religioso (PISSOLATO, 2013), optou-se por não explorar essa variável no presente estudo. Não obstante, e sem dúvida, seria importante investigar os padrões de nupcialidade indígena considerando-se uma gama de fatores mais ampla, principalmente pertencimento étnico e línguas faladas, o que foi coletado no Censo 2010 para os indígenas. Uma proposta de análise futura seria utilizar os dados do universo de forma desagregada em paralelo com os dados da amostra do Censo Demográfico. Para isso, seria necessário o acesso a esses dados via procedimento específico exigido pelo IBGE para esse tipo de estudo, que é feito em sala de sigilo.¹⁰ Para elaborar essa análise, torna-se necessária a interface entre demografia e antropologia, de modo a identificar as possíveis endogamias étnicas e linguísticas.

¹⁰ A sala de sigilo permite acesso aos microdados do universo, de forma desagregada. Porém, toda análise é feita em ambiente controlado, sem acesso à internet ou formas de cópia dos dados, sendo que os resultados são submetidos a um comitê avaliador para sua liberação para publicação, de modo a garantir o sigilo dos dados.

Em conclusão, a principal contribuição deste trabalho foi avançar nos estudos sobre a demografia dos povos indígenas a partir dos resultados apresentados sobre a nupcialidade indígena a partir do Censo Demográfico. Embora com limitações metodológicas, foi possível analisar as uniões indígenas sob a perspectiva demográfica, trazendo à discussão os aspectos da nupcialidade que fogem à análise unicamente dos dados censitários. Mesmo com uma análise das uniões indígenas menos abrangente, devido ao fato de que não é toda a população indígena que está sendo analisada e que há dados importantes que não foram considerados, como o pertencimento étnico e as línguas faladas, este estudo é pioneiro no conhecimento da nupcialidade indígena e na caracterização de certos perfis de união entre indígenas e demais categorias de raça/cor, pelo menos do ponto de vista demográfico. Ainda assim, a junção das visões demográfica e antropológica é fundamental para se avançar nos estudos da demografia indígena.

Os avanços na captação de informações para a população indígena realizados pelo Censo 2010 são inegáveis. Não obstante, como evidenciado neste artigo, a forma e a disponibilidade dos dados demográficos sobre os indígenas nos bancos de dados limitam algumas análises, como a da nupcialidade. É importante que o próximo Censo Demográfico traga essas mesmas informações e que sejam estudadas novas formas para divulgá-las juntamente com os demais dados da amostra, assim como será necessário fazer testes cognitivos e extensivos testes pilotos com o uso de novas tecnologias para que estas não interfiram de maneira negativa na captação dos dados de alguns segmentos populacionais na próxima rodada do Censo.

Referências

- AGRESTI, A. **Categorical data analysis**. New York: John Wiley & Sons, 1990.
- AZEVEDO, M. M. **Demografia dos povos indígenas do Alto Rio Negro/AM: um estudo de caso de nupcialidade e reprodução**. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, Campinas, 2003.
- _____. Demografia dos povos indígenas do Alto Rio Negro. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, p. 235-244, 1994. Disponível em: <<http://www.abep.org.br>>. Acesso em: 24 nov. 2015.
- _____. O Censo 2010 e os povos indígenas. In: RICARDO, B.; RICARDO, F. (Org.). **Povos indígenas no Brasil: 2006-2010**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011. p. 45-48.
- _____. Povos indígenas no Alto Rio Negro: um estudo de caso de nupcialidade. In: PAGLIARO, H.; AZEVEDO, M. M.; SANTOS, R. V. (Org.). **Demografia dos povos indígenas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz/Abep, 2005. p. 33-58.
- COIMBRA JR., C. E. A.; FLOWERS, N. M.; SALZANO, F. M.; SANTOS, R. V. **The Xavante in transition: health, ecology and bioanthropology in Central Brazil**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2002.
- FU, V. K. Racial intermarriage pairings. **Demography**, Chicago, v. 38, n. 2, p. 147-160, May 2001.
- GULLICKSON, A. Education and black-white interracial marriage. **Demography**, Chicago, v. 43, n. 4, p. 673-689, Nov. 2006.

HEY, D. Nuptiality. **The Oxford Companion to family and local history**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Tendências demográficas: uma análise dos indígenas com base nos resultados da amostra dos Censos Demográficos de 1991 e 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

_____. **Censo Demográfico: microdados**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

_____. **Os indígenas no Censo Demográfico 2010: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012a.

_____. **Nupcialidade, fecundidade e migração: resultados da amostra**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012b.

_____. **Metodologia do Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

LÉVI-STRAUSS, C. **As estruturas elementares do parentesco**. São Paulo: Editora Vozes, 1982.

LONGO, L. A. F. B. **União intra e interracial, status marital, escolaridade e religião no Brasil: um estudo sobre a seletividade marital feminina, 1980-2000**. Tese (Doutorado em Demografia) – Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Universidade Federal de Minas Gerais – Cedeplar/UFMG, Belo Horizonte, 2011.

_____. Exogamia racial, educacional e religiosa: o papel do *status* marital. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, XIX. **Anais...** Caxambu: Abep, 2014. Disponível em: <http://abep.info/files/trabalhos/trabalho_completo/TC-8-32-481-485.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2015.

MARINHO, G. **Domicílios indígenas nos Censos Demográficos: classificação, composição e interfaces com a saúde**. Tese (Doutorado em Epidemiologia em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz – Fiocruz, Rio de Janeiro, 2015.

MAYBURY-LEWIS, D. **Dialectal societies: the Gê and Bororo of Central Brazil**. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1979.

MELATTI, J. C. **Índios do Brasil**. 5. ed. São Paulo: Hucitec; Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1987.

NEWELL, C. **Methods and models in demography**. New York: The Guilford Press, 1988.

OLIVEIRA, R. V. C. **Modelos de Goodman para a análise de endogamia de cor: Brasil 2000**. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas, IBGE, Rio de Janeiro, 2006.

PAGLIARO, H.; AZEVEDO, M. M.; SANTOS, R. V. Demografia dos povos indígenas no Brasil: um panorama crítico. In: PAGLIARO, H.; AZEVEDO, M. M.; SANTOS, R. V. (Org.). **Demografia dos povos indígenas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz/Abep, 2005. p. 11-32.

PEREIRA, N. O. M.; AZEVEDO, M. M.; SANTOS, R. V. Perfil demográfico e socioeconômico das pessoas que se autodeclararam indígenas no Brasil. In: PAGLIARO, H.; AZEVEDO, M. M.; SANTOS, R. V. (Org.). **Demografia dos Povos indígenas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz/Abep, 2005. p. 155-166.

PEREIRA, N. O. M.; SANTOS, R. V.; WELCH, J. R.; COIMBRA JR., C. E. A.; SOUZA, L. G. Demography, territory, and identity of indigenous peoples in Brazil: the Xavante Indians and the 2000 Brazilian national census. **Human Organization**, v. 68, n. 2, p.166-180, 2009.

PETRUCELLI, J. L. Seletividade por cor e escolhas conjugais no Brasil dos 90. **Estudos Afro-Asiáticos**, v. 23, n. 1, p. 30-51, 2001.

PISSOLATO, E. Tradições indígenas nos censos brasileiros: questões em torno do reconhecimento indígena e da relação entre indígenas e religião. In: TEIXEIRA, F.; MENEZES, R. (Org.). **Religiões em movimento: o Censo de 2010**. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 235-252.

POZZOBON, J. O mínimo demográfico de um sistema de metades exogâmicas (uma simulação em computador). **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 11, n. 2, p. 139-154, 1994.

QIAN, Z. Breaking the racial barriers: variations in interracial marriage between 1980 and 1990. **Demography**, Chicago, v. 34, n. 2, p. 263-276, May 1997.

RIBEIRO, C. A. C.; SILVA, N. V. Cor, educação e casamento: tendência da seletividade marital no Brasil, 1960 a 2000. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 52, n. 1, p. 7-51, 2009.

SHAPIRO, J. Marriage rules, marriage exchange, and the definition of marriage in Lowland South America societies. In: KENSINGER, K. M. (Ed.). **Marriage practices in Lowland South America**. Illinois Studies in Anthropology, n. 14. Urbana: University of Illinois Press, 1984. p. 1-30.

SANTOS, R. V.; BASTOS, J. L.; CRUZ, O. G.; LONGO, L. A. F.; FLOWERS, N. M.; PEREIRA, N. O. M. Parity of indigenous and non-indigenous women in Brazil: does the reported number of children born depend upon who answers national census questions? **PLoS ONE**, v. 10, n. 4, p. e0123826, 2015.

SEEGER, A. **Os índios e nós: estudos sobre sociedades tribais brasileiras**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.

SHRYOCK, H.; SIEGEL, J. S. **The methods and materials of demography**. San Diego: Academic Press, 1976.

TASSINARI, A. M. I. Sociedades indígenas: introdução ao tema da diversidade cultural. In: SILVA, A. L.; GRUPIONI, L. D. B. (Org.). **A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus**. Brasília: MEC/Unesco, 1995. p. 445-479.

TEIXEIRA, P. **Sateré-Mawé: retrato de um povo indígena**. Belém: Unicef/Fundo de População das Nações Unidas, 2005.

TELLES, E. E. **Racismo à brasileira: uma nova perspectiva sociológica**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

VIEIRA, J. M.; ALVES, L. C. Comportamento da nupcialidade no Brasil e nas unidades federativas em 2000 e 2010. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, XIX. **Anais...** Caxambu: Abep, 2014. Disponível em: <http://abep.info/files/trabalhos/trabalho_completo/TC-8-32-131-210.pdf>. Acesso em: 23 nov. 2015.

VIVEIROS DE CASTRO, E. (Org.). **Antropologia do parentesco: estudos ameríndios**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

Sobre as autoras

Luciene Aparecida Ferreira de Barros Longo é doutora em Demografia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais (Cedeplar/UFMG). Tecnologista em informações geográficas e estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Luciane Ouriques Ferreira é doutora em Antropologia Social pela Universidade Federal de Santa Catarina, bolsista de pós-doutorado do Programa Brasil Sem Miséria/Capes na Escola Nacional de Saúde Pública/Fundação Oswaldo Cruz.

Marta Maria do Amaral Azevedo é doutora em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Professora do Programa de Pós-Graduação em Demografia do Instituto

de Filosofia e Ciências Humanas, Núcleo de Estudos de População, Universidade Estadual de Campinas (IFCH/Nepo/Unicamp), pesquisadora do Nepo.

Endereço para correspondência

Luciene Aparecida Ferreira de Barros Longo

Rua Oliveira, 523, Cruzeiro
30310-150 – Belo Horizonte-MG, Brasil

Luciane Ouriques Ferreira

Rua Riachuelo, 119, apto. 705, Lapa
20230-010 – Rio de Janeiro-RJ, Brasil

Marta Maria do Amaral Azevedo

Universidade Estadual de Campinas – Núcleo de Estudos de População, Cidade
Universitária Zeferino Vaz, Caixa Postal 6166, Barão Geraldo
13081-970 – Campinas-SP, Brasil

Abstract

Nuptiality of indigenous people: possibilities and limitations of analyses using the Demographic Census of 2010

This paper analyzes nuptiality data from the Brazilian 2010 Demographic Census, with a focus on indigenous women. There is an extensive anthropological literature about the social organization of indigenous peoples in Brazil and its relation to marriage practices. Concerning the demographic field, however, very little is known about nuptiality in this segment of the population and how it compares with non-indigenous women. The objective is to present an analysis of nuptiality patterns, using the surveyed categories of race/color in the 2010 Census, focusing on indigenous population. The mean age of women at marriage and non formal union by race/color and endogamy and exogamy rates are estimated, showing results stratified by age groups, marital status, place of residence urban or rural, and residents in municipalities with or without Indigenous Lands. Despite the evident data limitation, the results show that indigenous women present the lowest mean age at marriage, as well as the highest endogamy rates by race/color.

Keywords: Nuptiality. Indigenous peoples. Race/color. Demographic Census. Brazil.

Resumen

Nupcialidad de los indígenas: posibilidades y limitaciones de análisis utilizando datos del Censo Demográfico de 2010

Este artículo analiza los datos de nupcialidad del Censo Demográfico brasileño de 2010, con especial atención a las mujeres indígenas. Hay una extensa literatura antropológica sobre la organización social de los pueblos indígenas en Brasil y su relación con las prácticas matrimoniales. Cuando se trata de la demografía, sin embargo, se sabe muy poco acerca de la nupcialidad en este segmento de la población y cómo se compara con las mujeres no indígenas. El objetivo es presentar un análisis de los patrones de nupcialidad, utilizando las categorías de auto declaradas de raza/color de la piel en el Censo de 2010, centrándose en la población indígena. Se calcula la edad media a la unión formal y consensual y, también, las tasas de endogamia y exogamia por raza/color, con los resultados estratificados por grupos de edad, situación conyugal, área de residencia (rural o urbana) y domicilio en municipalidades con Tierras Indígenas. A pesar de las evidentes limitaciones de los datos, y el uso de métodos demográficos indirectos, los resultados muestran que, entre todas las categorías de raza/color, la edad media al matrimonio de los indígenas es la más baja y sus tasas estandarizadas de endogamia por raza/color son las más altas.

Palabras clave: Nupcialidad. Indígenas. Raza/color. Censo Demográfico. Brasil.

Recebido para publicação em 30/11/2015

Recomendado para publicação em 19/09/2016

Aceito para publicação em 04/11/2016

Anexo

TABELA 1
Mulheres de 20 anos ou mais de idade, segundo grupos de idade, condição marital, situação do domicílio e tipo do município
Brasil – 2010

Grupos de idade (em anos), condição marital, situação do domicílio e tipo do município	Total	%		Indígenas	%	
Total	38.258.421	100,0		76.897	100,0	
20-29	8.542.290	22,3		18.859	24,5	
30-49	19.209.127	50,2		38.555	50,1	
50 e mais	10.507.004	27,5		19.483	25,3	
Casadas	25.026.249	65,4	100,0	39769	51,7	100,0
20-29	3.799.585	9,9	15,2	6055	7,9	15,2
30-49	12.434.824	32,5	49,7	19829	25,8	49,9
50 e mais	8.791.839	23,0	35,1	13884	18,1	34,9
Unidas	13.232.172	34,6	100,0	37128	48,3	100,0
20-29	4.742.705	12,4	35,8	12804	16,7	34,5
30-49	6.774.303	17,7	51,2	18726	24,4	50,4
50 e mais	1.715.164	4,5	13,0	5599	7,3	15,1
Área urbana	32.220.946	84,2	100,0	62503	81,3	100,0
20-29	7.129.088	18,6	22,1	14599	19,0	23,4
30-49	16.384.249	42,8	50,8	32022	41,6	51,2
50 e mais	8.707.609	22,8	27,0	15882	20,7	25,4
Área rural	6.037.474	15,8	100,0	14393	18,7	100,0
20-29	1.413.202	3,7	23,4	4260	5,5	29,6
30-49	2.824.878	7,4	46,8	6533	8,5	45,4
50 e mais	1.799.395	4,7	29,8	3601	4,7	25,0
Residentes em municípios com Terras Indígenas	4.263.022	11,1	100,0	25083	32,6	100,0
20-29	977.083	2,6	22,9	7330	9,5	29,2
30-49	2.154.212	5,6	50,5	12463	16,2	49,7
50 e mais	1.131.727	3,0	26,5	5290	6,9	21,1
Residentes em municípios sem Terras Indígenas	33.995.399	88,9	100,0	51814	67,4	100,0
20-29	7.565.207	19,8	22,3	11529	15,0	22,3
30-49	17.054.915	44,6	50,2	26092	33,9	50,4
50 e mais	9.375.277	24,5	27,6	14193	18,5	27,4

Fonte: Censo Demográfico 2010, microdados da amostra.

TABELA 2
Distribuição padronizada das uniões por raça/cor dos casais, segundo condição marital, situação do domicílio e tipo do município
Brasil – 2010

Em porcentagem

Raça/cor do homem	Raça/cor da mulher – casadas					Total
	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	
Branco	64,1	11,0	3,9	18,3	2,6	100,0
Preto	9,3	71,0	4,3	13,6	1,8	100,0
Amarelo	4,6	4,5	84,8	4,8	1,3	100,0
Pardo	19,5	11,6	5,6	61,1	2,2	100,0
Indígena	2,5	1,9	1,5	2,2	92,0	100,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Total valor absoluto	13.948.003	1.427.940	323.179	9.287.358	39.769	25.026.249
Raça/cor do homem	Raça/cor da mulher – unidas					Total
	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	
Branco	56,7	14,6	5,4	20,2	3,1	100,0
Preto	13,7	61,9	7,4	15,2	1,8	100,0
Amarelo	5,5	8,4	77,0	7,3	1,8	100,0
Pardo	21,2	12,9	8,2	54,8	2,8	100,0
Indígena	2,9	2,1	1,9	2,5	90,6	100,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Total valor absoluto	5.384.500	1.201.954	156.698	6.451.892	37.128	13.232.172
Raça/cor do homem	Raça/cor da mulher – residente em área urbana					Total
	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	
Branco	61,0	12,5	4,3	19,0	3,3	100,0
Preto	10,9	67,0	5,0	15,0	2,1	100,0
Amarelo	5,0	5,3	82,8	5,2	1,7	100,0
Pardo	20,1	12,8	6,0	58,1	3,0	100,0
Indígena	3,0	2,4	1,9	2,8	89,9	100,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Total valor absoluto	16.912.067	2.229.302	416.466	12.600.608	62.503	32.220.946
Raça/cor do homem	Raça/cor da mulher – residente em área rural					Total
	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	
Branco	66,8	10,4	3,5	18,2	1,1	100,0
Preto	9,2	70,7	6,7	12,4	0,8	100,0
Amarelo	3,6	7,6	81,1	7,1	0,7	100,0
Pardo	19,2	10,4	8,0	61,3	1,1	100,0
Indígena	1,2	0,8	0,6	1,1	96,4	100,1
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Total valor absoluto	2.420.437	400.592	63.411	3.138.641	14.393	6.037.474
Raça/cor do homem	Raça/cor da mulher – residentes em municípios com TI					Total
	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	
Branco	62,2	13,3	4,7	18,1	1,8	100,0
Preto	11,4	69,6	3,2	14,2	1,6	100,0
Amarelo	5,5	3,0	87,4	3,5	0,6	100,0
Pardo	19,2	12,3	4,1	61,9	2,5	100,0
Indígena	1,7	1,8	0,6	2,3	93,6	100,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Total valor absoluto	2.194.617	244.099	80.613	1.718.609	25.083	4.263.022
Raça/cor do homem	Raça/cor da mulher – residentes em municípios sem TI					Total
	Branca	Preta	Amarela	Parda	Indígena	
Branco	61,6	12,0	4,2	18,7	3,5	100,0
Preto	10,6	67,1	5,7	14,5	2,1	100,0
Amarelo	4,7	6,2	81,2	5,9	2,0	100,0
Pardo	19,9	12,3	6,8	58,2	2,9	100,0
Indígena	3,2	2,4	2,2	2,7	89,5	100,0
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	
Total valor absoluto	17.137.886	2.385.795	399.264	14.020.640	51.814	33.995.399

Fonte: Censo Demográfico 2010, microdados da amostra.

Tendências da fecundidade dos povos indígenas nos Censos Demográficos brasileiros de 1991 a 2010*

Laura L. Rodríguez Wong**

O artigo aborda a fecundidade das mulheres autodeclaradas indígenas com base nos censos brasileiros de 1991 a 2010. Inicialmente – como uma aproximação das limitações que a qualidade do dado pode impor às análises – observa-se um viés de autodeclaração para 2000 mais acentuado na população urbana, o que compromete as comparações com 2010, mas não invalida o prosseguimento das análises sobre fecundidade. Constata-se que, efetivamente, a fecundidade dos povos indígenas está diminuindo inclusive entre a população rural, isto é, aquela que reside em Terras Indígenas. A fecundidade indígena urbana é altamente diferenciada da rural e as suspeitas de o viés estar contaminando as medidas produzidas evidenciam a necessidade de um investimento maior no estudo desta população: quem são os indígenas urbanos? Estimativas por ordem de parturição e filhos tidos sinalizam acentuadas quedas de fecundidade para o futuro próximo. A fecundidade das mulheres indígenas jovens – sem muitas diferenciações segundo residência urbana ou rural – continua em níveis muito altos se comparados com os de populações contemporâneas. Esta análise clama por estudos multidisciplinares para o melhor entendimento do processo reprodutivo dos povos indígenas brasileiros.

Palavras-chave: Demografia indígena. Fecundidade. Ordem de nascimento.

* A autora agradece a cuidadosa revisão dos pareceristas e dos editores da *Rebep* e reconhece como exclusivamente suas as limitações do presente artigo. A autora agradece ainda o auxílio de Gabriela de Oliveira Bonifácio e Juliana Vasconcelos, assistentes de pesquisa do Cedeplar, pela colaboração com a produção dos indicadores, bem como o suporte recebido do CNPq no programa apoio ao pesquisador individual.

** Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar), Departamento de Demografia da Faculdade de Ciências Econômicas (Face), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte-MG, Brasil (lwong@cedeplar.ufmg.br).

Introdução

Durante a primeira metade do século XX, o crescimento da população brasileira manteve-se alto e constante, com taxas médias anuais em torno de 3%, consequência da queda da mortalidade e da constância dos elevados níveis de fecundidade. É bastante conhecida a rápida transição da fecundidade que, a seguir, tomaria conta do país, assim como de grande parte do continente latino-americano, de forma tal que, ao se inaugurar o segundo quinquênio dos anos 2010, pouco se duvida desse franco e generalizado declínio. No caso do Brasil, em alguns estados, uma fecundidade em torno de 1,5 filho por mulher é praticamente a norma. Em São Paulo, por exemplo, a Fundação Seade mostra, com seus dados até 2015, que haveria apenas duas regiões administrativas (Santos e Registro) com níveis pouco acima desse valor.¹ Semelhante afirmativa é válida para Rio Grande do Sul (TONON, 2015). Em algumas regiões e grupos socioeconômicos, a fecundidade já teria se consolidado em níveis bastante baixos, com poucos sinais de alguma recuperação no curto prazo.

Com relação aos povos indígenas, existem evidências de um processo de recuperação populacional na década passada (PAGLIARO, 2002; SOUZA; SANTOS, 2001), posteriormente acompanhado por um arrefecimento causado pela redução da fecundidade. Pagliaro et al. (2004) encontraram evidências esparsas de que, em alguns povos indígenas, a fecundidade estaria diminuindo. As estimativas de fecundidade a partir dos dados do Censo de 2000 confirmaram que este segmento da população não fugiu da tendência generalizada de queda, embora com indicativos de ter sido principalmente entre aqueles residentes fora de Terras Indígenas, ou seja, em áreas urbanas e rurais não indígenas (WONG; MORELL; CARVALHO, 2009). No entanto, Vitti e Junqueira (2015) apresentam dados longitudinais de mulheres kamaiurá, observadas em 2009, em que – de forma perturbadora, talvez, para alguns pesquisadores – se verifica uma diminuição da fecundidade da ordem de 50% para coortes de mulheres relativamente mais jovens em comparação às coortes apenas cinco anos mais velhas.

Em estudo anterior, Wong, Morell e Carvalho (2009) realizaram uma análise sobre a fecundidade urbana e rural da população indígena, utilizando os dados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000. Segundo as autoras, a fecundidade nas áreas urbanas era muito menor do que na rural, além de a tendência futura indicar uma redução ainda maior, principalmente se a população indígena urbana continuar aumentando devido à migração rural-urbana.

No Censo Demográfico de 2010 se supõe que o levantamento da população indígena tenha melhorado, visto que a pergunta sobre raça/cor passou a fazer parte do questionário do universo do censo, evitando, pelo menos, que erros amostrais em uma população pequena afetem os resultados (IBGE, 2013). Nesse sentido, o objetivo do presente trabalho é analisar o nível e padrão da fecundidade das mulheres autodeclaradas indígenas em 2010,

¹ Disponível em: <<http://produtos.seade.gov.br/produtos/mrc/>>. Acesso em: 12 out. 2016.

comparando, na medida do possível, com as estimativas de 1991 e 2000, para inferir sobre as tendências observadas para a reprodução da população indígena.

Deve-se ressaltar que as informações mais adequadas para calcular indicadores de fecundidade no Censo Demográfico estão na base de microdados de uso público da amostra, para a qual não foram divulgadas as informações sobre etnia, língua falada e Terras Indígenas, que estão disponíveis somente nos dados do universo (IBGE, 2012). Assim, este artigo utiliza o recorte populacional da população feminina autodeclarada indígena, que, se reconhece, é um segmento populacional muito heterogêneo. No entanto, o artigo certamente contribuirá para um melhor entendimento do comportamento reprodutivo desta população, principalmente comparando-se com dados observados nas duas décadas passadas.

A primeira parte do artigo considera algumas generalidades, como as definições censitárias sobre etnia e a coerência da informação coletada nos três pontos no tempo. A seguir apresentam-se medidas do nível e padrão da fecundidade, com o objetivo de definir as tendências do período 1991-2010. Para buscar respostas sobre possíveis mudanças no calendário da fecundidade, incluem-se também estimativas da taxa específica de fecundidade por idade e ordem de nascimento para nascimentos ocorridos no ano anterior ao censo. Finalmente, dados de parturição e total de filhos tidos são analisados mediante a técnica proposta por Brass (1985), a fim de estimar tendências da fecundidade no curto prazo. O nível de desagregação limita-se à condição de residência urbana ou rural, sem discriminar, neste caso, a população indígena residente em Terras Indígenas, uma vez que a maioria da população indígena rural (86%) reside nessas áreas (IBGE, 2010).

Os dados sobre população indígena nos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010

Em função das conhecidas dificuldades de comparação entre os censos recentes sobre povos indígenas, este item apresenta, após uma referência à classificação raça/cor nos censos brasileiros, a evolução da população dos povos indígenas, seja para o total, seja para os segmentos objetos de análise deste trabalho – as mulheres em idade fértil e as crianças menores de cinco anos –, no sentido de ilustrar algumas das restrições que a qualidade da informação impõe às análises.

A investigação sobre cor/raça nos censos brasileiros, como se sabe, data do primeiro levantamento realizado no país, em 1872. São vários os estudos, como os de Oliveira (1997), Piza e Rosemberg (1999) e IBGE (2005), que, com um olhar crítico, fazem um inventário de como a etnia tem sido coletada ao longo da história censitária do país e cujo detalhamento foge ao escopo deste artigo. Basta mencionar que o critério predominante, com algumas variações, tem sido o da “autodeclaração” e, desde 1991, incorpora a categoria “indígena” – que nos censos anteriores era classificada provavelmente na categoria “parda”. O critério de autodeclaração na definição de raça ou etnia obedece à necessidade de se ter uma definição operativa do que é o povo indígena e, acima de tudo, de preservar

o direito individual de identificação e reconhecimento na sociedade como pertencente ao povo nativo do país.²

Deve-se salientar também que, no caso das etnias afrodescendente e indígenas brasileiras, vivencia-se um contexto difuso de segregação não explícita, em que simultaneamente há intervenções e políticas expressas que, com maior ou menor sucesso, despertam a consciência sobre pertencimento a estas etnias. Tal circunstância, juntamente com a subjetividade que a resposta carrega, torna complexa a comparação intercensitária das mesmas, uma vez que a autoidentificação flutua de acordo com a autoafirmação, grau de informação, educação e pressões sociais de diversas índoles.³ A permanência da informação sobre cor/raça ao longo dos três últimos censos, contudo, incrementa exponencialmente as possibilidades de análise, permitindo acompanhar a evolução histórica das etnias segundo quaisquer das características coletadas nestes três censos e, particularmente, o perfil reprodutivo das mulheres indígenas.

A Tabela 1 apresenta as taxas de crescimento para a população total, o grupo de mulheres em idade fértil, que é o foco do presente artigo, e as crianças menores de cinco anos, para a população indígena e não indígena no período analisado. Os dados mostram, ao mesmo tempo, as possibilidades e as dificuldades de fazer uma reconstrução histórica recente deste segmento populacional. Para a população brasileira não indígena – que representa mais de 99% do total do país –, o crescimento registrado pelos censos situou-se nos intervalos esperados para uma população que já vinha mostrando tendência de diminuição, em função, no caso urbano, do comportamento vegetativo com baixa natalidade e, no rural, da redução do próprio volume – além do baixo crescimento vegetativo – relacionada à atração exercida pelas cidades com altos fluxos migratórios.

Note-se que, ao longo de um período de quase 20 anos, a população rural não indígena apresentou taxas de crescimento médio anual negativas. Tendência similar se observa entre a população feminina não indígena em idade fértil. No caso das crianças com menos de cinco anos de idade, segmento utilizado aqui como primeira aproximação do fenômeno reprodutivo, em que pesem as dificuldades de captação, confirma-se também o que se conhece sobre a fecundidade brasileira: uma diminuição tão acentuada que se reflete – inclusive em termos absolutos – na redução dos nascimentos. Todavia, a taxa capta o fenômeno já presente em períodos anteriores aos aqui considerados para a área urbana e sua presença mais recente na área rural.

No caso dos povos indígenas, os dados da Tabela 1 mostram, como amplamente analisado, taxas médias de crescimento incomuns para períodos intercensitários. A situação mais inusitada foi registrada entre 1991 e 2000 para as áreas urbanas, com taxas médias acima de 10% ao ano. Embora seja factível de justificação esperar taxas destas magnitudes em populações pequenas expostas a fortes deslocamentos, não parece ser

² Trata-se de um dos direitos humanos, pactuado na International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights (1966), adotado e ratificado pela Assembleia Geral de 1966 das Nações Unidas.

³ Ver, sobre isso, as reflexões de Silva (1999), Gonçalves e Gonçalves e Silva (2000), entre outros.

esta a explicação aceita por estudiosos dos povos indígenas. Para Oliveira et al. (2005), que endossam a posição de Azevedo e Ricardo (2002), é pacífico assumir que isso se deve, em grande parte, ao

[...] aumento da proporção de índios urbanizados que optaram pela identificação 'indígena' e que se classificaram como 'pardos' em censos anteriores e ampliação do contingente de pessoas que se classificaram genericamente como 'indígenas', ainda que não se identificando com etnias específicas. (AZEVEDO; RICARDO, 2002 apud OLIVEIRA et al., p. 164).

As hipóteses associadas ao pressuposto de melhor cobertura censitária em territórios indígenas, o processo de conscientização e valorização da cultura dos povos indígenas que teria encorajado os indivíduos a se declararem indígenas, as políticas de cotas de inclusão social e os benefícios sociais de transferência de renda são, também, endossadas por Brasil e Teixeira (2006) e Wong, Morell e Carvalho (2009).

TABELA 1
Taxas de crescimento médio anual da população indígena e não indígena, segundo segmentos populacionais e situação de domicílio
Brasil – 1991-2010

Situação de domicílio	Em porcentagem					
	Não indígena			Indígena		
	1991-2000	2000-2010	1991-2010	1991-2000	2000-2010	1991-2010
População total						
Total	1,6	1,2	1,4	10,2	1,1	5,4
Urbana	2,4	1,6	2,0	18,7	-2,0	7,8
Rural	-1,4	-0,7	-1,0	5,0	3,6	4,3
Proporção da população rural (%)	24,3	18,6	15,4	75,9	47,8	61,5
Mulheres de 15 a 49 anos						
Total	2,2	1,3	1,7	11,7	1,3	6,2
Urbana	2,9	1,6	2,2	19,4	-2,4	7,9
Rural	-0,8	-0,3	-0,5	5,1	5,3	5,2
Proporção da população rural (%)	20,6	15,7	13,4	68,9	38,0	57,0
Crianças de 0 a 4 anos						
Total	-0,1	-1,8	-1,0	6,4	3,1	4,6
Urbana	0,9	-1,2	-0,2	15,2	-0,7	6,9
Rural	-3,2	-4,0	-3,6	4,3	4,1	4,2
Proporção da população rural (%)	29,0	21,9	17,6	87,8	72,9	81,4

Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

O comportamento incomum entre 1991 e 2000 é similar para mulheres em idade fértil dos povos indígenas. Já no que se refere ao surgimento das novas gerações ou coortes (representadas aqui pela população de 0 a 4 anos), observa-se um aumento médio anual constante de pouco mais de 4% ao longo das duas décadas para a população indígena.

Mesmo que a onda eufórica de 2000 de autodeclaração como membro de um povo indígena tenha arrefecido em 2010, certamente a aferição de qualquer tendência, principalmente entre 1991 e os demais anos, estará contaminada e deve ser analisada com cuidado. O crescimento registrado para o período intercensitário seguinte (2000-2010) dos povos indígenas, seja para o total dessa população, seja para as mulheres em idades reprodutivas, padeceria menos dessa contaminação.

Dessa forma, não sem temor do efeito de contaminação e da presença do despertar para o sentimento de pertencimento a uma etnia indígena, pode-se afirmar que os povos indígenas estão ainda em fase de importante crescimento populacional. O mesmo aplica-se à população em idade fértil, o que, em certa medida – guardadas as considerações sobre a qualidade da informação neste grupo etário – é confirmado pelas taxas registradas para as crianças de 0 a 4 anos.

A representatividade da população rural nos correspondentes grupos considerados reforça o que foi mencionado. Na população não indígena, sabe-se, a participação da população rural vem diminuindo constantemente e esta tendência está menos clara nos povos indígenas, segundo os resultados censitários. Observa-se, na Tabela 1, que a proporção de população indígena nas áreas rurais reduziu-se acentuadamente entre 1991 e 2000, com maior ênfase entre as mulheres em idade fértil. Já para 2010, a proporção aumentou sem, no entanto, superar aquela registrada em 1991. Se o Censo de 2010 possui maior grau de confiabilidade, mostrando que o crescimento vegetativo da população indígena é acentuadamente maior na população rural haja vista a proporção mais elevada dos menores de cinco anos, independentemente dos deslocamentos entre áreas urbana e rural, taxas médias anuais acima de 4% ao longo de quase 20 anos neste grupo etário é forte indicativo do ainda alto crescimento do povo indígena. Estes dados sugerem, por último, que a população indígena continua sendo principalmente rural e, assim, se houve vieses de autodeclaração e se estes foram mais acentuados na população urbana, a análise para o total da população e principalmente para os indígenas residentes em áreas rurais não estaria significativamente comprometida. Entretanto, devido a estes problemas na contagem geral da população entre os censos, os indicadores de fecundidade precisam de métodos que utilizam dados de cada ano para as estimativas e, obviamente, não de métodos que usam mais de um censo para as estimativas pontuais.

A fecundidade dos povos indígenas

Nesta seção apresentam-se alguns indicadores do perfil reprodutivo das mulheres indígenas. Inicialmente, o comportamento geracional constitui uma tentativa de estimar a evolução da parturição (ou número médio de filhos) por idade das mulheres nos três censos. As estimativas clássicas de fecundidade (taxa de fecundidade total e taxas específicas) são incluídas com o intuito de estabelecer a tendência da fecundidade dos povos indígenas. Em função das restrições anteriormente mencionadas, é dada maior atenção às

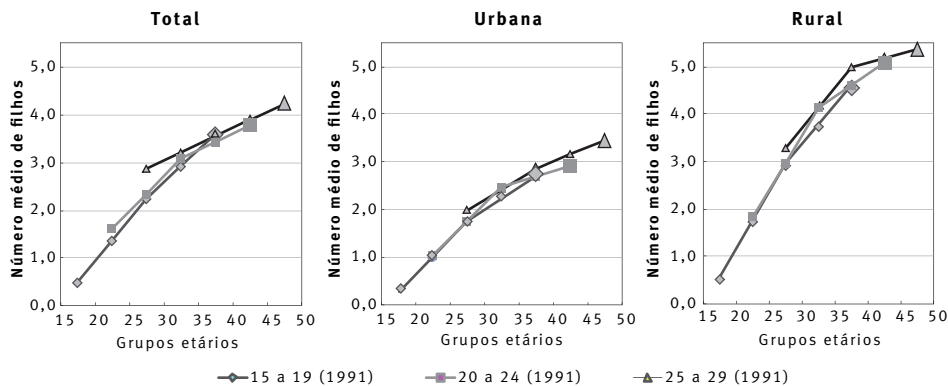
medidas para a população rural, mostrando o perfil da fecundidade por idade e, também, por ordem de parturição.

A parturição das coortes ou gerações captadas nos três censos

O número médio de filhos nascidos vivos – ou parturição –, por ser uma medida de estoque e que, conseqüentemente, aumenta com a idade da mulher, é um indicativo da experiência acumulada da fecundidade. Ao mesmo tempo, com estatísticas que abrangem o universo, como é o caso do censo, é possível, mediante um enfoque longitudinal, uma aproximação do comportamento das coortes ou gerações presentes nos registros censitários.

No presente caso tem-se a parturição das mulheres com determinada idade no primeiro censo e nos censos seguintes. Assim, por exemplo, sabe-se qual é a parturição da mulher que estava no grupo etário 35-39 anos, no censo de 2000, e quando ela estava no grupo etário 45-49 anos, no censo 2010. Assumindo que os dados de 1991 são representativos das mulheres um ano mais jovens (isto é, em 1990), é possível definir a parturição das mulheres recenseadas no primeiro momento e ao longo de um período de 20 anos.⁴ No Gráfico 1, que mostra tal reconstrução, observam-se, por exemplo, a parturição média das jovens com idades de 15 a 19 anos, em 1991, e o valor correspondente quando elas eram, aproximadamente, dez e 20 anos mais velhas (nos grupos etários 25-29 e 35-39 anos, respectivamente). O mesmo se verifica para as coortes com de 20-24 e 25-29 anos, respectivamente.

GRÁFICO 1
Número médio de filhos nascidos vivos para três coortes de mulheres indígenas de 15-19, 20-24 e 25-29 anos (1) em 1991 e captado em 1991, 2000 e 2010 (2), segundo situação de domicílio
 Brasil – 1991-2010



Fonte: IBGE, microdados dos Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010, conforme mostrados na Tabela 1 do Apêndice.

(1) Refere-se ao seguimento da coorte de idade especificada em 1991. Isto é, a coorte que em 1991 tinha de 15 a 19 anos pode ser identificada no Censo de 2000, quando as mulheres desta coorte estariam nove anos mais velhas (grupo etário 24-28) e, em 2010, quando estariam 19 anos mais velhas (grupo etário 34-38). Para efeito de simplificação, assume-se que esses grupos etários têm experiência reprodutiva similar aos grupos etários tradicionais (25-29 e 25-39 anos).

(2) O marcador de maior tamanho em cada curva que representa as coortes corresponde ao número médio de filhos captado em 2010.

⁴ Assumindo que se trata-se de uma população fechada, o que não é o caso da população urbana, mesmo que seu volume seja pequeno; que não há mortalidade diferencial segundo parturição, caso contrário, se mulheres de alta parturição têm maior risco de morrer, as estimativas para as mulheres mais velhas estariam subestimadas.

O aumento da parturição por idade está consistentemente presente nas três situações (total, urbana e rural). Para a geração mais velha – aquela com 25 a 29 anos em 1991 –, o número médio de filhos por mulher ao final do período reprodutivo, captado em 2010 – quando elas estavam no grupo etário 45-49 anos – foi de pouco mais de quatro filhos para o total da população indígena. Os dados desagregados por condição de residência urbana ou rural mostram o diferencial esperado: a parturição final para as mulheres da área urbana correspondeu a 3,5 filhos, enquanto a daquelas da área rural foi superior a 5,0 filhos. Com relação à tendência no tempo, os dados sugerem pouca mudança no número médio de filhos que as mulheres têm. Nos grupos etários em que a comparação por coorte é possível (idades 30-34 e 35-39 anos), há, no geral, coincidência no número de filhos que as mulheres de diferentes gerações apresentam na mesma idade. Comportamento igual é verificado na desagregação por áreas urbana e rural.

Em síntese, a parturição das coortes, captada nos três censos, apresenta-se bastante coerente. À parte o esperado aumento por idade, o diferencial segundo áreas de residência registra níveis significativamente baixos para o segmento urbano. A parturição, que como dito é um indicador do *estoque* da fecundidade, não mostra evidências de queda da fecundidade entre as coortes, com o que a diminuição da fecundidade seria um fenômeno muito próximo a 2010, não captada ainda na parturição das mulheres mais velhas.

O nível e o padrão por idade da fecundidade dos povos indígenas

Esta seção apresenta os níveis da fecundidade da população autodeclarada indígena, assim como o seu comportamento por idade. As estimativas anteriores a 2010 foram replicadas de Wong, Morell e Carvalho (2009) e seguem a mesma metodologia.⁵ O Gráfico 2 e a Tabela 2 sintetizam o conjunto de indicadores do perfil reprodutivos das mulheres indígenas brasileiras.

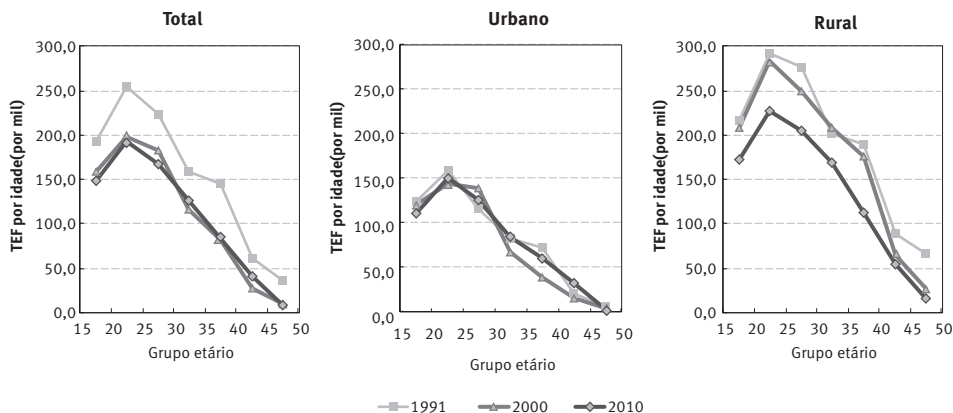
Lembrando os possíveis vieses sobre a identificação dos povos indígenas nos censos, a visão de conjunto no Gráfico 2 mostra vários aspectos do perfil da fecundidade:

- para a população indígena total, a fecundidade por idade é relativamente maior em 1991 e teria diminuído no censo seguinte, permanecendo constante entre 2000 e 2010. Como mostrado na Tabela 2, as taxas de fecundidade total (TFT), nesses anos, corresponderam a 5,4, 3,9 e 3,8 filhos, respectivamente;
- a mencionada tendência é definida pelo comportamento da população indígena rural, que a replica dada sua representação majoritária;

⁵ Foi aplicado o método de Brass (1973) que utiliza informação retrospectiva sobre o número total de filhos tidos nascidos vivos, ou seja, ao longo da vida reprodutiva da mulher (como uma medida de estoque, ou fecundidade acumulada) e filhos nascidos vivos nos 12 meses anteriores à data do censo (como uma medida da fecundidade corrente, ou atual). A comparação de ambos indicadores permite eventualmente ajustar os dados para obter medidas de fecundidade.

- a população rural mostra altos níveis de fecundidade para as décadas anteriores, beirando em alguns casos os limites biológicos: as taxas para o grupo de etário 20 a 24 anos, por exemplo, indicavam perto de 300 nascidos vivos por mil mulheres dessas idades. Este valor é encontrado apenas em nações de extrema vulnerabilidade, como, por exemplo, alguns países do grupo categorizado como *least developed countries* para as décadas passadas (UNITED NATIONS, 2015);
- não se observam mudanças significativas para mulheres indígenas urbanas, devendo-se salientar que os menores valores foram registrados no Censo de 2000;
- o diferencial da fecundidade segundo áreas de residência mostra níveis acentuadamente menores para a população urbana nos três momentos censitários. Particularmente em 2000, a diferença em alguns grupos etários superava 100% (Tabela 2, do Apêndice). Para 2010, o acentuado diferencial permanece, embora devido essencialmente aos menores valores registrados para indígenas das áreas rurais;
- chama a atenção, também, o comportamento das taxas para o grupo mais jovem (15-19 anos). Atendendo ao nível definido para 2010 na área rural (173,1 nascidos vivos para cada mil jovens), vale salientar que valores similares dificilmente são encontrados na atualidade; os poucos casos correspondem novamente a países de alta vulnerabilidade socioeconômica, e nem países com alta representatividade de população indígena – inclusive nos arquipélagos asiáticos – apresentam valores tão altos (UNITED NATIONS, 2015). Mesmo para as áreas urbanas, taxas acima de 100 nascidos vivos por mil mulheres muito jovens são um alerta do potencial de vulnerabilidade a que esta população se expõe.

GRÁFICO 2
Taxas específicas de fecundidade (TEF) das mulheres indígenas, por grupos de idade, segundo situação de domicílio
Brasil – 1991-2010



Fonte: Wong, Morell e Carvalho (2009) para dados de 1991 e 2000; IBGE. Microdados do Censo Demográfico 2010.

Os indicadores da Tabela 2 contribuem para um melhor entendimento desse perfil descrito. Com relação ao nível da fecundidade – sintetizado pela TFT –, há pouca dúvida a respeito de sua diminuição, devido, essencialmente, à retração registrada na população rural, fenômeno que, provavelmente, manifestou-se na última década. A população indígena urbana com ou sem viés de autodeclaração apresenta níveis relativamente muito baixos (2,8 filhos por mulher). Wong, Morell e Carvalho (2009), ao analisarem as diversas regiões do Brasil, aceitam estes níveis sem discutir a confiabilidade da autodeclaração; em 2010, a TFT de mulheres indígenas urbanas parece ter se mantido nos mesmos baixos patamares, embora com ligeiro aumento. As indígenas rurais apresentam TFT elevada, próxima de 5 filhos por mulher.

A idade média da distribuição da fecundidade mostra uma ligeira tendência à diminuição se considerados o primeiro e o último censos. Trata-se de uma característica própria de um processo de transição da fecundidade, em que as mulheres mais velhas num primeiro momento são as que proporcionalmente diminuem mais seus riscos de fecundidade – fenômeno típico de América Latina.⁶ O desdobramento deste indicador segundo lugar de residência mostra coerência com as considerações até aqui apresentadas: na área urbana, as mudanças, apesar de erráticas, registram, para 1991 e 2010, valores similares (em torno de 27 anos). Se as taxas não apresentaram mudanças, independentemente de quem se autodeclara indígena na área rural, não deveriam ser esperadas alterações, o que efetivamente teria acontecido. Já no caso da população rural, a mudança para uma distribuição mais jovem é clara e deve-se, essencialmente, à mais acentuada diminuição verificada, entre 1991 e 2010, para as mulheres mais velhas. Com efeito, entre as mulheres com idades inferiores a 30 anos, a taxa de fecundidade diminuiu um quinto aproximadamente; já entre aquelas de 35 anos e mais, as taxas de 2010 foram, em média, 50% inferiores (Tabela 2 do Apêndice). O padrão etário da fecundidade das mulheres indígenas é descrito, também, mediante o papel que elas têm, segundo a idade. Ainda na Tabela 2, observa-se, por exemplo, a alta contribuição para a fecundidade das jovens menores de 20 anos. No geral, elas são responsáveis por, aproximadamente, 20% de toda a fecundidade; todavia, o padrão jovem sumarizado pela idade média mostra a participação das mulheres com menos de 30 anos: no geral, dois terços do total da fecundidade devem-se a estas mulheres. Finalmente, aquelas com 40 anos ou mais contribuem escassamente para o total da fecundidade, com uma tendência a contribuir cada vez menos, excetuando a população indígena urbana. Para efeitos comparativos, lembre-se que, entre a população não indígena, a fecundidade das mulheres nestas idades foi inferior a 1% em 2010. Estas constatações são de essencial importância para efeitos de planejamento da saúde reprodutiva, em particular, e da saúde integral, no geral.

⁶ Ver, por exemplo, as tendências apresentadas para os países latino-americanos nas estimativas de fecundidade por idade da United Nations (2015).

TABELA 2
Taxas de fecundidade total das mulheres indígenas, idade média da fecundidade e contribuição para o total da fecundidade nas idades indicadas, segundo situação de domicílio
Brasil – 1991-2010

Indicadores de fecundidade	Situação de domicílio	1991	2000	2010
Taxa de fecundidade total (1)	Total	5,4	3,9	3,8
	Urbano	2,9	2,6	2,8
	Rural	6,7	6,1	4,8
Idade média da fecundidade (em anos)	Total	28,2	26,7	27,2
	Urbano	26,7	25,8	27,0
	Rural	29,0	28,2	27,8
Contribuição para o total da fecundidade nas idades indicadas (%)				
Menos de 20 anos	Total	18,0	20,6	19,4
	Urbano	21,5	22,8	19,6
	Rural	16,2	17,2	18,1
Menos de 30 anos	Total	62,5	69,7	66,4
	Urbano	68,8	76,3	68,2
	Rural	59,0	60,9	63,2
40 anos e mais	Total	9,1	4,8	6,4
	Urbano	4,4	3,6	6,1
	Rural	11,6	7,5	7,4

Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010; Wong, Morell e Carvalho (2009).

(1) Todas as taxas de 2010 foram corrigidas em 1,9%, fator obtido da aplicação do método de Brass. Para 1991 e 2000, segundo Wong et al. (2009), os fatores foram 1,14% e 1,16%, respectivamente. Em todos os casos foi considerado um fator único para a população total, urbana e rural, obtido a partir das idades 20 a 29 anos.

A fecundidade dos povos indígenas das áreas rurais – 2000 e 2010

As evidências anteriores indicam que as estimativas mais confiáveis parecem ser aquelas correspondentes a 2010, além de apontarem que a fecundidade dos povos indígenas das áreas rurais provavelmente iniciou a transição a níveis menores na década passada, embora indígenas residentes nas áreas urbanas mostrem níveis bastante mais baixos desde pelo menos 1991. Com tais considerações, nesta seção detalha-se, em primeiro lugar, o perfil da fecundidade destes povos levando em conta a ordem de parturição das mulheres, isto é, como opera a fecundidade segundo o número de filhos já tidos pelas mulheres. Finalmente, num intento de vislumbrar o comportamento futuro, são realizadas algumas prospecções.

A fecundidade dos povos indígenas por idade e ordem de nascimento

A chance de ter um nascido vivo pode ser medida, também, pelo número de filhos que a mulher já tem, obtendo-se, assim, taxas específicas de fecundidade por idade segundo ordem de nascimento. Estas taxas foram calculadas a partir da informação sobre fecundidade atual, isto é, com base nas respostas sobre nascimentos ocorridos

durante os 12 meses prévios ao censo, devidamente ajustados pelos fatores de correção obtidos para os totais.⁷

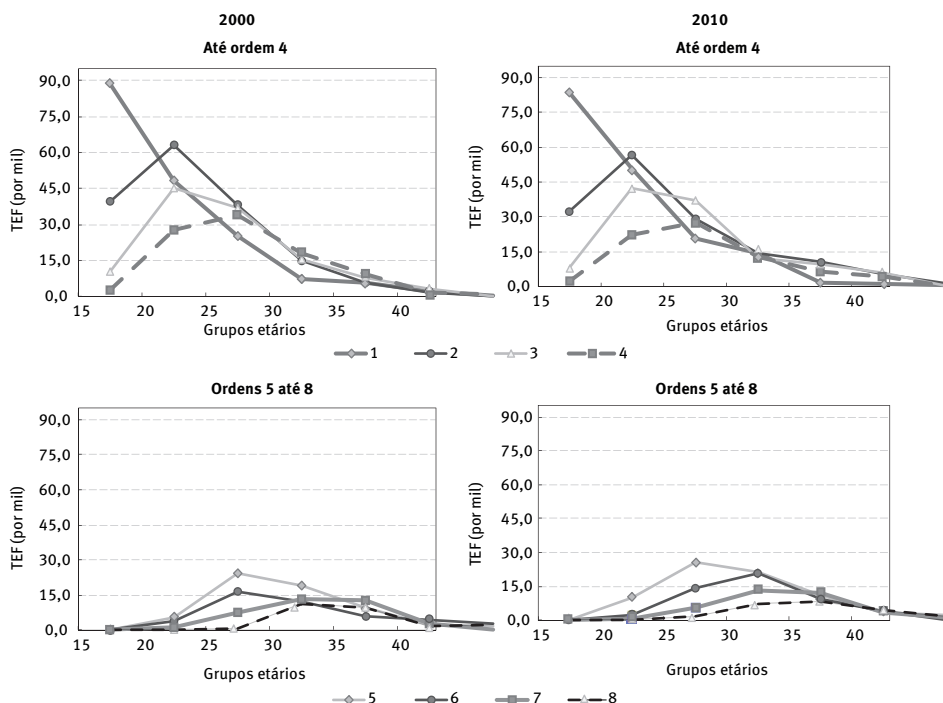
O Gráfico 3 mostra o padrão da fecundidade por idade nos diversos grupos etários, segundo ordem de nascimento para 2000 e 2010. Na parte superior do Gráfico 3 apresentam-se taxas de fecundidade para nascimentos até ordem 4 e, para melhor visualização, as ordens seguintes na parte inferior. Se considerados os nascimentos de ordem 1, as maiores taxas concentram-se, como seria de se esperar, na população mais jovem. Particularmente, as mulheres no grupo de 15 a 19 anos são responsáveis por 50% do total destas taxas sem mudança desta proporção nos dois períodos. Adicionalmente, o valor da taxa para este grupo é, também, semelhante, ficando próxima de 90 nascimentos de ordem 1 para cada mil destas jovens em ambos períodos. Já com relação aos nascimentos de ordens 2 e 3, neste grupo etário, observa-se uma diminuição no censo mais recente. Destaca-se, contudo, que ter um segundo ou terceiro filho quando se tem menos de 20 anos deve ser motivo de alerta qualquer que seja o contexto sociocultural da mulher.

Ainda na comparação temporal, atendendo ao comportamento da fecundidade segundo idade (isto é, a localização das curvas no eixo das idades), não há praticamente mudanças. A posição das curvas, como esperado, desloca-se à direita (para as mulheres mais velhas) à medida que aumenta a ordem do nascimento. O que importa salientar aqui é a mudança de nível destas taxas entre um período e o próximo. O exemplo mais claro está no grupo etário de 25 a 30 anos, cujas taxas de qualquer ordem de nascimento são sempre mais baixas em 2010.

A parte inferior do Gráfico 3 mostra o comportamento das taxas de ordens superiores (5 até 8), em que, como já assinalado, as curvas deslocam-se mais à direita conforme aumentam as ordens de nascimento. Importante salientar que a diferença de nível, neste caso, é menor do que a observada nas ordens mais baixas. No caso de ordem 5, praticamente não há variação se comparados 2000 e 2010 (Tabela 3 do Apêndice). Outro ponto é o deslocamento, em 2010, das curvas das ordens extremas (7 e 8 neste caso), claramente mais concentradas nas idades mais próximas do final do período reprodutivo. Estas pequenas diferenças seriam consistentes com os níveis menores para nascimentos de ordem baixa, como visto anteriormente; isto é, trata-se de um fenômeno iniciado pelas mulheres mais jovens, sendo que as mulheres de mais idade ainda mantêm níveis altos de fecundidade.

⁷ Este procedimento, com dados de levantamentos amostrais e para um ano anterior à pesquisa, não é isento de problemas metodológicos, no entanto, é a melhor forma de verificar se existe mudança no calendário de fecundidade para mulheres em idade fértil.

GRÁFICO 3
Taxas específicas de fecundidade por idade das mulheres indígenas, segundo ordem de nascimento
Brasil – 2000-2010



Fonte: IBGE. Censos Demográficos e Tabela 2 do Apêndice.

É importante salientar que o padrão revelado para o total da população indígena é produto, essencialmente, do comportamento da população rural, onde se concentra a vasta maioria das Terras Indígenas. Para confirmar esta observação, o Gráfico 4 apresenta os resultados para a população indígena rural, sempre para os anos 2000 e 2010.

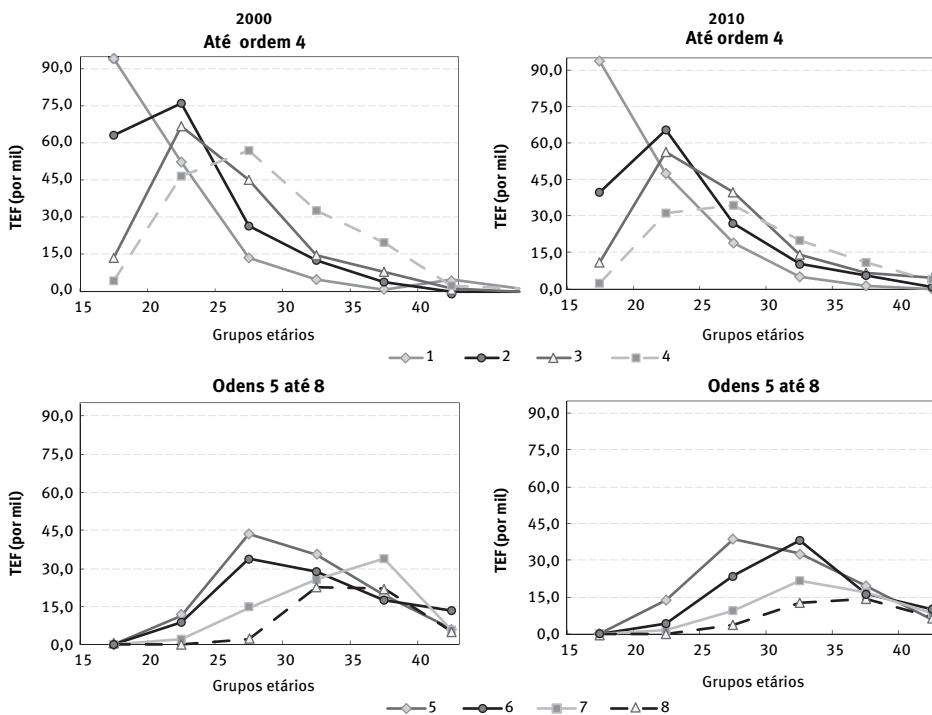
As curvas do painel superior mostram significativa variação entre as duas datas: são, no geral, menores em 2010 e se deslocam à direita, indicando que, proporcionalmente, as maiores parturições tendem a se concentrar entre as mulheres mais velhas. Um fato a destacar refere-se aos nascimentos de primeira ordem para as jovens de 15 a 19 anos, cuja taxa não mudou no período, mostrando insistentes 90 primeiros nascimentos para cada mil jovens; mais da metade da probabilidade de ter um nascimento de primeira ordem está concentrada nestas idades, com ligeira tendência de aumento em 2010. A alta fecundidade neste grupo etário, similar à obtida para a população indígena total, indica que esse risco independe menos do lugar de residência (urbana ou rural) e mais de outros fatores não contemplados neste estudo.

Já a taxa correspondente aos nascimentos de ordem 2 – num indicativo de que a fecundidade reduziu-se ao chegar em 2010 – diminuiu notavelmente para estas jovens, passando de 63,0 para 39,6 no período. Para estas jovens, ter mais de um filho ainda

é recorrente, mas o fenômeno é menos acentuado em 2010. Outro indicativo da queda da fecundidade indígena rural está nos níveis das taxas de ordens 3 e 4: em 2000, estas taxas encontravam-se acima de 45 por mil mulheres de 25 a 30 anos, ficando muito próximas de 30 por mil, em 2010. Note-se que na taxa de ordem 4, além de se registrar um claro deslocamento da curva para idades mais velhas, os valores são sensivelmente menores (linha pontilhada).

As taxas correspondentes a nascimentos de ordens superiores (5 ou mais), mais significativas entre mulheres mais velhas, não mostram variações importantes em suas magnitudes, mas sim, como visto no caso da população total, um pequeno deslocamento à direita. Dados os níveis de fecundidade relativamente altos na população indígena, observa-se, também, que nascimentos de ordens maiores (5 e 6, por exemplo) são frequentes entre mulheres de 30 a 35 anos em 2010. Isto é, coerente com os altos níveis registrados pela população indígena rural, observa-se que a fecundidade de mulheres em idades avançadas que já têm um relativamente alto número de filhos continua sendo importante.

GRÁFICO 4
Taxas específicas de fecundidade por idade das mulheres indígenas rurais, segundo ordem de nascimento
Brasil – 2000-2010



Fonte: IBGE. Censos Demográficos de 2000 e 2010 e Tabela 2 do Apêndice.

A fecundidade dos povos indígenas no futuro imediato

A possibilidade de ter dados de estoque sobre a fecundidade (o número médio de filhos nascidos vivos) e a fecundidade atual (o número de filhos tidos no último ano), seguindo os ensinamentos de Brass (1985), permite estimar qual seria o comportamento final em termos de parturição (ou número médio de filhos que a mulher tem). Nesta seção efetua-se um esforço para conseguir tais estimativas.

A racionalidade para obter este indicador se apoia no fato de que, se a fecundidade está diminuindo, como visto aqui, esta variável não deve diferir significativamente quando medida seja pelo número de filhos nascidos vivos tidos por uma mulher, seja pelo número de nascimentos ocorridos no último ano, sendo que ambas medidas tenderiam a ser similares, principalmente, para as idades mais jovens.⁸ Com este pressuposto, pode-se estimar a parturição completa para as gerações mais jovens, de forma que a fecundidade recente determinaria o padrão futuro das coortes com fecundidade ainda incompleta.⁹

Este procedimento baseia-se no fato de a declaração dos nascimentos ocorridos no último ano entre as mulheres jovens ser razoavelmente confiável e, ao mesmo tempo, estar mudando. A robustez deste procedimento é que, sem qualquer correção, os resultados P e F ao serem comparados podem medir eventuais quedas na fecundidade.

The power of the procedure comes, however, when it is extended to birth order and hence parity progression ratios. If $F_i^{(n)}$ is written for the cumulated age specific fertility rates for births of n'th order and the $P_i^{(n)}$ are the proportion of women in the i'th age group having given birth to n or more children, the relations between the $P_i^{(n)}$ and $F_i^{(n)}$ are similar to those between the P_i and F_i , that is, between cohort and synthetic current cumulated fertility (BRASS, 1985, p. 71).

Os resultados estão detalhados no Gráfico 5, que ilustra o comportamento previsto para duas coortes jovens na época do Censo de 2010: mulheres com 25 a 29 e 30 a 35 anos. O Gráfico 5 inclui, também, a geração de mulheres de 45 a 49 anos que já estavam no fim do período reprodutivo. São apresentados dados para a população indígena total e a rural; este exercício não foi aplicado para a população urbana devido ao pequeno número de casos, o que provoca variações aleatórias, limitando a interpretação dos resultados.

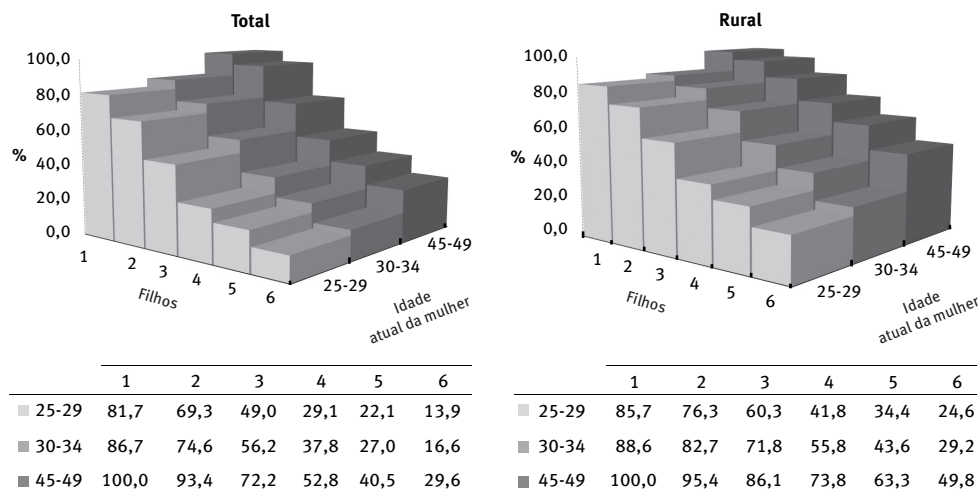
Em qualquer caso, observa-se, até a data do censo, a proporção de mulheres que terminariam o período reprodutivo tendo ao menos um filho. No caso das mais jovens (25 a 29 e 30 a 34 anos), a maioria acabaria sendo mãe de ao menos um filho, tanto na área rural como na população total. No caso das mulheres mais velhas, 100% serão mães.

⁸ Fecundidade acumulada por idade (P_i) e fecundidade atual por idade (F_i) na terminologia do método de Brass (1985).

⁹ Seguindo a terminologia de Brass (1985, p. 70), estima-se $F(P_i) = P_i + (F - F_i)$, onde $F(P_i)$ representa a fecundidade total estimada (ou projetada) para uma coorte (ou geração) de mulheres com idade i na época da pesquisa.

GRÁFICO 5

Distribuição das mulheres na população indígena total e rural, por grupos de idade em 2010, segundo a probabilidade (x100) de ter pelo menos o número de filhos indicado ao final do período reprodutivo Brasil – 2010



Fonte: IBGE. Censo Demográfico 2010 e Tabela 3 do Apêndice.

Limitando a análise à população indígena total, observa-se que o comportamento das duas coortes mais jovens é similar; os resultados indicam que, se os pressupostos estão certos, até o final do período reprodutivo, 29,1% das mulheres mais jovens terminariam tendo pelo menos quatro filhos. Para as mulheres cinco anos mais velhas, isto é, da coorte seguinte, a proporção daquelas com pelo menos quatro filhos é um pouco maior (37,8%) e, no caso da coorte que já está no fim do período reprodutivo, chega a 52,8%.

Se considerada a parturição seis ou mais, com os dados disponíveis no Censo de 2010, espera-se que, enquanto hoje 29,6% das mulheres mais velhas acabam tendo pelo menos seis filhos, as mulheres mais jovens poderão não repetir este padrão. De acordo com a parturição observada e a fecundidade recente destas mulheres, o percentual daquelas que, no final do período reprodutivo, venham a ter seis ou mais filhos será inferior ao das mulheres mais velhas de hoje: 13,9% e 16,6%, respectivamente, para as mulheres hoje com 25 a 29 e 30 a 34 anos. Isto é, no geral, as mulheres mais jovens poderão encerrar seu ciclo reprodutivo com parturições menores. A proporção de mulheres com muitos filhos (ou altas parturições) tenderá a diminuir.

Guardadas as diferenças, mudanças parecidas prometem ocorrer para a população rural. Alguns exemplos: a porcentagem de mulheres que terminariam o período reprodutivo com pelos menos quatro filhos ainda seria alta: 55,8% para aquelas com 30 a 34 anos e 41,8% para as de 25 a 29 anos. Em ambos os casos, trata-se de proporções menores daquelas declaradas pelas mulheres que já estão no final do período reprodutivo: 73,8%. Os dados anunciam que parturições muito altas também diminuirão significativamente no futuro próximo: as porcentagens de mulheres hoje mais jovens que teriam pelo menos

seis filhos seriam de 24,6% ou 29,2%, dependendo da coorte mais ou menos jovem. A proporção de mulheres mais velhas na área rural que acabam tendo pelo menos seis filhos é praticamente o dobro daquela obtida para as mulheres 20 anos mais novas.

Em suma, se as reduções manifestadas pelas mulheres mais jovens se mantiverem, é provável que a população indígena, tal qual o resto da população brasileira, manifeste uma queda da fecundidade que será possivelmente duradoura.

Considerações finais

Em que pesem as dificuldades de comparação, pode-se afirmar que a fecundidade das mulheres indígenas – tal como captada nos censos e considerando as tendências registradas para a área rural – dá sinais contínuos de diminuição. Os dados indicam que, na população indígena residente nas áreas urbanas, esta taxa já seria bastante baixa desde os anos 1990. Dado o escasso conhecimento sobre a população indígena brasileira residente em áreas urbanas, os valores encontrados para este segmento populacional precisam ser validados por outras fontes e, inclusive, mediante instrumental de outras áreas do conhecimento científico. É possível que um número médio inferior a três filhos tenha sido uma realidade desde a década de 1990, quando fontes censitárias são usadas; o que ainda está por ser explicado é a motivação desta fecundidade tão baixa e se aqueles autodeclarados indígenas são efetivamente membros de povos indígenas. Sabe-se que a população indígena, quando inserida num contexto urbano, frequentemente é um segmento excluído¹⁰ e segmentos excluídos, geralmente, não têm níveis baixos de fecundidade. Os resultados deste trabalho servem de base para algumas hipóteses a serem testadas, como, por exemplo, a limitação – forçada pelo contexto social imposto – às mulheres indígenas urbanas da implementação das preferências reprodutivas que costumeiramente caracterizam-se por um tamanho da família alto se comparado com a média da população brasileira.

Os resultados referentes à população rural, sem discriminação dos residentes nas Terras Indígenas, sinalizam uma incipiente, mas decidida transição da fecundidade a patamares menores. Ela ainda é alta em 2010 se comparada com o geral das populações contemporâneas; em níveis nacionais, não há na América Latina de 2010 países com taxas tão altas. A desagregação das taxas por ordem de nascimento, no entanto, revela os grupos em que a fecundidade estaria diminuindo mais acentuadamente: parturições de ordem 4 ou 5 são bastante mais baixas entre as mulheres em torno dos 30 anos.

¹⁰ Foge ao escopo do presente trabalho se deter nesta problemática, no entanto, para o caso brasileiro pode-se consultar, por exemplo, o estudo de Vêras (2006) e, ainda, os inventários das agências internacionais, como os da Organização Internacional do Trabalho (ILO, 2003), que consideram, entre os excluídos, a população indígena que se *integra* às cidades. Ver, também, Sosa-Sánchez e Menkes (2015).

A fecundidade das adolescentes indígenas – cujo perfil social e cultural pouco se assemelha ao perfil médio das jovens brasileiras não indígenas – apresenta níveis altos; novamente, o ponto de comparação é a sociedade contemporânea brasileira (RODRÍGUEZ VIGNOLI, 2014; ALVES, 2014), parâmetro que pode não ser válido para os povos indígenas brasileiros. Contudo, se estas taxas são altas, ao decompô-las por ordem de nascimento percebe-se que, embora o risco de ter um primeiro nascimento permaneça imutável e alto, elevadas parturições estão perdendo a vez. O risco de ter um segundo ou terceiro nascimento nas idades 15 a 19 anos mostrou-se em declínio.

O perfil da fecundidade mostrado neste trabalho é um primeiro passo para o entendimento do processo reprodutivo da mulher indígena no Brasil recente. Como mencionado, instrumental metodológico e raciocínio disciplinar diferente do demográfico devem olhar para estes resultados e aprofundar a pesquisa. Um melhor entendimento do contexto urbano do indígena brasileiro é uma prioridade; as preferências e os direitos reprodutivos dos casais constituem outra. Em que medida os povos indígenas querem e podem controlar o tamanho da prole é um dos aspectos que envolve este assunto. Os povos indígenas querem ter mais/menos filhos? Quais são as motivações para a definição de metas (maiores ou menores) sobre o tamanho da prole? Tais motivações seriam as mesmas já consagradas na literatura para a cultura moderna? Se não são, quais seriam? Certamente um trabalho de equipe multidisciplinar terá todas as condições de elucidar estas incógnitas.

Referências

- ALVES, J. E. D. A fecundidade na adolescência no Brasil. **Portal EcoDebate**. 2014. Disponível em: <<https://www.ecodebate.com.br/2014/05/16/a-fecundidade-na-adolescencia-no-brasil-artigo-de-jose-eustaquio-diniz-alves/>>. Acesso em: 9 ago. 2016.
- AZEVEDO, M. M.; RICARDO, F. Censo 2000 do IBGE revela contingente indígena pouco conhecido. **Socioambiental**. 2002. Disponível em: <<https://site-antigo.socioambiental.org/nsa/detalhe?id=303>>. Acesso em: 26 ago. 2016.
- BRASIL, M.; TEIXEIRA, P. Migração dos povos indígenas e os censos demográficos de 1991 e 2000: o caso das capitais estaduais. In: XV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. **Anais...** Caxambu: Abep, 2006. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/abep2006_828.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2015.
- BRASS, W. **Advances in methods for estimating fertility and mortality from limited and defective data**. London: Centre for Population Studies, London School of Hygiene & Tropical Medicine, 1985.
- _____. Note on Brass method of fertility estimation. In: BRASS, W.; COALE, A. J. et al. **The demography of tropical Africa**. Princeton: Princeton University Press, 1973. p. 140-142.
- GONÇALVES, L. A. O.; GONÇALVES E SILVA, P. B. Movimento negro e educação. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 134-158, jul./dez. 2000.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Tendências demográficas** – uma análise dos indígenas com base nos resultados da amostra dos Censos Demográficos 1991-2000. Rio de Janeiro: Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2005 (Estudos e Pesquisas, n. 16).

_____. **Censo Demográfico 2010: características gerais dos indígenas. Resultados do universo.** Rio de Janeiro, 2012.

_____. **Metodologia do Censo Demográfico 2010.** Rio de Janeiro, 2013 (Série Relatórios Metodológicos, v. 41). Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv81634.pdf>>.

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE; ESTIVIL, J. **Concepts and strategies for combating social exclusion.** An overview. Geneva: International Labour Office, 2003. Disponível em: <<http://www.ilo.org/public/english/protection/socsec/step/download/96p1.pdf>>. Acesso em: 30 nov. 2015.

OLIVEIRA, N. M. P.; SANTOS, V. R.; AZEVEDO, M. M. Perfil demográfico socioeconômico das pessoas que se autodeclararam indígenas nos Censos Demográficos de 1991 e 2000. In: PAGLIARO, H.; AZEVEDO, M. M.; SANTOS, R. V. (Org.). **Demografia dos povos indígenas no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz e Abep, 2005. p. 166-166.

OLIVEIRA, J. P. de. Pardos, mestiços ou caboclos: os índios nos censos nacionais no Brasil (1872-1980). **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 3, p. 60-83, 1997.

PAGLIARO, H. A recuperação demográfica dos povos indígenas do Brasil: a experiência dos Kaiabi do Parque Indígena do Xingu – Mato Grosso. In: XIII ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. **Anais...** Ouro Preto: Abep, 2002. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/com_ind_st14_pagliaro_texto.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2015.

_____. A revolução demográfica dos povos indígenas: a experiência dos Kaiabi do Parque Indígena do Xingu, Mato Grosso. In: PAGLIARO et al. (Org.). **Demografia dos povos indígenas no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz e Abep, 2005. p. 79-102.

PAGLIARO, H.; MENDAÑA, L. G. S.; RODRIGUES, D.; BARUZZI, R. G. Indian Park of Xingu: demographic behavior of the Waurá indians at the end of century XX. In: XXIV INTERNATIONAL GENERAL CONFERENCE. **Proceedings...** Salvador, 2001. p. 42-57.

_____. Comportamento demográfico dos índios Kamaiurá, parque indígena do Xingu, Mato Grosso, Brasil (1970-1999). In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. **Anais...** Caxambu: Abep, 2004.

PAGLIARO, H.; JUNQUEIRA, C. Recuperação populacional e fecundidade dos Kamaiurá, povo Tupi do Alto Xingu, Brasil Central, 1970 – 2003. **Revista Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 16, n. 2, 2007.

PIZA, E.; ROSEMBERG, F. Cor nos censos brasileiros. **Revista USP**, São Paulo, n. 40, p. 122-137, dezembro/fevereiro 1999.

RODRÍGUEZ-VIGNOLI, J. Fecundidad adolescente en América Latina: una actualización. In: CAVENAGHI, S.; CABELLA, W. (Org.). **Comportamiento reproductivo y fecundidad en América Latina: una agenda inconclusa.** Rio de Janeiro: Alap, 2014. p. 33-66 (Serie e-Investigaciones, 3).

SILVA, J. Política de ação afirmativa para a população negra: educação, trabalho e participação no poder. In: VOGEL et al. (Org.). **Trabalhando com a diversidade no Planfor: raça/cor, gênero e pessoas portadoras de necessidades especiais.** São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Flacso, 2001. Disponível em: <<http://www.flacso.org.br/data/biblioteca/336.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2006.

SOSA-SÁNCHEZ, I. A.; MENKES, C. B. “Como te ven te tratan”. Desigualdades sociales en servicios públicos de salud reproductiva en México. In: WONG, L. L. R.; ANTÓN, J. (Org.). **La población afro descendiente y indígena en América Latina – puntos de reflexión para el debate sobre Cairo + 20.** Alap, UNFPA, Ford Foundation, 2015. p. 185-206 (Serie e-Investigaciones, 4).

SOUZA, L. G. de; SANTOS, R. V. Perfil demográfico da população indígena Xavante de Sangradouro – Volta Grande, Mato Grosso (1993-1997), Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 17, n. 2, p. 355-366, 2001.

TONON ZUANAZZI, P. A taxa de fecundidade no RS por regiões funcionais e características socioeconômicas: o desafio da transição demográfica. *Indic. Econ. FEE*, Porto Alegre, v. 42, n. 4, p. 109-122, 2015. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/viewFile/3497/3544>>. Acesso em: 21 nov. 2015.

UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs, Population Division. **World population prospects: the 2015 revision**. DVD Edition, 2015.

VÉRAS, M. P. Sociedade urbana: desigualdade e exclusão sociais. *Caderno CRH*, Salvador, n. 38, p. 79-114, jan./jun. 2003.

VITTI, V. T.; JUNQUEIRA, C. Mudanças demográficas e culturais no comportamento reprodutivo do povo Kamaiurá: uma análise por meio de coortes. In: WONG, L. L. R.; ANTÓN, J. (Org.). **La población afro descendiente y indígena en América Latina** – puntos de reflexión para el debate sobre Cairo + 20. Alap, UNFPA, Ford Foundation, 2015. p. 131-146 (Serie e-Investigaciones, 4).

WONG L. L. R.; MORELL, M. G. G. de; CARVALHO, R. L. Notas sobre o comportamento reprodutivo da população autodeclarada indígena – Censos Demográficos 1991 e 2000. *Revista Brasileira de Estudos de População*, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 61-75, jan./jun. 2009.

Sobre a autora

Laura L. Rodríguez Wong é doutora em Demografia pela London School of Hygiene and Tropical Medicine e equivalência de mestre em Demografia pelo Centro Latino Americano e Caribenho de Demografia. Professora associada do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Endereço para correspondência

Face/Cedeplar/UFMG
Av. Antônio Carlos, 6627, Pampulha
31270-901 – Belo Horizonte-MG, Brasil

Abstract

Indigenous population fertility trends according to the Brazilian Demographic Censuses from 1991 to 2010

Fertility of the self-declared indigenous women is analyzed based on Brazilian censuses from 1991 to 2010. Initially, as an approximation to the limitation that the quality of data may impose, population growth captured by these data sources is analyzed. There has been a bias on the self-declaration for 2000, more pronounced for the urban population, which may compromise the comparison with the 2010 data. In any case, this does not invalidate the analyses on fertility trends. Effectively, indigenous population fertility is decreasing even among the rural population living on the formal demarcation *Indian lands*. Also, urban indigenous fertility is highly differentiated from the rural. In this context, and adding the probable bias that might have contaminated the estimates in 2000, the need for more investment in the study of this population is critical to answer, for instance who are the urban indigenous population captured in the censuses. Estimates of fertility according to birth order and parity indicate sharp fertility declines in the near future. Fertility of young indigenous women, without much differentiation

at urban or rural places of residence, remains at very high levels compared to contemporary populations. This analysis calls for multidisciplinary studies to better understand the reproductive process of the Brazilian indigenous population.

Keywords: Demography of Indigenous population. Fertility. Birth order.

Resumen

Tendencias de la fecundidad de los pueblos indígenas en los censos demográficos brasileños del 1991 al 2010

Se considera la fecundidad de las mujeres autodeclaradas indígenas a partir de los censos brasileños de 1991 a 2010. Inicialmente –como una aproximación a la limitación de que la calidad de los datos puede imponer al análisis– se constata un sesgo de autodeclaración para 2000, más pronunciado en la población urbana lo que compromete la comparación con datos del 2010, con todo, esto no invalida la continuación del análisis sobre fecundidad. Son fuertes los indicativos de una disminución de la fecundidad de los pueblos indígenas, incluso entre la población rural, es decir, el que reside en tierras indígenas. La fecundidad indígena urbana es muy diferenciada comparada con el rural; esto, junto con la sospecha de que los sesgos hayan contaminado las medidas producidas, apunta hacia la necesidad de una mayor inversión en el estudio de esta población: ¿quién es la población indígena urbana? Las estimaciones por orden de nacimiento y paridez indican, para un futuro próximo, disminución de la fecundidad. La fecundidad de las mujeres indígenas jóvenes, sin mucha diferenciación entre residencia urbana o rural, se mantiene en niveles muy elevados si comparados con poblaciones contemporáneas. Este análisis clama por estudios multidisciplinarios para comprender mejor el proceso reproductivo de los pueblos indígenas brasileños.

Palabras clave: Demografía indígena. Fecundidad. Orden de nacimiento. Brasil.

Recebido para publicação em 02/12/2015
Recomendado para publicação em 19/07/2016
Aceito para publicação em 21/09/2016

Apêndice

TABELA 1
Número médio de filhos tidos pelas mulheres indígenas para três coortes com idades em 1991 como indicado e captados em 1991, 2000 e 2010, por situação de domicílio
Brasil – 1991-2010

Idade em anos em 2010	Idade em anos em 1991 (1)								
	Total			Urbano			Rural		
	15 a 19	20 a 24	25 a 29	15 a 19	20 a 24	25 a 29	15 a 19	20 a 24	25 a 29
15 a 19	0,49	-	-	0,28	-	-	0,56	-	-
20 a 24	1,37	1,60	-	1,01	1,02	-	1,76	1,82	-
25 a 29	2,25	2,34	2,87	1,75	1,74	1,98	2,96	2,98	3,28
30 a 34	2,92	3,07	3,21	2,22	2,46	2,41	3,79	4,14	4,13
35 a 39	3,59	3,42	3,55	2,69	2,68	2,85	4,62	4,61	4,98
40 a 44	-	3,78	3,88	-	2,90	3,15	-	5,09	5,17
45 a 49	-	-	4,22	-	-	3,45	-	-	5,35

Fonte: IBGE, Banco de Dados Agregados, Sistema IBGE de Recuperação Automática – Sidra. Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.
(1) Idades captadas em 1991. As parturições para períodos intermediários foram estimadas como o ponto médio do intervalo decenal.

TABELA 2
Taxas específicas de fecundidade (TEF) e distribuição relativa da TEF das mulheres indígenas, segundo grupos de idade e situação de domicílio
Brasil – 1991-2010

Grupos de idade em anos e situação de domicílio	TEF (por mil)			Distribuição relativa (%)		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Total						
15 a 19	192,7	159,3	149,3	18,0	20,6	19,4
20 a 24	254,3	198,4	193,4	23,7	25,6	25,1
25 a 29	223,9	182,1	167,8	20,9	23,5	21,8
30 a 34	159,1	115,7	126,0	14,8	14,9	16,4
35 a 39	145,6	81,7	83,7	13,6	10,5	10,9
40 a 44	61,7	27,7	41,3	5,7	3,6	5,4
45 a 49	36,3	9,6	7,8	3,4	1,2	1,0
TFT	5,4	3,9	3,8	100	100	100,0
Urbano						
15 a 19	124,5	120,5	110,6	21,5	22,8	19,6
20 a 24	159,0	143,1	149,8	27,4	27,1	26,5
25 a 29	115,3	139,5	125,1	19,9	26,4	22,1
30 a 34	82,9	66,8	83,9	14,3	12,6	14,9
35 a 39	72,4	39,6	61,0	12,5	7,5	10,8
40 a 44	19,8	15,3	32,1	3,4	2,9	5,7
45 a 49	5,6	3,6	2,5	1,0	0,7	0,4
TFT	2,9	2,6	2,8	100,0	100,0	100,0
Rural						
15 a 19	216,8	208,9	173,1	16,2	17,2	18,1
20 a 24	292,9	283,0	227,2	21,9	23,2	23,7
25 a 29	277,2	249,3	205,8	20,8	20,5	21,5
30 a 34	202,2	209,1	169,1	15,2	17,2	17,6
35 a 39	190,1	175,8	112,1	14,2	14,4	11,7
40 a 44	89,2	65,1	55,2	6,7	5,3	5,8
45 a 49	66,2	26,7	16,0	5,0	2,2	1,7
TFT	6,7	6,1	4,8	100,0	100,0	100,0

Fonte: IBGE, Banco de Dados Agregados, Sistema IBGE de Recuperação Automática – Sidra. Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010.

TABELA 3
Taxas específicas de fecundidade da população indígena total e rural, por grupos de idade, segundo ordem de nascimento
Brasil – 2000-2010

Ordem de nascimento	Taxas específicas de fecundidade (por mil)							
	15 a 19 anos	20 a 24 anos	25 a 29 anos	30 a 34 anos	35 a 39 anos	40 a 44 anos	45 a 49 anos	
População total								
2000	1	88,59	48,40	25,35	7,29	5,86	1,99	0,32
	2	39,49	63,09	37,86	14,67	5,54	1,49	0,00
	3	10,27	45,01	36,70	15,26	7,51	3,15	0,00
	4	2,49	27,61	33,90	18,12	9,20	1,66	0,83
	5	0,00	5,25	24,44	18,97	9,75	2,37	1,59
	6	0,26	3,98	16,31	12,12	6,13	4,64	2,67
	7	0,26	1,10	7,71	13,20	12,72	2,76	0,25
	8	0,00	0,00	0,83	11,01	9,84	1,93	2,42
	9	0,00	0,10	0,71	6,40	8,97	2,98	0,00
	10+	0,00	0,34	0,83	2,82	9,98	8,28	3,56
2010	1	83,68	50,70	20,63	14,45	1,81	0,96	0,53
	2	32,24	56,51	29,02	14,33	10,42	5,37	1,33
	3	8,20	42,52	36,89	12,13	9,78	5,83	0,27
	4	2,25	22,38	27,75	12,63	6,60	4,02	0,13
	5	0,09	9,78	25,99	21,31	11,25	3,39	2,59
	6	0,00	2,38	14,27	20,68	9,59	4,02	0,20
	7	0,00	0,85	5,92	13,08	11,98	3,51	1,06
	8	0,00	0,03	2,10	7,23	8,22	4,69	2,13
	9	0,00	0,00	0,37	2,66	4,50	1,47	1,06
	10+	0,00	0,00	0,00	1,87	7,04	8,03	0,66
População rural								
2000	1	94,02	52,20	13,46	5,16	0,70	4,96	1,18
	2	63,03	76,09	26,82	12,64	3,92	0,00	0,00
	3	13,62	66,63	45,20	14,49	7,85	1,24	0,00
	4	4,62	46,73	57,15	32,78	20,04	2,48	1,18
	5	0,00	11,09	43,79	35,23	19,34	6,20	1,65
	6	0,00	8,89	34,05	28,85	17,66	13,24	9,89
	7	0,00	2,20	14,66	25,66	33,64	5,79	0,94
	8	0,00	0,00	2,01	22,59	22,14	5,38	5,65
	9	0,00	0,24	0,50	16,20	22,42	8,07	0,00
	10+	0,00	0,00	1,00	7,24	24,67	21,51	9,65
2010	1	93,52	47,19	19,05	4,89	1,26	0,00	1,31
	2	39,64	65,29	26,70	10,59	5,78	0,85	1,31
	3	10,94	56,30	39,62	14,01	6,83	4,66	0,66
	4	2,31	31,27	34,28	19,79	11,13	3,67	0,33
	5	0,14	13,69	38,83	32,82	19,85	6,08	2,79
	6	0,00	4,01	23,60	38,20	16,70	9,89	0,49
	7	0,00	1,43	9,69	21,75	16,91	8,48	2,62
	8	0,00	0,06	3,69	12,62	14,18	6,93	5,25
	9	0,00	0,00	0,66	4,48	5,88	3,25	2,62
	10+	0,00	0,00	0,00	3,67	11,97	15,97	0,98

Fonte: IBGE. Microdados dos Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Avanços na captação de dados sobre a população indígena no Censo Demográfico 2010

Nilza de Oliveira Martins Pereira*

O objetivo desta nota de pesquisa é fornecer subsídios para uma discussão acerca dos desafios atuais de análise dos dados censitários no tocante aos indígenas, assim como apresentar algumas perspectivas futuras necessárias para o avanço na produção dessas informações. Também, se discorre sobre procedimentos específicos adotados na produção desses dados e se sistematizam algumas inovações metodológicas introduzidas no Censo Demográfico 2010.

Palavras-chave: Indígenas. Censos Demográficos. Produção de dados. Brasil.

* Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Rio de Janeiro-RJ, Brasil (Nilza.pereira@ibge.gov.br).

Introdução

Tem havido uma importante ampliação na captação de dados sobre as populações indígenas nos censos conduzidos pelos institutos de estatística em diversos países da América Latina (CEPAL, 2014). Esse movimento, ao mesmo tempo que se vincula a questões sociopolíticas nacionais, no sentido de melhor conhecer as características sociodemográficas desse contingente específico, associa-se a perspectivas internacionais para dar mais visibilidade aos povos indígenas (CEPAL, 2014; PEYSER; CHACKIEL, 1999; SCHKOLNIK; DEL POPOLO, 2005).

A questão da coleta de dados acerca de indígenas nos recentes censos nacionais realizados no Brasil é bastante ilustrativa dessas tendências (IBGE, 2005, 2010, 2012). Na trajetória mais recente dos censos brasileiros, aquele realizado em 1991 marca a inclusão da categoria “indígena” no quesito cor/raça. No último quarto de século, no âmbito dos censos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2000 e 2010, houve uma substancial ampliação do levantamento de dados sobre os indígenas. Em 2010, entre outros aspectos, foram incluídas perguntas a respeito de etnia, língua falada no domicílio e detalhamento sobre a localização geográfica das Terras Indígenas, que são critérios de identificação de população indígena nos censos nacionais de diversos países (IBGE, 2010, 2012).

Base territorial e tecnologias de coleta de dados

A integração entre as bases cartográficas do IBGE e as da Fundação Nacional do Índio (Funai) foi fundamental para a aplicabilidade do questionário do Censo 2010 nas Terras Indígenas (TI), mediante a coincidência dos limites dos setores censitários. Para definição da malha de setores censitários das TIs, a rede de agências e unidades estaduais do IBGE coordenadas pelas equipes técnicas da sede no Rio de Janeiro organizou, analisou e incorporou as informações provenientes da Funai (IBGE, 2012).

Para efeito de coleta das informações e análises dos resultados do Censo Demográfico 2010, o conjunto de TIs foi constituído por aquelas que estavam nas situações fundiárias de declarada, homologada, regularizada, ou em processo de aquisição como reserva indígena até a data de 31 de dezembro de 2010. Os setores censitários que compuseram o conjunto das TIs reconhecidas em qualquer uma das quatro situações citadas totalizaram 2.830, sendo a maioria (87,7%) pertencente ao grupo das terras com situação fundiária regularizada.

Além do processo de aperfeiçoamento da base territorial, vale destacar a importância de inovações tecnológicas, em particular o uso do chamado dispositivo móvel de coleta (DMC) (IBGE, 2010). Esse equipamento viabilizou a substituição do questionário em papel pelo eletrônico, possibilitando, entre outros aspectos, a incorporação de bancos descritores com nomes de aproximadamente 500 etnias e de 300 línguas indígenas, para que o recenseador pudesse se orientar. Além da praticidade no processo de coleta, o uso do DMC

contribuiu para a redução do tempo na divulgação dos resultados e o aumento da qualidade das informações, por meio da crítica no momento em que os dados eram coletados, bem como eliminou o trabalho do recenseador na seleção dos questionários da amostra, sendo o sorteio dos domicílios realizado de forma automática (IBGE, 2010).

Quesitos específicos sobre os indígenas

Para os residentes nas TIs, o questionário do Censo 2010 incluiu uma série de quesitos relacionados a características domiciliares e individuais, visando uma melhor captação das especificidades dos indígenas (IBGE, 2010; PEREIRA, 2012).

Para fins censitários, o domicílio é o local destinado à residência ou moradia, que se subdivide em duas espécies: particular (permanente e improvisado ocupado) e coletivo (IBGE 2010). Especificamente para os domicílios particulares permanentes ocupados, situados dentro das TIs, foram feitas algumas alterações no questionário:

- foi introduzida a categoria “oca ou maloca” para tipo de domicílio;
- no quesito “o material predominante das paredes externas”, foi incluída a categoria “sem parede”;
- na forma de abastecimento de água utilizada no domicílio, foram incluídas as categorias “poço ou nascente na aldeia” e “fora da aldeia”.

Como as características domiciliares são investigadas somente para os particulares permanentes, é fundamental que a classificação quanto à sua espécie esteja correta, pois em TIs podem existir grandes domicílios com muitos moradores indígenas que poderiam ser confundidos com domicílios coletivos.

No tocante às características individuais, os quesitos relacionados a seguir foram investigados em ambos os questionários (básico e amostra) aplicados no Censo Demográfico 2010, com exceção daquele relativo ao tema nupcialidade, que foi aplicado somente no questionário da amostra (IBGE, 2010).

- “Você se considera indígena?”, aplicado somente para os residentes em TIs que se declararam em categoria diferente de indígena no quesito cor/raça. Essa pergunta foi introduzida na investigação censitária porque, nas provas-piloto do Censo Demográfico 2010 realizadas nas TIs, detectou-se que um número considerável de indígenas deixou de se considerar como tal, classificando-se nas demais categorias de cor/raça, o que ocasiona perda de informações referentes à etnia e à língua falada.
- “Qual é a sua etnia ou povo a que pertence?”, aplicado para as pessoas que se declararam indígenas no quesito cor/raça e, também, para os residentes em Terras Indígenas que se declararam em categoria diferente de indígena no quesito cor/raça (ou seja, branca, preta, amarela ou parda), mas responderam afirmativamente à pergunta “Você se considera indígena?”.

- Para as línguas faladas, foram indagadas: “Fala língua indígena no domicílio?”, “Qual(is)?” e “Fala português no domicílio?”. Primeiramente era indagado se o indígena falava uma língua indígena e, em caso afirmativo, perguntava-se o nome da língua, podendo ser indicadas até duas línguas faladas.
- O quesito “tem registro de nascimento”, para as crianças de até dez anos de idade, foi incluído pela primeira vez no Censo Demográfico 2010 e teve como uma das categorias investigadas o Registro Administrativo de Nascimento Indígena (Rani). Essa opção somente era disponibilizada para as pessoas que se declarassem ou se considerassem indígenas.
- No tema nupcialidade, aplicado apenas no questionário da amostra, especificamente no quesito “vive em companhia de cônjuge ou companheiro(a)”, para cada mulher unida ou casada foi coletado o nome do cônjuge/companheiro. Tal procedimento possibilitou a identificação de poliginia, isto é, a união simultânea de um homem com mais de uma mulher (cônjuge/companheira) residentes em um mesmo domicílio. Visto que a poliginia está presente em sistemas de organização social de diversos povos indígenas no Brasil, a informação foi conservada na base de dados.

A aplicação dessas perguntas para a população indígena revelou resultados de um país até então desconhecido para muitos pesquisadores da temática. As análises já realizadas basearam-se nos tópicos específicos, anteriormente mencionados sobre os indígenas, que são comuns aos dois tipos de questionários utilizados para o levantamento no Censo Demográfico 2010 e que são denominados, por convenção, resultados do universo. Contudo, muito ainda necessita ser avaliado, principalmente o que se refere a um novo tópico, a chamada “demografia linguística”, bem como aqueles temas que foram investigados no questionário da amostra, tais como fecundidade, mortalidade, migração, entre outros, que possuem disponibilidade de resultados somente para as pessoas que se declararam indígenas no quesito da cor/raça, pois a pergunta “Você se considera indígena?”, que foi aplicada nas Terras Indígenas, tem sua representatividade estatística apenas para os resultados do universo.

Cenários e perspectivas

Aproximadamente uma década atrás, na introdução do livro *Demografia dos povos indígenas no Brasil*, Pagliaro et al. (2005, p. 11) afirmaram: “São ainda muito pouco conhecidas as mais diversas dimensões da dinâmica demográfica [...] dos povos indígenas no Brasil contemporâneo. Se essa assertiva se aplica plenamente ao conjunto dos povos indígenas, torna-se ainda mais contundente em face da diversidade dessas sociedades”. Por um lado, tal cenário ainda se aplica; por outro, é inquestionável que foram dados importantes passos no sentido de reverter esse quadro. Como se pode depreender do detalhamento apresentado nas seções anteriores, comparado aos seus antecessores, é

patente que o Censo de 2010 representou um significativo avanço no sentido de ampliar a captação de dados acerca dos indígenas no Brasil.

Ainda mais no caso brasileiro, por envolver a necessidade de cobertura de um espaço geográfico particularmente vasto, os censos nacionais constituem atividades extremamente complexas e de elevado custo. Como em qualquer outro censo nacional, um contínuo desafio dos levantamentos censitários realizados no país é o equilíbrio entre caracterizar o geral e o específico. Nesse sentido, por ocasião das atividades de planejamento de um censo nacional, é inevitável que as demandas de inclusão de questões a serem investigadas nas mais diversas áreas superem em muito as efetivas possibilidades de inclusão nos instrumentos de coleta.

No caso da população indígena no Brasil, é possível indicar que, de maneira geral, importantes demandas colocadas na fase de planejamento do Censo 2010 vieram a ser incorporadas nos questionários, tais como o levantamento de dados em todos os domicílios e não por amostra e a coleta de informações sobre etnia e língua falada pelos indígenas. Houve também ênfase quanto a uma adequação conceitual, isto é, que as variáveis investigadas no questionário da amostra fossem mais sensíveis para captar as características da população residente nas TIs. Outras não foram possíveis de implementar, como a participação de recenseadores indígenas nas TIs.

No âmbito desse breve texto, não é minimamente possível, e tampouco é o intuito, apresentar análises e interpretações a partir dos dados censitários relativos aos indígenas revelados pelos censos demográficos. Ao mesmo tempo que foram realizados substanciais esforços no sentido da coleta das informações, é fundamental que os dados sejam intensamente utilizados em investigações com vistas não somente a expandir os conhecimentos sobre as realidades sociodemográficas indígenas no país, mas também para uma avaliação crítica das categorias empregadas na captação. Há um crescente número de análises voltadas para os dados censitários sobre os indígenas, tanto realizadas no âmbito do IBGE (2012) como pela comunidade acadêmica. É sempre importante enfatizar que os dados dos censos e das demais pesquisas realizadas pelo IBGE são publicamente disponíveis e, especificamente para a população indígena, foram introduzidas informações no *site* do IBGE em sistemas específicos,¹ com o objetivo de manter atualizados os usuários, em geral, e especialistas voltados para a temática indígena.

Vale salientar que a coleta das informações para os indígenas no Censo Demográfico 2010 foi semelhante aos não indígenas, não havendo nenhum procedimento comportamental para uma abordagem a um segmento populacional com certa especificidade. Foi preparada uma cartilha de conduta por sugestão de pesquisadores, visando uma melhor acessibilidade dos recenseadores nas aldeias indígenas, bem como alertar para alguns quesitos que careciam de maior atenção para sua obtenção, contudo, não houve

¹ Os aplicativos do IBGE, disponíveis de forma aberta ao público, que possuem informações agregadas sobre populações indígenas, principalmente por Terras Indígenas são: <<http://indigenas.ibge.gov.br>>, <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/terrasindigenas>> e <http://www.ibge.gov.br/apps/atlas_nacional>.

treinamento específico para o recenseador que fosse para as Terras Indígenas. Como o processo seletivo para a contratação dos recenseadores não previa a contratação específica para indígenas, isso muito deve ter contribuído para o não entendimento de algumas respostas, principalmente, nos temas específicos (etnia e língua falada). De modo geral, os resultados referentes à declaração da língua indígena falada foram melhores do que aqueles sobre etnias indígenas, o que muito se deve ao melhor entendimento do quesito língua do que o da etnia, pelo próprio significado da palavra “etnia”. Para o próximo censo demográfico (2020), recomenda-se que os recenseadores que forem atuar nas Terras Indígenas sejam indígenas e que durante o treinamento sejam feitas alertas quanto às especificidades dessa população.

Com os resultados proporcionados pelo Censo Demográfico 2010, existe a necessidade de estudos linguísticos e antropológicos mais aprofundados, pois algumas línguas declaradas podem ser variações de uma mesma língua, assim como algumas etnias também se constituem em subgrupos ou segmentos de uma mesma etnia. O dimensionamento do número de etnias e línguas declaradas pela população indígena do Brasil, segundo o Censo Demográfico 2010, surpreendeu quanto aos seus resultados e isso está associado à sua abrangência nacional, pois a maioria das pesquisas que estimavam o número de etnias e línguas indígenas excluía as áreas urbanas do país. Portanto, o Censo Demográfico 2010 veio preencher uma grande lacuna quanto à precariedade de informações nacionais para esse segmento populacional e desvendar um país até então desconhecido.

Para finalizar, cabe mencionar que na revisão da agenda da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento – CIPD, em sua versão regional da América Latina, realizada em 2013 em Montevidéu, foi incluído um capítulo específico sobre populações indígenas, reconhecendo as especificidades deste segmento populacional (CAVENAGHI, 2014). Ainda, recomendações específicas para as populações indígenas foram propostas, dentre as quais está a promoção de medidas destinadas a reduzir disparidades étnico-raciais e assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e coletivos desses grupos com igualdade de oportunidades, em especial no que se refere à devolução de terras e territórios ancestrais e ao acesso à saúde, nutrição e educação (FREITEZ, 2014). Assim, a realização de estudos dirigidos para a interpretação dos dados censitários existentes e a continuação das discussões acerca da melhoria quanto à sua captação nas pesquisas domiciliares muito contribuirão para maior visibilidade desses segmentos populacionais nos censos futuros.

Referências

CAVENAGHI, S. A dinâmica populacional e a agenda de população e desenvolvimento sustentável. In: WONG, L. R.; ALVES, J. E.; VIGNOLI, J. R.; TURRA, C. M. (Org.). **Perspectivas de la agenda de población y desarrollo sostenible después de 2014**. Rio de Janeiro: Alap Editora, 2014. p. 79-93.

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. **Los pueblos indígenas en América Latina: avances en el último decenio y retos pendientes para la garantía de sus derechos**. Santiago: Cepal/Naciones Unidas, 2014.

FREITEZ L. A. La agenda de población y desarrollo 20 años después de la CIPD: reflexiones desde la Asociación Latinoamericana de Población. In: WONG, L. R.; ALVES, J. E.; VIGNOLI, J. R.; TURRA, C. M. (Org.). **Perspectivas de la agenda de población y desarrollo sostenible después de 2014**. Rio de Janeiro: Alap Editora, 2014. p. 269-290.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Tendências demográficas: uma análise dos indígenas com base nos resultados da amostra dos Censos Demográficos 1991 e 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2005.

_____. **Manual do recenseador**. Censo 2010. CD 1.09. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/instrumentos_de_coleta/doc2601.pdf>.

_____. **Características gerais dos indígenas no Censo Demográfico 2010 – resultados do Universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

PAGLIARO, H.; AZEVEDO, M. M.; SANTOS, R. V. Demografia dos povos indígenas no Brasil: um panorama crítico. In: PAGLIARO, H.; AZEVEDO, M. M.; SANTOS, R. V. (Org.). **Demografia dos povos indígenas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2005. p. 11-32.

PEREIRA, N. O. M.; SANTOS, R. V.; AZEVEDO, M. M. Perfil demográfico e socioeconômico das pessoas que se autodeclararam indígenas nos Censos Demográficos de 1991 e 2000. In: PAGLIARO, H.; AZEVEDO, M. M.; SANTOS, R. V. (Org.). **Demografia dos povos indígenas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Associação Brasileira de Estudos Populacionais, 2005. p. 155-166.

PEREIRA, N. O. M. Inovações na pesquisa do indígena do Censo Demográfico 2010 do Brasil. In: V CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO LATINOAMERICANA DE POPULAÇÃO. **Anais...** Montevideo: Alap, 2012.

PEYSER, A.; CHACKIEL, J. La identificación de poblaciones indígenas en los censos de América Latina. In: CEPAL/NACIONES UNIDAS (Org.). **América Latina: aspectos conceptuales de los censos del 2000**. Santiago: Cepal/Naciones Unidas, 1999. p. 353-363.

SCHKOLNIK, S.; DEL POPOLO, F. Los censos y los pueblos indígenas en América Latina: una metodología regional. **Notas de Población**, n. 79, p. 101-132, 2005.

Sobre a autora

Nilza de Oliveira Martins Pereira é estatística e doutora em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, da Fundação Osvaldo Cruz (Ensp/Fiocruz). Pesquisadora do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Endereço para correspondência

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Avenida República do Chile, 7^o andar
20031-170 – Rio de Janeiro-RJ, Brasil

Abstract

Advances in data production about indigenous population in the Demographic Census of 2010

The purpose of this research note is to provide inputs to a discussion of the current challenges on the analysis of census data regarding indigenous peoples, as well as to present some future perspectives needed to advance in the production of such information. Also, it discusses about specific procedures adopted in the data production and systematize some methodological innovations introduced in the Brazilian Demographic Census of 2010.

Keywords: Indigenous. Demographic Census. Data production. Brazil.

Resumen

Los avances en la producción de datos sobre la población indígena en el Censo Demográfico de 2010

El objetivo de esta nota de investigación es proporcionar insumos para el debate sobre los retos actuales en el análisis de los datos del censo con respecto a los pueblos indígenas, así como presentar algunas perspectivas futuras necesarias para avanzar en la producción de dicha información. Además, se discute procedimientos específicos adoptados en la producción de estos datos y se sistematiza algunas innovaciones metodológicas introducidas en el Censo Demográfico de 2010 de Brasil.

Palabras clave: Indígenas. Censos Demográficos. Producción de datos. Brasil.

Recebido para publicação em 25/11/2015

Recomendado para publicação em 17/06/2016

Aceito para publicação em 15/09/2016

Censos nacionais e perspectivas políticas para as línguas brasileiras

Rosângela Morello*

A investigação sobre a língua falada ou usada nos domicílios pela população indígena do Brasil no Censo Demográfico de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), rompe um silêncio de 60 anos do Estado brasileiro sobre a diversidade linguística que o compõe, e ocorre em um momento histórico em que duas outras importantes políticas linguísticas de conhecimento, reconhecimento e promoção das línguas brasileiras estão em andamento: a *cooficialização de línguas*, executada por decretos e leis municipais; e o *Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL)*, conduzido pelo governo federal, por meio do Departamento do Patrimônio Imaterial (DPI), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Contrariamente à repressão e ao genocídio linguísticos sobre os quais se erigiu, no Brasil, uma concepção de cidadania baseada em uma única língua, a portuguesa, estas políticas reconhecem e fomentam as línguas brasileiras, em seu conjunto, como um direito de todo cidadão e pilar de uma sociedade plurilíngue.

Impulsionada por tais políticas e dialogando com elas, a investigação, em 2010, sobre a língua falada ou usada nos domicílios, a qual denominaremos censo linguístico, reativa o debate sobre as políticas linguísticas no Brasil. Em seu bojo, ela traz à tona a necessidade de uma discussão, por um lado, sobre os interesses e a metodologia da pesquisa censitária e, por outro, sobre as condições históricas e políticas para sua realização e interpretação dos seus resultados. A pesquisa censitária sobre as línguas constitui um avanço imensurável para o conhecimento do multilinguismo do Brasil. No entanto, sua realização precisa ser ampliada e aprimorada nos censos vindouros, a começar por 2020, de modo a colocar o Brasil no mesmo patamar de países líderes em políticas para a gestão das línguas, valorização de seus falantes e promoção dos bens simbólicos, econômicos e políticos que essa diversidade produz e sustenta.

* IPOL Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística, Florianópolis-SC, Brasil (dandarim@gmail.com).

Políticas para a gestão das línguas: a necessidade de informações

A investigação censitária das línguas tem sido uma prática recorrente em Estados modernos, sendo que seus resultados pautam políticas públicas, como podemos notar em países como Canadá, Estados Unidos, Espanha, etc. (SEIFERT, 2014). No Brasil, apesar do primeiro censo populacional ter ocorrido em 1872, as investigações sobre as línguas faladas só foram inseridas em 1940, 1950 e 2010.

Tematizando as investigações de 1940 e 1950, Oliveira (2014) mostra sua coerência com o nacionalismo do governo brasileiro da época e destaca que seus objetivos eram identificar os que não falavam o português, se eram naturalizados ou não e que idade tinham, bem como mapear quais línguas falavam, em quais regiões eram faladas e se eram “estrangeiras” ou “aborígenes”. Dando destaque a essas categorias por meio das aspas, o autor comenta que por estrangeiras eram entendidas as línguas dos imigrantes, enquanto as aborígenes englobavam todas as demais. Ao comentar os objetivos e os resultados de tais censos, Oliveira ressalta que estas informações permitiam uma avaliação, pelo governo da época, de possível ameaça ao território brasileiro decorrente do fato dos “imigrantes” ou seus descendentes, mesmo sendo cidadãos brasileiros, estarem ligados às políticas expansionistas de seus países de origem, veiculadas pelas línguas que aqui falavam. De acordo com o autor, apesar de os resultados do censo de 1940 só terem sido divulgados após a década de 1950 e de não se dispor de análises daquele realizado em 1950, a pesquisa mostrou um quadro de redução do uso das línguas por esses grupos. Esse fato, aliado à improvável invasão estrangeira decorrente da derrota dos países do Eixo, no qual se aliavam Alemanha, Itália e Japão, entre outros, poderia explicar o desinteresse dos governos brasileiros pelas enquetes linguísticas depois de 1950.

Se de fato deixaram de interessar à pesquisa censitária pelos 60 anos seguintes e se é verdadeiro que muitas comunidades linguísticas abandonaram suas línguas, também é uma realidade que centenas delas, ao lado dos povos indígenas, desenvolveram múltiplas estratégias de coesão cultural e linguística (uso das línguas em festas, cerimônias, organizações de núcleos e clubes, transmissão de conhecimentos para o trabalho, a arte, etc.), de fortalecimento dos elos identitários e de participação social e política. Apesar de ser, até recente data, ignorada pelas políticas públicas e por grande parte da sociedade brasileira, essa diversidade linguística formada por mais de 250 línguas indígenas, mais de 50 de descendentes de imigrantes, além das línguas crioulas, de sinais e afro-brasileiras, coloca o Brasil no quadro dos países mais multilíngues do mundo.¹ As demandas por políticas linguísticas de reconhecimento das línguas que ganham força, no país, em início de 2000, derivam dessa pujança, ao mesmo tempo que ecoam as lutas por direitos sociais, étnicos, linguísticos, entre outros, que, sobretudo a partir dos anos 1950, são empunhadas por grupos minoritários em várias partes do mundo.

¹ As estimativas mais divulgadas colocam o Brasil junto a países como Papua Nova Guiné (com cerca de 820 línguas), Indonésia (737), Nigéria (510), Índia (415), México (291), Camarões (279), China (237), Austrália (231) e Congo (219).

De acordo com Morello (2012), duas trajetórias de lutas se cruzam nesse cenário, nutrindo os movimentos em prol dos direitos sociais, políticos e linguísticos. Em uma delas, a autora menciona as lutas em defesa das minorias, que cresceram em todo o mundo a partir do final dos anos 1940 e que resultaram em importantes acordos, tais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), o Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), a Declaração sobre os Direitos de Pessoas pertencentes a Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Linguísticas (1992), a Carta Europeia sobre as Línguas Regionais ou Minoritárias (1992), a Declaração da Cúpula do Conselho da Europa sobre as Minorias Nacionais (1993), a Convenção-Marco para a Proteção das Minorias Nacionais (1994) e a Declaração Universal para a Promoção da Diversidade Cultural – Unesco (2005).

Em outra trajetória estão as lutas de comunidades linguísticas e culturais brasileiras para o reconhecimento jurídico e político de suas línguas e seus saberes, silenciado pelo Estado monolíngüista. Para a autora, a língua portuguesa como língua única da nação e do cidadão fundamentou o Estado português e depois o brasileiro, assumindo uma “extraordinária reversibilidade entre *identidade brasileira/língua portuguesa*, corolário do monolíngüismo” (MORELLO, 2012, p. 37). Essa dinâmica

[...] desqualificou imaginariamente todas as demais possibilidades de representação identitária e de cidadania ancorada em outras línguas. Mais do que isso, as comunidades linguísticas falantes de línguas diferentes do português passaram a ser interpretadas como fator de ameaça ao estado nacional, sendo suas línguas consideradas um impeditivo ao pleno desenvolvimento social dos grupos (MORELLO, 2012, p. 37).

Na história de formação do Estado brasileiro, o direito à cidadania foi, então, condicionado a ser falante da língua portuguesa. Somente com a Constituição Federal de 1988, essa cidadania brasileira foi estendida a indígenas, que passaram a usufruir do direito à língua e cultura próprias. No entanto, essa mesma Constituição silenciou-se sobre as demais comunidades de falantes de outras línguas. No embate com tais contradições, a luta pelo reconhecimento das línguas no Brasil culmina em duas importantes políticas linguísticas: a *cooficialização de línguas* por decretos municipais e a *política do Inventário Nacional da Diversidade Linguística do Brasil* (doravante INDL), Decreto Federal n. 7.387, de 09 de dezembro de 2010. Dando atenção ao que passou a ser considerado *línguas brasileiras*, ou seja, todas as línguas territorializadas no país há pelo menos três gerações, sejam elas indígenas, de descendentes de imigrantes, de remanescentes afro-brasileiros, de sinais e crioulas (Relatório do Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística, 2007), estas duas políticas legitimam as línguas, criam novos estatutos para elas e exigem, para sua execução, a organização de informações de base, tais como identificação dessas línguas, número de falantes, territorialidade e situações de bilingüismo e/ou perda intergeracional.

Observando os direitos linguísticos como direitos universais assegurados a todos sem distinção de “raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política, origem nacional ou social, posição socioeconômica, nascimento ou qualquer outra condição”, conforme reza

a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos (OLIVEIRA, 2003, p. 8), essas políticas linguísticas alavancam, em acordo com essa mesma declaração, a perspectiva de expressão dos direitos pelas comunidades linguísticas, definidas a partir de uma territorialidade geográfica e simbólica que engloba a autoidentificação dos sujeitos e os espaços de uso e circulação das línguas. Em consequência, as comunidades linguísticas, assumindo uma posição de agentes, requerem estratégias para o mapeamento das suas diversas línguas, muitas das quais foram silenciadas, reprimidas e desvalorizadas, senão extintas, pelo Estado monolíngue.

Cooficialização e inventário de línguas: conhecer, reconhecer e promover a diversidade linguística do Brasil

A partir de solicitações de entidades representadas pela Federação das Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), o município de São Gabriel da Cachoeira, Amazonas, promulgou, em 2002, um decreto oficializando, ao lado da língua portuguesa, as línguas indígenas *tukano*, *baniwa* e *nheengatu*. Com esse ato político, teve início um importante fato jurídico no Brasil: a cooficialização de línguas por municípios.

Ao analisar esta ação do município, Oliveira (2007) destaca sua natureza administrativa e jurídica e salienta seu significado como luta contra a discriminação linguística de que são vítimas os falantes de outras línguas no Brasil. De acordo com o autor, “se a discriminação por questões de sexo, de religião, de raça, de ideologia política entre outros, encontra amparo jurídico em legislações nacionais e internacionais, podendo ser classificada como crime, o mesmo não acontece com a discriminação linguística” (OLIVEIRA, 2007, p. 40). Nesse contexto de luta por direitos linguísticos, Oliveira convoca a experiência acumulada em várias partes do mundo para afirmar a importância da lei de cooficialização de línguas para a promoção social dos grupos que as falam. Para o autor, “oficializar uma língua significa que o estado reconhece sua existência e reconhece aos seus falantes a possibilidade de não terem de mudar de língua sempre que queiram se expressar publicamente ou tratar de aspectos de sua vida civil” (OLIVEIRA, 2007, p. 40-41).

Representando um avanço em relação à Constituição de 1988, que havia reconhecido apenas aos indígenas o direito à sua língua e cultura, a lei de cooficialização cria uma nova jurisprudência e um novo mecanismo de reconhecimento para todas as línguas brasileiras, sejam indígenas, alóctones (isto é, trazidas de fora por processos de imigração), crioulas, de sinais ou afro-brasileiras. Em consequência, ela rapidamente ecoa em todo o território nacional, já que em centenas de municípios brasileiros há uma ou mais línguas faladas, além do português, pela maior parte de sua população. De 2002 a 2016, foram cooficializadas 11 línguas em 19 municípios brasileiros. Destas, quatro são alóctones, ou seja, faladas por descendentes de imigrantes: *pomerano*, em Santa Maria de Jetibá, Domingos Martins, Pancas, Laranja da Terra e Vila Pavão, no Espírito Santo, e em Canguçu, no Rio Grande do Sul; *talian*, em Serafina Corrêa, Paraí e Nova Roma do Sul, no Rio Grande do Sul, e em Nova

Erechim, Santa Catarina; *hunsrückisch*, em Antônio Carlos, Santa Catarina, e Santa Maria do Herval, Rio Grande do Sul, e *alemão*, em Pomerode, Santa Catarina. Outras sete são autóctones, ou seja, indígenas: *nheengatu*, *baniwa* e *tukano*, em São Gabriel da Cachoeira, no Amazonas; *guarani*, em Tacuru, no Mato Grosso do Sul; *akwê xerente*, em Tocantínia, Tocantins; e *macuxi* e *wapixana*, em Roraima. No âmbito nacional, a *Língua Brasileira de Sinais (Libras)* passou também a ser cooficial em 2002, e a lei foi regulamentada em 2005.

Paralelamente, em 2004, o IPOL Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística, com atuação forte nas políticas de cooficialização, encaminhou à Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados Federais uma solicitação para abertura do Livro de Registro das Línguas Brasileiras, no sentido de salvaguardá-las como patrimônio cultural imaterial, desencadeando ações que instituiriam, por meio do Decreto Federal n. 7.387/2010, a política do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL).²

Sob os auspícios do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), o INDL foi discutido em seminário legislativo em 2006, e suas diretrizes foram estabelecidas pelo Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística (GTDL), grupo interministerial e interinstitucional que se reuniu em 2006 e 2007.

Em seu relatório final, o GTDL afirma que “o Inventário permitirá ao Estado e à sociedade em geral o conhecimento e a divulgação da diversidade linguística do país e seu reconhecimento como patrimônio cultural” (BRASIL, 2007, p. 14). Considera-se que o reconhecimento e a nomeação das línguas inventariadas como *referências culturais brasileiras* configuram “atos de efeitos positivos para a formulação e implantação de políticas públicas, para a valorização da diversidade linguística, para o aprendizado dessas línguas pelas novas gerações e para o desenvolvimento do seu uso em novos contextos” (BRASIL, 2007, p. 14). Além disso, com base na origem histórica e cultural e na natureza semiótica das línguas, o referido relatório propõe que o INDL abarque todas as línguas brasileiras, distribuindo-as, para efeito das ações do inventário, em seis categorias histórico-sociológicas: indígenas, distinguindo duas situações – a das línguas ameaçadas e próximas à extinção e a das línguas de grande população e extensão territorial –; imigração; comunidades afro-brasileiras; sinais; crioulas; e língua portuguesa e suas variações dialetais (BRASIL, 2007). Em qualquer dessas categorias, as línguas a serem inventariadas devem, prioritariamente, “ter relevância para a memória e identidade dos grupos que compõem a sociedade brasileira, ser veículo de transmissão cultural e falada no território nacional há pelo menos três gerações (ou 75 anos)” (BRASIL, 2007, p. 11). Com esse critério buscou-se instituir, como parte da política, a participação das comunidades linguísticas, instadas a se representarem no ato de demanda e na definição de ações que garantam e sejam condizentes com o futuro que desejam para sua língua.

² O relatório e as atas das reuniões do GTDL fornecem a base para a síntese que apresentamos neste texto, inclusive no que se refere aos encaminhamentos para o Censo Demográfico de 2010.

No entanto, no bojo das discussões sobre as diretrizes para o INDL, acirra-se o debate: mas afinal, quantas, quais e onde são faladas as variadas línguas brasileiras? Embora se pudesse contar com estimativas fornecidas por pesquisas especializadas, a ausência de dados censitários atualizados passou a ser um desafio para o planejamento adequado para a gestão do INDL. Essa compreensão, reforçada pela constatação de que os municípios também necessitavam de dados desse tipo, conduziu a uma negociação com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que tinha assento no GTDL, para que procedesse, no Censo Demográfico de 2010, a uma investigação sobre as línguas declaradas como sendo faladas no lar pela população brasileira.

O Censo Demográfico de 2010: avanços e restrições na pesquisa sobre as línguas

Com base nos censos de línguas realizados em países como Canadá, Estados Unidos, México, entre outros, o GTDL propôs ao IBGE uma questão de base para a totalidade da população: “Qual ou quais línguas você fala ou usa em casa?” com as opções 1. Português; 2. Outra(s) línguas. Para a segunda alternativa, inseriram-se, como opções de identificação, as línguas listadas pela base ISO 639-3. A análise das variáveis possibilitaria obter ao menos cinco tipos de informações: o repertório de línguas faladas ou usadas nos domicílios; os territórios pelos quais estão distribuídas; o número de falantes de cada língua; o grau de bilinguismo; e a perda intergeracional de cada uma.

No entanto, embora o GTDL tenha instruído o IBGE a dirigir a questão a todos os brasileiros, uma vez que todas as línguas brasileiras são objetos das políticas de cooficialização e do inventário, a pesquisa, inserida no questionário básico foi conduzida apenas junto aos que se declararam indígenas. Além disso, a questão de base foi modificada para: “qual ou quais línguas indígenas é falada em casa”, com possibilidade para até dois registros. Subsequentemente, vinha a segunda questão: “fala português no domicílio?”, com as opções “sim” e “não”. Como respostas a estas questões, orientou-se que fosse considerado também o uso de língua de sinais (IBGE, 2010).

A restrição a uma parcela da população e a modificação da questão de base produzem, de imediato, algumas consequências que merecem reflexão:

- inviabilizou-se a aferição de informações demolinguísticas sobre a totalidade das línguas declaradas como sendo faladas pelos cidadãos brasileiros, fato que continua dificultando, no presente, um planejamento adequado das ações do próprio INDL;
- a ausência dessas informações igualmente impede que os municípios plurilíngues desenhem ações que atendam à sua diversidade, impondo-lhes a tarefa de realizar localmente seus censos linguísticos. Esse é o caso de Santa Maria de Jetibá, Espírito Santo, e de Antônio Carlos, Santa Catarina;
- a pergunta de base “que língua(s) indígena(s) é falada ou usada em casa”, seguida da segunda pergunta “fala português no domicílio”, implica uma visão distorcida da realidade indígena atual, pressupondo que:

- os indígenas só fariam línguas indígenas e/ou português, o que não é uma realidade se considerarmos, por exemplo, grupos que vivem em regiões de fronteira e que falam como primeira língua também o espanhol, o francês, o inglês, além de línguas crioulas, como é o caso dos Galibi, no Oiapoque;
- os indígenas não falam ou usam línguas estrangeiras, ignorando sua inserção nas dinâmicas sociocomunicativas promovidas pelas tecnologias da comunicação e informação, por meio das quais são usadas e aprendidas muitas línguas;
- os indígenas não falam ou usam outras línguas advindas dos movimentos migratórios e de trânsitos transfronteiriços.

E quanto ao futuro, muito próximo? Avançaremos na gestão de nossas línguas?

Por certo, haveria outros pontos da investigação de 2010 que merecem reflexão, visando, sobretudo, análises dos resultados para aprimorar o mapeamento das línguas indígenas. Por exemplo, seria proveitoso um estudo comparativo sobre as línguas nomeadas no censo, conhecidas pelos falantes e identificadas nas pesquisas científicas. Mas, para isso, será necessário outro texto.

Não obstante, para o ponto de vista que se pretende aqui defender, ressalta-se que a pesquisa sobre as línguas faladas ou usadas pela população brasileira, em sua totalidade, permanece como uma demanda aberta, necessitando ser considerada no âmbito da investigação em 2020 e nas séries seguintes pelos motivos elencados ao longo desse texto e pelos enfatizados a seguir.

Os inventários de línguas de grande população e extensão territorial, como o *hunsrückisch*, no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Espírito Santo, a Libras, na grande região de Florianópolis, o *pomerano*, no Espírito Santo, ou o *ianomâmi*, no Amazonas, entre outras, que estão sendo executados, buscam dar andamento à política de gestão das línguas, contemplando, na medida do possível, a obtenção de dados demolinguísticos, ainda que estimativos. No entanto, a pesquisa viabilizada pelo INDL não contempla uma orientação metodológica para abrangência territorial da contagem censitária, ainda menos dá condições para execução de procedimentos de pesquisa próprios de um censo linguístico. Permanece, portanto, a demanda por conhecimento de nossas línguas, onde são faladas e quantos cidadãos brasileiros as falam.

A produção de informações sobre todas as línguas brasileiras torna-se igualmente fundamental para o planejamento de políticas públicas de grande impacto, como a educação bilíngue em centenas de municípios plurilíngues do Brasil, como é o caso dos que estão situados em regiões de intensas imigrações, ou de forte presença indígena ou então que se situam em faixas de fronteira com países hispanofalantes e igualmente plurilíngues.

Do mesmo modo, o avanço nas pesquisas censitárias abre um espaço de investigação novo sobre as línguas brasileiras, estimulando o diálogo entre gestores, investigadores e falantes para concepção de modos de gestão das línguas e dos conhecimentos que

estruturam, identificação de problemas e busca de soluções ajustadas aos interesses das comunidades linguísticas e exploração dos desafios e potencialidades das tecnologias digitais, cuja base são as línguas (MARAZZI, 2009).

Por fim, mas não menos importante, cumpre enfatizar que, se a ausência de informações atualizadas sobre a realidade linguística do país pode ser entendida como uma das principais razões para o recenseamento linguístico em todo o território nacional, uma pesquisa dessa natureza coloca o Estado diante do desafio de superar práticas e políticas públicas monolinguistas para avançar em uma perspectiva de Estado plurilíngue, que contemple políticas linguísticas para todas as línguas brasileiras, articulando ações nos variados campos da educação, cultura, tecnologias e ciências. E coloca a sociedade, em especial as variadas comunidades linguísticas, diante do desafio de forjarem ações e estratégias para praticarem suas línguas como um direito constitutivo de sua cidadania. Se esse Estado e essa sociedade plurilíngues são de interesse da nação brasileira, o avanço em pesquisas demolinguísticas se torna prioritário.

Referências

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Relatório do Grupo de Trabalho da Diversidade Linguística no Brasil/GTDL**. Brasília/DF, 2007.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto n. 7.387, de 09 de dezembro de 2010**. Institui o Inventário Nacional da Diversidade Linguística e dá outras providências. Brasília, 2010. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil03/_Ato2007/_Decreto/D7387.htm>. Acesso em: 10 nov. 2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010** – Questionário básico. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br/images/pdf/censo2010/questionarios/questionario_basico_cd2010.pdf>. Acesso em: 01 ago. 2014.

MARAZZI, C. **O lugar das meias: a virada linguística da economia e seus efeitos sobre a política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MORELLO, E. J. Parecer jurídico: cooficialização da língua pomerana no Município de Santa Maria de Jetibá, ES. A linguagem como patrimônio cultural imaterial. Competência do Município para legislar sobre proteção a bens culturais. Elementos para maior eficácia da lei. In: MORELLO, R. **Leis e línguas no Brasil: o processo de cooficialização e suas potencialidades**. Florianópolis, SC: Ipol e Nova Letra, 2015.

MORELLO, R. (Org.). **Leis e línguas no Brasil: o processo de cooficialização e suas potencialidades**. Florianópolis, SC: Ipol e Nova Letra, 2015.

_____. Uma política pública e participativa para as línguas brasileiras: sobre a regulamentação e a implementação do Inventário Nacional da Diversidade Linguística (INDL). **Gragoatá**, Rio de Janeiro, n. 32, 2012.

_____. A política de cooficialização de línguas no Brasil. **Platô: Revista Internacional do Instituto da Língua Portuguesa**, n. 1, 2011.

OLIVEIRA, G. M. de. Os censos linguísticos e as políticas para as línguas no Brasil meridional. In: MORELLO, R.; MARTINS, M. F. (Org.). **Observatório da educação na fronteira**. Política linguística em contextos plurilíngues: desafios e perspectivas para a escola. Florianópolis: Ipol, Editora Garapuvu, 2014.

_____. (Org.). **Declaração Universal dos Direitos Linguísticos**. Campinas: Ipol, Mercado das Letras e ALB, 2003.

_____. Brasileiro fala português: monolingüismo e preconceito linguístico. In: SILVA, F. L. da; MOURA, H. M. (Org.). **O direito à fala: a questão do patrimônio linguístico**. Florianópolis: Insular, 2002.

OLIVEIRA, G. M. de; MORELLO, R. Uma política patrimonial e de registro para as línguas brasileiras. **Patrimônio – Revista eletrônica do IPHAN**, Campinas, n. 6, jan./fev. 2007. Disponível em: <<http://www.labjor.unicamp.br/patrimonio/materia.php?id=211>>. Acesso em: 16 jun. 2015.

RODRIGUES, A. D. **Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas**. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA. **Lei n. 145, de 11 de dezembro de 2002**. Dispõe sobre a cooficialização das línguas Nheengatu, Tukano e Baniwa em São Gabriel da Cachoeira. 2002.

Sobre a autora

Rosângela Morello é doutora em linguística, pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com estágio na Universidade de Paris 7, França. Atualmente é coordenadora geral do IPOL Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística.

Endereço para correspondência

Rua Recanto do Beija-Flor, n. 28, Campeche
88063-079 – Florianópolis-SC, Brasil

Recebido para publicação em 01/12/2015
Recomendado para publicação em 10/06/2016
Aceito para publicação em 19/07/2016

Demografia dos povos indígenas: os Censos Demográficos como ponto de vista*

Marden Barbosa de Campos**
Bárbara Roberto Estanislau***

Os Censos Demográficos constituem uma das principais fontes de informações para estudos quantitativos sobre a população brasileira. Isso se deve tanto à amplitude da investigação em termos de cobertura espacial quanto ao volume de quesitos utilizados na pesquisa. Nas últimas décadas os Censos também se tornaram um instrumento primordial para estudos sobre os povos indígenas no Brasil (IBGE, 2010).

O objetivo desse ensaio é apresentar reflexões acerca do Censo Demográfico como instrumento de pesquisa dos povos indígenas no Brasil, confrontando suas potencialidades de análise, assim como algumas de suas limitações para estudos demográficos sobre essas populações. Será enfatizada a importância, para a investigação de características étnicas nos Censos Demográficos, de uma avaliação do instrumento de investigação, buscando compreender sua adequação para o estudo das especificidades apresentadas por esse segmento populacional.

Longe de desqualificar a informação, o debate em torno dos processos de construção da informação visa delimitar precisamente o objeto de que tratam essas informações, qualificando-as ainda mais enquanto instrumento de investigação. À medida que conhecemos a forma como foi produzida a informação, quais os agentes envolvidos em sua produção, as perguntas legitimadoras dos processos produtivos, dentre outros aspectos, aumenta a nossa segurança de que a informação refere-se a algum evento cuja manifestação foi “capturada” por uma operação de coleta.

* O texto reflete o ponto de vista dos autores e não necessariamente de suas instituições.

** Departamento de Sociologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte-MG, Brasil (mardencampos@gmail.com).

*** Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, Brasília-DF, Brasil (barbararestanislau@gmail.com).

Desafios para a mensuração dos fatos sociais

A produção de informações sobre os “fatos sociais” é fruto de um arranjo institucional que qualifica, legitima e constrói tanto o processo de produção quanto a natureza da informação por ele produzida. Os números são importantes na vida social atual não só pelo que apresentam, mas também pelo fato de que concordamos em agir a partir deles. Para além de serem confiáveis, os números precisam ser aceitos como confiáveis. Nesse sentido, eles se ancoram em discursos legitimadores que atribuem valor ao que deve ou não ser pesquisado e a forma como isso pode ser feito (DESROSIERES, 2004).

A forma predominante hoje no Brasil de produção de informações sobre população, juntamente com os registros administrativos – Registro Civil, Sistema de Informações sobre Mortalidade, Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos, dentre outros – é feita por meio de pesquisas domiciliares. Estes levantamentos seguem, em geral, um modelo de entrevista baseado em perguntas estruturadas e respostas categorizadas, que podem ser auto ou alterdeclaradas, dependendo de a unidade de investigação ser o domicílio, o indivíduo ou ambos, como no caso dos Censos. Nesse tipo de modelo, as respostas adquirem um “alto estatuto” de verdade, baseado na confiança em uma objetividade e imparcialidade do processo de pesquisa.

Os conceitos que norteiam o desenho do questionário dos Censos Demográficos são baseados em tipos de indivíduo típico, a que podemos chamar, nos termos estritos deste ensaio, de “brasileiro médio”: aquele que reside em domicílios, reconhece outros moradores do *mesmo* domicílio, sabe das entradas e saídas de “recursos” ao domicílio (água, energia, lixo, renda, migrantes), da condição de posse do local, de sua divisão interna, dos bens materiais presentes, assim como reconhece as categorias de município, país e unidade da federação. Sobre os moradores, o indivíduo que os Censos buscam entrevistar precisa reconhecer sua idade e as dos demais moradores do domicílio, em termos de anos ou meses, além de suas cores ou raças investigadas, o sistema escolar seriado a que a maior parte dos brasileiros frequenta ou frequentou e o sistema de trabalho vigente no país. Ele precisa aceitar que variações de certas características físicas podem ser encaradas como deficiências, saber contabilizar o número de filhos das mulheres do domicílio, assim como atribuir idade e sexo a esses filhos.

Embora os questionários dos Censos incorporem cada vez mais possibilidades de resposta que se aproximam das formas de organização social de alguns povos indígenas, eles captarão melhor, obviamente, as características daqueles indígenas que mais se assemelham ao que estamos aqui chamando de “brasileiro médio”. Evidentemente, para os que se distanciam da média apenas ligeiramente, também há possibilidades e variações de respostas, uma vez que todos os quesitos dos Censos permitem múltiplas opções de respostas. Contudo, essas opções também são baseadas em um distanciamento médio (ou padrão) do que se espera encontrar durante a coleta das informações.

Por outro lado, aqueles indivíduos cuja organização social ou o horizonte cognitivo diferem substancialmente dos conceitos utilizados nos Censos possivelmente terão sua

captação prejudicada na pesquisa. Importante ressaltar que isso vale também para outros grupos étnicos, estrangeiros ou mesmo grupos socioeconômicos menos favorecidos.

Podemos usar como exemplo a investigação da idade na população. Entre a maioria da população não indígena do Brasil, coberta em grande parte por registros de nascimento e inserida em um processo educacional padronizado, é quase uma evidência que um indivíduo saiba sua idade. Por isso, conforme destaca Nobert Elias (1998) em seu estudo *Sobre o tempo*, “é com assombro” que descobrimos que existem sociedades em que indivíduos não sabem dizer qual é a sua idade. Segundo o autor, nós (os ocidentais) possuímos uma estrutura de personalidade dotada de percepção apuradíssima do tempo, a qual não podemos impor a grupos populacionais que não estão inteiramente submetidos a essa percepção (ELIAS, 1998). Conforme destacam Pagliaro, Azevedo e Santos (2005), os povos indígenas têm maneiras próprias de classificar a idade das pessoas, além de possuírem uma variedade de sistemas numéricos ainda pouco conhecidos.

Se essa afirmação já provoca desconfiança quanto ao levantamento de uma variável à qual atribuímos certa simplicidade, o que dizer em relação à investigação dos temas família, domicílio, nupcialidade, migração, trabalho e deficiência entre populações com visões de mundo discrepantes das que constam nos manuais do Censo?

Considerando as transformações experimentadas pelos povos indígenas ao longo dos vários séculos de colonização, incluindo a urbanização e a exposição à escola, é provável que a maior parte dos indígenas registrados pelo Censo Demográfico de 2010, por exemplo, compartilhe as noções presentes nos quesitos investigados. Por outro lado, dos 786 mil indígenas registrados com cinco anos ou mais de idade, 137 mil (17,4% do total) não falavam português no domicílio (IBGE, 2010). Entre alguns desses indivíduos, pode-se supor que tenha havido um entendimento diferenciado das perguntas do Censo, com possíveis reflexos nos resultados divulgados. Nos casos em que houve uso de tradutores para entrevistar indígenas, esses problemas podem ter sido amenizados, ainda que não saibamos se os tradutores possuem um entendimento das perguntas mais próximo dos indígenas entrevistados ou dos não indígenas que elaboraram o questionário.

Por isso, acredita-se que o Censo captará com maior precisão as características dos povos indígenas que se aproximaram mais do conceito de “brasileiro médio” que embasou a construção dos questionários. Embora saibamos que parte das perguntas de cada Censo baseia-se nos resultados dos Censos anteriores, esse fato agrava ainda mais os problemas de captação de populações minoritárias, cujos números são eclipsados pela média das respostas de cada quesito.

As estatísticas e os fatos sociais

Dado o caráter altamente reflexivo encontrado nas ciências sociais, os resultados de pesquisas e estudos e a construção de teorias sobre fenômenos sociais interferem na conformação das sociedades e na identificação dos indivíduos com esta realidade. Nesse

sentido, quando utilizamos categorias pré-concebidas nos estudos de população, não sabemos em que medida estamos descobrindo algo ou se estamos criando os próprios fenômenos que queremos estudar.

Quando utilizamos o termo “indígena” para tratar de toda uma categoria populacional, corremos o risco de criar uma “entidade” especial. Incorre-se no tipo de problema destacado por Wolf (1997) de se “transformar nomes em coisas”. A diversidade de etnias existentes no Brasil e a heterogeneidade encontrada entre elas certamente tornariam difícil enquadrar indivíduos em uma mesma categoria genérica com a arbitrariedade com que o fizeram os europeus que aqui chegaram. Devido ao fato de essa categoria continuar a ser utilizada ainda hoje, tanto no senso comum como na categoria analítica, é “quase óbvio” que tenha se tornado uma opção de resposta dos Censos Demográficos.

Contudo, embora o Censo possua elevado potencial analítico e venha contribuindo enormemente para o conhecimento de parte da realidade indígena do país nos últimos anos, usar a categoria indígena sem tornar o restante do questionário do Censo sensível à diversidade dessa população limita o instrumento como fonte de informação. O estudo de Pereira et al. (2009) sobre os Xavante é um exemplo de como os modos de habitação indígena são difíceis de serem enquadrados nos tipos de domicílio utilizados nos Censos.

Nossos campos disciplinares, com suas lógicas discursivas e arcabouços conceituais, produzem instrumentos intelectuais nos quais se incluem os métodos de experimentação. O Censo é um exemplo de instrumento de investigação a alimentar discursos, reificar uma ideia de realidade e perpetuar estruturas de poder, conforme será discutido adiante.

Desafios para a mensuração de marcadores culturais

Uma das questões mais complexas que surge do exercício de uma demografia dos povos indígenas talvez seja aquela que, enganosamente, aparenta possuir maior “simplicidade”: como identificar os indígenas utilizando os Censos?

A mensuração de caracteres culturais como raça ou etnia é difícil pelo fato de possuírem um nível de subjetividade maior do que o encontrado, por exemplo, na mensuração da idade ou do sexo dos entrevistados. Isso torna-se ainda mais complexo quando consideramos que um censo investiga apenas atributos que, a princípio, são inteligíveis para aqueles que elaboram o questionário da pesquisa, que no Brasil são indivíduos não indígenas

Um procedimento demográfico como a realização de um censo busca atingir um realismo estatístico, como experimento lógico, que possa atribuir aos dados coletados um *status* de verdade. Desse modo, esse tipo de procedimento, que necessita de precisão nos identificadores construídos, torna-se extremamente complexo quando tratamos de marcadores culturais.

Embora os demógrafos beneficiem-se dos debates a respeito do termo “cultura”, suas análises, em geral quantitativas, não se fundamentam em uma teoria ampla e abrangente sobre cultura (KERTZER, 1997). Os demógrafos precisam construir indicadores de “cultura”

que sejam passíveis de compor arcabouços explicativos da dinâmica da população, satisfazendo-se com aproximações do tema que sejam passíveis de formalização. Como os indicadores de cultura são fortemente influenciados por construções políticas e ideológicas, não é simples para a demografia tratar de questões ligadas ao tema. Esse fato torna-se ainda mais problemático quando se consideram as relações de poder presentes na sociedade na elaboração dos instrumentos de pesquisa.

Os Censos e o aparato estatal

A categoria de resposta “indígena” para o quesito de cor ou raça dos Censos é fruto de uma continuidade histórica, cuja herança imperialista e colonial permanece atuante ainda hoje. Assim como em nosso passado colonial, o termo “indígena” continua sendo um ponto de vista parcial e etnocêntrico. Do mesmo modo, são etnocêntricas nossas metodologias, nossos métodos de pesquisa, nossas teorias e o estilo de escrita que usamos para escrever sobre os Censos.

O conceito abstrato de “brasileiro médio” utilizado neste texto ancora-se em um projeto de identidade nacional que, embora venha se modificando, permanece tendendo para a uniculturalidade.

Axelsson e Skold (2011) destacam a complexa relação existente, na produção de uma demografia dos povos indígenas, entre identidade e estatística. Segundo os autores, há sempre uma associação próxima entre a enumeração, a classificação e as relações de poder. Embora os demógrafos não sejam comumente contestados sobre as ligações de seus métodos de trabalho e os instrumentos de poder, Axelsson e Skold (2011) afirmam que a demografia dos povos indígenas situa-os exatamente na interseção entre essas forças.

Mesmo as medidas estatísticas mais simples, como uma “média”, estão ancoradas em visões de mundo particulares, conforme alerta Alain Desrosieres (1984). Estas medidas, principalmente quando divulgadas por institutos oficiais, moldam os pontos de apoio sobre os quais se estruturam os discursos que dão estabilidade e legitimam as organizações políticas estatais. O Estado configura-se, desse modo, como uma instância legítima, “necessária” e “benéfica” para a maioria de seus cidadãos, mesmo que as minorias enfrentem problemas de exclusão e discriminação. Nesse sentido, não há como dissociar a pesquisa censitária de populações minoritárias da supremacia exercida, sobre essas, pelas populações dominantes dentro de determinada organização estatal (QUIJADA, 2000).

De certa maneira, o Estado moderno utiliza ferramentas que produzem controle, nos moldes da alegoria de “Panóptico” descrita por Michael Foucault, “iluminando” aqueles que estavam “protegidos” na escuridão (FOUCAULT, 1979, 2000). O Estado moderno conta e descreve a população que governa e para a qual desenha suas políticas. Sendo a população, juntamente com o território, a base do Estado moderno, é questão de princípio a necessidade de contá-la e de produzir meios de conhecer suas características. Ao mesmo tempo, contar torna-se um artifício de medir, de controlar, de saber para quem se governa

e o que se governa. Como sistema de organização política constituído a partir de um território que tem o povo como soberano, o Estado moderno seria a fonte legítima e única da autoridade, ao qual a população deve lealdade. Tal asserção culmina no conceito moderno de cidadania, sendo o Estado a “nação dos cidadãos”. Anderson (1991) chega a atribuir aos censos a condição de pilar do Estado moderno, na medida em que, juntamente com o mapa e o museu, seria instrumento de poder que legitimaria a existência do Estado e do nacionalismo contemporâneo.

O desafio de estudar os povos indígenas vem do fato deles possuírem características e relações com o mundo que diferem do conceito de cidadão que normalmente é preservado pelo Estado moderno. Isso se reflete nos levantamentos populacionais e pesquisas censitárias. Por isso, os Estados que pleiteiam uma identidade unicultural acabam ancorando-se sobre instrumentos homogeneizantes (QUIJADA, 2000).

Não se quer dizer que o Censo seja um instrumento construído com o objetivo velado de assimilação e aumento da opressão sobre os diferentes, ainda que tenha participação importante nesses processos. Também não afirmamos que o Censo piora a “qualidade” do Estado. Um Estado sem nenhuma informação possui as mesmas fragilidades de um Estado com uma única fonte de informação. O que se quer enfatizar é que a incorporação da diversidade étnica, linguística e cultural na investigação censitária, entre outros aspectos, faria parte da aceitação por parte do Estado da pluralidade de culturas dos indivíduos que habitam o território nacional. No caso brasileiro, isso pode ser percebido nos Censos Demográficos, quando se começa a investigar com mais detalhes, como em 2010, características que permitem conhecer a diversidade de etnias e línguas indígenas faladas no país. Do mesmo modo, o esquecimento dessa diversidade nas pesquisas populacionais acusaria parte do processo de negligenciamento dessa realidade.

As transformações por que passam as instituições modernas, no sentido de aceitar a diversidade étnica e a pluralidade cultural, são relativamente recentes no Brasil. No último meio século de história do país, apenas após a Constituição de 1988 a categoria indígena foi reinserida nos Censos Demográficos, depois de terem sido excluídas dos levantamentos de 1970 e 1980. Aumentaram assim, por meio das estatísticas, as possibilidades de esses povos se tornarem mais visíveis, contribuindo para pautar seus direitos perante o Estado, o que ainda não ocorreu com outros povos e comunidades tradicionais.

Ampliação da investigação dos indígenas nos Censos Demográficos do Brasil

Apesar das críticas às limitações dos Censos para estudo de determinados aspectos dos povos indígenas, reconhece-se que a incorporação do tema e a ampliação da investigação ocorrida em 2010 constituíram um ganho enorme para os estudiosos e para os povos indígenas em si. Conforme destacam Santos e Teixeira (2011), trilha-se no Brasil uma bem-sucedida trajetória de incluir os indígenas nas estatísticas nacionais, com implicações importantes para as políticas públicas direcionadas a estes povos.

O Censo confere visibilidade a diversos povos indígenas, sendo uma ferramenta imprescindível para identificar alguns segmentos dessa população, como aqueles que vivem em áreas urbanas, especialmente em grandes metrópoles. Contudo, é preciso que sejam superados os problemas para a captação, entre os povos indígenas, da diversidade de formas de habitação, relações de parentesco, padrões de nupcialidade, atividades produtivas, processo de escolarização, entre outros aspectos.

Embora o presente artigo tenha um caráter mais reflexivo do que propositivo, pode-se pensar, por exemplo, na questão dos quesitos da nupcialidade dos indígenas como tema a ser aprimorado nas novas rodadas censitárias. Assim como no caso da “espécie do domicílio” investigada no Censo de 2010, que, quando localizado em terras indígenas, acrescentavam-se as opções de resposta “oca ou maloca”, nas terras indígenas seria possível incorporar múltiplos arranjos conjugais.

Os últimos Censos têm fornecido dados consistentes e comparáveis sobre os indígenas, destacando sua vulnerabilidade em relação a outros grupos populacionais, o que se expressa, por exemplo, nos mais elevados níveis de mortalidade infantil (IBGE, 2005).

Por isso, nossa pretensão aqui é enfatizar a necessidade de ampliação e aprimoramento dessas estatísticas. O Censo brasileiro precisa incorporar ainda mais a pluralidade étnica da população brasileira, com sua diversidade de culturas e modos de viver. É necessário aprimorar o levantamento censitário, incluindo a perspectiva dos investigados nas discussões sobre o desenho da operação.

As informações demográficas não são apenas um produto dos demógrafos, mas também o resultado de negociações entre os institutos de estatística e a sociedade, que designam o que, como e com que frequência um tema será pesquisado.

Não queremos impor aos povos indígenas uma forma de pensar ocidental ou “não indígena” e muito menos uma “pureza pré-colombiana”. Queremos pensar em que tipos de dados precisamos produzir para os povos indígenas na situação em que se encontram hoje, com suas questões atuais e suas perspectivas de futuro.

Um exemplo de “descolonização” da construção de dados oficiais são os Índices do Bem Viver utilizados no Equador (ROSETO, 2015). Eles levam em conta preceitos de bem-estar que se assemelham ao modo de vida dos povos indígenas que ali habitam. Essas mudanças estatísticas decorreram da construção de uma nova Constituição daquele país que abarcava outras possibilidades de conceitos de vida e bem-estar (ECUADOR, 2008). O caso dos equatorianos é importante como exemplo de possibilidade de construção de estatísticas e de Estados mais inclusivos.

Já avançamos muito nos quesitos dedicados à investigação da população indígena. O Brasil avança em direção a uma cada vez maior “sensibilização” dos questionários do Censo, direcionados para a identificação das características de toda a população, para a diversidade de modos de vida dos povos indígenas do Brasil. É preciso preservar as conquistas até aqui alcançadas e manter o diálogo entre aqueles dedicados ao tema, especialmente com os que se encontram mais próximos e são mais sensíveis à produção

de informações étnicas, os próprios indígenas. Seguindo no trilho de uma maior inserção dos indígenas nas estatísticas públicas do país, estamos dando um passo importante em termos de redução de sua vulnerabilidade social.

Referências

ANDERSON, B. **Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism**. London and New York: Verso Books, 1991.

AXELSSON, P.; SKÖLD, P. Introduction. In: AXELSSON, P.; SKÖLD, P. (Ed.). **Indigenous peoples and demography: the complex relation between identity and statistics**. New York, Oxford: Berghahn, 2011.

DESROSIERES, A. **La política de los grandes números**. Barcelona: Editorial Melusina, 2004.

ECUADOR. **Constituição 2008**. Constitución política del Ecuador, 2008. Disponível em: <www.oei.es/formaciondocente/legislacion/ECUADOR/GENERAL/CONSTITUCION.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2015.

ELIAS, N. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1984.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Trad. Raquel Ramalhete. 23. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Tendências demográficas: uma análise dos indígenas com base nos resultados da amostra dos censos demográficos 1991 e 2000**. Rio de Janeiro: Coordenação de População e Indicadores Sociais, 2005 (Série Estudos e Pesquisas).

_____. **Características gerais dos indígenas: resultados do universo**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

KERTZER, D. The proper role of culture in demographic explanation. In: JONES, G. W.; DOUGLAS, R. M.; CALDWELL, J. **The continuing demographic transition**. Oxford: Oxford University Press, 1997.

PAGLIARO, H.; AZEVEDO, M. M.; SANTOS, R. V. (Org.). **Demografia dos povos indígenas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Abep, 2005.

PEREIRA, N. O. M. et al. Demography, territory, and identity of indigenous peoples in Brazil: the Xavante indians and the 2000 Brazilian national census. **Human Organization**, v. 68, n. 2, p. 166-180, 2009.

QUIJADA, M.; BERNAND, C.; SCHNEIDER, A. **Homogeneidad y nación con un estudio de caso: Argentina: Siglo XIX y XX**; Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Centro de Humanidades, 2000.

ROSETO, J. **Hacia nuevas métricas del Buen Vivir em Ecuador**. [S.d.]. Disponível em: <www.ecuadorencifras.gob.ec/documentos/web-inec/boletin/hacia_nuevas_metricas_del_buen_vivir.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2015.

SANTOS, R. V.; TEIXEIRA, P. O “indígena” que emerge do Censo Demográfico de 2010. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 6, p. 1048-1049, jun. 2011.

WOLF, E. R. **Europe and the people without history**. Berkeley, Los Angeles: University of California Press, 1997.

Sobre os autores

Marden Barbosa de Campos é doutor em Demografia pelo Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor do Departamento de Sociologia da UFMG.

Bárbara Roberto Estanislau é mestre em Demografia pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Analista técnica de políticas sociais do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos.

Endereço para correspondência

Marden Barbosa de Campos
Universidade Federal de Minas Gerais
Departamento de Sociologia – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas
Av. Pres. Antônio Carlos, 6627, Pampulha
31270-901 – Belo Horizonte-MG, Brasil

Bárbara Roberto Estanislau
Esplanada dos Ministérios, Bloco A, 5º e 9º andares
70054-906 – Brasília-DF, Brasil

Recebido para publicação em 30/11/2015
Recomendado para publicação em 29/07/2016
Aceito para publicação em 12/10/2016

The Xavante in perspective: anthropology and history in the study of indigenous populations

Rosanna Dent*

COIMBRA JR., C. E. A.; WELCH, J. R. (Org.). *Antropologia e história Xavante em perspectiva*. Rio de Janeiro: Museu do Índio/Funai, 2014. 216p.

Drawing from diverse fields of knowledge as well as a span of fifty years of scholarship, Carlos Coimbra Jr. and James R. Welch's edited volume *Antropologia e história Xavante em perspectiva* is a slice of very relevant history. This translation of nine carefully selected English-language publications brings together work by North American and Brazilian researchers with long experience in Central Brazil. The Xavante, auto-denominated A'uwẽ, are a Jê-speaking group with territory in the state of Mato Grosso. As the editors note in their introduction to the compilation, they are also one of the most extensively studied indigenous groups in Brazil. In 1946, the first Xavante group opted to establish formal relations with the Brazilian government. Since then, scholars from many areas of the human sciences have visited and studied Xavante communities. This compilation speaks to the depth and diversity of scholarship produced since the mid-twentieth century.

In making this series of articles available to Portuguese-speaking audiences, Coimbra and Welch have assembled a resource for a broad readership. Representing various facets of anthropological scholarship, the chapters focus on Xavante linguistics, history, social structure, human ecology and demography. As the editors readily acknowledge, the collection is not comprehensive. Rather, it represents a sampling of a large English-language literature of research conducted primarily in one Xavante *Terra Indígena*, Pimentel Barbosa. Produced as part of a *Museu do Índio* initiative to document and disseminate indigenous culture, art, and knowledge, this mix of classic and recent scholarship will serve scholars, students, and even the subjects of the studies themselves.

* Department of History and Sociology of Science, University of Pennsylvania, Philadelphia, PA, United States of America (rdent@sas.upenn.edu).

Antropologia e história Xavante em perspectiva is more than a sum of its parts. The editors' thoughtful first chapter and introduction, "Os Xavante e seus etnógrafos" simultaneously situates the volume as a whole and contextualizes each article politically and temporally. As Coimbra and Welch describe each chapter, they are attentive to the professional networks and personal relationships between the scholars whose work is represented. They explain that the community of researchers who study the Xavante has evaded the common paternalistic, possessive "my tribe" syndrome suffered by some anthropologists. Rather than a territorial and competitive ethos, the field is marked by interdisciplinary, intellectually generous approaches.

This has been true ever since the first studies. The earliest contribution to the volume, the 1965 *Anthropos* article "Some crucial distinctions in central Brazilian ethnology" (chapter 2), was one of the first publications of Harvard anthropologist David Maybury-Lewis (1929-2007). Maybury-Lewis was both the first academic scholar to carry out an in-depth ethnographic study with the Xavante and the first social scientist to closely collaborate with a team of biomedical researchers. This particular chapter is an investigation into the origin of the Xavante as a people, and proposes relationships and timelines for the formation and migration of the Xavante in relation to other Jê-speaking groups. The fieldwork that gave rise to this research and the publications resulting from Maybury-Lewis' interdisciplinary work laid a solid foundation for future research (MAYBURY-LEWIS, 1968, 1974; NEEL et al., 1964; SALZANO; NEEL; MAYBURY-LEWIS, 1967).

Indeed, the depth of data that has built up over the years is one of the aspects of research on the Xavante that is most striking and effectively highlighted in this compilation. The biomedical and ethnographic research of the 1950s and 1960s provided the baseline for studies in human ecology and health by Nancy Flowers in the 1970s (chapter 4). The broader research, of which this previously unpublished chapter is a part, documented changes in child growth and mortality, nutrition, and food production practices at a moment of great political and social unrest (FLOWERS 1983; GROSS et al., 1979). In the 1990s, Santos et al. again built on Flowers' earlier research to provide diachronic perspectives on mortality and morbidity as related to socio-economic changes in food production (chapter 5, see also COIMBRA et. al., 2004). The research of the 1970s suggested a unidirectional change toward integration into the market economy and mechanized rice farming (GROSS et al., 1979). However, the research of the 1990s documented that the Xavante of *Terra Indígena* Pimentel Barbosa diminished their cultivation of rice following the end of a largely unsuccessful government program. Rather than transitioning away from collecting and hunting as the government had envisioned, Xavante communities reinvigorated these practices. Their later engagement with the market economy was through cultural resources – such as dance, music, and images – rather than trade in natural resources.

Two contributions focus on issues of political consensus and mobilization. Chapter 3, a translation of historian Seth Garfield's work, foregrounds the larger political interaction of Xavante leaders and the Brazilian state. Garfield describes the fight for land that was, and

continues to be deeply implicated in questions of sustenance, demographic decline, and subsequent demographic rebound. Laura Graham's socio-linguistic analysis of political speaking within the Xavante public sphere (chapter 7) examines discourse practices in the mature men's council. Graham argues that the collaborative construction of formal political speech through concurrent and intertwining articulation is an essential part of Xavante consensus building. This discourse style emphasizes the collective voice over the individual. Together, these two pieces provide macro- and micro-analyses of the Xavante political practices that have been essential in the face of development and disenfranchisement in Central Brazil.

A classic 1989 article by Aracy Lopes da Silva (1949-2000) (chapter 6) together with a more recent contribution by James R. Welch (chapter 8) draw readers into the intricacies of Xavante social and spiritual organization. Lopes da Silva explores naming practices, inquiring into the gendered and generative nature of the multiple names an individual receives over the course of their lifetime. In turn, Welch describes an unnamed spiritual age group system not previously documented in the ethnographic literature. Examining the interplay between the well-known secular age groups, marked by hierarchical and disciplinary relationships, and the parallel system of spiritual belonging, which involves more amicable affective ties, Welch argues that the plurality of social organization allows for contingency and flexibility. The two chapters are windows into the complexity and nuance that the Xavante's ethnographers have worked so hard to understand.

Finally, chapter 9, an article originally published by Pereira et al. in *Human organization*, addresses the census classifications for indigenous people in Brazil through a detailed case study of the Xavante. The research team compared IBGE Demographic Census results with an independent set of data to analyze how national census taking constructs indigenusness, and argue that this process shapes public opinion and public policy. They found that while the national census did accurately describe certain aspects of Xavante demographics such as population, age distribution, and sex ratios, in other senses it grossly mischaracterized Xavante social life, classifying multi-family households as nuclear families or categorizing them with orphanages and barracks as "collective domiciles."

This final chapter is a fine example of what a collection such as *Antropologia e história Xavante em perspectiva* has to offer researchers interested in critical perspectives on indigenous populations. As an interdisciplinary team of anthropologists, public health scholars, and demographers, the authors draw on ethnographic and historical research to critically examine the way that a population is measured and defined. The depth of their experience working with various Xavante communities and their knowledge of social organization fundamentally informed their analysis of the 2000 census categories and their ongoing policy recommendation for the work of the IBGE in the future. A nuanced understanding of social and cultural factors is essential for producing non-reductionist population-level studies.

As with many of these pieces, the depth of data and long-term collaborative work by the authors allows them to formulate new kinds of questions. The Xavante were among the first groups to have diachronic studies of epidemiology, child growth, and demographics; they are one of the first indigenous populations to be critically studied in relation to the national census since the introduction of *indígena* as a category for *cor/raça*. These “firsts” are in part a result of the long history of knowledge production in Xavante communities, but they are also a result of the choices of the indigenous subjects themselves.

As the title of Coimbra and Welch’s introduction suggests, the Xavante have adopted *their* researchers, establishing both affective and political relationships. Part of what makes the extensive, longitudinal research presented in these chapters possible is the ongoing interest of the interlocutors providing the data. Researchers’ extensive work on collaborative cultural, political, and social justice projects beyond the confines of the academy (Introduction, p. 5) is further testament to the dedication of the researchers and the demands of their hosts. This interdisciplinary scholarship is not simply knowledge for knowledge’s sake.

Finally, this volume and the larger *Museu do Índio* project that it stems from is a testament to the changing face of scholarship on indigenous populations. As Cesar Gordon notes in his preface to the book, perhaps the fastest growing audience for this kind of volume are the very people who the research documents. Making these pieces available in Portuguese is part of a longer commitment on the part of Coimbra, Welch, their colleagues, and the *Museu do Índio* to return the results of their research to Xavante communities.

References

- COIMBRA JR., C. E. A.; FLOWERS, N. M.; SALZANO, F. M.; SANTOS, R. V. **The Xavante in transition:** health, ecology, and bioanthropology in central Brazil. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2004.
- FLOWERS, N. M. **Forager farmers:** The Xavante indians of central Brazil. Ph.D, City University of New York, USA, 1983.
- GROSS, D. R.; EITAN, G.; FLOWERS, N. M.; LEOI, F. M.; RITTER, M. L.; WERNER, D. W. Ecology and acculturation among native peoples of central Brazil. **Science**, v. 206, n. 4422, p. 1043-50, 1979.
- MAYBURY-LEWIS, D. **The savage and the innocent**. 2. ed. Boston: Beacon Press, 1968.
- _____. **Akwẽ-Shavante society**. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 1974.
- NEEL, J. V.; SALZANO, F. M.; KEITER, F.; MAYBURY-LEWIS, D; JUNQUEIRA, P. C. C. Studies on the Xavante indians of the Brazilian Mato Grosso. **American Journal of Human Genetics**, v. 16, n. 1, p. 52-140, 1964.
- SALZANO, F. M.; NEEL, J. V.; MAYBURY-LEWIS, D. Further studies on the Xavante indians. 1. Demographic data on two additional villages: genetic structure of the tribe. **American Journal of Human Genetics**, v. 19, n. 4, p. 463-89, 1967.

About the author

Rosanna Dent is doctoral candidate, Department of the History and Sociology of Science, University of Pennsylvania (PhD expected May 2016); MA, History and Sociology of Science, University of Pennsylvania; BA with honors, Biology, Brown University.

Contact address

Department of History and Sociology of Science
University of Pennsylvania
Cohen Hall 303, 249 S. 36th Street,
19104 – Philadelphia PA, USA

Received for publication in 28/10/2015

Accepted for publication in 11/06/2016

La construcción de poblaciones utilizando los censos de población en Latinoamérica

Santiago J. Molina*

LOVEMAN, Mara. *National colors: racial classification and the state in Latin America*. New York: Oxford University Press, 2014, xix+377p.

National colors es una rica examinación comparativa del trabajo de los órganos del estado responsables de la colección de datos con la utilización de los censos poblacionales en Latinoamérica. Mara Loveman hace una importante contribución al estudio de las consecuencias sociales de las categorías etno-raciales para la ciudadanía, cuando las categorías son utilizadas y reafirmadas por el estado. Ésta investigación se enfoca en el desarrollo de los censos de población de Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Colombia, Costa Rica, Cuba, La República Dominicana, Ecuador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicaragua, Panamá, Paraguay, Perú, Uruguay y Venezuela en los últimos dos siglos. Bajo un marco teórico con una extensa base sociológica, Loveman cubre un territorio con profundidad histórica y comparativa.

Loveman identifica y trata tres problemas empíricos correspondientes a tres periodos de la historia de Latinoamérica: Primero, cuando los países Latinoamericanos se independizaron de los imperios Ibéricos, ¿por qué fue que la mayoría de las emergentes naciones independientes retuvieron las categorías raciales y de casta que dominaban durante la conquista? Segundo, ¿por qué fue que la mayoría de estos nuevos estados luego abandonaron estas categorías raciales a mediados del siglo XX? Finalmente, ¿por qué fue que esas mismas naciones volvieron a enumerar sus poblaciones con categorías etno-raciales a principios del siglo XXI? En corto, ¿qué explica los cambios en la clasificación de gente utilizada por los gobiernos latinoamericanos después de lograr su independencia? Estas cuestiones empíricas son de relevancia para investigadores interesados en estudios de la historia de raza, demografía, el nacionalismo, el conocimiento científico y los pueblos indígenas, al igual que su compleja interpelación.

* Center for Science, Technology, Medicine and Society (CSTMS) en la Universidad de California Berkeley, Berkeley CA, Estados Unidos da América (santiagojmolina@berkeley.edu).

En el segundo capítulo Loveman se enfoca en la experiencias de la población Latinoamericana durante la época colonial, resumiendo las maneras en que las categorías etno-raciales fueron usadas para controlar y legalmente construir a la jerarquía social en la que vivían los habitantes de la colonia. Tratando casos y situaciones ya familiares a historiadores de la época colonial, Loveman ejemplifica la manera en que los gobernantes Españoles y Portugueses enumeraban a los coloniales como obreros, trabajadores o cuerpos militares, y de ésta manera mantenían el control doméstico mientras demostraban su poder ante el escenario internacional. A partir de este capítulo, el análisis rompe con la atención a las narrativas de los colonizados, el contenido cultural de cada país y el impacto de categorías específicas sobre la vida cotidiana de individuos y toma una posición macroanalítica. La metodología comparativa de Loveman, que cubre diecinueve países, la lleva a dar prioridad a hechos internacionales como la respuesta predominante a sus preguntas empíricas: la categorización de la población y la función de los censos sólo tienen sentido cuando se consideran las condiciones políticas y científicas internacionales de las épocas examinadas.

En el tercer capítulo, se explora el desarrollo del “racionalismo” científico al nivel global y se describe la formación de un paradigma internacional de estadística que buscaba estandarizar la manera en que las naciones Latinoamericanas y sus gobiernos medían y reportaban el desarrollo y crecimiento de sus poblaciones. A principios del siglo XX, fue importante que las naciones de Latinoamérica se definieran y la estadística y demografía fueron mecanismos por los cuales los nuevos gobiernos independientes podían representar e indicar su “progreso” ante la comunidad internacional. De acuerdo al análisis del cuarto capítulo, el formato de los censos de Latinoamérica siguió las sugerencias del Congreso Internacional de Estadística pero con la importante atención hacia la medición del mestizaje en el país. Basando su análisis sobre el contenido de reportes oficiales de los diferentes órganos gubernamentales de estadística en diferentes países, Loveman describe la variación hacia el valor reconocido de los resultados de los censos y variación en cuanto a la definición e importancia del mestizaje. En diferentes países los cambios demográficos del país se interpretaban de modos idiosincráticos y señalaban particularidades del desarrollo social y económico de la nación.

La segunda mitad del libro describe los cambios en la categorías de los censos del siglo XX hasta el presente. El quinto capítulo detalla la manera en que los censos contribuyen a la naturalización de diferentes categorías etno-raciales y diferentes nociones de identidad nacional. Además, la publicación de los resultados del censo y las varias tabulaciones que proseguían en reportes oficiales afirmaban la existencia de un país entero, con fronteras claramente definidas. El sexto capítulo examina el impacto de los cambios a las preguntas de los censos sobre el reconocimiento de la diferencias entre grupos indígenas y el resto de la ciudadanía. Durante los mediados del siglo XX, la noción de “raza” comenzaba a perder su validez ante los ojos de la comunidad científica. Esto, en parte, segundo la autora fue la causa del reemplazo de preguntas con contenido racial con preguntas sobre diferentes

características culturales y lingüísticas. Sin embargo, la autora afirma que estos cambios simultáneamente ocultaron la presencia de afrodescendientes en la imagen nacional en casi todos los países examinados. Con su enfoque cultural, éstos censos catalogaban la desaparición de hablantes de las lenguas indígenas y a la vez, describían el gradual reemplazo de sus formas de vida dentro del marco de la modernización de la nación.

Al finales del siglo XX, la autora muestra que los censos de países Latinoamericanos sufren otro cambio. Bajo presiones de movimientos sociales domésticos, en particular los movimientos indigenistas, y transnacionales, tanto organizaciones no-gubernamentales como organizaciones internacionales pidieron detener a los “proyectos de desarrollo” que buscaban llamar la asimilación de pueblos indígenas y grupos marginalizados. Varios movimientos sociales, particularmente en Brasil, Colombia y México, buscaban el reconocimiento y la re-valorización de la identidad afrodescendiente. A cambio de la posturas previas que pretendía ocultar estas diferencias intra-nacionales, como Loveman describe en el séptimo capítulo, los gobiernos de distintas naciones Latinoamericanas fueran presionadas a reconocer y apoyar la diversidad de sus poblaciones por medio de los conteos oficiales. Utilizando la documentación y enumeración de los diferentes pueblos y etnias del país, los gobiernos pudieron reconocer y comenzar a lidiar con desigualdades socio-económicas que corresponden a diferencias etno-raciales.

En general, en los tres periodos que examina, Loveman encuentra que las comunidades científicas internacionales tuvieron un impacto sobre las decisiones de los órganos políticos responsables de la producción, distribución y análisis del censo poblacional. Éstas tres transiciones ilustran la naturaleza política de la producción del conocimiento. Conferencias y juntas internacionales de estadística, demografía, lingüística, antropología y biología surgen como mecanismos por los cuales diferentes ideologías sobre el valor científico de la clasificación etno-racial y del mestizaje son diseminadas a diferentes países. Loveman además incorpora una breve mención del rol de varios científicos que contribuyeron a las varias narrativas sobre la identidad nacional de sus países: por ejemplo de João Batista, Nina Rodriguez, y Gilberto Freyre en Brasil, René Morelos, Alcides Arguedas, Jorge Delance en Bolivia; Carlos Octavio Bunge en Argentina; y Manuel Gamio en México. Mientras estas breves discusiones indican algunas de la particularidades de las comunidades científicas en diferentes países, mucha de la variación identificada por Loveman en este ámbito requiere más detalle y elaboración. Además el vínculo entre estos campos científicos y la política local de sus países aún merita explicación ¿Qué conlleva el cambio del uso de categorías raciales dentro de la ciencia? ¿Cómo y por qué llegan diferentes individuos académicos y científicos a ocupar diferentes puestos dentro de la política? ¿Cuál es el impacto de las jerarquías sociales existentes dentro de los diferentes campos internacionales de investigación?

De manera eficaz, el libro deja abiertas muchas preguntas sobre las particularidades de casos específicos que piden la atención de investigadores en antropología, sociología, ciencias políticas, derecho e historia. *Nacional Colors* descifra la dimensión política de la clasificación etno-racial demostrando que la continuidad y los cambios en estos sistemas

de clasificación en Latinoamérica, y probablemente en otras regiones, son el producto de la política internacional de desarrollo y modernización. En el actual momento histórico, varios órganos internacionales han institucionalizado la demanda de información sobre grupos etno-raciales, creando espacios de tensión y conflicto tanto internos como externos al país.

Loveman le da al lector mucho material empírico claramente articulado y organizado. Con éste material el lector puede reconocer una tensión central en la producción de la nación moderna: la necesidad de unificar la población bajo una narrativa de pertenencia y a la vez el reconocimiento de la diversidad etno-racial dentro de esa misma población. En el núcleo de la obra de Loveman, uno encuentra el reconocimiento que la definición de quién es o no es parte de la nación, es más una cuestión de poder simbólico que una cuestión sobre la objetividad de la estadística. La autora nota, "...las implicaciones de la clasificación etno-racial para la vida de los clasificados no depende de la formalidad o informalidad de la clasificación, si no en la naturaleza de la relación de poder entre los categorizadores y los categorizados." (p. 19, traducción propia).

Sobre el autor

Santiago José Molina es candidato doctoral en el Departamento de Sociología y miembro del Center for Science, Technology, Medicine and Society (CSTMS) en la Universidad de California Berkeley.

Dirección

Department of Sociology, University of California Berkeley
Barrows Hall 410,
94720 – Berkeley CA, Estados Unidos da América

Recibido para publicación en 12/04/2016
Aceptado para publicación en 19/07/2016

INSTRUÇÕES E NORMAS PARA ELABORAÇÃO DE ORIGINAIS

Foco e escopo da revista

A *Revista Brasileira de Estudos de População* é um periódico semestral, composto por artigos inéditos, de reconhecido mérito científico, sobre demografia e população e desenvolvimento sustentável, assim como áreas afins que mantenham o diálogo com o escopo da revista.

A *Rebep* aceita manuscritos para publicação nas seguintes categorias:

- **artigos de revisão:** revisão crítica da literatura – *não somente revisões bibliográficas* – sobre temas no campo dos estudos populacionais e áreas correlatas (máximo de 10.000 palavras e cinco ilustrações);
- **artigos originais:** resultados de pesquisa empírica, teórica experimental ou conceitual (máximo de 8.000 palavras e cinco ilustrações);
- **nota técnica:** apresentação de análises prévias de pesquisas, cujos resultados sejam relevantes (máximo de 3.000 palavras e três ilustrações);
- **ponto de vista:** opinião qualificada sobre tema de relevância ou crítica a artigo publicado em fascículo imediatamente anterior (máximo de 3.000 palavras e duas ilustrações);
- **resenha:** revisão crítica de livros publicados nos últimos três anos (máximo de 3.000 palavras). As resenhas serão publicadas como tal ou como divulgação de livros por indicação da editoria da revista e aprovação do Comitê Editorial. Para ser considerada resenha, esta deve apresentar análise crítica sobre o livro e não apenas divulgação. A critério do Comitê Editorial da Revista a resenha será publicada em seção de Resenha se for classificada como analítica e, caso contrário, poderá ser divulgada na seção Divulgação de Livros.
- **debate:** ensaios teóricos opinativos relacionados à discussão da dinâmica demográfica, seguidos de avaliações de autores convidados pelo editor e de resposta do autor do artigo principal (máximo de 8.000 palavras e cinco ilustrações).

Política de avaliação

As avaliações seguirão as éticas de avaliação duplo-cego.

Os textos submetidos serão enviados anonimamente a dois pareceristas, especialistas no tema, para avaliação criteriosa da sua qualidade. Em caso de divergência de opiniões, o artigo será enviado a um terceiro especialista. Os trabalhos que forem recomendados para publicação com revisão de conteúdo serão enviados novamente a dois pareceristas, de preferência os mesmos do processo inicial.

Cabe ao Comitê Editorial da *Rebep*, responsável pelo número específico da revista, a aprovação final de um artigo para publicação que tenha sido aprovado condicionalmente no processo duplo-cego. Cabe também ao Comitê Editorial o direito de fazer pequenas modificações no texto final, tabelas e figuras, para atender aos critérios editoriais da revista, que seguem as normas da ABNT.

Os autores comprometem-se a não enviar um artigo em avaliação a outras revistas por, pelo menos, três meses após o aceite da submissão. A desistência da submissão após este prazo deve ser registrada com notificação ao editor da revista.

O aceite da submissão de um manuscrito depende de avaliação do cumprimento dos requisitos de formatação e, principalmente, de uma análise inicial do Comitê Editorial sobre a aderência do manuscrito ao escopo da revista.

Diretrizes para autores para preparação dos manuscritos

Resumo

O resumo é a apresentação concisa dos pontos relevantes do artigo, devendo ser fornecido tanto para os artigos de revisão quanto para os originais. Deve conter cerca de 200 palavras ou até 1.500 caracteres, incluindo espaço em branco, e seguir a norma da ABNT 6028 (um único parágrafo indicando o objetivo, o método, os resultados e a principal conclusão do documento).

O resumo deve ser enviado nos três idiomas: português, inglês e espanhol. As traduções devem ser fiéis ao resumo enviado no idioma original do artigo. Incluir a tradução do título no idioma correspondente.

Palavras-chave

Deverão ser indicadas de três a seis palavras-chave (normas ABNT) no momento da submissão do artigo. Incluir as palavras-chave nos três idiomas (português, inglês e espanhol).

Formatação do texto

O manuscrito deve ser digitado em Word (versão 6.0 ou superior), com espaço duplo, utilizando-se fonte de letra Arial ou Times New Roman 12.

O manuscrito **não pode conter a identificação de nenhum dos autores**. Deve ter título, resumo, texto e referências bibliográficas, além de incluir todos os elementos gráficos no corpo do texto. Adicionalmente, os elementos gráficos/tabelas/mapas/quadros/figuras devem ser enviados em arquivos complementares (veja instruções a seguir).

- **Citações:** as transcrições no texto de até três linhas devem estar encerradas entre aspas duplas. As aspas simples são utilizadas para indicar citação no interior da citação. As transcrições com mais de três linhas devem ser evitadas e, quando necessárias, aparecem destacadas com recuo de 4 cm da margem esquerda, com tamanho de letra menor do que o utilizado no texto e sem aspas. Os indicadores de supressão de parte da transcrição e os acréscimos devem ser colocados entre colchetes. Utiliza-se o sistema autor-data-número da página entre parênteses para a identificação da fonte de citação (ABNT NBR 10520).
- **Notas explicativas:** são utilizadas para comentários, esclarecimentos ou explicações que não possam ser incluídas no texto. Devem ser mantidas ao mínimo e inseridas como notas de rodapé, em algarismos arábicos, com numeração única e consecutiva para todo o artigo (ABNT NBR 10520).
- **Elementos complementares:** tabelas, gráficos, figuras, mapas e quadros devem ser apresentados no texto, no local aproximado que deverão aparecer na publicação final, com numeração consecutiva e independente, em algarismos arábicos, cada qual identificado na parte superior pelo termo TABELA, QUADRO, GRÁFICO, MAPA

ou FIGURA, seguido do seu número de ordem. As tabelas e quadros, de preferência, devem estar no formato editável e não como figuras no texto.

- Os títulos dos elementos complementares devem identificar claramente o seu conteúdo, com a explicitação das variáveis e grupos populacionais referidos, com identificação do local e data/período a que se referem os dados. Os títulos dos eixos dos gráficos devem ser explicitados.
- A fonte dos dados utilizados nesses elementos deve identificar claramente a base de dados, com informação sobre o produtor dos dados, a base especificamente e o(s) ano(s) de referência, seguindo as normas da ABNT. Mudanças feitas pelos autores nos dados podem ser indicadas em ‘Nota’, abaixo da fonte de dados, assim como a autorização obtida dos editores para reprodução de objetos tomados/adaptados de outras publicações. Supõe-se que os dados foram elaborados pelos autores, portanto, esta indicação de elaboração não deve constar nestes elementos gráficos/tabelas/mapas, etc.
- Gráficos e tabelas devem ser enviados em formatos editáveis (não como figuras). Por exemplo, se gerados em planilhas de cálculo, devem ser enviados em um arquivo de planilha com cada elemento identificado da mesma forma que aparece no texto em Word. Gráficos que não foram gerados em planilha de cálculo devem ser enviados em formato EPS ou WMF com alta resolução. Mapas e fotos também devem ser enviados em formato EPS ou WMF. O título principal e fonte de dados não devem ser incluídos como parte destes elementos, mas sim de forma separada.
- A publicação não é colorida, assim, elementos em cores serão transformados em tons de cinza. Aconselha-se que os originais já venham em tons de cinza quando possível.
- **Referências bibliográficas:** os elementos essenciais são autor(es), título, subtítulo (se houver), edição, local, editora, data de publicação, páginas e volumes (se houver) (ABNT NBR 6023).
 - Ao longo do artigo as referências devem aparecer com indicação do sobrenome do autor, data de publicação e número da(s) página(s) consultada(s). Havendo mais de um trabalho do mesmo autor no mesmo ano, utilizar a, b, c imediatamente após a data. Exemplo: (MORTARA, 1982a, p. 427).
 - Ao final do artigo as obras devem ser relacionadas em ordem alfabética pelo sobrenome (em caixa alta) do primeiro autor citado. Não há recuo da segunda linha em relação à primeira. A organização das referências deve obedecer às normas da ABNT, conforme o modelo a seguir.

Livro

SOBRENOME, inicial do prenome do(s) autor(es). **Título:** subtítulo. Número da edição. Local: Editora e ano de publicação. Ex.: NEWELL, C. **Methods and models in demography.** New York: Guilford Press, 1988.

Capítulo de livro

SOBRENOME, inicial do prenome do(s) autor(es). Título do capítulo. In: SOBRENOME, inicial do prenome do(s) autor(es) ou organizador(es) do livro. **Título:** subtítulo. Local: Editora, ano de publicação, páginas inicial-final do capítulo referenciado.

Ex.: ABOUZAH, C. Maternal mortality overview. In: MURRAY, C. J. L.; LOPEZ, A. D. (Orgs.). **Health dimensions of sex and reproduction.** Cambridge, MA: Harvard University Press, 1998, p. 111-164.

Artigo de periódico

SOBRENOME, inicial do prenome do(s) autor(es). Título do artigo: subtítulo. **Título do periódico,** número do volume, fascículo, páginas inicial-final do artigo referenciado, data de publicação.

Ex.: SCHELLEKENS, J. Family allowances and fertility: socioeconomic differences. **Demography,** v. 46, n. 3, p. 461-468, 2009.

Tese, dissertação e outros trabalhos acadêmicos

SOBRENOME, inicial do prenome do autor. **Título da tese.** Tipo de documento (tese, dissertação, trabalho de conclusão de curso, etc.), vinculação acadêmica, local e data de defesa.

Ex.: CURTIS, S. L. **Birth spacing, death clustering and infant mortality in Brazil.** Ph.D, University of Southampton, U.K., 1992.

Documentos em meio eletrônico

Obras de qualquer natureza consultadas *on-line* devem necessariamente apresentar as informações sobre o endereço eletrônico, apresentado entre os sinais < >, precedido da expressão “Disponível em:”, e a data do acesso ao documento, precedida da expressão “Acesso em:”.

Ex.: AHMAN, E.; DOLEA, C.; SHAH, I. The global burden of unsafe abortion in the year 2000. In: WHO – World Health Organization. **Health statistics and health information systems.** [S.d.]. Disponível em: <http://www.who.int/healthinfo/statistics/bod_abortions.pdf>. Acesso em: 8 mar. 2009.

Atenção: A *Rebep* não se responsabiliza pelas referências bibliográficas fornecidas pelos autores.

Observações

1. Os artigos devem ser encaminhados completos e definitivamente revistos. As provas serão revisadas pelo editor, com base no texto recebido, cabendo aos autores a responsabilidade pelo original enviado.
2. Todos os trabalhos aparecerão assinados, refletindo as opiniões de seus autores e não necessariamente as do Comitê Editorial ou da revista, mas o direito de cópia passará a ser da *Rebep* em caso de publicação do manuscrito.
3. A partir de 1º de julho de 2015, seguindo os critérios adotados pela SciELO, a *Rebep* passou a adotar a licença CC-BY. Esta licença da Creative Commons, com atribuição BY, significa que se dá direito “aos licenciados de copiar, distribuir, exibir e executar a obra e fazer trabalhos derivados dela, conquanto que deem créditos devidos ao autor ou licenciador, na maneira especificada por estes”. Para mais detalhes acesse <<http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>>. No entanto, qualquer autorização de reprodução, completa ou parcial, deve ser solicitada por escrito ao Comitê Editorial da Revista.

rebep

Editora 2013-2016
Suzana Cavenaghi

Artigos
para publicação

CONTATO

Suzana M. Cavenaghi (Ence/IBGE)

Revista Brasileira de Estudos de População

Rua André Cavalcanti, 106, sala 502

Bairro de Fátima - Rio de Janeiro - RJ

CEP 20231-050

Fone: (55-21) 2142.4691 ou 4689

rebep@rebep.org.br

A **Rebep** seleciona artigos enviados em fluxo contínuo. Também realiza chamadas para números temáticos e dossiês. Os artigos devem ser enviados conforme as instruções e normas no *site* da revista. Veja informações em:

www.rebep.org.br

rebep

também na
SciELO
Scientific Electronic Library Online

www.scielo.org/rbepop

Nota da Editora

Dados e mais dados para "não deixar ninguém para trás"
Suzana Cavenaghi

Prólogo

Dossiê "Demografia dos povos indígenas no Brasil: abordagens socioantropológicas"
Ricardo Ventura Santos

Artigos

Estrutura social e desigualdade de renda: uma comparação entre os municípios metropolitanos e os não metropolitanos do Brasil entre 2000 e 2010
Marcelo Gomes Ribeiro

À espera da seca que vem: capacidade adaptativa em comunidades rurais do semiárido
Ansu Manca, Patrícia Verônica Pinheiro Sales Lima, Ahmad Saeed Khan e
Maria Irles de Oliveira Mayorga

Evidências da relação entre a frequência no ensino infantil e o desempenho dos alunos do ensino fundamental público no Brasil
Walcir Soares da Silva Junior e Flávio de Oliveira Gonçalves

Dossiê "Demografia dos povos indígenas no Brasil: abordagens socioantropológicas"

Dinâmica demográfica da população indígena em áreas urbanas: o caso da cidade de Altamira, Pará
Alessandra Traldi Simoni e Ricardo de Sampaio Dagnino

Os indígenas Xavante no Censo Demográfico de 2010
Luciene Guimarães de Souza, Sílvia Angela Gugelmin, Barbara Coelho Barbosa da Cunha e
Marina Atanaka

Demografia e antropologia em contraponto: os Enawene-Nawe e suas derivas matrimoniais
Marcio Silva

Nupcialidade indígena: possibilidades e limitações de análise utilizando os dados do Censo Demográfico de 2010
Luciene Aparecida Ferreira de Barros Longo, Luciene Ouriques Ferreira e
Marta Maria do Amaral Azevedo

Tendências da fecundidade dos povos indígenas nos Censos Demográficos brasileiros de 1991 a 2010
Laura L. Rodríguez Wong

Notas de Pesquisa

Avanços na captação de dados sobre a população indígena no Censo Demográfico 2010
Nilza de Oliveira Martins Pereira

Pontos de Vista

Censos nacionais e perspectivas políticas para as línguas brasileiras
Rosângela Morello

Demografia dos povos indígenas: os Censos Demográficos como ponto de vista
Marden Barbosa de Campos e Bárbara Roberto Estanislau

Resenhas

The Xavante in perspective: anthropology and history in the study of indigenous populations
Antropologia e história Xavante em perspectiva por COIMBRA JR., C. E. A. e WELCH, J. R. (Org.)
Rosanna Dent

La construcción de poblaciones utilizando los censos de población en Latinoamérica
National colors: racial classification and the state in Latin America por LOVEMAN, M.
Santiago J. Molina

